IAA/DI/DIn/Biblioteca
PERIÓDICO REGISTRADO
FUNC.º
DATA 7/II/90

INSTITUTO DO AÇUCAR E DO ALCOOL

BRASIL AÇUCAREIRO

ANO XIII — VOL. XXV JANEIRO — 1945 N.º 1

INSTITUTO DO AÇÚCAR E DO ÁLCOOL

CRIADO PELO DECRETO N.º 22.789, DE 1.º DE JUNHO DE 1933

Expediente: de 12 às 18 horas
Aos sábados: de 9 às 12 horas

COMISSÃO EXECUTIVA

A. J. Barbosa Lima Sobrinho, Presidente — Delegado do Banco do Brasil
Alberto de Andrade Queiroz — Delegado do Ministério da Fazenda
Alvaro Simões Lopes — Delegado do Ministério da Agricultura
José de Castro Azevedo — Delegado do Ministério da Viação
Otavio Milanez — Delegado do Ministério do Trabalho

Alfredo de Maya
Antônio Corrêa Meyer
José Rufino Bezerra Cavalcanti
José Carlos Pereira Pinto
} Representantes dos usineiros

Moacir Soares Pereira — Representante dos banguezeiros

Aderbal Carneiro Novais
Cassiano Pinheiro Maciel
Joaquim Alberto Brito Pinto
} Representantes dos fornecedores

SUPLENTES

Arnaldo Pereira de Oliveira
Gustavo Fernandes Lima
João Carlos Belo Lisboa
Luis Dias Rollemberg
} Representantes dos usineiros

Manuel Neto Carneiro Campelo Junior — Representante dos banguezeiros

João de Lima Teixeira
João Soares Palmeira
José Pinheiro Brandão
} Representantes dos fornecedores

Sede: PRAÇA 15 DE NOVEMBRO, 42

RIO DE JANEIRO — Caixa Postal 420 — Endereço telegráfico: COMDECAR

Fones Alcool-Motor, 43-5079 e 23-2999; Assistência à Produção, 23-6192; Caixa, 23-2400; Comissão Executiva, 23-4585; Comunicações, 43-8161 e 23-0796; Contadoria, 23-6250; Estatística, 43-6343; Estudos Econômicos, 43-9717; Fiscalização, 23-6251; Gabinete da Presidência, 23-2935; Gerência, 23-5189; Jurídica, 23-6161; Material, 23-6253; Mecanografia, 23-4133; Pessoal, 43-6109; Portaria, 43-7526; Presidência, 23-6249; Publicidade, 23-6252; Restaurante, 23-0313; Serviço do Alcool, 43-3798; Serviço Médico, 43-7208; Técnico Industrial, 43-6539.

Depósito de álcool-motor — Avenida Venezuela, 98 — Tel. 43-4099.
Seção Técnica — Avenida Venezuela, 82 — Tel. 43-5297.

DELEGACIAS REGIONAIS NOS ESTADOS

Endereço telegráfico: SATELÇUCAR

ALAGOAS — Rua Sá e Albuquerque, 426 — Maceió
BAHIA — Rua Miguel Calmon, 18-2.º and. — Salvador
MINAS GERAIS — Palacete Brasil — Av. Afonso Pena — Belo Horizonte
PARAIBA — Praça Antenor Navarro, 36/50 - 2.º and. — João Pessoa
PERNAMBUCO — Av. Marquês de Olinda, 58-1.º and. — Recife
RIO DE JANEIRO — Edificio Lizandro — Praça São Salvador — Campos
SÃO PAULO — Rua 15 de Novembro, 228-3.º and.-S. 301/309 — São Paulo
SERGIPE — Avenida Rio Branco, 92-1.º and. — Aracaju

DISTILARIAS CENTRAIS

DE SANTO AMARO — Santo Amaro, Bahia — End. telegráfico: DICENBA, SANTO AMARO.

DO ESTADO DE MINAS GERAIS — Ponte Nova (E. F. Leopoldina) — Caixa postal, 60 — End. telegráfico: DICENOVA, PONTE NOVA.

DO ESTADO DE PERNAMBUCO — Distilaria Presidente Vargas — Cabo — (E. F. Great Western) — Caixa postal, 97 — Recife. — End. telegráfico: DICENPER, RECIFE.

DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO — Estação de Martins Lage — (E. F. Leopoldina) — Caixa postal, 102 — Campos. — End. telegráfico: DICENRIO, CAMPOS — Fone — Martins Lage, 5.

DO ESTADO DE SÃO PAULO — Lençóis — Fone, 35 — End. telegráfico: DICENÇÓIS, LENÇÓIS.

BRASIL AÇUCAREIRO

ORGÃO OFICIAL DO INSTITUTO DO AÇUCAR E DO ALCOOL

Registrado, com o n.º 7.626, em 17-10-934, no 3.º Oficio do Registro de Títulos e Documentos e no D . I . P.

PRAÇA 15 DE NOVEMBRO, 42 - 9.º pav.

TELEFONE 23-6252 — CAIXA POSTAL 420

DIRETOR — **Miguel Costa Filho.**

Redator principal — **Joaquim de Melo.**

Redatores — **Adrião Caminha Filho, José de Oliveira Leite e Renato Vieira de Melo.**

Assinatura (anual), para o Brasil	**Cr$ 25,00**
Assinatura (anual), para o exterior	**Cr$ 35,00**
Número avulso (do mês)	**Cr$ 3,00**

Vendem-se coleções a partir do 4.º volume, encadernadas, por semestre, excetuando-se os 6.º e 7.º volumes. Vende-se também o número especial com o índice alfabético e remissivo do 1.º ao 13.º volume.

As remessas de valores, vales postais, etc., devem ser feitas ao Instituto do Açúcar e do Alcool e não a BRASIL AÇUCAREIRO ou nomes individuais.

Pede-se permuta. **We ask for exchange.**

On demande l'échange. **Pidese permuta.**

AGENTES:

OTAVIO DE MORAIS — Rua da Alfândega, 35 — Recife — Pernambuco

HEITOR PORTO & C.ª - Caixa Postal, 235 - Porto Alegre - Rio Grande do Sul

SUMÁRIO

JANEIRO — 1945

POLITICA AÇUCAREIRA 3
DIVERSAS NOTAS — A safra de 1944/45 — Financiamento de açúcar de engenho — Usinas Junqueira — Açúcar para a Bolívia — Sociedade Fluminense Distribuidora de Açúcar Ltda. — Concurso escolar 4
LEGISLAÇÃO 8
BANGUEZEIROS DE PORTO CALVO EM VISITA AOS DE SÃO MIGUEL, EM ALAGOAS 12
ATAS DA COMISSÃO EXECUTIVA DO I.A.A. 14
ATOS DO PRESIDENTE DO I.A.A. 16
DECISÕES ADMINISTRATIVAS 20
"O INSTITUTO DO AÇUCAR E DO ALCOOL E A USINA JUNQUEIRA" . 21
RACIONAMENTO DO AÇUCAR EM 1945 22
ESTIMATIVA DOS RENDIMENTOS DE CANA DE AÇUCAR 22
OS PROBLEMAS DO AÇUCAR NA PALAVRA DO MINISTRO DA AGRICULTURA 24
O INSTITUTO E A ECONOMIA DE APÓS-GUERRA — Celso Filho 25
CONVERSÃO DE QUOTAS — Dalmiro Almeida 28
LEIS HUMANAS — Permínio Asfora 30
"GEOGRAFIA DO AÇUCAR NO LESTE DO BRASIL" 30
DA LIBERTAÇÃO DOS ESCRAVOS ÀS MODERNAS ORGANIZAÇÕES AÇUCAREIRAS — Clóvis Caldeira 31
PARA O CONTROLE DA MARIPOSA PERFURADORA DA CANA DE AÇUCAR 34
PRODUÇÃO E MOVIMENTO DE ALCOOL NO MUNDO 35
CRONICA AÇUCAREIRA INTERNACIONAL 36
DA POLITICA AÇUCAREIRA NORTE-AMERICANA 40
EMBAIXADA "BARBOSA LIMA SOBRINHO" 41
PRODUÇÃO DE AÇUCAR EM CUBA 42
A CARTOGRAFIA DO AÇUCAR E O SEU SIGNIFICADO HISTORICO — Jaime Cortesão 44
O AÇUCAR NOS PRIMORDIOS DO BRASIL COLONIAL — Basílio de Magalhães 50
AZEREDO COUTINHO — Sérgio Buarque de Holanda 53
PESQUISAS SOBRE HISTORIA DO AÇUCAR NOS ESTADOS-UNIDOS — José Honório Rodrigues 59
ESTAÇÕES EXPERIMENTAIS DE CANA 64
O INTENDENTE CAMARA, SENHOR DE ENGENHO — Luis Viana Filho 65
OS FAZENDEIROS DE CAMPOS, NO SECULO PASSADO — Alberto Lamego 68
HISTORIA DO AÇUCAR NA PARAIBA — Ademar Vidal 71
O AÇUCAR ATRAVÉS DO PERIODICO "O AUXILIADOR DA INDUSTRIA NACIONAL" — Jerônimo de Viveiros 79
A SAFRA AÇUCAREIRA FLUMINENSE 81
GEOGRAFIA DAS RELAÇÕES PARCIAIS — Afonso Várzea 82
LIVROS EDITADOS PELO I.A.A. 86
FOLKLORE DO AÇUCAR — Joaquim Ribeiro 87
AGUARDENTISMO E FOLCLORE — Vasconcelos Tôrres 91
A CIGARRINHA DOS CANAVIAIS EM SERGIPE — Adrião Caminha Filho 92
E' IMPORTANTE ENVIAR CANA FRESCA AO ENGENHO — William E. Cross 97
O ABASTECIMENTO AÇUCAREIRO EM SÃO PAULO 99
UMA QUESTÃO DE PSICOLOGIA 100
QUADROS DA SEÇÃO DE ESTATISTICA DO I.A.A. 103
BIBLIOGRAFIA 107
INSETOS QUE ACOMPANHAM O CARVÃO DA CANA 108
BALANCETE E ORÇAMENTO DO I.A.A. 109

BRASIL AÇUCAREIRO

Órgão oficial do
INSTITUTO DO AÇUCAR E DO ALCOOL

ANO XIII — VOL. XXV JANEIRO — 1945 N.º 1

POLÍTICA AÇUCAREIRA

A direção de "Brasil Açucareiro", dentro do programa de ordem cultural que vem sendo executado pelo Instituto do Açúcar e do Álcool, tem atraído para a equipe de colaboradores do órgão oficial do I.A.A., além de técnicos em assuntos agrícolas e industriais, elementos de relêvo entre os pesquisadores, brasileiros e estrangeiros, que se têm preocupado com os acontecimentos de nossa história e com as nossas coisas.

Procurando interessar tais estudiosos na apreciação do desenvolvimento da indústria açucareira e de todos os mais aspectos da vida nacional que se ligam, direta ou indiretamente, às coisas do açúcar, "Brasil Açucareiro" tem trazido para suas páginas colaborações de alta valia, que já formam um precioso acervo.

Entre os nossos colaboradores permanentes, que tanto têm contribuído para valorizar as páginas de "Brasil Açucareiro", podemos mencionar: o Prof. Basílio de Magalhães, renomado estudioso da história brasileira, que está publicando nesta revista um largo estudo sôbre os primórdios do açúcar no Brasil; o Sr. Alberto Lamego, ilustre historiador da terra goitacá e um dos mais assíduos entre os nossos colaboradores; Dr. José Honório Rodrigues, historiador especializado no domínio holandês no Brasil, que acaba de realizar nas bibliotecas e arquivos dos Estados-Unidos importantes pesquisas sôbre questões históricas; Dr. Afonso Várzea, professor do Instituto de Educação, geógrafo de renome, autor da "Geografia do Açúcar no Leste Brasileiro", livro que escreveu após uma viagem que àquela zona lhe proporcionou o Instituto do Açúcar e do Álcool, e que acaba de entregar ao Sr. Prefeito Henrique Dodsworth o 1º volume da "Geografia do Distrito Federal", obra realmente notável que está escrevendo por incumbência da Prefeitura; Dr. Joaquim Ribeiro, um dos nossos mais autorizados folcloristas, a quem se deve um ensaio, em vias de publicação, sôbre o folclore do açúcar; Dr. Ademar Vidal, escritor e político paraíbano, que acaba de fazer um interessante trabalho sôbre a história do açúcar na Paraíba; jornalista Sodré Viana, também interessado no estudo do nosso folclore açucareiro; Sérgio Buarque de Holanda, historiador e crítico, que contribuiu com um interessante ensaio sôbre o bispo Azeredo Coutinho; escritor Luís Viana Filho, que escreveu um estudo sôbre o Intendente Câmara; Prof. Jerônimo de Viveiros, que se tem ocupado em nossas colunas da história do açúcar no Maranhão e outros assuntos.

Finalmente, queremos registrar o início, neste número, da colaboração do eminente professor Jaime Cortesão, mestre de história, de que é um dos mais destacados cultores em nosso idioma.

O trabalho, que estampamos adiante, da autoria do distinto pesquisador português, versa sôbre a cartografia açucareira e o seu significado histórico. Pelo seu caráter inédito, pela competência com que é tratada a matéria, pelas teses levantadas e pelas cartas que a acompanham, representa essa, sem dúvida, uma das contribuições mais importantes de "Brasil Açucareiro" ao estudo, não só da história do açúcar em nosso país, como em conseqüência, da história brasileira, encarada em conjunto.

*
* *

O Sr. Barbosa Lima Sobrinho, Presidente do Instituto do Açúcar e do Álcool, dirigiu ao Sr. Fernando Costa, Interventor Federal no Estado de São Paulo, a carta abaixo transcrita, e já divulgada pela imprensa daquela unidade da Federação:

"Rio de Janeiro, 11 de dezembro de 1944.

Tenho em meu poder a carta que V. Exa.

DIVERSAS NOTAS

A SAFRA DE 1944/45

Sôbre a safra corrente, em todo o território nacional, a Gerência do I.A.A. organizou o seguinte quadro:

	Sacos
Estoque em 30/4/44.	4.453.935
Produção até 15/11/44.	8.159.484
A distribuir.	12.613.419
Embarcado para o Uruguai.	98.588
Saldo.	12.514.831
Estoque em 15/11/44.	4.505.937
Consumido em 6 1/2 meses. . . .	8.008.894
— 1.232.140 sacos por mês.	

	Sacos
Estoque em 15/11/44.	4.506.000
A produzir na safra.	7.655.000
A dispor.	12.161.000
Consumo de 15/11/44 a 30/4/45.	6.776.770
Saldo.	5.384.230
Para o exterior.	316.412
A dispor em 30/4/45.	5.067.818
Norte — a distribuir de 1/5 a 30/9/45.	3.500.000
Remanescente em 30/9/45.	1.567.818

FINANCIAMENTO DE AÇÚCAR DE ENGENHO

O Presidente do I.A.A. recebeu da Cooperativa dos Banguezeiros de Pernambuco um telegrama de 5/12/44, solicitando seja a Delegacia Regional de Recife autorizada a iniciar a warrantagem de açúcar de engenhos. O estoque de açúcar de engenhos da Cooperativa já atingiu 161.000 sacos, não dispondo a mesma de recursos para atender ao pagamento das entradas que continuam a afluir aos seus depósitos e entrepostos. As disponibilidades bancárias da Cooperativa já se esgotaram.

Na sessão efetuada pela Comissão Exe-

---

me escreveu, acompanhando uma exposição feita pelo Sr. Humberto Consentino, que havia montado um engenho de açúcar batido em Piracicaba, para trabalhar com motor movido a gás pobre.

Não existe ainda nenhum pedido de inscrição do interessado, no Instituto. Para que o engenho funcione, porém, basta que o Prefeito do Município em que a fábrica está situada oficie ao Instituto, comunicando a instalação da fábrica, nos têrmos da Portaria n.º 49, da Coordenação da Mobilização Econômica.

Por fôrça dessa Portaria, o engenho terá, a título precário, uma quota até 400 sacos de açúcar. O Instituto, porém, já deliberou, sem sobretaxa, a produção total de tais engenhos, nos últimos planos de safra e manterá essa liberação enquanto não houver sinais evidentes de super-produção de açúcares baixos. Como verificaremos a superprodução? Pela queda dos preços, quando não seja mais remuneradora a produção. Isso, aliás, não nos parece provável e em qualquer situação procuraremos assegurar a sobrevivência de tôdas as fábricas que tenham sido fundadas na fase da guerra, para a produção de açúcar batido. A produção de rapadura é livre e continuará livre. Não há nenhuma idéia de restringir a sua fabricação, que já está garantida por lei. (Decreto-lei n.º 6.389, de 30 de março de 1944).

Aproveito a oportunidade para lhe informar que já foram inscritos no Instituto 279 engenhos em São Paulo, nos têrmos da Portaria 49, da Coordenação da Mobilização Econômica.

Sei que a noticia lhe será agradável, pois, me recordo de suas palavras em favor dessa produção de açúcares baixos.

Creia na sincera estima e alto aprêço de seu muito admirador".

cutiva do I.A.A., em 6 de dezembro último, o Sr. Gerente do Instituto informou que o financiamento de açúcar de engenhos, a partir da presente safra, se fará por intermédio do Banco do Brasil, em condições idênticas ao do açúcar de usinas e dentro do crédito aberto pelo Banco, no seu contrato com o Govêrno da União, por intermédio dos Ministérios da Fazenda e Agricultura. Esse contrato, entretanto, estava ainda dependendo da publicação do Decreto-lei, já assinado pelo Sr. Presidente da República, referente à autorização para a assinatura do contrato.

Considerando, entretanto, a situação de premente necessidade de recursos da Cooperativa dos Banguezeiros de Pernambuco, propôs o Gerente antecipasse o Instituto por conta das futuras operações, de suas próprias disponibilidades, até a importância de..... Cr$ 5.000.000,00, para início das operações de financiamento de açúcar de engenho, em Pernambuco. Logo que sejam iniciadas as operações de financiamento, por intermédio do Banco, a Cooperativa liquidará as importâncias que lhe houver adiantado o Instituto, por conta das mesmas.

A proposta da Gerência foi aprovada.

USINAS JUNQUEIRA

O Presidente do I.A.A. recebeu do Dr. Domingos Centola, advogado das Usinas Junqueira, o seguinte telegrama, datado de 11/12/44:

> "Comunico o completo restabelecimento do tráfego da estrada de ferro que liga a balança Nova Java às esteiras das Usinas Junqueira. Desde ontem, o transporte de canas está sendo feito pela referida ferrovia".

AÇÚCAR PARA A BOLÍVIA

Em sessão de 6/12/44, da Comissão Executiva do I.A.A. foi autorizada a venda de 25.000 sacos de açúcar granfina (pilé) para a Bolívia, em atenção a um pedido dos produtores de Pernambuco, que alegaram a necessidade de dar escoamento àquele tipo de açúcar, cujo único mercado nacional — o Rio Grande do Sul — está recebendo êsse produto em escala inferior à normal, por dificuldades ainda existentes nos transportes. O preço foi fixado em Cr$ 137,00 F.O.B. Recife, devendo o embarque se processar no decorrer do mês de dezembro de 1944 ou no de janeiro de 1945, mediante pagamento até 30/12/44, no caso de não se verificar o embarque antes dessa data.

Os intermediários da operação são as firmas E. G. Fontes & Cia. e Norton Megaw & Cia. Ltda., que a resolveram diretamente com a Cooperativa dos Usineiros de Pernambuco.

Acabam as duas referidas firmas de comunicar ao Instituto que receberam aviso de seu Agente em Montevidéu, por intermédio do qual se estava processando a venda do açúcar, de que a Bolívia não se interessava pela aquisição de açúcar granfina (pilé), preferindo receber açúcar cristal. Declaram, entretanto, as firmas E. G. Fontes e Norton Megaw que esperam que a venda do açúcar poderá ser transferida para a Argentina, nas mesmas condições das resolvidas para a Bolívia.

O Gerente do Instituto, expondo o assunto à Comissão Executiva, salientou que a exportação de açúcar granfina interessa sobremodo aos produtores de Pernambuco e, segundo os elementos apresentados na sessão anterior da Comissão Executiva, a situação da safra do Brasil comporta a exportação dêsse lote de açúcar.

Assim, opinou a Gerência por que seja autorizada a transferência da venda do lote de 25.000 sacos de açúcar granfina, da Bolívia para a Argentina, mantidas as condições que já haviam sido estabelecidas para o primeiro daqueles países.

A Comissão Executiva, considerando, na sessão ordinária de 13 de dezembro p. p., as informações prestadas, resolveu aprovar a proposta do Sr. Gerente, no sentido de autorizar a transferência da venda dos 25.000 sacos de açúcar granfina (pilé) da Bolívia para a Argentina, mantidas as condições de venda já estabelecidas para a Bolívia.

SOCIEDADE FLUMINENSE DISTRIBUIDORA DE AÇÚCAR LTDA.

A Sociedade Fluminense Distribuidora de Açúcar Ltda., em carta, dirigida ao Presiden-

te do I.A.A., em 13 de dezembro p. p., declarou que, pelas exigências da distribuição do açúcar das usinas fluminenses, de que é órgão único e exclusivo, e cuja distribuição está sujeita a zoneamento e quotas, e ainda devido às condições do transporte disponível, é obrigada a apelar para os produtores seus associados, no sentido de conservarem em estoque grande parte da produção de suas usinas. Esta medida é ditada pela necessidade de manter o equilíbrio da distribuição nos mercados consumidores.

Os associados recorrem, em virtude de tal situação, à Sociedade, pedindo financiamentos e adiantamentos e não pode deixar esta de atendê-los, uma vez que o açúcar se acha pràticamente à sua ordem.

A Sociedade não dispõe, entretanto, de recursos disponíveis suficientes para atender a êsses pedidos e vem solicitar ao Instituto um empréstimo de Cr$ 6.000.000,00 (seis milhões de cruzeiros), para êsse fim. O emprestimo é pedido pelo prazo de 3 anos, para pagamento em 3 prestações iguais, aos juros usuais, cobrados pelo Instituto em operações dessa natureza.

Em parecer sôbre o assunto, disse o Sr. Gerente julgar que a operação se deveria reger pelas de financiamento de açúcar, realizadas em Pernambuco, Alagoas e Sergipe, por intermédio do Banco do Brasil, com garantia subsidiária do I.A.A. Não estando, entretanto, ultimadas as medidas relativas ao registro da Sociedade Fluminense Distribuidora de Açúcar Ltda., não se acha a mesma em condições de operar com o Banco do Brasil.

O prazo da operação, se realizada com o Instituto, não deverá exceder de um ano, com a obrigação da Sociedade de liquidá-la mesmo antes dêsse prazo, no caso de, nesse período, ter iniciado suas operações de financiamento com o Banco do Brasil. Para garantia da operação, até sua final liquidação, a Sociedade depositará em conta especial, à ordem do Instituto, no Banco do Brasil, uma quota de Cr$ 3,00 por saco de açúcar que fôr vendendo, fazendo o I.A.A. o levantamento do saldo da conta, sempre que o entender, a crédito da conta da Sociedade. Os juros do empréstimo serão contados sôbre os saldos devedores, à razão de 4% ao ano.

A Sociedade não cobrará juros superiores a 4% ao ano aos seus associados, em operações decorrentes do empréstimo em aprêço.

A Comissão Executiva do I.A.A., em sessão realizada em 13 de dezembro último, aprovou a concessão do empréstimo, nas condições indicadas pelo Gerente do Instituto.

CONCURSO ESCOLAR

Do Sr. José Augusto de Lima, diretor da instituição colegial "A Formiga", da Divisão de Educação Extra-Escolar, do Departamento Nacional da Educação, recebeu o Instituto do Açúcar e do Álcool, datado de 4/12/44, um ofício, comunicando que, por iniciativa da referida instituição, se realizou um concurso, de que participaram centenas de alunos dos estabelecimentos de ensino secundário e comercial desta Capital, cujas bases estão anexas ao ofício em aprêço. Uma das provas do concurso teve por tema o açúcar: a sua história, a produção brasileira, derivados do açúcar, consumo e exportação.

Os elementos de que se serviram os alunos, para a realização do concurso, foram fornecidos pelo próprio Instituto e, assim, julga a Divisão de Educação Extra-Escolar que nenhum julgamento das provas se poderá revestir de mais exatidão e critério que o dos técnicos do Instituto. O Sr. José Augusto de Lima solicita, por isso, ao Sr. Presidente do Instituto que mande S. S.ª proceder à revisão das composições pelos técnicos do Instituto, atribuindo notas de 0 a 10 e tomando como referência a exatidão e valor da parte técnica dos trabalhos, sem preocupação de ordem literária.

O Presidente do I.A.A. indicou para examinadores das provas os Srs. Mário Lacerda, José Honório Rodrigues e Joaquim de Melo, do quadro de funcionários do Instituto.

"Açúcar e Álcool no Brasil"

Dr. Anibal R. de Matos

Preço . . . . . Cr$ 15,00
Pelo Correio . . . Cr$ 17,00

JOHN VAN NOSTRAND DORR

ANIVERSARIOS DOS QUAIS PARTICIPA THE DORR COMPANY

	Anos
Atividade na engenharia química e industrial Dr. J. V. N. Dorr	50
Classificador DORR para separação de sólidos	40
Sedimentador DORR thickener para engrossar sólidos	37
Clarificador DORR na Indústria química e sanitária	30
Clarificador DORR na Indústria Açucareira	25
Clarificador DORR na Indústria Açucareira Brasileira	20

O Brasil tem mais de 80 Clarificadores DORR nas Usinas de Açúcar

---

OS PROCESSOS E EQUIPAMENTO DE DESENHO DORR TRABALHAM NA PRODUÇÃO SEGUINTE :

Indústrias	Proporção DORRCO	Indústria	Produção diária
OURO	95%	Açúcar	20.000 toneladas
PRATA	95	Acido fosfórico	1.800 "
COBRE	93	FOSFATOS	14.000 "
CHUMBO	93	Soda cáustica	3.000 "
ZINCO	85	CIMENTO	3.200 "
NIQUEL	100	Areia (concreto)	225.000 "
ALUMINIO	100	Polpa de madeira	7.500 "

PARA MAIS INFORMAÇÕES ESCREVAM À

DIVISÃO PETREE & DORR DA DORR COMPANY

570 Lexington Av., New York 22, E. U. da América do Norte

LEGISLAÇÃO

DECRETO-LEI N.º 7.219-A — DE 30 DE DEZEMBRO DE 1944

Dispõe sôbre o Impôsto de Consumo

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta a seguinte

LEI DO IMPÔSTO DE CONSUMO

Primeira parte

Normas gerais

CAPÍTULO I

Disposições preliminares

Art. 1.º — O impôsto de consumo incide sôbre os seguintes produtos nacionais ou estrangeiros, discriminados nas Tabelas anexas:

(seguem-se as tabelas).

Tabela "A"

XII — Produtos Alimentares Industrializados;

Tabela "C"

XVIII — Álcool;
XIX — Bebidas;

Segunda parte

PRODUTOS ALIMENTARES INDUSTRIALIZADOS

O impôsto incide sôbre:

1.

cereais e farináceos, de procedência estrangeira, que se apresentarem moídos ou semi-moídos, em lâminas, flocos ou de qualquer outro modo beneficiados; farinhas alimentícias compostas, assim consideradas as misturas de quaisquer farinhas ou a adição, a uma ou a mais de uma, de açúcar, cacau, leite, ôvo ou outra substância que modifique suas propriedades alimentares; biscoitos e bolachas;

3

doces de qualquer espécie, preparados em calda, massa, geléia, e em açúcar cristalizado; frutas sêcas ou passadas, em calda ou em compota; chocolate de qualquer espécie ou qualidade e seus derivados, de qualquer forma apresentados; bombons, "fondants", crocantes, "nougate"; confeitos com ou sem recheio de qualquer qualidade; balas, caramelos, "marrons glacés", pastilhas de goma e outras, comprimidas ou não, e produtos semelhantes; café torrado ou moído e chá.

Impôsto de 5% para os produtos nacionais e de 7% para os produtos estrangeiros.

Notas

3.ª

A "nota fiscal" de que trata a letra a da Obs. 6.ª desta Tabela será substituída, quando se tratar de fabricante de açúcar, pela nota de remessa criada pelo Instituto do Açúcar e do Álcool (art. 36 do Decreto-lei número 1.831, de 4 de dezembro de 1939), devendo da mesma constar o valor total da mercadoria.

4.ª

Os fabricantes de açúcar são ainda obrigados a ter o livro modêlo 19 e a escriturá-lo de acôrdo com as instruções contidas.

Isenções

Estão isentos do impôsto:

a) o melado ou mel de engenho; o mel de abelha e a rapadura, de produção nacional;

Penalidades

Incorrem na multa de:

Cr$ 500,00 a Cr$ 1.000,00 — os que infringirem o disposto nas notas 3.ª, 4.ª e 6.ª

ÁLCOOL

O impôsto incide sôbre :

o de uva, cana, mandioca, milho ou batata, ou de qualquer fruta ou planta assim considerado o produto de mais de 74.º Gay Lussac.

Por 0,33 L (meia garrafa).	Cr$	0,04
Por 0,50 L (meio litro).	"	0,06
Por 0,66 L (garrafa).	"	0,08
Por 1 L (litro).	"	0,12

Os produtos de procedência estrangeira ficam ainda sujeitos ao impôsto de 50%, calculado sôbre o valor total das estampilhas a serem adquiridas de acôrdo com as bases de incidência, pago por verba.

Notas

1.ª

O impôsto incide sôbre o álcool que fôr empregado no próprio estabelecimento destilador, no preparo de misturas carburantes.

2.ª

O impôsto que incide sôbre os produtos desta alínea, ressalvados os casos da Nota 3.ª, será recolhido :

a) quando se tratar de venda a industriais — pelo fabricante, à repartição arrecadadora local, antes de iniciada a entrega do produto a consumo por meio da guia modêlo 6, organizada em três vias, de forma que nenhum produto saia da fábrica sem que o impôsto tenha sido prèviamente recolhido, e por meio da guia modêlo 4, nos outros casos; as guias, conhecimentos e notas fiscais serão lançados dentro de três dias no livro modêlo 26, com indicação do impôsto pago, o qual será deduzido do que houver sido recolhido adiantadamente, transportados os saldos por ocasião de encerramento mensal da escrita ;

b) quando se tratar de produto estrangeiro — pelo importador às Alfândegas e Mesas de Renda, por ocasião do despacho, mediante guia modêlo 5 ou 7, conforme o caso, organizada em três vias.

3.ª

O álcool vendido a comerciante varejista ou a particular é sujeito à selagem direta; a estampilha é a "cinta comum" que será aplicada parte na rôlha, cápsula ou tampo e parte no recipiente.

4.ª

Não é permitido o desdobramento do álcool em aguardente.

5.ª

E' vedada a baldeação de álcool acondicionado em barris, latas e garrafões de mais de 5 litros, no ato da entrega ao comprador, salvo quando fôr transportado em vagões-tanques, tonéis, pipas ou meias-pipas.

6.ª

O álcool simples vendido ou remetido a negociante varejista, registrado ou não, ou a consumidor, deverá estar acondicionado em recipiente cuja capacidade não exceda de um litro, excluídos desta restrição os estabelecimentos hospitalares e as repartições públicas.

7.ª

A verificação do teor alcoólico será feita sempre calculando-se a percentagem do álcool, em volume, pelo alcoômetro de Gay Lussac, de contrôle oficial, com divisões decimais, à temperatura de 15º C, obedecidas as regras analíticas legais.

8.ª

Os fabricantes, além das demais exigências de caráter geral desta lei e do que dispõem as Notas anteriores, são obrigados :

a) a remeter ou entregar ao comprador comerciante por grosso as estampilhas correspondentes aos produtos que tiverem de ser estampilhados fora da fábrica ;

b) a colar as estampilhas no recipiente que contiver o produto vendido a estabelecimento hospitalar ou repartição pública, inutilizando-as com a data da venda e número da nota fiscal respectiva ;

c) a mencionar no verso das estampilhas que acompanharem os produtos vendidos, além das declarações exigidas nesta lei, a numeração e a capacidade dos volumes em litros ;

d) a mencionar na nota fiscal, que são obrigados a extrair, as declarações de quantidade, qualidade e espécie do produto e a capacidade dos recipientes, expressa em litros ;

e) a gravar a marca, a procedência, o número do recipiente e sua capacidade expressa em litros: nos barris, em caracteres bem visíveis, a fogo ou por meio de carimbo com tinta indelével; nas latas e garrafões com mais de cinco litros, por meio de rótulos ;

f) a ter o livro modêlo 26 e o talão-nota de expedição modêlo A, criado pelo artigo 2.º do Decreto-lei n.º 5.998, de 18 de novembro de 1943, e a escriturá-los de acôrdo com as indicações nêles contidas.

9.ª

Os que receberem álcool com isenção do impôsto para aplicação na indústria ficam obrigados a escriturar todo o movimento do produto em livro próprio.

10.ª

As estampilhas de álcool vendido por comerciante e empregado como matéria prima de qualquer outro produto ou aplicado na indústria, serão recolhidas à repartição arrecadadora respectiva, na forma desta lei.

11.ª

Os comerciantes por grosso de álcool, além das demais exigências de caráter geral desta lei, são obrigados :

a) a engarrafar, selar e rotular o produto e sòmente assim vendê-lo a varejista ou a consumidor, salvo se o receberem em recipientes até 5 litros ou se o venderem a fabricantes, para aplicação na sua indústria ou a outro comerciante por grosso ;

b) a não abrir para venda a varejo os recipientes até 5 litros ;

c) a ter o livro modêlo 23 e o talão-nota fiscal modêlo 11, registrando diàriamente a entrada e saída dos produtos, o movimento das estampilhas recebidas e o das empregadas ou remetidas ao comprador.

12.ª

Aos comerciantes a varejo de álcool, além das demais exigências de caráter geral desta lei, cumpre ter todo o estoque do produto acondicionado em recipiente cuja capacidade não exceda de um litro.

Isenção

E' isento do imposto :

o álcool aplicado como matéria prima de produtos químicos ou vinhos licorosos e compostos, desde que os estabelecimentos fabris pertençam à mesma razão social, embora situados em locais diferentes.

Penalidades

Incorrem nas multas de :

a) Cr$ 500,00 a Cr$ 1.000,00 — os que infringirem o disposto nas Notas 3.ª, 5.ª, 8.ª, 9.ª e 11.ª, letra **c** ;

b) Cr$ 2.500,00 a Cr$ 5.000,00 — os que infringirem o disposto nas Notas 4.ª, 6.ª, 10.ª, 11.ª, letras **a** e **b** e 12.ª ;

c) Importância igual ao impôsto não recolhido, não inferior, a Cr$ 2.500,00 — os que infringirem o disposto nas Notas 1.ª e 2.ª

BEBIDAS

O impôsto incide sôbre: aguardente em geral: de qualquer modo obtida :

a) simples, de graduação alcoólica até 54º por :

0,33 L (meia garrafa).	Cr$	0,20
0,50 L (meio litro).	"	0,30
0,66 L (garrafa).	"	0,40
1 L (litro).	"	0,60

b) simples, de graduação superior a 54º; as de alcoolatos de plantas e as compostas, assim consideradas a "laranjinha" e outras adicionadas de caramelo, cascas, ervas, raízes ou essência, por :

0,33 L (meia garrafa).	Cr$	0,40
0,50 L (meio litro).	"	0,60
0,66 L (garrafa).	"	0,80
1 L (litro).	"	1,20

Notas

6.ª

A aguardente convertida em outra bebi-

da, fora da fábrica produtora, fica sujeita ao impôsto integral correspondente ao novo produto.

18.ª

Os fabricantes, exceto os de cerveja ou "chopp", além das demais exigências de caráter desta lei, são obrigados:

a) a ter o livro modêlo 23 e o talão-nota fiscal modêlo 11, escriturando-os de acôrdo com as indicações nêles contidas, facultando-se aos fabricantes de aguardente optar pelo livro modêlo 26;

b) a remeter ou entregar ao comprador as estampilhas correspondentes aos produtos que tiverem de ser estampilhados fora da fábrica;

c) a mencionar no verso das estampilhas que acompanharem os produtos vendidos, as declarações exigidas por esta lei;

d) a mencionar na nota fiscal que são obrigados a extrair as declarações de quantidade, qualidade e espécie do produto e a capacidade das vasilhas, expressa em litros;

e) a gravar a marca, a procedência, o número da vasilha e sua capacidade expressa em litros: nos barris, em caracteres bem visíveis, a fogo ou por meio de carimbo, com tinta indelével; e por meio de rótulos, nas latas e garrafões de mais de cinco litros;

f) a utilizar o medidor automático e cumprir as disposições do Decreto-lei n.º 3.494, de 13 de agôsto de 1941, quando fabricarem aguardente de cana;

g) a cumprir, no que lhes forem aplicáveis, as exigências das letras **a, b** e **c** da Nota 32.ª.

Isenções

Estão isentos do impôsto:

a) a aguardente nacional requisitada pelo Instituto do Açúcar e do Álcool para ser redistilada e transformada em álcool, etc.;

Penalidades

Incorrem nas multas de:

a) Cr$ 500,00 a Cr$ 1.000,00 — os que infringirem o disposto nas Notas 8.ª, .9ª, 17.ª, 18.ª letras **a, c, d** e **e**, 24.ª, 25.ª, 27.ª, 28.ª, 29.ª, 30.ª, letras **c** e **d**, e 32.ª letras **d, e, f** e **g**;

b) Cr$ 2.500,00 a Cr$ 5.000,00 — os que infringirem o disposto nas Notas 12.ª, 13.ª, 15.ª, 16.ª, 18.ª, letra **f**, 19.ª letra **d**, 20.ª, 21.ª, 22.ª, 23.ª e 30.ª, letras **a** e **b**, 31.ª e 32.ª letras **a, b, c, h, i, j** e **k**.

Terceira parte

ÍNDICE DE MODELOS

12 — Nota de remessa de açúcar.
19 — Livro de produção de açúcar.
26 — Livros de movimento de fábrica de álcool e aguardente.

N. da S. Pb. — Os modêlos referidos no presente Decreto-lei constarão de avulsos da Série I. N. Divulgação, expostos à venda a partir de 8 do corrente.

(D. O., 5-1-45).

BAHIA

DECRETO-LEI N.º 375 — DE 28 DE NOVEMBRO DE 1944

Institui a classificação obrigatória dos produtos agrícolas, seus sub-produtos e resíduos de valor econômico, destinados à exportação interestadual e à industrialização.

O Interventor Federal no Estado da Bahia, usando da atribuição que lhe confere o art. 6.º, item V, do Decreto-lei federal número 1.202, de 8 de abril de 1939,

DECRETA:

Art. 1.º — Fica instituída a classificação obrigatória dos produtos agrícolas, seus sub-produtos e resíduos de valor econômico, em todo o território do Estado e que se destinem, à exportação interestadual e à industrialização.

§ Único — Os produtos agrícolas, seus sub-produtos e resíduos de valor econômico destinados à exportação para o estrangeiro continuarão a ser classificados e fiscalizados em rigorosa observância ao Decreto-lei federal n.º 334, de 15 de março de 1938, e seu res-

pectivo Regulamento aprovado pelo Decreto Federal n.º 5.739, de 29 de maio de 1940, na conformidade do "Acôrdo" celebrado entre o Estado e o Govêrno da União, em 16 de setembro de 1940.

Art. 2.º — Na classificação referida no art. 1.º serão observadas as normas e padrões estabelecidos por leis, decretos, regulamentos e outros atos federais.

Art. 3.º — O Govêrno do Estado poderá executar diretamente os serviços de que trata o art. 1.º ou delegar poderes para sua execução.

Art. 4.º — Os exportadores de produtos agrícolas do Estado ficam sujeitos a registro anual obrigatório e gratuito no Departamento de Indústria e Comércio, da Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio.

Art. 5.º — A fiscalização da execução deste Decreto-lei, bem como do "Acôrdo" em vigor, delegado à Bolsa de Mercadorias e Valores da Bahia, mediante Decreto estadual número 11.920, de 17 de junho de 1941, caberá à Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio, através do Departamento de Indústria e Comércio, que se reservará o direito de baixar atos supletivos, respeitadas as disposições federais sôbre o assunto.

Art. 6.º — Êste Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, e será regulamentado no prazo de 30 dias.

Art. 7.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio do Govêrno do Estado da Bahia, em 28 de novembro de 1944. — **Renato Aleixo**, Interventor Federal. — **P. Campos Porto.**

(D. O., Bahia, 29-11-44).

BANGUEZEIROS DE PORTO CALVO EM VISITA AOS DE SÃO MIGUEL, EM ALAGOAS

Na segunda quinzena de novembro do ano passado, uma comitiva de banguezeiros de Pôrto Calvo, em Alagoas, recentemente agrupados em cooperativa para fundação de uma usina, dirigiu-se ao município de São Miguel dos Campos, em visita de cordialidade e incentivo a seus companheiros dali, ora empenhados na montagem de moderna fábrica de açúcar, sob moldes cooperativistas.

Compunham a caravana os Srs. Rui Palmeira e Raul Dias Cardoso, respectivamente Diretor-gerente e Diretor-secretário da Cooperativa Central dos Plantadores de Canas de Alagoas, João Martins do Rêgo Barros, Pedro Buarque Sucupira e Manuel Marques de Almeida, Presidente, Gerente e Diretor-secretário da Cooperativa dos Plantadores de Cana de Pôrto Calvo, e o Comendador Ferreira e Edgar Antunes, do Conselho Administrativo da mesma Cooperativa; Manuel de Barros, Presidente da Cooperativa Agrícola de Pôrto Calvo; João Cavalcante, João Cesar, Rodrigo Carneiro de Almeida, Presidente, Diretor-gerente e Secretário da Cooperativa de São Miguel dos Campos; Agnaldo Cavalcante, Hilton Almeida, Júlio Soriano, Manuel Palmeira Sampaio, Fausto Palmeira Ferro e Americano Palmeira Ferro.

Em São Miguel dos Campos, foram os visitantes recebidos pelas autoridades e elementos representativos da lavoura local, dirigindo-se todos às obras de construção da usina. O salão de máquinas está quase pronto, com a cobertura completa; o boeiro, de 50 metros de altura, já está levantado e a maquinaria aguarda apenas o término de pequenos trabalhos complementares para sua instalação e funcionamento.

Os visitantes ainda percorreram várias fazendas e plantações canavieiras das vizinhanças, admirando o trabalho de construção de uma estrada de rodagem ligando São Miguel a vários engenhos importantes, a qual foi delineada e concluída exclusivamente pelos banguezeiros locais.

Antes de regressar, a comitiva foi homenageada com um jantar na fazenda Sta. Teresa. Falando em agradecimento, o Sr. Rui Palmeira proferiu rápido discurso, salientando a necessidade de uma mais ampla assistência ao caboclo, o que seria mais fácil de realizar com a evolução do banguê para a usina cooperativa, onde o lucro da indústria é lucro da lavoura. E assim poderá a lavoura solucionar seus problemas, com maior margem para amparar os que nela mourejam. Disse ser intenção da Cooperativa dos Banguezeiros contratar um técnico para orientar seus associados, visitando-lhes as terras, retirando amostras, corrigindo velhas idéias e incutindo o interêsse pelos métodos modernos de aproveitamento do solo. Debateu, também, o problema da assistência médica ao trabalhador canavieiro, fornecendo detalhes do plano elaborado por um profissional, a pedido da Cooperativa.

Fêz ver a contribuição do Instituto do Açúcar e do Álcool na solução equânime de todos os problemas que compõem o complexo açucareiro, o incentivo da autarquia às cooperativas, com o apoio financeiro, a promulgação do Estatuto da Lavoura Canaveira e várias outras medidas que evidenciam estarem bem enquadradas as questões do campo e da fábrica por que cumpre controlar e dirigir uma das mais antigas indústrias do Brasil.

CONSTRUTORA de DISTILARIAS e INSTALAÇÕES QUIMICAS S. A.

CAPITAL SOCIAL REALIZADO : Cr$ 15.000.000,00

Oficinas : **SÃO PAULO**
Rua Passo da Pátria, 1515
Alto da Lapa — Bela Aliança.
Caixa : 3161 - Fone: 5-0617

Teleg. "CODIQ"

Escritório no **RIO**
Praça 15 de Novembro, 42-3.º pav
(Salas 301/302)
Caixa : **3354** - Fone : **23-6209**

A MAIOR ORGANIZAÇÃO BRASILEIRA NO RAMO DA CONSTRUÇÃO DE DISTILARIAS DE ÁLCOOL E INSTALAÇÕES QUÍMICAS

Área dos terrenos pertencentes à Cia. — 45.000 m²

600 operários, 60 técnicos e empregados

Fundição de bronze, ferro e aço

Fábrica própria de **moto-bombas**

Construção de material de **usinas de açúcar**

Contratou, de 1941 a fins de 1943, **51 distilarias de álcool etílico, tôdas construídas no Brasil,** partindo de melaço, cana, mandioca, milho, laranja e bananas, das quais 30 já funcionando, 12 em montagem e 9 em construção.

Construiu, no **ramo de distilação,** distilarias de: acetona, álcool butílico, éter sulfúrico, aguardente fina de laranja e banana; benzol, xistos, carvão e madeira.

A capacidade de produção diária das distilarias de álcool construídas por CODIQ é de 345.000 litros, tendo duplicado, desta forma, a capacidade de produção das distilarias de álcool anidro existentes no Brasil, antes da guerra

COMISSÃO EXECUTIVA DO I. A. A.

Publicamos nesta seção resumos das atas da Comissão Executiva do I.A.A. Na seção "Diversas Notas" damos habitualmente extratos das atas da referida Comissão, contendo, às vêzes, na íntegra, pareceres e debates sôbre os principais assuntos discutidos em suas sessões semanais.

68.ª SESSÃO ORDINARIA, REALIZADA EM 22 DE NOVEMBRO DE 1944

Presentes os Srs. Barbosa Lima Sobrinho, Otávio Milanez, Castro Azevedo, Antônio Corrêa Meyer, J. Bezerra Filho, José Carlos Pereira Pinto, Moacir Soares Pereira, Álvaro Simões Lopes, Luis Dias Rollemberg, João Soares Palmeira, Cassiano Maciel e Joaquim Alberto Brito Pinto.

Presidência do Sr. Barbosa Lima Sobrinho.

Expediente — Constou do seguinte: telegrama do presidente do Sindicato dos Lavradores da Bahia, felicitando o I.A.A. pela atitude assumida nos casos das Usinas Junqueira; do Interventor federal em Minas Gerais, agradecendo uma comunicação.

Bonificação de álcool — Em vista do parecer do Sr. Pereira Pinto, que concordou com a proposta do Sr. Moacir Pereira, resolve-se autorizar o pagamento das bonificações sôbre álcool a que têm direito várias usinas do Estado do Rio.

Safra de álcool — O Sr. Presidente manda ler dados organizados pela Seção de Fiscalização e referentes à safra de álcool no Estado do Rio.

Estatuto da Lavoura Canavieira — Com referência ao combate da praga da cigarrinha nos canaviais de Sergipe, comunica o Sr. Adrião Caminha Filho que o Interventor naquele Estado concordou em adquirir 40 toneladas de óleo Diesel.

Transporte de açúcar — Resolve-se autorizar o escoamento até 300.000 sacos de açúcar de Sergipe pelo pôrto de Salvador, mediante uma bonificação de 10 cruzeiros por saco.

Alteração de maquinaria — Dá-se vista ao Sr. Castro Azevedo do processo referente a uma consulta feita pelo Sr. M. Nascimento Júnior sôbre a instalação de um tríplice-efeito em engenho de sua propriedade.

Incorporação de quotas — Autorizam-se as seguintes: à Usina Rio Branco, Minas Gerais, — a do engenho de Daví Gomes de Souza; à Usina Pedrão, Minas Gerais — a do engenho de Antônio Francisco de Almeida; à Usina Petribu, Pernambuco — a do engenho de Luis Xavier Gaião; à Usina N. S. Aparecida, São Paulo — as dos engenhos de Antônio Alves da Silva, Francisco Waldemirim e Antônio Oriani & Irmãos; à Usina Paraiso, São Paulo — a do engenho de Severino Gonçalves de Rezende; à Usina Serro Azul, Pernambuco — 50% da quota do engenho Acutinga, de Álvaro Bezerra Cavalcanti.

Conversão de quotas — À Usina Santa Teresa, Pernambuco, as quotas dos engenhos Mauriti e Jardim são convertidas, respectivamente, em 2.222 e 1.600 toneladas de canas.

Incorporação provisória — E' deferido o processo de interêsse da Usina Monte Alegre, São Paulo.

— A C. E. manda arquivar os processos de interêsse das Usinas Bomfim e Esmeril, Minas Gerais; Cia. Agro-Industrial de Goiana, Pernambuco.

— E' indeferido o processo de interêsse de Ademar Martins, Minas Gerais.

Registro de alambiques — Autoriza-se a averbação no processo de interêsse de Joaquim Procópio de Araujo Carvalho, São Paulo.

— Idêntico despacho no processo de interêsse de João Crisóstomo Filho, Ceará.

— Nos processos de interêsse de José Orôncio Moreira, a C.E. resolve indeferir o pedido de montagem de uma turbina açucareira e autoriza a averbação, no registro do engenho, de um alambique.

Limitação — Em caráter definitivo, resolve-se conceder o aumento de 2.421 sacos no limite da Usina Laranjeiras, Estado do Rio, de acôrdo com a Resolução 74/43.

Inscrição de fábricas — Aprovando os pareceres da Seção Jurídica, a Comissão Executiva autoriza o registro das fábricas de rapadura, álcool e aguardente, dos interessados abaixo relacionados, ratificadas as demais exigências constantes dos pareceres aprovados:

De Rapadura: de Francisco de Almeida Brito, Pedro Severiano da Cunha, Antônio Alves de Carvalho Trapiá, Salvador Alves Lousada, Pedro Francisco de Medeiros (proc. anexo n.º 3.374/42).

De Álcool: de João Grandene, Antônio Sabino de Carvalho.

De Aguardente, de Antônio Ângelo dos Santos, João Chaves de Araujo, Isaías Ribeiro Garça, Tomaz de Aquino Santos, Zeferino Alves Pereira, Engenhos Reunidos Ltda., João Rodrigues Rocha, José Rodrigues Rocha, Castro & Junqueira, Albino Bergamo & Penteado,, Ciro W. de Sousa e Silva e Joaquim F. de Almeida Prado, Otávio Gaspar de Araujo, Rodolfo Roberto Ratzlaf, Beno Lang, Eugênio Denicoló, Ângelo Furlaneto Neto, Reinoldo Cristiano Grave, Willi Grim, Salustiano P. Flores, Armindo Gehrke & Irmãos, João Bortolin, João Brodoni, De David & Irmão, Antônio Dalcin.

— Raimundo Henrique Moreira Casé — Minas Gerais — Deferido.

Majoração de quota — Artur Marinho Wanderley — Pernambuco. Autoriza-se a elevação para 1.200 sacos.

Transferência de proprietários, com remoção e instalação de alambique — João Batista de Albuquerque e João Inácio de Sousa — Pernambuco. Autoriza-se a averbação da transferência de local e proprietário, mantido o limite anual da fábrica em 50 sacos e averbada a instalação do alambique.

69.ª SESSÃO ORDINARIA, REALIZADA EM 29 DE NOVEMBRO DE 1944

Presentes os Srs. Barbosa Lima Sobrinho, Otávio Milanez, J. Bezerra Filho, Moacir Soares Pereira, Álvaro Simões Lopes, Luis Dias Rollemberg, Joaquim Alberto Brito Pinto, Aderbal Novais, João Soares Palmeira, Antônio Corrêa Meyer e José Carlos Pereira Pinto.

Presidência do Sr. Barbosa Lima Sobrinho.

Estocagem — A C.E. autoriza a venda das apólices recebidas da Prefeitura pela desapropriação de parte do terreno que o I.A.A. adquirira do Domínio da União e resolve incumbir o engenheiro James Osborne do estudo do plano das obras para instalação de um depósito na parte restante do referido terreno.

Venda de álcool industrial — Tendo o Instituto de Bebidas em Geral solicitado novo aumento de 20 centavos no preço da venda do álcool industrial nesta capital, resolve-se dar vista do processo ao Sr. Moacir Soares Pereira.

Auxílios e donativos — Por proposta do Sr. Otávio Milanez, resolve-se aprovar uma dotação de 10 mil cruzeiros para a execução do "stand" do I.A.A. na Galeria Getúlio Vargas, no Ministério do Trabalho.

— O Sr. Presidente faz uma comunicação a respeito da possibilidade de participar o I.A.A. do plano elaborado pelo Ministério da Agricultura para o aproveitamento da Cachoeira de Paulo Afonso.

Estação Experimental do Curado — De acôrdo com o parecer da Gerência, resolve-se que o pagamento da subvenção concedida à Estação Experimental do Curado sòmente deverá ser feito quando se constituir o Conselho Fiscal da mesma.

Fornecimento de cana — De acôrdo com o que sugeriu no seu parecer a Secão de Assistência à Producão, remete-se para a Secão Jurídica o memorial do Sindicato dos Lavradores de Cana da Bahia referente à fixação de quotas de fornecimento.

Precos legais — Autoriza-se o pagamento à S. A. Magalhães da importância de Cr$ 64.365.00, referente à taxa de que trata a Resolução 87/44.

Producão de acúcar — A C.E., de acôrdo com a solicitacão do interventor no Paraná, autoriza a liberacão de 6.000 sacos de açúcar da Usina Bandeirante do Paraná Ltda.

Quota do Distrito Federal — De acôrdo com o parecer da Gerência, manda-se arquivar o processo de interêsse do Sr. Manuel Freire Teles Barreto, proprietário da Usina Aroeira, em Sergipe.

Tabelamento de cana — Em face da reclamacão apresentada pelo Sr. Joaquim Alberto Brito Pinto sôbre irregularidades verificadas no pagamento de canas de fornecedores, no Estado do Rio, nas safras 1941/42 e 1942/43, resolve-se encaminhar o assunto ao Procurador Regional Togo de Barros para dirigir os levantamentos propostos nos processos com a cooperação da Delegacia Regional da Inspetoria de Campos.

— Dá-se vista ao Sr. João Soares Palmeira do memorial do Sindicato da Indústria do Açúcar da Paraíba, recorrendo do preço fixado pela Delegacia Regional para a tonelagem de cana.

Usina Pedrosa — Com referência ao processo de interêsse da Usina Pedrosa, Pernambuco, resolve-se que a referida fábrica poderá substituir açúcar granfina pelo refinado da sua produção, aprovando-se no mais o parecer da Gerência.

Usina Santa Teresa — Com referência a uma consulta da Cia. Agro-Industrial de Goiana, proprietária da Usina Santa Teresa, resolve-se: "A Comissão Executiva não se opõe à refinação de açúcar para os mercados estrangeiros, subordinada a exportação às possibilidades de saídas de açúcar do país. A distribuição das quotas de exportação de refinado será feita pela Cooperativa ou Associação de Classe do Estado respectivo. Fora dessas circunstâncias, será mantido o parecer do Sr. Gerente."

70.ª SESSÃO ORDINARIA, REALIZADA EM 6 DE DEZEMBRO DE 1944

Presentes os Srs. Barbosa Lima Sobrinho, Álvaro Simões Lopes, Otávio Milanez, Antônio Corrêa Meyer, J. Bezerra Filho, José Carlos Pereira Pinto, Luis Dias Rollemberg, Moacir Soares Pereira, Cassiano Pinheiro Maciel, Joaquim Alberto Brito Pinto, João Soares Palmeira.

Presidência do Sr. Barbosa Lima Sobrinho.

Expediente — Constou de um telegrama do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas e Pecuários, manifestando solidariedade ao I.A.A. no caso das Usinas Junqueira.

Producão de aguardente — Aprova-se o parecer da Seção de Estudos Econômicos no caso da Usina Ilha Bela, R. G. do Norte, que está fabricando aguardente, quando dispõe de aparelhagem para fabricar álcool.

— Aprova-se o parecer da Seção de Estudos Econômicos para o fim de se mandar excluir os engenhos de aguardente que possuem alambique para álcool dos dispositivos da Resolucão 96/44.

Financiamento — Resolve-se deferir o pedido da Cia. Açucareira Vieira Martins, prorrogando-se o vencimento da primeira prestação do seu empréstimo, no valor de Cr$ 311.500,00 para o dia 6 de maio de 1945.

Precos legais — A C. E. toma conhecimento, por ofício do Chefe da Seção Jurídica, da denúncia apresentada ao Tribunal de Segurança contra o Prefeito da cidade de Pontal, São Paulo, Sr. José Leone Pupo, acusado de sonegar açúcar e vender acima do preço legal.

Tabelamento de canas — De acôrdo com o parecer do Sr. João Soares Palmeira, resolve-se fixar em Cr$ 58,35 a tonelada de cana de fornecedores, no Estado da Paraíba, na safra atual.

Averbação de transferência de proprietários de refinaria de açúcar — Sebastião Manuel de Vasconcelos — Estado do Rio de Janeiro — Deferido.

Retificação de despacho — Usina Monte Alegre — Minas Gerais. Autoriza-se o aumento definitivo de 38 sacos.

Inscrição de fábricas de rapaduras — Aprovando os pareceres da Seção Jurídica, a Comis-

ATOS DO PRESIDENTE DO I. A. A.

O Sr. Barbosa Lima Sobrinho, Presidente do Instituto do Açúcar e do Álcool, despachou os seguintes processos:

ESTADO DE ALAGOAS:

Proc. 3.837/43 — Benedito da Rocha Holanda Cavalcante e João Constantino Gomes Ferreira — Maragogi — Transferência de engenho — Deferido, em 29-11-44.

4.541/43 — João Marcos Filho e João Marcos Filho (Herds.) — Água branca — Transferência de engenho — Deferido, em 29-11-44.

4.251/43 — José Miguel dos Santos e José Miguel dos Santos (Herds.) — Água Branca — — Transferência de engenho — Deferido, em 29-11-44.

1.853/41 — Gastão Tenório Lins — Muricí — Alagôas — Transferência de engenho de Antônio Severiano Lopes Filho — Deferido. em 1-12-44.

3.876/42 — Pedro Viana de Oliveira e João Dutra Calado — Maceió — Transferência de engenho de aguardente — Deferido, em 1-12-44.

ESTADO DA BAHIA:

14.993/44 — Francisco José de Azevedo e Bruno José do Nascimento — Paramirim — Transferência de engenho de rapadura — Deferido, em 27-11-44.

19.586/44 — Manuel Vitorino de Brito — Nazaré — Modificação de inscrição de açúcar para rapadura — Deferido, em 27-11-44.

6.448/41 — Francisco Felix de Sousa e Maria Eunice de Sousa — Santa Terezinha — Transf. de engenho de aguardente — Deferido, em 1-12-44.

ESTADO DO CEARA':

19.047/44 — Leocádia Maria de Aguiar — Ibiapina — Remoção de engenho para o Sitio "Bica" no mesmo Município — Deferido, em 27-11-44.

3.394/41 — Alipio de Castro Moura — S. Gonçalo — Aumento de quota — Arquive-se, em 29-11-44.

5.424/41 — Antônio Martins Pereira — Cascavel — aumento de limite de rapadura — Arquive-se, em 29-11-44.

5.417/41 — Antônio Oséas Gomes de Melo — Ubajara — Aumento de limite de rapadura — Arquive-se, em 29-11-44.

4.314/41 — Antonio Pinheiro da Costa — Senador Pompeo — Aumento de quota — Arquive-se, em 29-11-44.

4.439/41 — Felemon Ferreira de Magalhães — Senador Pompeo — Aumento de quota — Arquive-se, em 29-11-44.

5.056/41 — Franci Aragão Soares — (Vva.) Ipú — Aumento de limite de rapadura — Aprovado, em 29-11-44.

1.334/43 — João Gonçalves de Oliveira e Manoel Cassiano de Sá — Missão Velha — Transferência de engenho de rapadura e remoção — Deferido, em 29-11-44.

2.881/40 — Paulo Banhos — São Benedito — Transferência de engenho de Manuel Simão Mesquita — Anexo: 4.995/40 — Aprovado, em 29-11-44.

L.R. 1.380/40 — Alexandre Gonçalves de Almeida — Baixo — Limitação de engenho rapadureiro — Aumento de limite de rapadura — Arquive-se, em 1-12-44.

1.135/42 — Antônio Esmeraldo — Joazeiro — Aumento de limite de rapadura Anexos: 1.463/40 — 1.780/39 — 573/36 — Arquive-se, em 1-12-44.

7.063/40 — Antônio Manoel de Sousa (Vva.) — Tianguá — Aumento de limite de rapadura — Arquive-se, em 1-12-44.

4.332/41 — Clovis Augusto de Sousa — Ubajara — Aumento de quota — Arquive-se, em 1-12-44.

1.979/41 — Domingos José da Costa — Quixadá — Aumento de quota de rapadura — Arquive-se, em 1-12-44.

---

são Executiva autoriza o registro das fábricas de rapadura dos interessados abaixo relacionados, ratificadas as demais exigências dos pareceres aprovados: Manuel Sizenando Gomes, Manuel Carneiro de Carvalho, Francisco Teixeira de Barros (Herds.), Minervino Coelho da Silveira, João Canuto da Silva, Benedito Carvalho, Antônio José de Faria, Benvindo de Melo Cardoso, Benedito Firmino, Caetano José Duarte, Benedito Rodrigues da Silva, Deolindo Antônio de Faria, Benedito de Campos, Custódio Salomão de Pontes, Antônio Camilo de Miranda Sobrinho, Benedito Cardoso de Siqueira, Camilo de Miranda Carvalho, Bento Ribeiro de Oliveira, Benedito de Sousa Prado, Benedito de Sousa Franco, Francisco Rodrigues de Sousa, Antônio José da Costa Sobrinho, Antônio Batista dos Santos, Eugênio Bueno de Faria, Antônio José da Silva, Eurico Freire de Almeida, Emídio Salustiano Pereira, Manuel Pinheiro dos Santos, Manuel Lopes dos Santos, Francisco Barbosa da Silva, Donato Gomes Barbosa, Antônio Maciel de Oliveira, Evaristo José da Silva, Antônio Rodrigues Moreira.

Aumento de limite — Com fundamento nos pareceres da Seção Jurídicia, anexos aos processos abaixo relacionados, a Comissão Executiva resolve conceder os seguintes despachos:

Fábricas de açúcar — Recursos providos — Elevação das primitivas quotas de produção a saber, de: Manuel Gomes da Rosa, José de Araujo Pereira, José Bezerra dos Santos (Vva.), Pedro Augusto de Almeida, João Cavalcanti de Albuquerque (devendo saldar o débito com o Instituto), Paulo Rollemberg Lessa de Albuquerque.

5.042/40 — José Fernandes da Costa — Tianguá — Aumento de quota de rapadura — Arquive-se, em 1-12-44.

5.382/41 — José Soares de Oliveira — Ipú — Aumento de limite de rapadura — Arquive-se, em 1-12-44.

871/41 — Luiz Gonzaga Barbosa — Pacotí — Aumento de quota de rapadura — Deferido, em 1-12-44.

5.030/40 — Miguel Severiano de Araujo — Viçosa — Transferência de engenho de José Manuel de Carvalho e aumento de quota de rapadura — Anexo: L.R. 1.322/40. — Deferido, em 1.12-44.

502/40 — Osindo Pacheco — Viçosa — Transferência do engenho de Onesindo Pacheco e aumento de quota de rapadura — Aprovado, em 1-12-44.

889/41 — Pedro Alves Madeiros — Pacotí — Aumento de quota de rapadura — Arquive-se, em 1-12-44.

880/41 — Tobias José Pereira (Herds.) — Pacotí — Aumento de quota de rapadura — Arquive-se, em 1-12-44.

215/42 — Tomaz Gonçalves de Lemos — Lavras — Aumento de limite de rapadura — Arquive-se, em 1-12-1944.

DISTRITO FEDERAL :

15.416/44 — Alvaro Pinto de Oliveira — Rio de Janeiro — Consulta sôbre a impossibiildade de moagem na Usina "S. Miguel", no Estado de Mato-Grosso — Aprovado, em 27-11-44.

ESTADO DO ESPIRITO SANTO :

1.475/43 — Adelino Costa Júnior e Manuel Ildefonso de Carvalho — João Pessôa — Transferência de engenho de aguardente — Deferido, em 29-11-44.

23.071/44 — Nelson Simão Tanure — Alegre — Permissão para comerciar com álcool-motor — Restitua-se, em 11-12-44.

ESTADO DE GOIAZ :

6.909/40 — Adelina Alves Aquino e Sansão Ribeiro de Sousa — Santa Luzia — Transferência de engenho de rapadura — Deferido, em 1-12-44.

48/42 — Aureliano Luis Ferreira (viuva) e Graciano Mendes do Vale — Campo Formoso — Transferência de engenho — Deferido, em 1-12-44.

ESTADO DO MARANHÃO :

5.738/41 — Raimundo Alves Lima ou Salustiana Alves Lima e João Novais de Freitas — Baixo Mearim — Transferência de engenho de açúcar e aguardente — Deferido, em 29-11-44.

2.205/39 — Antonio Febrônio de Vasconcelos — Balsas — Montagem de engenho — Deferido, em 1-12-44.

ESTADO DE MINAS GERAIS :

13.280/44 — Glicéria Eurides da Silva e Ricardo Bachião — Nova Rezende — Transferência de engenho de rapadura — Deferido, em 27-11-44.

864/42 — João Luis Ferreira Sobrinho — Arassuaí — Modificação de inscrição de rapadura para aguardente — Aprovado, em 27-11-44.

1.088/44 — Mario Pires Lage — Presidente Vargas — Modificação de incrição de açúcar para rapadura — Deferido, em 27-11-44.

4.132/43 — Armenia Guimarães — Estrela do Sul — Baixa de inscrição — Deferido, em 29-11-44.

1.913/43 — Daniel Rodrigues Coelho e Francisco Rabelo Campos — Virginópolis — Transferência de engenho e remoção — Deferido, em 29-11-44.

349/36 — Francisco Antônio de Oliveira — Estrela do Sul — Reforma de engenho — Arquive-se, em .9-11-44.

3.985/43 — Firmino Pereira Damasceno e Pio Lopes de Oliveira — Januária — Transferência de engenho de rapadura — Deferido, em 29-11-44.

4.114/43 — Joaquim Pires da Costa e Patrocínio Martins de Paula — Januária — Transferência de engenho de rapadura — Deferido, em 29-11-44.

4.310/43 — José Maria Candeias e João Gonçalves de Carvalho — Alpinópolis — Transferência de engenho de açúcar — Deferido, em 29-11-44.

3.355/43 — Marcelino Fernandes da Silva e Antônio Candido de Sousa — Curvelo — Transferência de inscrição de engenho e remoção — Deferido, em 29-11-44.

4.173/43 — Melquiades de Sousa Brito e Ricardo Pereira da Conceição — Januária — Transferência de engenho de rapadura — Deferido, em 29-11-44.

5.533/42 — Argêo Franco e Galdino Norberto de Paula — Cabo Verde — Transferência de engenho — Deferido, em 1-12-44.

1.120/40 — Carlos Teixeira Avelar — Conceição — Modificação de registro e transferência de José Vieira Braga — Deferido, em 1-12-44.

944/39 — Corlate de Araujo Leal — Viçosa — Fixacão de quota e transferência de Manuel Romualdo de Lima — Deferido, em 1-12-44.

1.067/42 — Cristiano Eduardo de Macêdo — Cornelio Francisco de Sales — Nova Rezende — Transferência de engenho de rapadura — Deferido, em 1-12-44.

496/42 — Francisca Augusta de Lima e José Luis Pereira — Campestre — Transferência de engenho — Deferido em 1-12-44.

4.089/42 — José Joaquim da Silva e Júlia Carolina de Oliveira — Divisa Nova — Transferência de engenho — Deferido, em 1-12-44.

26.277/44 — José Babo da Silva e Bernardino José da Silva — João Pinheiro — Transferência de engenho e remoção do mesmo — Deferido, em 11-12-44.

4.301/43 — Otávio Furtado de Mendonça e Olegário Furtado de Mendonça e Saint-Clair Furtado de Mendonça — S. J. Nepomuceno — Transferência de engenho de açúcar e aguardente — Deferido, em 11-12-44.

4.588/40 — Silvino Silvério de Sousa — Leopoldina — Incorporação de quota à Usina Pedrão — Indeferido, em 11-12-44.

ESTADO DO PARA':

4.242/42 — Ferreira & Filho e Ferreira & Cia. — Abaeté — Transferência de engenho — Deferido, em 1-12-44.

ESTADO DA PARAIBA:

699/37 — Olivio Maroja Câmara — Guarabira — Transferência dos maquinismos do engenho "Salema", situado no município de Mamanguape para o de Guarabira, onde se denominará engenho "Violeta". Anexo: 700/37. — Arquive-se, em 1-12-44.

ESTADO DE PERNAMBUCO:

3.393/43 — Beatriz Teixeira Valença — Quipapá — Transferência de engenho e mudança de nome do referido engenho. — 4.363/42 — 1.355/38 — Deferido, em 29-11-44.

1.537/40 — Modesto Gomes de Morais — Aliança — Transferência de engenho de José Xavier Carneiro — Anexo: 6.844/40 — 6.285/41 — Aprovado, em 29-11-44.

38.880/44 — Cincinato de Alencar Sete — Exú — Solicita um empréstimo de Cr$ 50.000,00 — Indeferido, em 11-12-44.

40.421/44 — Companhia Agrícola União Industrial de Pernambuco S/A — Indústrias Luis Dubeux S/A. — Escada — Modificação de firma — Deferido, em 11-12-44.

40.423/44 — João Antônio Colaço Dias e Feliciano do Rego Cavalcanti de Albuquerque e João Pessôa de Queiroz — Nazaré — Transferência de engenho e remoção — Aprovado, em 11-12-44.

40.422/44 — José Manuel Wanderley e Maria Amelia de Siqueira Brito Wanderley e Filhos — Serinhãem — Transferência de engenho — Deferido, em 11-12-44.

40.428/44 — Teófilo Frederico do Rego — Goiana — Autorização para venda de maquinismo — Deferido, em 11-12-44.

ESTADO DO PIAUI:

3.689/41 — José Richelieu de Andrade e João Justino de Brito — Parnaíba — Transferência de engenho — Deferido, em 1-12-44.

ESTADO DO RIO:

44.078/44 — Usina São Diogo Ltda. — Campor — Requer o reinício da fabricação de açúcar de acôrdo com a capacidade da fábrica ou com a quota que lhe fôr fixada. — Indeferido, em 22-11-44.

23.063/44 — Erthal Irmãos & Cia. — Vargel, ex-Bom Jardim — Permissão para comerciar com álcool-motor — Arquive-se, em 27-11-44.

23.069/44 — Francisco Nogueira de Almeida — Campos — Permissão para comerciar com álcool motor — Deferido, em 27-11-1944.

23.068/44 — Acacio D'Almeira Varejão — Teresópolis — Permissão para comerciar com álcool-motor — Aprovado, em 29-1-44.

23.057/44 — Eudóxio Andrade — Maricá — Permissão para comerciar com álcool-motor — Arquive-se, em 29-11-44.

23.062/44 — Osório & Companhia — Três Rios — Permissão para comerciar com álcool-motor — Restitua-se, em 11-12-44.

ESTADO DE SANTA CATARINA:

762/43 — Augusto Brand — Concórdia — Baixa de inscrição de engenho de açúcar — Deferido, em 29-11-44.

763/43 — Eduardo Zimke — Concórdia — Baixa de inscrição de engenho de açúcar — Deferido, em 29-11-44.

8.681/44 — Martinho José Machado — Jaguaruna — Isenção pagamento do imposto no ano de 1944. — Arquive-se, em 29-11-44.

ESTADO DE SÃO PAULO:

11.880/44 — Natal Masson e Predial São João S/A — Coroados — Transferência de engenho de açúcar — Indeferido, em 17-11-44.

966/43 — Armazens Distribuidores Ciabos Ltda. — São Paulo — Montagem de refinaria de açúcar — Deferido, em 29-11-44.

2.198/43 — Atilio Suchese — Monte Aprazivel — Inscrição de engenho de açúcar, rapadura e aguardente — Deferido, em 29-1-44.

2.455/43 — João Nantes Junior — Ararí — Registro de procuração — Arquive-se, em 29-11-44.

204/41 — Soc. Construtora de Distilarias, Indústrias Químicas Ltda. S. Paulo — Pedindo registro para aparelho de distilação, retificação e desidratação de álcool — Restitua-se à repartição de origem, em 29-11-44.

3.458/41 — Florencio Barbosa Franco — Serra Azul — Transferência de engenho para Rubens de Carvalho Ferreira — Deferido, em 1-12-44.

4.498/42 — Onofre Pires Dias e José Benedito dos Santos — Redenção — Transferência de engenho de rapadura — Deferido, em 1-12-44.

ESTADO DE SERGIPE:

1.526/43 — Osório Vieira de Melo — Rosário — Consultas sôbre sua Usina. — Arquive-se, em 11-12-44.

Indice alfabético e remissivo
de
"Brasil Açucareiro"
Do I° ao XIII° volume
Preço . . . . . Cr$ 5,00

S. A. LES USINES DE MELLE

ALCOOL ANIDRO

Processo de recuperação das leveduras

Fabricação direta do álcool absoluto

USINAS	Capacidade de produção por 24 horas
Amália	10.000
Baixa Grande	5.000
Barcelos	20.000
Bom Jesus	5.000
Brasileiro	15.000
Catende	30.000
Cambaíba	10.000
Conceição	15.000
Cucaú	15.000
Junqueira	20.000
Laranjeiras	15.000
Maravilhas	15.000
Miranda	10.000
Paineiras	5.000
Pontal	10.000
Pumatí	22.000
Queimado	15.000
Quissamã	15.000
Santa Cruz	15.000
Santa Luisa	5.000
Santa Maria	10.000
Santa Teresinha	30.000
São José	25.000
Serra Grande	12.000
Tanguá	15.000
Timbó-Assú	7.000
Tiúma	22.000
Trapiche	15.000
Volta Grande	5.000

INSTITUTO DO AÇUCAR E DO ALCOOL

Distilaria Central Estado do Rio	60.000
Distilaria Central Presidente Vargas	60.000
Distilaria Central Ponte Nova	20.000
32 distilarias	553.000 litros de capacidade diária

FERMENTAÇÃO

MELLE—BOINOT

Processos azeotrópicos de desidratação

USINAS	Capacidade de produção por 24 horas
Amália	10.000
Baixa Grande	5.000
Barcelos	20.000
Bom Jesus	5.000
Brasileiro	15.000
Cambaíba	15.000
Conceição	15.000
Cucaú	15.000
Cupim	20.000
Fazenda Lidia	5.000
Laranjeiras	15.000
Leão (Utinga)	10.000
Maravilhas	15.000
Miranda	10.000
Outeiro	30.000
Paraiso (Tocos)	15.000
Piracicaba	15.000
Pontal	10.000
Porto Feliz	20.000
Pumatí	22.000
Pureza	6.000
Queimado	15.000
Quissamã	15.000
Roçadinho	7.000
Santa Bárbara	8.000
Santa Cruz	15.000
Santa Luisa	5.000
Santa Maria	10.000
Sapucaia	6.000
São José	30.000
Serra Grande	15.000
Tanguá	15.000
Timbó-Assú	7.000
Tiúma	22.000
Trapiche	15.000
Vassununga	5.000
Vila Raffard	20.000

INSTITUTO DO AÇUCAR E DO ALCOOL

Distilaria Central Presidente Vargas	60.000
Distilaria Central da Bahia	12.000
Distilaria Central Ponte Nova	20.000
40 distilarias	595.000 litros de capacidade diária

ESTABILIDADE ABSOLUTA

FUNCIONAMENTO SIMPLES

ECONOMIA DE MATERIAL

ECONOMIA DE COMBUSTIVEL

NOTAVEL AUMENTO DE RENDIMENTO
MAIOR CAPACIDADE DE PRODUÇÃO
TRABALHO SEGURO E QUASE AUTOMATICO
MELHOR QUALIDADE DO ALCOOL FABRICADO

na fermentação de:
açúcar, melaço, caldo de cana, mandioca e cereais.

Representante geral no BRASIL:

ROBERTO DE ARAUJO

RIO DE JANEIRO

Av. Presidente Vargas, 149 — 9.º andar — salas 17/18 — Tel 23-3081

DECISÕES ADMINISTRATIVAS

MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Divisão de Orçamento

O Ministro de Estado, atendendo, em parte, de acôrdo com o parecer do Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais, em ofício n.º 4.834, de 15 de dezembro de 1944, ao que requereu a Companhia Docas da Bahia,

Resolve aprovar, para o pôrto de Salvador, cencedido à requerente, as tabelas de taxas organizadas pelo referido Departamento, as quais com esta baixam devidamente rubricadas, e não serão aplicadas aos seguintes gêneros de primeira necessidade:

Açúcar, arroz beneficiado, batatas doces ou inglêsas, banha e gorduras, carnes verdes (inclusive congelada), carne sêca, farinha de mandioca, farinha de milho, feijão sêco, bananas, laranjas, leite fresco, ovos, peixes frescos, verduras, legumes, e gado em pé.

Rio de Janeiro, 8 de janeiro de 1945. — **João de Mendonça Lima.**

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PORTOS, RIOS E CANAIS

Novas tarifas para o pôrto da Bahia, aprovadas por portaria n.º 5, desta data

Tabela "A" — Utilização do pôrto — Taxas devidas pelo armador

Número, espécie e incidência.

Taxas gerais:	Valor Cr$
1. Por tonelada de mercadoria carregada, descarregada ou baldeada no pôrto..	0,60
Taxas especiais:	
2. Por quilograma de mercadoria embarcada ou desembarcada no cáis de pequena cabotagem, no de 1.50, no de saneamento e no cáis e rampas de doca do mercado destinadas ou vindas do interior do Estado.	0,0046
3. Por quilograma de mercadoria transportada pelos vapores das linhas do Recôncavo.	0,0046

Isenções:

São isentos dos pagamentos destas taxas:

3.º) Os legumes, frutas, hortaliças, mariscos frescos, caças, ovos, raízes, resina, plantas para ornamentação e medicinais, mobílias usadas, esteiras, abanos, cordas, vassouras, objetos de palha, louça de barro, cereais e açúcar até 4 sacos, farinha até 6 sacos, aves até 30 cabeças, desde que formem o carregamento de cada embarcação que acostar ao cais e rampas designados na taxa n.º 2.

Tabela "D" — Armazenagem interna — Taxas devidas pelos danos das mercadorias

6. Gêneros de produção do Estado da Bahia, nos armazéns ou pátios destinados à cabotagem:

a) cacau, açúcar, café, sal e mamona, por saco:

	Cr$
No primeiro mês.	0,33
No segundo mês.	2,20
No terceiro mês	3,30
No quarto mês.	4,40

(D. O., Rio — 10/1/45).

MINISTERIO DA AGRICULTURA

Aviso n.º 10.973, de 21 do mês p. findo, solicitando reconsideração da decisão de 3-10-44. que recusou registro ao contrato celebrado entre o Govêrno da União, o Estado de Pernambuco, o Instituto do Açúcar e do Álcool, a Cooperativa dos Usineiros e a Cooperativa dos Banguezeiros e Fornecedores de Cana de Pernambuco, para o desenvolvimento do programa de trabalho da Estação Experimental de Curado, Recife, Pernambuco (P. G. 2.821). — O Tribunal manteve a decisão anterior de 3-10-44, por seus fundamentos, por não ter sido cumprida a diligência ordenada em sessão de 26-9-44 no sentido de: a) — para, mediante têrmo aditivo, constar expressamente a dotação orçamentária a cuja conta corre a despesa, bem como o respectivo empenho (art. 775, § 1.º. c, do R. G. C. P. e art. 25, § 8.º, do Decreto-lei n.º 426, de 12-5-38); b) — para ser feita prova dos poderes dos signatários do acôrdo para representarem o Estado de Pernambuco e as Cooperativas que firmaram o mesmo acôrdo, bem como as da personalidade jurídica da observância da lei dos dois têrços em relação às citadas Cooperativas.

Foram votos vencidos os Srs. Ministro Oliveira Viana e A. Alvim Filho, quanto ao fundamento que acrescentavam à decisão supra, isto é, por não haver lei autorizando a lavratura do têrmo em causa.

Nada mais havendo que tratar, o Senhor Ministro Presidente designou o dia 14 do corrente mês, às 13 horas, para a seguinte sessão ordinária, declarando encerrados os trabalhos.

E, para constar, lavrou-se a presente ata, que vai subscrita e assinada. Eu, João Salse Secretário, a subscrevi. — Ruben Rosa, Presidente.

(D. O., 13-12-44).

COORDENAÇÃO DA MOBILIZAÇÃO ECONOMICA

COMISSÃO DE ABASTECIMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Resolução n.º 145, de 15 de dezembro de 1944

O Superintendente Interino da Comissão de Abastecimento do Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria n.º 114, de 24 de julho de 1943, do Sr. Coordenador da Mobilização Econômica, e

Considerando que um dos elementos computados para a fixação dos atuais preços do açúcar do Norte foi o valor do frete em vapor nacional.

Considerando que têm chegado a êste Estado partidas de açúcar transportadas em vapores estrangeiros, cujo frete é mais elevado que o dos nacionais.

Considerando que não se deve desprezar essa possibilidade de incrementar os transportes de açúcar para São Paulo.

Resolve :

Autorizar os importadores de açúcar do Norte a faturar a diferença de frete quando a mercadoria fôr transportada em vapor estrangeiro.

A diferença de frete entre navio nacional e estrangeiro será fixada por esta Superintendência, para cada caso, à vista dos documentos e constará das requisições expedidas pelo Contrôle e Distribuição de Açúcar.

O açúcar transportado por navio estrangeiro será fornecido, de preferência, às indústrias consumidoras do produto.

Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Paulo, 15 de dezembro de 1944. **J. C. Gomes dos Reis** — Superintendente Interino

("Diário do Executivo", São Paulo, 16-12-44.)

"O INSTITUTO DO AÇUCAR E DO ALCOOL E A USINA JUNQUEIRA

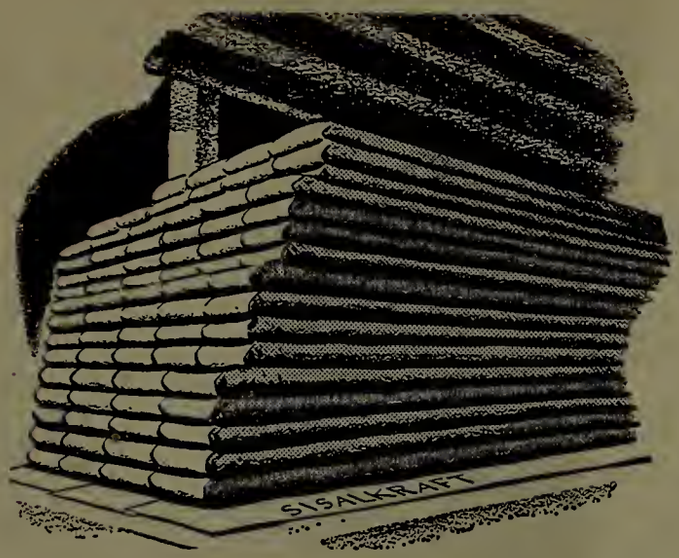
A "Folha da Manhã", do Recife, edição de 16 de novembro último, publicou o seguinte:

"Recebemos a revista mensal do I.A.A., referente ao mês de agôsto do corrente ano que, sob o título: "O Instituto do Açúcar e do Álcool e a Usina Junqueira", insere dois artigos e 4 documentos anexos tratando da rumorosa questão havida entre o I.A.A. e a Usina Junqueira.

O primeiro dêsses artigos já havia sido dado a público, na seção "Política Açucareira", do número de julho do "Brasil Açucareiro", órgão oficial do I.A.A.

Ambos os artigos em aprêço vêm esclarecer, de vez, a questão surgida e o quanto e porque da participação do I.A.A. no caso que, a princípio, parecia só dizer respeito à justiça, para resolver de uma ação proposta contra a Usina Junqueira.

Os 4 documentos anexos também se referem à questão em aprêço e constituem uma base irrefutável para a exposição dos fatos, contida nos artigos."



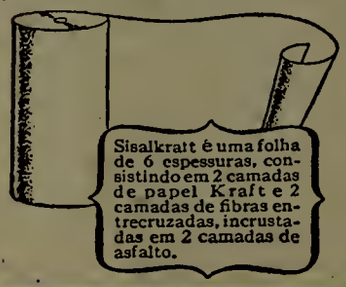
Valha-se do SISALKRAFT

para minorar as perdàs de peso e por deterioração

O açúcar é um produto de inestimavel valor nestes dias, tanto como alimento como na química de guerra. Por isso, é mais importante que nunca evitar a deterioração e a perda de peso por motivo da umidade.

Os armazenistas compreendem o caso e muitos deles se têm valido do método Sisalkraft de proteção contra a umidade. Em poucas palavras, eis o processo seguido, quer se trate de pavimentos de cimento ou de madeira. Cubra o pavimento do armazem com papel SISALKRAFT e amontoe sobre essa camada os sacos, na forma de costume. (Entre o SISALKRAFT e os sacos não é preciso usar nenhuma proteção). Sendo muito forte e à prova de água, o SISALKRAFT impede em absoluto a passagem de umidade através do pavimento e, consequentemente, a deterioração do açúcar ensacado. Em casos de extrema umidade, é tambem conveniente cobrir completamente os montões de sacos, para evitar que a umidade os atinja por cima ou dos lados.

Peça-nos hoje mesmo informações completas.



Sisalkraft tomou o seu lugar no esforço de guerra das Nações Unidas, e talvez não seja obtido em toda ocasião. Isto se deve às dificuldades de transporte, etc.; mas estamos fazendo os maiores esforços para manter seu país devidamente abastecido.

THE SISALKRAFT CO.
205 WEST WACKER DRIVE · CHICAGO, E.U.A.
LONDRES, INGLATERRA SYDNEY, AUSTRALIA

DISTRIBUIDOR: CASA HILPERT S.A.
Av. Rio Branco, 26 - 15.º andar — Rio de Janeiro

RACIONAMENTO DO AÇÚCAR EM 1945

O racionamento do açúcar, iniciado em algumas cidades brasileiras, com os transtornos acarretados ao suprimento do mercado interno pela guerra submarina no litoral do país, prosseguiu em 1945.

O sistema adotado para o corrente ano, se bem que em linhas gerais siga o adotado no início daquela medida, apresenta, contudo, algumas modificações de caráter mais prático, conseqüência da experiência adquirida e de melhor conhecimento de dificuldades específicas do problema.

Êste ano, as autoridades do Serviço de Racionamento da Coordenação da Mobilização Econômica resolveram entregar ao público uma caderneta única, agrupando cupões para aquisição de carne e açúcar. Visando facilitar a operação até para pessoas analfabetas, os novos talões apresentam desenhos e côres característicos: os do açúcar são em rosa e mostram um canavial; um boi sôbre fundo vermelho serve para distinguir os cupões de carne.

Cada caderneta, com numeração, código, nome, enderêço e número de pessoas da família do consumidor, serve para o ano inteiro.

O Serviço de Abastecimento, num esfôrço louvável para atender prontamente, nesta capital, a cêrca de 446.000 interessados registrados no seu cadastro, organizou uma rêde de distribuição, de maneira a evitar os inconvenientes e aborrecimentos das filas. Com 932 açougues, 242 escolas e postos municipais. 25 postos, permanentes e 1 posto central, na própria sede do Serviço, totalizando 1.200 unidades, puderam os encarregados proceder à distribuição de tôdas as cadernetas apenas em 3 dias.

Para facilitar a tarefa, as cadernetas eram enviadas aos postos por ordem numérica, bastando apenas o consumidor apresentar o cartão de racionamento de carne, já vencido, e receber em troca a correspondente caderneta, com os mesmos números, nome e enderêço do consumidor já preenchidos pelo S. R.

No dia 30 de dezembro do ano findo, caminhões do Serviço de Racionamento distribuíam pelos postos pacotes contendo as cadernetas, de modo a que, no máximo até o dia 4 de janeiro de 1945, pudessem os consumidores retirar a quota de açúcar correspondente à 1.ª quinzena do mesmo mês.

A quantidade "per capita" ainda é a mesma, isto é, 1 quilo de açúcar.

Os cupões são dispostos, em função da data, da direita para a esquerda, de modo a facilitar o seu rápido destaque. Os extraviados, canhotos do registro de açúcar ou cartões de carne, tiveram um prazo à parte para sua solução. Quanto aos estabelecimentos de habitação ou uso coletivo (hospitais, asilos, colégios, pensões e restaurantes), o S. R. também estabeleceu prazo e local especiais para a respectiva troca de cadernetas, evitando possíveis confusões, como sucede sempre em trabalhos daquela ordem.

ESTIMATIVA DOS RENDIMENTOS DE CANA E AÇUCAR

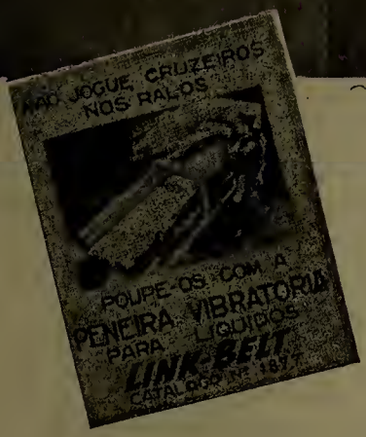
Em uma memória lida perante a 17.ª Conferência Anual da Associação de Técnicos Açucareiros de Cuba, os Srs. Rafael Pedrosa e Secundino Gonzalez informam que as estimativas, antes da colheita, dos rendimentos de cana e caldo, tais como são feitas naquele país, deixam muito a desejar. Em regra, as estimativas baseiam-se sobretudo no aspecto que oferece a folhagem da cana, levando-se em conta também outros fatores, tais como o rendimento do campo no anto anterior e a precipitação durante a época de crescimento. Mesmo quando suplementados por testes do refratômetro no caldo de colmos selecionados, são demasiado vagos para ter um valor prático.

Para substituir êsse método, propõem os autores que o campo seja cuidadosamente medido, fazendo-se um cálculo do número de touceiras em uma área selecionada para a colheita de amostras. A informação desejada pode-se obter dos registros da operação de plantio, que mostrarão a largura das fileiras e o número de touceiras em cada fileira. Pode-se aplicar uma correção para a média de falhas, a qual, no cálculo dos autores, foi de 10 por cento. Cortam-se tôdas as canas de uma touceira representativa da área escolhida, as quais são moídas no laboratório. Anota-se o pêso de cada produto — tôda a cana, bagaço e caldo — fazendo-se uma análise pelos métodos correntes. Dos elementos assim conseguidos, é possível calcular os prováveis rendimentos da cana com segurança. Em geral, faz-se a estimativa um mês antes do início da moagem. No período seguinte, a cana amadurece, aumentando o teor de açúcar. Para se levar em conta êsse aumento, multiplica-se a percentagem do rendimento calculado da amostra pelo fator rendimento da safra anterior menos o rendimento calculado da safra corrente, dividido pelo rendimento da safra corrente.

No seu método, os autores consideram ainda outros elementos, tais como o tipo do solo, a época de plantio, a variedade e a qualidade da cana, planta ou soca. As despesas para realizar êsse trabalho, dizem êles, são insignificantes e não agravam o custo da produção.

Estas notas foram colhidas em um resumo do trabalho daqueles técnicos cubanos, publicado em "Sugar".

PENEIRANDO O CALDO
À MANEIRA LINK-BELT



A peneira vibratória LINK-BELT, ideada especialmente para trabalhar líquidos, proporciona um método moderno e econômico para o peneiramento fino do caldo. Dispomos de tamanhos diferentes de peneiras, conforme a quantidade de caldo ou o grau de perfeição, que se deseja na operação.

Escreva hoje mesmo pedindo um exemplar do catálogo n.º 877, enviando-nos também detalhes do problema, que o detem, para que providenciemos a respeito.

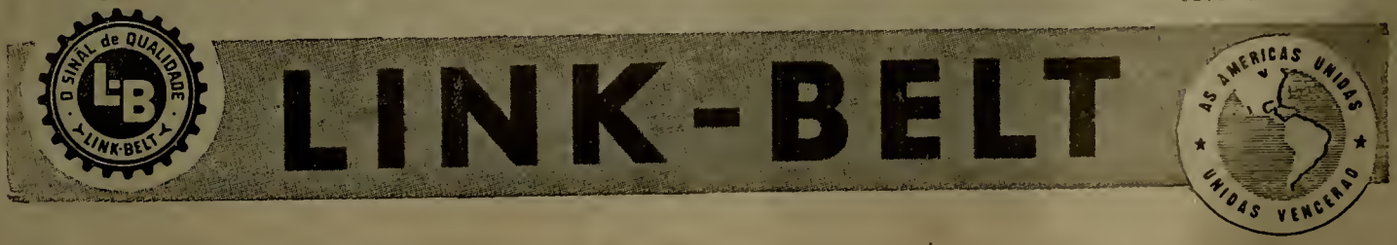
LINL-BELT COMPANY

Engenheiros — Fabricantes — Exportadores — Estabelecidos em 1875
233 Broadway, Nova York (7), N. Y., E. U. A. Endereço telegráfico: "LINKBELT"
Representantes:
CIA. IMPORTADORA DE MÁQUINAS
Rua José Bonifacio, 93 - 7º — São Paulo
Rua Visconde de Inhaúma, 65 - 3º — Rio de Janeiro

Entre outros produtos para usinas de açúcar, LINK-BELT dispõe de: Basculadores de cana — Guindastes e transportadores de cana — Guinchos — Mesas de alimentação de cana — Esteiras e transportadores de cana — Niveladores de cana — Esteiras intermediárias — Pranchas para transportadores de cana e esteiras intermediárias — Filtros de caldo — Esteiras, portas e alimentadores de bagaço — Transportadores de rosca, acessórios e transmissões — Misturadores de paleta e dissolvedores — Elevadores de caçamba — Elevadores e empilhadores de sacos — Correntes e rodas dentadas para esteiras de cana, intermediárias e de bagaço, filtros, elevadores e transportadores — Correntes de cilindros Silverlink — Transmissões de corrente silenciosa Silverstreak — Redutores de velocidade — Reguladores de velocidade — Ligações — Rolamentos de esferas e rolos em metal Babbitt — Tensores (peças de ajustamento) — Anéis retentores — Embraiagens — Bocais pulverizadores — Secadores a quente e refrigeradores Roto-Louvre, etc...

Peçam o Catálogo de Maquinaria de Usinas n.º 1.640 (Sugar Equipment Book N.º 1.640).

9276 - D



OS PROBLEMAS DO AÇÚCAR NA PALAVRA DO MINISTRO DA AGRICULTURA

Por ocasião da sua recente viagem a Pernambuco, em 22 de novembro do ano passado, esteve o Sr. Apolônio Sales, Ministro da Agricultura, em visita à sede da Cooperativa dos Usineiros de Pernambuco, onde foi recebido solenemente pela diretoria daquele importante órgão de classe, mundo oficial e numerosos elementos da indústria açucareira e lavoura canavieira daquele Estado.

O titular foi saudado pelo Presidente da Cooperativa, Sr. Luís Dubeux Junior, que salientou estarem a lavoura e a indústria reunidas naquele instante, para terem os seus representantes um contacto direto com um Ministro de Estado que está honrando o Ministério e cumprindo, de modo brilhante, seu mandato.

Ali estavam para ouvir a palavra de um patrono da classe, de um mestre, como o era o Sr. Apolônio Sales. Todos estavam ansiosos por ouvir os seus conceitos, porque sabiam que o Ministro da Agricultura sòmente alimentava um desejo: servir a Pernambuco e ao Brasil.

O ministro Apolônio Sales dirigiu-se, então, aos usineiros e plantadores de cana presentes. Disse que não era seu propósito pronunciar uma palestra. Apenas fôra ali fazer uma visita de cumprimento aos usineiros e fornecedores, como uma prova de que costuma cultivar as amizades, e de que não poderia esquecer os seus amigos da lavoura canavieira.

Acentuou que essa era a lavoura máxima. Fôra a bandeira dos canaviais que alicerçara, no passado, a economia brasileira.

Depois de onze meses de ausência de Pernambuco, era com verdadeira satisfação que voltava a seu Estado e entrava em contacto com os representantes dessa lavoura e dessa indústria.

Aproveitava, assim, a oportunidade, para falar sôbre a situação do açúcar no Brasil, que atingira, agora, a uma situação de há muito desejada: de quase equilíbrio entre o que se produz e o que se consome. Isso fôra conseguido graças à atuação do Instituto do Açúcar e do Álcool, "criação providencial do Presidente Getúlio Vargas".

Contudo, atualmente, devíamos estar atentos, pois o que se verifica em todo o mundo é uma profunda reforma: a reforma provocada pela escassez ou cerceamento do braço trabalhador.

O Ministro Apolônio Sales refere-se em seguida, à solução que se procura dar, em todos os países, a êsse angustioso problema, citando, como exemplo, as máquinas colhedoras, que tivera oportunidade de observar no Havaí e de que tem notícias de uso nos Estados-Unidos.

A base de todos os esforços para vencer as situações seria, pois, melhorar cada dia mais a produção das matérias primas, conseguir uma lavoura produzida econômicamente, embora isso sòmente fôsse conseguido com um trabalho árduo.

Necessário se fazia, dessarte, uma arregimentação experimental, dentro das próprias zonas para as diversas qualidades de cana. Está se verificando uma degeneração das qualidades de cana, como, por exemplo, da 2878, mesmo quando cultivada com perfeita adubação.

A idéia dessa arregimentação experimental não lhe era nova; de há muito que a expusera. Visitara a mais perfeita Estação Experimental do mundo, em Honolulu, e ela deveria ser tomada como exemplo.

O Ministro Apolônio Sales apelou para os interessados, no sentido de manterem íntima cooperação com a Estação Experimental Oficial, a de Curado, em nosso Estado, e a de Campos, no Rio de Janeiro. Sòmente assim seria possível sair do âmbito dos relatórios, das idéias e das esperanças, para uma realização prática.

Considere-se um grande passo a criação do Conselho Técnico Fiscal, composto de representantes do govêrno estadual, Ministério da Agricultura, Instituto do Açúcar e do Álcool, Cooperativa dos Usineiros, Cooperativa dos Banguezeiros e Fornecedores de Cana e outras organizações interessadas.

Os planos de ação dêsse Conselho, êle os punha à escolha dos técnicos, ressaltando que a sua única preocupação era a melhoria da lavoura e que essa deveria ser, também, a meta dos trabalhos do Conselho.

Prosseguindo na sua exposição, o Sr. Apolônio Sales disse que fôra aos Estados-Unidos e lá empregara todos os esforços para conseguir um técnico em genética da cana de açúcar para vir para o Brasil, contratado pelo Ministério. A sua ação, porém, fôra inteiramente frustrada, e essa era a primeira dificuldade que se lhe antolhava.

A falta de técnicos saídos das nossas escolas, o govêrno estava procurando remediá-la, enviando, após os exames necessários, os mais capazes dêsses jovens para curso de aperfeiçoamento nos Estados-Unidos.

Outra grande dificuldade para a solução do problema do açúcar eram os transportes. O açúcar muito sofreu com isso, mas, "graças à operosidade dos seus industriais e dos órgãos de defesa, conseguira atravessar o mais galhardamente possível, a difícil conjuntura".

O Ministro Apolônio Sales refere-se elogiosamente à ação do Instituto do Açúcar e do Álcool e à segurança com que, através de tôda a sorte de dificuldades, o Presidente Getúlio Vargas vem dirigindo a Nação. Termina concitando aos usineiros e plantadores de cana a que, hoje e sempre, tenham "para com o Chefe do Govêrno nacional o reconhecimento de que êle é merecedor".

*
* *

A convite do Sr. Luís Dubeux e em nome dos

O INSTITUTO E A ECONOMIA DE APÓS-GUERRA

Celso Filho

Nota-se em tôda parte uma verdadeira ànsia por um após-guerra organizado. Não se abre mais uma revista técnica sôbre qualquer assunto, que lá não se encontre escritos aconselhando organização e aparelhamento para a competição comercial que seguirá ao atual conflito.

Esta a grande verdade do momento presente. Os que deixarem, para acordar, quando a competição dos já preparados no novo postulado campear livremente, acordarão num mundo que não mais lhes cabe porque êste próprio mundo cogita febrilmente de se organizar a si próprio.

Acontece que êste mundo a surgir dos escombros da guerra virá dentro de esquemas traçados **a priori.** Para indicá-lo estão aí a Conferência Monetária, a Conferência de Alimentação de Hot Spring, a de Dumbarton Oaks, a Carta do Atlântico, etc., tôdas de caráter internacional.

Dentro das nações, nada melhor para ilustrar esta tese como o exemplo que nos vêm dando os países recém-libertados, principalmente a França. Medidas drásticas e indispensáveis são tomadas; o Estado intervém e controla as indústrias para elevá-las ao alto nível da produção necessária, levando em conta, por outro lado, o interêsse do trabalhador nacional. Desprezar êste último fator significa nenhuma experiência ter sacado da guerra e encaminhar-se para outras piores no campo social.

Os senhores da economia francesa, por não terem compreendido estas verdades a tempo, ao invés de uma remodelação suave como vamos tendo nós, começam a ver suas indústrias encampadas pelo Estado.

PLANIFICAÇÃO E LIBERALISMO

Vem acontecendo, porém, um fenômeno interessante. Se as grandes cabeças das democracias procuram entender-se para o estabelecimento de uma ordem futura planificada e justa, dentro das nacionalidades se agitam ainda interêsses individuais e de grupos, querendo tirar partido desta planificação mundial. Isso todavia não é possível e nem será consentido, porque levaria a outro desajustamento com outras guerras. Para evitá-las, terão as nações o direito de adotar medidas coercivas contra êstes indivíduos e êstes grupos.

Caso idêntico teve de enfrentar o Instituto do Açúcar e do Álcool. Quando limitou a produção, esta limitação trouxe, como primeira e salutar conseqüência, uma estabilidade de preço. A estabilidade, por outro lado, fêz logo com que brotasse nas cabeças tontas a vontade de produzir livremente para vender pelo novo preço estável. Não queriam enxergar que isto levaria a um círculo vicioso e à inutilidade do órgão de contrôle.

Mas, devemos olhar a coisa pelo seu lado humano. Um século de livre concorrência deixou marcas profundas no espírito dos homens. Convém pois persuadí-los primeiro, mostrando que está em jôgo sua própria sobrevivência; acima dela, a da Nação e, coroando tudo, a paz e harmonia em tôda a terra.

Cabe, pois, pela Nação, ao Govêrno, por seus órgãos especializados, mostrar aos indivíduos esta verdade presente. Se não quiserem compreender, a sorte da Nação não pode ser comprometida e ao Govêrno competirá fazê-los compreender.

---

elementos da lavoura canavieira e da indústria açucareira, falou, em agradecimento à visita do Ministro Apolônio Sales, o Prefeito Novais Filho. Disse que o titular da Agricultura havia falado como profundo conhecedor do assunto. E, por isso, a sua sugestão da experimentação conjunta, entre o Estado e os interessados, fôra tão bem recebida.

Na realidade, é com alegria que a classe vê esboçar-se, agora, essa sugestão de têrmos em Pernambuco uma estação experimental de sementes, criadas no nosso clima para o nosso próprio clima.

Referiu-se à indiferença de governos passados que deixaram exclusivamente aos ombros dos plantadores de cana a árdua misão de cultivar sementes. Relembrou a ação dos Cavalcanti, de Cachoeira Lisa e do Engenho São Caitano, que conseguiram produzir sementes de cana ainda hoje aproveitadas com os melhores resultados.

Continuando, disse que os pernambucanos têm vencido pela sua grande vontade de vencer e mais do que nunca precisavam de estímulo e auxílio. Todos confiavam na ação do Sr. Apolônio Sales, que é um grande técnico e conhecedor dos nossos problemas açucareiros.

*
* *

Falando, após, o Sr. Amaro Cavalcanti agradeceu a referência do Prefeito Novais Filho a seu pai, Antônio Cavalcanti, e se ocupou da falta de que se ressente o Estado de uma fábrica de adubos. Apelou para que, no programa de redenção da cana de açúcar, não deixasse, o Ministro da Agricultura, de dar especial atenção ao problema da adubação, tão importante para o melhoramento das plantações.

O Ministro Apolônio Sales trocou idéias com os presentes sôbre o problema ventilado, referindo-se de modo especial, à falta de fosfato e de azôto, e declarando que estavam em andamento importantes estudos para a sua solução.

Em seguida, o Ministro da Agricultura apresentou suas despedidas aos usineiros e fornecedores de cana.

PLANIFICAÇÃO E DEMOCRACIA

Grande parte da incompreensão, todavia, persiste devido à confusão reinante entre democracia e economia liberal de livre competição.

Grave êrro, aliás. Já muito antes desta guerra, os EE. UU. tinham abandonado a economia liberal e começado, pelo New Deal, a intervir ativamente na vida econômica do país.

Pergunta-se se foi justa e bem aceita esta intervenção. Os banqueiros talvez achem que não. Mas, respondeu o próprio povo americano reelegendo por três vêzes o homem que teve a coragem de fazê-la.

Agora, está êste magnífico povo se preparando com o fim de encaminhar a si mesmo e ao mundo para uma grande paz.

Acabamos de ler os "Informes para estudar a organização da paz", feitos pelos maiores nomes do Direito Internacional americano, e sob o patrocínio da Fundação Carnegie. Entre os 39 nomes ilustres que assinam êstes informes, temos o de James T. Shotwell e o nosso conhecido Charles G. Fenwick.

Referindo-se ao segundo informe sôbre o período de transição, diz: "Durante um ano, ou coisa assim, haverá provàvelmente "tempos de bonanças" nos países que não foram arrasados pela guerra; porém, depois — **a menos que se tomem precauções** (1) — virá um colapso terrível. A capacidade das nações, para organizar uma **ordem racional** (1), objetivando a reconstrução econômica, antes de que ocorra tal colapso, determinará se o mundo há de voltar, ou não, ao caos, à revolução e ao despotismo. Serão necessários **instrumentos efetivos de contrôle** (1); os recursos do mundo deverão ser usados cuidadosamente, não em uma competição destrutiva, mas em uma **cooperação ordenada** (1). Os perigos são aterradores e a prudência conjunta de todos os povos será necessária para vencê-los".

Mais adiante prossegue; "A "colaboração" a que se refere a Carta do Atlântico, significará, necessàriamente, a criação de **instituições e regumentos administrativos** (1), com fôrça que os resguarde".

Entretanto mostra não desconhecer os obstáculos para se chegar a êsse fim. Assim diz: "Será difícil, porque os pequenos grupos afetados pelas mudanças propostas se combinarão para fazer pressão sôbre seus próprios govêrnos, a fim de evitar tôda mudança que, embora represente um ganho para sua nação, julguem uma perda para seu próprio grupo".

Por fim, Sumer Welles, em discurso pronunciado no "Memorial Day" de 1943, pergunta: "Podem as democracias do mundo permitir de novo que as políticas nacionais sejam ditadas por minorias egoístas que só buscam privilégios especiais?"

E o melhor exemplo da nova vontade foi dada pela Conferência de Alimentação de Hot Spring. Por essa Conferência, as sobras mundiais ficariam armazenadas para serem liberadas quando houvesse escassez, podendo-se assim manter um preço

Por fim, Sumer Welles, em discurso pronun-

(1) O grifo é do autor.

a política que vem sendo praticada pelo Instituto do Açúcar e do Álcool desde sua criação.

EXEMPLO BRASILEIRO

Essa política de planejamento, visando a **valorização** que tudo indica ser o caminho do futuro, pode ser reivindicada como nossa, brasileira.

A idéia da valorização, isto é, produzir o necessário por um preço justo, compensador, estável e ao alcance dos consumidores, partiu do industrial paulista Alexandre Siciliano, no Convênio Caféeiro entre Rio-São Paulo-Minas, reunido em Taubaté a 26 de fevereiro de 1906.

Se os resultados não foram 100% satisfatórios é que em primeiro lugar houve a oposição dos adeptos da economia liberal e o Govêrno não tinha a autoridade necessária para impor tal mudança de rumo. Em segundo lugar, era o café um produto essencialmente destinado ao mercado internacional. Com a valorização que se alcançou, outros países tenderam a produzí-lo, desvalorizando-o novamente pela oferta.

Isto mostra que o método dera resultado, mas que a livre-concorrência entre as nações inutilizou-o. Agora, entretanto, como tudo indica que o comércio internacional se baseará em entendimentos recíprocos, os povos começam a se lançar a êle com sofreguidão.

PLANEJAMENTO E ZONEAMENTO

Como conseqüência da política de valorização, surgiu o planejamento.

Se a valorização depende da quantidade das utilidades produzidas, torna-se pois necessário sujeitar estas utilidades a um determinado plano. E' o planejamento.

Entretanto, convém não esquecer que as utilidades são produzidas em determinadas áreas ou zonas geográficas. Esta área ou zona pode ser contínua ou em forma de ilhas de produção, semeadas em uma região ou em todo o país.

Assim, quando o planejamento sujeita e limita estas áreas, temos o zoneamento que regula e intensifica a produção de utilidades, levando em conta os fatores ecológicos da zona para o fim a que se propõe, ou ainda os fatores etológicos, quando se quer adaptar certas espécies a determinadas zonas.

Quando o zoneamento é espontâneo, como no caso da borracha, da oiticica, do caroá, da carnaúba, etc., o planejamento visa sòmente padronizar e intensificar a produção, se é conveniente.

Mas, quando não é êsse o caso, o zoneamento é administrativo e se dá em virtude de determinado produto saturar o mercado nacional e não se poder extravasar para o internacional em virtude de estar também saturado, ou por encontrar as portas fechadas com medidas alfandegárias.

Há ainda um outro caso de zoneamento administrativo. E' quando se trata de novas regiões ainda não exploradas. Vê-se o que de melhor pode a região produzir. Dentro dessas possibilidades, a que mais consulte aos interêsses nacionais e internacionais. Assim, os que quiserem participar da incorporação dessas regiões às fronteiras econômicas da Nação, já sabem de antemão o que lhes é facultado fazer.

EXEMPLO DO AÇÚCAR

Foi a partir da grande crise mundial de 1929 que a economia planificada começou a tomar vulto. Principiou sendo objeto de experiências esparsas, nos diversos países, sem conexão entre si, Esta conexão tende a ser feita após a presente guerra.

Entre nós, como conseqüência dessa grande crise, a revolução de 1930 modificou a mentalidade liberal reinante em matéria de economia, fazendo-nos ver as coisas por um novo prisma, mais condizente com a realidade brasileira.

Coube ao açúcar ser o primeiro objeto dessa experiência, que posteriormente mostrou ter aprovado na mais larga escala. Em 1933, era criado o Instituto do Açúcar e do Álcool. Daí para cá, nesse setor, tudo tem andado da melhor forma possível. Mas também, justamente por ter tido a honra de pioneiro, teve de chocar-se de seu nascimento até nossos dias com a velha mentalidade liberal, e também com os interêsses ocultos.

Sòmente as grandes convulsões provam a solidez de uma instituição. O Instituto já atravessou incólume mais de cinco anos do presente conflito. Fressão de todos os lados, tentações de tôdas as formas têm-no querido induzir a afastar-se de sua finalidade.

Entretanto, vem sabendo suportar tôdas as cargas. Seu esfôrço começa a ser compreendido. Os resultados obtidos com a política adotada começam a ser tomadas como exemplo para outros campos de atividade.

1.º CONGRESSO DE ECONOMIA

Reuniu-se no Distrito Federal, de 25 de novembro a 18 de dezembro de 1943, o 1.º Congresso Brasileiro de Economia com destacados representantes do setor econômico nacional.

Nesse Congresso, pôde-se ver o quanto já perdeu o sistema liberal que sustentava a separação entre a economia e o Estado. Quase todos solicitaram ao Estado, por intermédio do Govêrno, cooperação, contrôle, planejamento e assistência técnica.

Quase tudo o que o Instituto do Açúcar e do Álcool realizou, está realizando ou inclui entre seus planos de realização, aí foi apontado como medida a adotar, na Seção sôbre "Produção Agrícola e Política Industrial".

Vale a pena ler as conclusões dessa Seção. Todo um programa para o desenvolvimento do Brasil futuro está aí contido.

No 3.º grupo de conclusões, da 1.ª seção, lê-se, por exemplo: "5 — que as emprêsas industriais brasileiras, tanto as antigas como as recentes ou a fundarem-se, isoladamente ou através de suas associações de classe, focalizem, desde já, os problemas que, em cada caso, terão de resolver, para obter a melhoria de suas condições técnicas e econômicas a fim de **ombrear com os competidores mundiais, na concorrência do após-guerra"** (1). "9 — que, por iniciativa das próprias emprêsas, sejam revistos, por técnicos competentes, os processos industriais em uso, a seqüência e o tempo das operações, o trânsito da matéria prima, com o fim de simplificar o trabalho, reduzir os transportes internos, economizar mão de obra, aproveitar melhor o material e a energia consumida e obter assim, **baixa do custo de produção".** (1).

CONCLUSÃO

Como vimos, a economia liberal da livre competição e da não intervenção do Estado nos negócios particulares começou a declinar com a guerra de 1914, entrou em estado de choque com a crise de 1929, tendendo, segundo tudo indica, a desaparecer após a presente guerra.

Para substituí-la, temos: 1) a "encampação" pelo Estado dos meios de produção, quando os particulares recalcitram em não se adaptarem à nova mentalidade, fazendo perigar o equilíbrio social; 2) a "intervenção" do Estado, uma forma mais branda do meio anterior, diferindo apenas porque os detentores dos meios de produção conservam a posse e, 3) a "orientação" dos meios de produção pelo Estado, conservando os detentores a posse dêsses meios, administrando-os, mas dentro de um sistema de planejamento e zoneamento. Pelo ponto de vista social, as emprêsas se transformam em entidades jurídicas autônomas, sujeitas a uma legislação especial. Os empregados o são da emprêsa e não do dono.

Êste último, o mais brando, é o que vem sendo adotado pelo Estado brasileiro, e do qual tem sido o Instituto do Açúcar e do Álcool um precursor.

Com isto, não quero dizer que esgotou seu papel. Muito ao contrário. Tarefas gigantescas estão a exigir sua orientação e participação. Entre estas tarefas, salientamos: a) consolidação de uma conexão mais perfeita entre o setor agrícola e o industrial, para baixar o custo de produção; b) facilitar a mecanização da lavoura; c) facilitar a substituição dos equipamentos; d) conservar e ampliar o mercado nacional de álcool-motor após a guerra; e) desenvolver as indústrias de sub-produtos da cana; f) ajudar a formação de técnicos e administradores para a indústria da cana; g) divulgar a necessidade da substituição dos incompetentes; h) propagar a necessidade do uso pelas emprêsas dos processos estatísticos; i) mostrar às indústrias a necessidade de propagarem entre seus empregados os processos da organização racional do trabalho; j) mostrar as vantagens da assistência social ao trabalhador, independentemente das obrigações legais.

"Geografia do açúcar no Leste do Brasil"
Prof. Afonso Várzea
A venda nas Livrarias

CONVERSÃO DE QUOTAS

Dalmiro Almeida

O problema da conversão de quotas de produção de açúcar em quotas de fornecimento de cana é uma resultante do amparo concedido pelo Estatuto da Lavoura Canavieira ao pequeno produtor, para que o mesmo não fôsse sumàriamente eliminado dos quadros da indústria açucareira.

Embora não fôsse legítimo pretender forçar a sobrevivência de indústrias mal aparelhadas, produzindo em condições anti-econômicas, também não seria justo deixar sucumbir, ao pêso esmagador de competidores mais poderosos, o produtor de açúcar do pequeno engenho. Na instituição das quotas de conversão encontrou o Estatuto da Lavoura Canavieira a medida justa que, sem preterição dos interêsses da coletividade, nem sobrecarga dos proprietários de usinas, permite que o pequeno produtor continue a subsistir, embora, sob outro aspecto econômico.

Feitas estas considerações preliminares, vejamos, sob o ponto de vista matemático, em que consiste o problema da conversão de quotas. Em primeiro lugar cumpre-nos indicar quais os fatores que influem em tal transformação, bem como o sentido em que essa influência se processa.

Ora, é claro que uma quota de fornecimento será tanto maior, em igualdade dos demais elementos, quanto maior fôr a quota de produção de que ela resulta. Por outro lado, é fácil perceber que uma tal quota será tanto menor quanto maior fôr o rendimento, em açúcar, da variedade de cana empregada.

Do exposto se conclui que a quota de fornecimento varia na razão direta da quota de produção e na inversa do rendimento da matéria prima utilizada. Êste rendimento, a que se dá o nome de "rendimento industrial", não é mais que a quantidade de quilogramas de açúcar que se pode extrair de uma tonelada de determinada variedade de cana, e depende não só do teor em sacarose, como, também, do rendimento do processo empregado na sua extração.

Estamos, agora, habilitados a pôr em equação o nosso problema, isto é, a traduzir em linguagem matemática as relações que ligam entre si os dados da questão em estudo.

Tal equação pode ser expressa pela seguinte igualdade:

$$\text{Quota de fornecimento} = \frac{\text{Quota de produção}}{\text{Rendimento industrial}}$$

A quota de fornecimento é expressa em toneladas de cana, a quota de produção é indicada em sacos de açúcar, de 60 quilogramas, e o rendimento industrial em quilogramas de açúcar por tonelada de cana esmagada.

Para facilidade de nossos cálculos, representaremos o "rendimento industrial" por um coeficiente que exprima, em sacos ou fração de saco, a relação entre uma tonelada de cana esmagada e a quantidade de açúcar dela extraída. Na tabela seguinte acham-se indicados os coeficientes a empregar em cada caso concreto, para rendimentos compreendidos entre 30 e 120 quilogramas e uma variação de 5 em 5.

TABELA DE COEFICIENTES DOS RENDIMENTOS INDUSTRIAIS

Rendimento de 1 tonelada de cana em quilogramas de açúcar	Coeficientes correspondentes
120	2,00
115	1,92
110	1,83
105	1,76
100	1,67
95	1,58
90	1,50
85	1,42
80	1,33
75	1,25
70	1,17
65	1,08
60	1,00
55	0,92
50	0,83
45	0,75
40	0,67
35	0,58
30	0,50

Êstes coeficientes que designaremos, daqui por diante, por **Cr.** correspondem, em cada caso concreto, ao rendimento industrial indicado, e figuram em nosso quadro com duas casas decimais, além da parte inteira, quando houver. Se na forma por nós estabelecida representarmos por **Qf** a quota de fornecimento, por **Qp** a quota de produção e por **Cr** o rendimento industrial, teremos, finalmente,

$$Qf = \frac{Qp}{Cr} \quad (A)$$

Um exemplo esclarecerá melhor o emprêgo desta fórmula. Seja determinar a quota de fornecimento de um engenho de 1.500 sacos de açúcar, sabendo-se que o rendimento industrial é de 90 quilogramas de açúcar por tonelada de cana esmagada. De acôrdo com a fórmula **A** temos:

$$Qf = \frac{1.500}{1,50} = \frac{15.000}{15} = 1.000 \text{ (tons. de cana)}$$

Quando o rendimento industrial fôr igual a 90, basta multiplicar a quota de produção por 2 e dividir o produto obtido por 3. O resultado será a quota de fornecimento. Exemplo: Seja a quota de produção igual a 1.500 sacos, donde:

$$Qf = 1.500 \times 2 \div 3 = 1.000 \text{ (toneladas de cana)}$$

O caso inverso, da transformação de determinada quota de fornecimento em quota industrial, se consegue com a aplicação da mesma fórmula mediante ligeira transformação algébrica. A fórmula, neste caso, será:

$$Qp = Qf \times Cr \quad (B)$$

Tomemos, ainda, o exemplo anterior, no qual nos proporemos determinar a quota de produção de açúcar correspondente a 1.000 toneladas de cana esmagada, sabendo-se que o respectivo rendimento industrial é de 90 quilogramas de açúcar por tonelada de cana esmagada. A fórmula B — Qp = Qf x Cr — nos dará, substituindo Qf por 1.000 e Cr por 1,50:

$$Qp = 1.000 \times 1{,}50 = 1.500 \text{ (sacos de açúcar)}$$

E assim, mediante o emprêgo das fórmulas **A** ou **B**, poderemos realizar uma ou outra das duas conversões de quotas. Convém esclarecer que, para maior facilidade da realização dos cálculos necessários à determinação dessas quotas, devemos tomar o coeficiente de rendimento industrial com se fôsse um número inteiro, para o que será suficiente suprimir a vírgula. Assim, por exemplo, em lugar dos coeficientes 0,83 e 0,92, correspondentes, respectivamente, aos rendimentos industriais de 50 e 55 quilogramas, tomaremos os números 83 e 92. Isto equivale a tomar coeficientes cem vêzes maiores que o verdadeiro, o que exige, para que os resultados não se tornem cem vêzes menores no caso da fórmula **A** ou cem vezes maiores no caso da fórmula B, que se acrescentem no primeiro caso dois zeros ao número que representa a quota de produção, ou que, no segundo caso se divida por cem o resultado achado para valor dessa mesma quota. Se, por exemplo, quisessemos determinar a quota de fornecimento relativa a uma quota de produção de 1.200 sacos de açúcar e um rendimento industrial de 90 quilogramas por tonelada de cana esmagada, tomaríamos, para valor do coeficiente correspondente, o número 150 em vez de 1,50 e, para valor da quota de produção o número 120.000 em lugar de 1.200. Teríamos, então:

$$Qf = \frac{120.000}{150} = 800 \text{ (toneladas de cana)}$$

Se, porém, a quota a determinar fôsse a de produção, para a mesma quota de fornecimento e o mesmo rendimento industrial do exemplo anterior teríamos:

$$Qp = 800 \times 150 = 120.000$$

Dividindo por cem o produto achado, virá 1.200 sacos de açúcar para valor da quota de produção.

Finalmente, observaremos que, para rendimentos industriais intermediários aos que figuram na nossa tabela, devemos tomar para valores dos coeficientes de rendimentos, correspondentes, números intermediários aos dos coeficientes entre os quais os mesmos se acham compreendidos na referida tabela. Assim, o coeficiente correspondente ao rendimento industrial de 52 quilogramas estará compreendido entre 0,83 e 0,92, será, pois, igual ao menor aumentado de $\frac{2}{5}$ da diferença entre 0,83 e 0,92, ou seja,

$$0{,}83 + \frac{0{,}09 \times 2}{5} = 0{,}83 + 0{,}036 = 0{,}866 \text{ ou } 0{,}87$$

por aproximação

Os dados que apresentamos têm a finalidade de facilitar, aos interessados no assunto, elementos indispensáveis à realização das operações atinentes à questão que serve de pretexto a esta nossa digressão.

RECIFE • SERRA GRANDE ALAGOAS • MACEIÓ

USINA SERRA GRANDE S/A

ASSUCAR
TODOS OS TIPOS

"U S G A"
O COMBUSTIVEL NACIONAL

LEIS HUMANAS

Perminio Asfora

Com a criação do Estatuto da Lavoura Canavieira, precisamente há três anos, ficou mais do que esclarecida a posição de juiz que o Sr. Barbosa Lima Sobrinho assumiu perante os plantadores de cana e os fabricantes de açúcar.

Muitos foram os agradecimentos de homens modestos que tiveram o destino de suas famílias assegurado por lei. E de tôda parte do país, homens decentes, escritores honestos, levantaram suas vozes, ergueram aplausos a essa atitude do Sr. Barbosa Lima Sobrinho, que não foi sòmente digna, porém até um tanto esquisita num mundo e em circunstâncias em que só revestido de uma considerável reserva moral, um homem poderia ser realmente juiz. A verdade, porém, exige que se diga que não foram poucos os que esperavam leis sociais nascidas no Instituto do Açúcar e do Álcool: leis agrárias de sentido profundo e que servissem de base para uma legislação em favor das abandonadas populações rurais. No Nordeste todos conhecem o passado do Presidente daquela autartarquia e em Pernambuco é bem conhecido o caráter de alguns homens que o Sr. Barbosa Lima Sobrinho escolheu para seções de cultura e de legislação, gente que iria, por assim dizer, constituir seu estado maior no Instituto.

Não eram êles uns rotineiros que tivessem no I.A.A. apenas um órgão de contrôle dos usineiros, uns viciados que vissem na repartição apenas a "Caixa". Traziam a vontade de trabalhar, a necessidade de praticar idéias novas e higiênicas. Entregaram-se a estudos menos livrescos do que de pesquisas e de experiência em experiência chegaram ao Estatuto da Lavoura Canavieira.

São todos êsses homens, uns mais novos e outros mais velhos — e entre êles estou me lembrando de Nelson Coutinho, Miguel Costa Filho, Mário Lacerda de Melo — uns conhecedores da verdadeira situação dos párias das regiões mais pobres e mais doentias das zonas açúcareiras do Brasil. Para êsses moços o edifício que se ia construir com a criação do Instituto era mais do que aquêle de cimento armado da Praça 15 — era um edifício de caráter social onde se abrigariam todos os que fizessem da cana de açúcar o seu meio de vida. E é o que estamos vendo hoje, quando o Estatuto da Lavoura Canavieira completa três anos de vida. E' o que demonstra o Decreto-lei que acaba de ser assinado sôbre a situação do colono, dos plantadores de cana sem terra própria. Estamos agora na presença de uma lei onde são defendidos não apenas os fornecedores, os antigos senhores de engenho, as pessoas da classe média. Mas também os párias, ou paupérrimos. Esta é uma grande vitória, resultante do Estatuto da Lavoura Canavieira. Muita coisa de caráter urgente foi lembrado aqui: uma assistência constituída de sete itens e todos êles importantes, sobretudo o 4.º, aquêle que se refere à manutenção de escolas primárias e de cursos práticos de agricultura para filhos de colonos fornecedores e de seus empregados ou agregados. Além da assistência, ainda fica estabelecido o preço do aluguel da terra, um preço razoável, muito diferente daquele que se adota.

Numa entrevista concedida há poucos dias, o Presidente do I.A.A. declarou que essa assistência "não será apenas um ato de simples benemerência da usina". Com efeito, essa é uma afirmativa valiosa, porque com isso o Sr. Barbosa Lima Sobrinho esclarece que as leis são conquistas humanas, são a prática da justiça. Já é tempo mesmo de se acabar com a lírica mania de atribuir a favor aquilo que é direito.. Quando se presta assistência à um trabalhador, não se está fazendo obra de caridade, está-se pagando aquilo que êle merece. Fora disso é exploração, é indignidade. Nessa entrevista, o Presidente do Instituto falou como um homem para quem os pobres existem. Existem, merecem respeito e simpatia humana. Êles não têm culpa de ser os párias.

("Jornal de Alagoas", Maceió, 4-11-44.)

"GEOGRAFIA DO AÇUCAR, NO LESTE DO BRASIL"

A propósito do seu livro "Geografia do açúcar, no Leste do Brasil", editado pelo Instituto do Açúcar e do Álcool, o Prof. Afonso Várzea recebeu a seguinte carta do Dr. Morais Rêgo, assistente técnico da Secretaria Geral de Educação e Cultura da Prefeitura do Distrito Federal:

"Meu caro amigo, prof. Afonso Várzea.

Li com particular interêsse o seu belo estudo "Geografia do Açúcar no Leste do Brasil".

Trabalho em que se percebe desde logo uma vibração consciente de profundo amor pelos problemas nacionais, sua obra conquista, da primeira à última página, a curiosidade do leitor.

Seu documentário fotográfico, de eloqüente expressão, seguindo o plano geral do estudo e o seu desenvolvimento, transporta-nos àquelas longínquas regiões brasileiras e nos impõe a evidência do quanto devemos ao leste do Brasil para, aparando-lhe as arestas mais vivas da formação geológica, proporcionar-lhe aos filhos operosos e denodados a alegria de transformarem a aridez do solo ressequido em uma gleba próspera e fecunda.

São estudos dessa natureza os de que precisamos para conhecimento dos nossos mais complexos problemas econômicos e seguro amparo do esfôrço nacional. Vejo, por isso, em seu trabalho, uma colaboração viva com os grandes interêsses da brasilidade.

Do amigo e admor. — Morais Rego."

DA LIBERTAÇÃO DOS ESCRAVOS ÀS MODERNAS ORGANIZAÇÕES AÇUCAREIRAS

Clóvis Caldeira

Quando se manifesta a grande crise agrária no Brasil, conseqüente à Abolição da escravatura, os elementos econômicamente mais fracos dos setores básicos da produção nacional são, paradoxalmente, os que demonstram maior resistência. O que ocorreu no domínio da indústria açucareira ilustra perfeitamente esta observação. Não foram os pequenos engenhos, as engenhocas e as moendas que sofreram com a medida, mas precisamente os engenhos maiores, que baseavam fundamentalmente sua existência na utilização do braço escravo. E' verdade que a mão de obra assalariada nunca fôra estranha ao quadro funcional do engenho. Mestres, contra-mestres, maquinistas e mecânicos eram, em geral, recrutados entre gente livre, que conservava a prerrogativa do trabalho qualificado, fruto de demorada especialização. Mas, o pêso decisivo do trabalho, exatamente o que se relaciona com a obtenção da matéria prima, recai sôbre os ombros do negro escravo. Sem o trabalho preliminar da preparação do solo, do plantio, da colheita e do transporte da cana e o labor complementar da bagaceira, aquela máquina não teria qualquer significação. A crise deflagrada era, pois, mais uma resultante da perda da mão de obra escrava do que pròpriamente uma conseqüência da privação absoluta de braços. Várias dessas grandes unidades produtoras, que tinham o seu equilíbrio vinculado a um custo favorável de produção, não tiveram possibilidade de se ajustar imediatamente ao novo regime de trabalho que a libertação do negro introduzira. Não só lhes faltaram os meios, porém, o que é também importante, muitos senhores de engenho não estavam psicològicamente preparados para a mudança, repugnando-lhes estabelecer relações jurídicas de trabalho com seus escravos da véspera sôbre bases inteiramente novas. A numerosos antigos escravos, por sua vez, era odioso permanecerem no mesmo local onde até ali estiveram sob condição infamante. Na forma de trabalho adotada desde os primeiros dias da cultura no Brasil residia o segrêdo do seu êxito. Graças ao baixo custo da mão de obra escrava, pôde ela desfrutar no passado fases de opulência e resistir a conjunturas críticas, tal como ocorrera anteriormente com o aparecimento no mercado mundial de um novo e temível concorrente: o açúcar da beterraba. A abolição da escravatura, privando-a bruscamente do braço escravo, donde emanava sua grande fôrça, era,

Tipo característico de antiga engenhoca de açúcar no Recôncavo baiano. O custo reduzido da produção contribui para que essas pequenas economias se equilibrem melhor

assim, o golpe mais terrível até então experimentado. O edifício em cuja argamassa o suor do negro entrara como o principal elemento via-se, de um momento para outro, abalado em tôda a sua estrutura, ameaçando ruir fragorosamente.

Enquanto isso, a pequena indústria e sua respectiva lavoura continuam em forma como se nada houvera acontecido. A libertação do negro nem de leve as perturba, uma vez que sua modesta atividade apoia-se exclusivamente no trabalho do próprio dono e de sua família. Ao contrário, para elas o acontecimento representou de certo modo um novo e momentâneo alento, com afastar do mercado interno um bom número de poderosos concorrentes.

A rutura dos velhos laços de trabalho teve, como ninguém ignora, extensas e profundas repercussões na grande economia açucareira. E até que se procedesse o seu ajustamento às novas condições decorrentes da perda da mão de obra escrava, numerosos engenhos se desagregam. Pode ser então observado, como tantas vêzes tem acontecido em nossa atribulada história econômica, um esfôrço de acomodação a outro tipo de atividade, entregando-se antigos senhores de engenho à pecuária, que nas áreas canavieiras só era praticada em caráter auxiliar. Em certas zonas do Este açucareiro, como no Recôncavo baiano, essa mudança foi particularmente sensível. Abandonou-se a fabricação do açúcar pelo criatório. Terras antigamente ocupadas com plantações de cana foram convertidas em pastagens e sôltas de gado. Ruínas de antigos engenhos podem ser vistas ainda nos dias presentes onde o capim d'Angola veio substituir a **saccharum**. No município de Alagoinhas, por exemplo, a tradição açucareira foi, com o tempo, completamente apagada pela indústria pastoril, restando apenas daquele passado a fama das saborosas rapaduras de Quizambu. Em face da perda da mão de obra escrava, o criatório foi a atividade que a muitos se afigurou mais interessante, sabido que suas exigências no que se refere a braços são insignificantes. Para que tudo marche regularmente numa fazenda de criação do tipo médio não se necessita, geralmente, de mais de um vaqueiro, sôbre o qual recai, ao mesmo tempo, a função de administrador. Êle é quem responde pelo bom estado do patrimônio semovente, é quem alinha, com uma rude intuição, contabilística, a escrita da propriedade, tranformando-se, não raro, daquela figura rústica de campeador descrita pela pena de Euclides da Cunha em pacífico mortal que leva à venda na cidade próxima, a cavalo, o leite por êle mesmo extraído às primeiras horas da madrugada. A transição aludida tornara-se possível, além disso, pelo fato de que o elemento indispensável para a prática da pecuária à grande — o latifúndio — continuava em mãos dos antigos senhores de engenho.

Como êsses, dezenas de antigos engenhos são ainda encontrados no Recôncavo sustentando penosamente uma longa tradição açucareira

Aquilo que se poderia chamar de grande e média economia do açúcar, escapa aos efeitos revolucionários da Abolição, enfrenta, mais adiante, uma crise decisiva quando a produção em massa das grandes Centrais que vão surgindo entra a concorrer em qualidade e preço, popularizando o consumo de um

artigo incomparàvelmente superior. Uma nova modalidade de aproveitamento do trabalho, sob muitos aspectos mais vantajoso que o trabalho escravo, pela ausência de certas obrigações do proprietário, como as que dizem respeito ao bom estado físico do homem e a segurança de sua subsistência, nos casos de moléstia (1), uma nova modalidade, que é ainda hoje a mesma em vigor na agroindústria do açúcar no nordeste brasileiro, acabaria por se firmar. O que subsistiu de um passado opulento permanece apenas como forma residuária de um ciclo extinto. Ali onde não foi dada a solução que os novos métodos de exploração econômica possibilitaram, a pequena indústria continuou para atender exigências de consumo de populações adstritas a um baixo padrão de vida, qual acontece na região sanfranciscana, onde existe até hoje uma ativa indústria rapadureira. Um inquérito que se procedesse em tôrno das condições alimentares dos habitantes da grande várzea teria de concluir pela extraordinária importância da rapadura na sua dieta. Ali a rapadura é tão fundamental como a carne e a farinha, principalmente na zona da caatinga que se desdobra às margens do rio. Desde tempos recuados, o produto consumido em quase todo o vale procedia do alto S. Francisco, ou seja, de Correntes e Januária (rapaduras do Salgado). Ultimamente, porém, o médio S. Francisco vem resolvendo o problema de seu abastecimento próprio com uma abundante produção local. Vão assim se tornando conhecidas as rapaduras fabricadas no vale do Salitre, cujo nome se acha associado à recordação do trágico episódio de Canudos, pela circunstância de ter sido aquela zona a fonte principal do salitre utilizado pelos sertanejos para a fabricação da pólvora. O espetáculo das paradas das barcas que desciam o rio para a venda ao morador ribeirinho de uma banda ou de um quarto de rapadura, revelava, na sua aparência banal, a fôrça de uma instituição profundamente arraigada nos hábitos daquela gente. No São Francisco, a rapadura é usada de diferentes maneiras. Na época sêca, o homem que vai para o campo leva invariàvelmente no alforge, ao lado do "frito" ou da passoca, um quarto de rapadura. Na época do "verde", êle se alimenta principalmente de coalhada com rapadura, seja fresca ou escorrida. Os doces mais apreciados são aquêles em cuja composição entra a rapadura, os quais dariam uma longa lista se fôssem enumerados. Mas, a descrição do quadro dietético das populações sanfranciscanas ficaria incompleta se deixássemos de referir a mais apreciada bebida ali usada com o aspecto de um verdadeiro rito, notadamente pelos remeiros: a jacuba, feita de rapadura, farinha e água. Durante as longas viagens, subindo ou descendo o grande curso d'agua, há uma hora sagrada para o remeiro: a hora de jacubar. A rapadura, pelo seu custo acessível, tornou-se ali um vício alimentar das camadas sociais menos abastadas, que aliás constituem a imensa maioria. Vício barato, que não chega a provocar desequilíbrios nos orçamentos domésticos e que só encontra explicação neste fato: o ínfimo poder aquisitivo das populações, levando-as a suprir a carência alimentar com o uso imoderado de um alimento tão rico em carbo-hidratos (2).

Ao lado da indústria rapadureira, são igualmente encontradas nas velhas áreas açucareiras dezenas e dezenas de pequenos engenhos e engenhocas dedicadas ao fabrico do melaço, da aguardente, do álcool e do açúcar mascavo e, nas zonas das usinas, a singularidade dos fornecedores de cana, a que ficaram reduzidos antigos senhores de engenho, agora simples subsidiários das grandes concentrações açucareiras. A propósito da situação decadente dos engenhos que subsistiram no Recôncavo baiano, parece-nos interessante o depoimento do Sr. Gregório Bondar, que teve ensejo de estudar a economia de dois municípios de tradição açucareira, Nazaré e Aratuípe (3) : "Analisando a produção agrícola em dois municípios, verifica-se a analogia da situação. A maior lavoura nos dois municípios é a lavoura tradicional de dois ou

(1) O significado utilarista da assistência dispensada pelo senhor de engenho ao escravo fica compreendido quando se leva em conta que, assim agindo, aquêle não fazia mais do que defender um emprêgo de capital. Êsse mesmo sentido utilitarista pode ser ainda identificado, conquanto em condições de tempo e espaço diferentes, no moderno industrialismo, que, ao assistir o operário, visa antes de mais nada o aumento de sua capacidade produtiva.

(2) Os dados acima devemo-los à generosidade de um filho da região, que é ao mesmo tempo um dos mais abalizados conhecedores do seu rico folclore, Sr. Sodré Viana.

(3) "Rumos da lavoura no Recôncavo da Bahia", pgs. 4 e 5. Tipografica Naval, Bahia, 1939.

mais séculos, a cana de açúcar. Antigamente próspera, ela deixou vestígios de sua opulência: numerosas reprêsas d'água, como fôrça-motriz, múltiplos engenhos e engenhocas bem construídas, boas casas de residência dos fazendeiros..." E em seguida a algumas considerações: "Não achando outra atividade, a lavoura da cana continua à custa da miséria do trabalhador, do proprietário do terreno e do próprio industrial, que dificilmente pode competir com as organizações modernas atuais." E aqui nos deparamos, mais uma vez, com aquêle fenômeno assinalado durante a grande crise provocada pela Abolição: as engenhocas, onde trabalha o próprio dono com sua família, equilíbram-se melhor. Essa capacidade de resistência da pequena economia açucareira, êsse poder excepcional de elasticidade que a leva a adaptar-se às diferentes transformações, não constituem qualquer enigma nem são devidos a fatores artificiais, sendo antes explicáveis por êstes dois motivos: custo reduzido da produção e exigências de consumo de populações submetidas a um baixo **standard** de vida. Contràriamente, as propriedades do tipo maior atravessam sérias dificuldades, agravadas pela ausência de qualquer orientação racional na cultura, como é o caso das plantações em terrenos muito íngremes, com declives de 45° e até mais, onde o arado, mesmo puxado a burro, se torna impraticável. Em virtude das erosões provocadas pelas chuvas, êsses terrenos de encosta logo empobrecem e se tornam improdutivos. O trabalho agrícola é feito ainda à enxada, o que o torna penoso e pouco produtivo. Acrescentem-se a isso as despesas com o transporte do açúcar a lombo de animal, exigindo o emprêgo de custosas tropas, tropeiros, etc., e ter-se-á uma idéia dos fatores que oneram o custo da produção, reduzindo o lucro a níveis insignificantes. A pequena margem de utilidade oferecida pela lavoura da cana, em várias zonas, faz com que essa lavoura, segundo ainda a observação do Sr. Bondar (4), seja auxiliada pelo balcão, de onde freqüentes vêzes o comerciante-lavrador desvia recursos para cobrir os **deficits** de uma economia em franca decadência.

(4) Trab. cit.

PARA O CONTROLE DA MARIPOSA PERFURADORA DA CANA DE AÇUCAR

A mariposa perfuradora da cana, cuja denominação técnica é "Elasmopalpus lignosellus" Zeller, é um inseto cujas larvas podem causar prejuízos consideráveis à cana de açúcar em algumas zonas. Ainda que as plantas hospedeiras prediletas dêste inseto sejam várias espécies de gramíneas, especialmente o milho e a cana de açúcar, as larvas podem-se alimentar de uma diversidade de plantas, e em certas regiões dos Estados-Unidos constituem praga grave de algumas variedades de feijoeiros.

Tendo esta mariposa por costume alimentar-se dentro dos talos das plantas hospedeiras e de passar a sua fase larval escondida em um tubo de sêda, é impossível combatê-la eficazmente mediante a aplicação de inseticida.

Pela mesma razão, o contrôle biológico seria muito difícil e provàvelmente de pouca eficácia. Em vista disso, é necessário recorrer a certos métodos culturais como os indicados em seguida:

1 — Depois de queimada a palha nos canaviais, os mesmos devem ser mantidos limpos de tôda classe de ervas más. 2 — A mariposa "E. lignosellus" ataca com freqüência e causa muito mais prejuízo à cana de açúcar plantada em terrenos arenosos ou pobres, sendo portanto conveniente aplicar adubos para melhorar o solo: 3 — Uma vez comprovada sua presença na cana, deve-se ajudar as plantas a resistir o efeito do ataque, aplicando-se adubos e efetuando-se o cultivo do solo. O pior efeito do ataque dêste inseto é o de estimular a produção de novos brotos, debilitando assim a planta. Ajudando-se pois as plantas da maneira que foi dita, êstes brotos crescerão normalmente, compensando em parte as perdas causadas pelo inseto.

("A Fazenda" — setembro de 1944.)

"Os Holandeses no Brasil"

Jan Andries Moerbeeck — Motivos porque a Companhia das Indias Ocidentais deve tentar tirar ao Rei da Espanha a terra do Brasil. Amsterdam. 1624.

Lista de tudo que o Brasil pode produzir anualmente. 1625.

Tradução do Rev. P.e Fr. Agostinho Keijzers e José Honório Rodrigues. Prefácio, notas e bibliografia de José Honório Rodrigues .

À venda nas Livrarias ..... Cr$ 5.00

PRODUÇÃO E MOVIMENTO DE ÁLCOOL NO MUNDO

CUBA

Na sua habitual correspondência para o "Weekly Statistical Sugar Trade Journal", número de 5 de outubro, a firma cubana Luis Mendoza & Cia. escreve:

"A situação caótica a que chegou a indústria cubana de bebidas alcoólicas, depois de um ano de extraordinária prosperidade, já a descrevemos em dois artigos publicados em junho, nos quais indicávamos alguns paliativos para seus males em parte incuráveis. Uma das sugestões que então fizemos foi no sentido da revogação imediata da taxa de exportação sôbre bebidas alcoólicas, que, a nosso ver, estava arruinando a indústria. E' claro que a revogação não implicaria em que o país voltasse a exportar bebidas em grandes quantidades; permitiria, no entanto, a exportação de tipos de rum de alta qualidade e capazes de penetrar e firmar-se nos mercados norte-americanos. Nos referidos artigos fizemos ainda algumas observações a respeito da nossa quota de bebidas alcoólicas nos Estados-Unidos e sôbre a melhor maneira de eliminar aquela taxa. Confessemos que até agora os resultados foram nulos, com exceção do problema da quota, a respeito da qual o Departamento Regulador do Álcool conseguiu corrigir algumas injustiças. Tudo bem pesado, fôrça é reconhecer que a situação da indústria cubana de bebidas alcoólicas continua crítica, em estado de coma, do qual cumpre arrancá-la por todos os meios. Em agôsto último, os distiladores norte-americanos foram dispensados da produção de guerra e puderam fabricar 54 milhões de galões de álcool para bebidas, ou seja 30 por cento do consumo normal do país. Caso o govêrno norte-americano não conceda novos "feriados" à indústrai alcooleira, as bebidas cubanas terão ainda uma "chance". No entanto, como as safras de cereais devem ser abundantes, é provável que as autoridades de Washington continuem a decretar "feriados", o que implicará na eliminação automática das bebidas cubanas, com excecão de um ou outro tipo de bebida já firmado entre os consumidores.

No momento o que importa é produzir álcool para a guerra. As margens de lucro na produção de álcool industrial são limitadas, contudo suficientes para permitir aos distiladores cubanos a recuperação dos seus grandes investimentos na instalação de novas fábricas e na expansão das existentes. Êsses investimentos são o título com que Cuba se apresenta para que a ajudem os Estados-Unidos. Do nosso ponto de vista, o problema consiste em induzir os Estados Unidos a receber, nas duas próximas safras, álcool em vez de melaços. Não há dúvida de que estamos em condições de produzir álcool de boa qualidade; portanto, temos o direito de esperar que nos dêem a oportunidade de vender o produto e não a matéria prima. Os distiladores norte-americanos não seriam prejudicados com isso. Vender aos Estados-Unidos álcool em vez de melaços não é só uma questão de princípio, também o é de justiça. Se no momento não é fácil entregar o produto, tratemos de criar facilidades nesse sentido, de acôrdo com os compradores, mas não deixemos que se desmorone uma indústria que constitui a última linha de defesa dos nossos melaços, diante de um futuro incerto. E' preciso não esquecer que os sub-produtos se tornaram os sustentáculos das grandes indústrias".

*
* *

A produção de melaços invertidos em Cuba na safra de 1944 se elevou a 219 milhões de galões, equivalentes a cêrca de 900 mil toneladas curtas de açúcar bruto. Na base de 1,67 galões de melaço para um galão de álcool industrial, os melaços invertidos cubanos permitem uma produção de 131 milhões de galões de álcool. A intensa procura de melaços invertidos pelas distilarias norte-americanas que fabricam álcool para fins de guerra estimulou consideràvelmente a produção de melaços invertidos no país antilhano. Cêrca de três quartas partes dos melaços produzidos em Cuba já foram embarcadas.

A produção de melaços finais no mesmo período foi de 231 milhões de galões. A média de rendimento de melaços finais na safra de 1944 foi de 49 galões por tonelada de acúcar bruto produzida, um rendimento que se não alcançava desde 1939. O alto rendimento de melaços pode ser atribuído a uma pouca eficiente extração de açúcar, o que sempre acontece em safras avultadas. Os melaços finais serão transformados em álcool nas distilarias norte-americanas e cubanas. Para um galão de álcool são precisos 2,4 galões de melaços finais.

ESTADOS-UNIDOS

Os círculo alcooleiros norte-americanos, entre outros argumentos que empregam para justificar o desvio de açúcar para a indústria do álcool, utilizam êstes: a) cêrca de 30 por cento da capacidade total da indústria alcooleira será afetada por uma mudança de matéria prima, de açúcar (melaços invertidos) para cereais: b) a capacidade dêsses 30 por cento da indústria será reduzida de 25 por cento.

Sem o conhecimento de todos os fatos, os argumentos acima podem levar à conclusão de que as indústrias consumidoras de açúcar, opondo-se ao desvio dêsse produto para o fabrico de álcool, estão prejudicando o esfôrço de guerra. Não é essa a opinião de firma norte-americana B. W. Dyer & Company, especializada em negócios açucareiros.

Em recente comunicado, a referida firma declara que as necessidades de álcool industrial foram reduzidas. Em agôsto de 1944, a Junta de Producão de Guerra concedeu um "feriado", em conseqüência do qual as distilarias puderam fa-

CRÔNICA AÇUCAREIRA INTERNACIONAL

ANTILHAS BRITANICAS

Informa o "Weekly Statistical Sugar Trade Journal" em 14 de setembro que, de acôrdo com as últimas informações recebidas pelo West India Comittee, a produção de açúcar das Antilhas Britânicas no ano-quota que terminou em 31 de agôsto de 1944 foi a seguinte, em toneladas: Barbados, 105.600; Jamaica, 152.079; Ilhas de Barlavento, 47.500; Trinidad, 78.555; Ilhas de Sotavento. 6.218; Guiana Inglêsa, 123.589; Honduras Britânica, 1.400.

O total é de 514.941 toneladas, incluindo-se na produção de Barbados 20.300 toneladas de melaços.

ARGENTINA

Um telegrama de Tucuman, publicado na edição de 28 de novembro de "La Prensa", informa que os plantadores de cana daquela província, reunidos em assembléia, resolveram considerar não compensador o preço de 3.284 pesos, fixado para liquidação da colheita de 1943. Êses preço, alegam, trará graves prejuízos, uma vez que não chega para cobrir o custo da matéria prima, sendo insuficiente para atender ao aumento de salários dos trabalhadores rurais.

Na opinião dos plantadores tucumanos, o preço da cana deve ser estabelecido em uma base maior de 3,70 pesos por 10 quilos de açúcar, deduzidos os gastos de refinação e acrescentado o valor dos melaços. Foi nessa base que alguns plantadores venderam suas canas a dois engenhos de propriedade do govêrno, tendo outras fábricas pago por contratos particulares até 18 pesos a tonelada de cana.

O órgão de classe dos plantadores dirigiu um telegrama ao Presidente da República manifestando seu desacôrdo com a solução dada pelo govêrno ao problema do pagamento das canas.

— Segundo informações prestadas pelo Sr. Otávio de Abreu Botelho, Chefe do Escritório de Propaganda e Expansão Comercial do Brasil, em Buenos Aires, em carta de 28-11-44, a safra açucareira da Argentina, no ano de 1944, apresentou as seguintes características:

Cana moída das usinas	1.643.096	tons.
Idem dos fornecedores . . .	2.165.513	"

Houve, pois, uma proporção de 43,26% para as canas próprias e 56,74% para as dos fornecedores.

— Açúcar produzido:

Pilé	2.280.000	scs.
Granulado	2.620.500	"
Produtos baixos	95.261	"
Total	4.995.761	

Na proporção da produção de açúcar para a moagem de cana, o rendimento industrial da safra argentina, em 1944, atingiu apenas a 83 quilos de açúcar por tonelada de cana.

AUSTRALIA

Informa "Sugar", no seu número de outubro, que se realizou, há pouco, na Austrália, uma demonstração do cortador de cana Toft, uma máquina inventada por dois irmãos australianos. A demonstração foi feita em um bloco de cana Co. 290 e foi assistida por dois representantes do Conselho de Plantadores de Cana de Queensland.

De acôrdo com o relatório apresentado, o corte se faz por intermédio de dois discos ajustados de maneira que a cana seja cortada o mais próximo possível do solo. Logo depois de cortada, as canas são colhidas por dois braços que as transportam para uma plataforma, de onde são elevadas para outro disco que corta os olhos. Os observadores informam que a operação de desolhar se faz em condições satisfatórias, sendo necessário, porém, introduzir melhoramentos na maneira de eliminar os olhos cortados. A cana desolhada é colocada em um receptáculo, de onde cai para o solo, depois que ali se acumulam naquele cêrca de cinco quintais de cana. Os inventores, diz a mencionada revista, estão trabalhando com o fim de melhorar a máquina, na conformidade das sugestões recebidas.

---

zer álcool para bebida em vez de álcool industrial, em face dos alegados excessos de álcool industrial em estoque. Tanto o álcool industrial como o potável podem ser fabricados com a mesma matéria prima: melaços ou cereais. Êstes existem em abundância; o açúcar está sob racionamento. A mesma firma, antes de ser decretado o "feriado", advertiu o govêrno e o comércio das manobras que agora estão sendo postas em prática pelos alcooleiros. Dizia ela que, antes de se autorizar a produção de álcool potável, devia ser proibido o desvio de açúcar para álcool industrial, sob o pretexto de que êste é essencial. O comunicado conclui declarando que os argumentos apresentados pelos alcooleiros são irrelevantes.

Ainda sôbre o mesmo assunto, B. W. Dyer & Company lembram, noutro comunicado, que a importação de açúcar para álcool importa em prejuízo para o govêrno. Por uma tonelada de açúcar importada para consumo o govêrno recebe de impostos 25 dólares, enquanto a mesma quantidade destinada à produção de álcool paga apenas 24 cêntimos. A diferença de impostos, por tonelada, é pois de 24,76 dólares.

CANADA'

Num despacho de Montreal, datado de 7 de setembro último, "Sugar" informava, em seu número de outubro, que a situação dos abastecimentos de açúcar no Canadá não era boa e corria o risco de se tornar mais grave, à medida que as necessidades das áreas libertadas da Europa se faziam sentir nas reservas acumuladas pelas Nações Unidas.

Essa afirmativa, esclarece o despacho, foi feita pelo Wartime Prices and Trade Board, respondendo a um comentário sôbre o aumento da produção de açúcar refinado no Canadá durante o ano de 1943; êsse aumento foi de 69.437.805 libras. O aumento de produção, declarou aquêle órgão, não poderá refletir-se em maior quota para cada habitante; pelo menos isso não acontecerá antes de 1945. A quota atribuída por semana a cada pessoa é de 8 onças. O Canadá produz apenas 20 por cento do açúcar que consome e os restantes 80 por cento adquire nas fontes que abastecem as Nações Unidas.

CHILE

O Chile importou 86.302 toneladas curtas de açúcar no primeiro semestre de 1944 contra 86.138 toneladas no período correspondente de 1943 e 91.191 toneladas nos seis meses iniciais de 1942, informa o "Weekly Statistical Sugar Trade Journal".

No primeiro semestre de 1944, foram refinadas 76.399 toneladas contra 66.110 e 67.474 nos períodos correspondentes de 1943 e 1942, respectivamente. As vendas de açúcar foram de 73.386 toneladas contra 70.463 e 88.839 em 1943 e 1942, respectivamente, sempre para os seis primeiros meses.

EQUADOR

O govêrno equatoriano está empenhado em resolver o problema da produção açucareira e nesse sentido está tomando providências. E' o que nos informa um recorte de um jornal de Quito, que nos chegou às mãos por intermédio do Itamaratí.

Tal como se apresenta no momento, o problema açucareiro do Equador pode ser resumido nos seguintes pontos: 1) a produção atual do país é insuficiente, não indo além de 600 mil quintais para um consumo que ultrapassa a casa dos 800.000; 2) a produção permanece estacionária, porque as pequenas fábricas, responsáveis por 25 por cento do total produzido no país, recebem preços que não são remuneradores; 3) as grandes fábricas não dispõem de meios que lhes permitam aumentar a produção; o rendimento de suas terras diminuiu pelo esgotamento; a irrigação e a melhoria da maquinaria demanda capitais avultados; 4) os preços do açúcar nos mercados internacionais elevaram-se de tal maneira em conseqüência da guerra que o do açúcar equatoriano é apenas metade do que se paga fora do país; mantidas as cotações atuais, tanto o açúcar nacional como o importado serão contrabandeados para o exterior, onde poderão alcançar melhores preços; 5) uma parte apreciável da produção equatoriana está sendo transformada em álcool para fins bélicos; até bem pouco o açúcar se vendia por quatro dólares e agora alcança até seis dólares e meio.

Acrescenta o referido jornal, que é órgão do ministério da Economia: "Sendo a produção nacional de açúcar inferior ao consumo, existe permanentemente uma escassez do produto. À sua sombra trabalha a especulação, os preços se elevam para o consumidor e o govêrno mal pode agir sôbre os produtores, obrigando-os a vender por um preço que não estimula a produção". Acontece, por exemplo, que o Peru compra açúcar peruano no Equador por metade do preço e à Colômbia é mais vantajoso adquirir açúcar equatoriano do que consumir o próprio, isso porque o açúcar importado é vendido por metade do custo, cabendo ao Banco Central pagar a diferença e recebê-la do govêrno, como se fazia na administração do Sr. Arroyo del Rio, que deixou uma dívida de quatorze milhões de sucres, resultante das operações de importação de açúcar. "As fábricas nacionais — acrescenta o jornal — verificam que o fato de produzir açúcar e ser êste artigo nacional, implica no recebimento de um preço que é sòmente metade do do artigo similar estrangeiro. Dêsse modo, castiga-se o capital nacional, torna-se impossível melhorar os salários do nosso trabalhador, enquanto se paga o dôbro à mão de obra estrangeira e aos capitais estranhos que produzem o açúcar importado. A produção nacional decai de ano para ano e os nossos dólares, que poderiam ser aproveitados na aquisição de maquinaria, de artigos para nosso progresso, têm de ser utilizados na compra de açúcar que, com outra política, poderia ser produzido internamente".

Entre as diversas soluções propostas para solucionar o problema, foi afinal aceita a de se procurar um preço médio entre o açúcar nacional e o estrangeiro, preço que permita estimular a indústria do país e ao mesmo tempo evite prejuízos ao govêrno. E' evidente que os preços atuais, diz o jornal, deverão elevar-se, mas êsse sacrifício do consumidor equatoriano não será vão, porquanto acredita-se que, no período de dois anos, o Equador poderá libertar-se da importação de açúcar.

ESTADOS-UNIDOS

Em setembro último, o Ministério da Agricultura estimava a safra de beterraba de 1944 em 7.204.000 toneladas, cifra que se compara com a de 6.522.000 toneladas para a safra anterior. As estimativas da produção açucareira na área continental permaneceram inalteradas em 6.166.000 toneladas. De acôrdo com as estatísticas preliminares da W.F.A., os Estados-Unidos receberam, durante os primeiros sete meses de 1944, 3.914.606 toneladas de açúcar bruto contra 3.505.780 no mesmo período de 1943. Em 31 de julho, os estoques existentes no continente eram de 999.832 toneladas contra 1.378.805 na mesma data de 1943. Segundo Willet & Gray, os Estados-Unidos receberam do exterior, nas quatro semanas terminadas em 2 de setembro, 365.572 toneladas longas de açúcar bruto, um volume sensìvelmente mais elevado que o das quatro semanas anteriores.

* * *

A Union Sugar Company, proprietária de uma fábrica de açúcar de beterraba na california, teve um lucro líquido de 166.566 dólares, no ano que se encerrou em 31 de maio de 1944; no ano anterior os lucros da referida emprêsa foram de 257.297 dólares, sendo de 213.175 dólares os lucros resultantes do fabrico de açúcar. Em 1943, a produção de açúcar foi de 450.000 sacos de 100 libras, cifra que se compara com a de 701.738 sacos produzidos em 1942. De uma área de 8.474 acres foram colhidas, em 1943, 149.683 toneladas de beterraba. Foi distribuído um dividendo de 1 dólar e 20 centavos por ação de 25 dólares.

Êsses dados foram colhidos em "Sugar", número de outubro. A mesma revista informa que a Michigan Sugar Company teve, no ano encerrado em 30 de junho de 1944, o prejuízo de 45.472 dólares, contra o lucro líquido de 542.147 dólares obtido em 1943.

A área de plantio da Michigan Sugar Company, em 1943, foi inferior à de 1942 em 46 por cento. Condições de tempo desfavoráveis reduziram o rendimento agrícola de modo que a tonelagem de beterrabas colhida foi menos de um têrço da tonelagem da safra anterior. A produção de açúcar alcançou a cifra de 513.577 sacos de 100 libras, contra 1.575.937 sacos em 1942. Sòmente três das seis usinas da emprêsa trabalharam na safra de 1943.

"O Globo", do Rio de Janeiro, edição de 12 de dezembro de 1944, publicou a seguinte correspondência especial:

"NOVA YORK — dezembro — São positivamente sombrias as perspectivas do mercado de açúcar dos Estados-Unidos em 1945, em virtude das negociações entre a Commodity Credit Corporation e os representantes da indústria açucareira cubana não haverem ainda chegado a resultado satisfatório.

Cuba deseja vender aos Estados-Unidos as suas safras de açúcar de 1945 e 1946 de uma única vez — mas os Estados-Unidos desejam apenas negociar a safra de 1945, sendo essa a opinião da Commodity Credit Corporation e também a de uma certa corrente da indústria norte-americana.

Argumentam os representantes cubanos que a indústria açucareira em Cuba tem assumido um desenvolvimento muito importante, e que só é possível garantir-lhe estabilidade, no momento pela colocação imediata de duas safras, pelo menos.

Os delegados cubanos passam três semanas em Washington e, finalmente, encerraram temporàriamente suas negociações, tendo voltado a Havana, onde estudarão a proposta definitiva da Commodity Credit.

A Administração da Alimentação de Guerra dos Estados-Unidos acredita que o contrôle do consumo de açúcar nos Estados-Unidos será inevitável até o fim de 1945 e que a compra da safra cubana de 1945 é necessária para tal objetivo.

Cuba espera para o ano de 1946 a maior safra de açúcar de sua história econômica. Meios técnicos acreditam ainda no aumento da safra de beterraba de Pôrto Rico, do Havaí, do próprio território continental dos Estados-Unidos e, remotamente, no reinício de exportações de açúcar pelas Filipinas.

Os comentadores norte-americanos, afirmam que o desejo de Cuba de negociar imediatamente à safra de 1946 tem fundamento nas preocupações que assaltam a indústria açucareira cubana quanto ao estado do mercado mundial de açúcar em 1946 — ano em que se espera a normalização da vida universel, uma vez encerradas as operações bélicas em tôdas, ou pràticamente tôdas as frentes.

As dificuldades nas negociações entre a Commodity Credit e os industriais cubanos, contudo, não residiram apenas na questão da compra de uma ou duas safras — mas também no que diz respeito a preços. Divulga-se que o Commodity Credit ofereceu aos cubanos o preço de 3 centavos (moeda norte-americana) por libra-pêso de açúcar, F. O. B., para açúcar da safra de 1945, estimada em cêrca de 5 milhões de toneladas — e para uma parte da safra de 1946, mas não para tôda a safra. Cuba, acredita-se, deseja obter o preço de 3.15 centavos F. O. B., para a venda de ambas as safras. Os representantes cubanos não puderam chegar a uma decisão, porque os proprietários das lavouras canavieiras e os usineiros cubanos desejam o preço mínimo de 3.25 centavos por libra-pêso.

Até agora nenhuma decisão se formulou, mas espera-se que, em dezembro, as negociações sejam reiniciadas em atmosfera mais positiva.

Os Estados-Unidos têm comprado as safras cubanas de açúcar dos três últimos anos, para distribuição entre sua população, o Canadá e a Inglaterra, em proporções determinadas pela Junta Mista de Alimentos, de Washington.

O açúcar recebido de Cuba é vendido, nos Estados-Unidos, por meio da Commodity Credit, aos refinadores, pelo preço "ceiling" de 3.75 centavos por libra (onde se incluem: 2.65 centavos do preço pago ao produtor cubano, 3/4 de centavo de direitos aduaneiros e cêrca de um têrço de centavo de frete).

Em face de certas dificuldades de transportes marítimos, espera-se que o consumo de açúcar na zona atlântica dos Estados-Unidos venha a tornar-se mais reduzido, nos próximos meses, e durante o ano de 1945.

Os estoques das refinarias têm sofrido redução — e prevê-se mesmo a cessação das atividades de certos estabelecimentos da costa oriental dos Estados-Unidos.

Ao mesmo tempo, a Administração da Alimentação de Guerra aconselha aos lavradores que se dediquem à maior produção de beterraba para uso da indústria açucareira norte-americana, no ano de 1945.

"Espera-se (declara aquela entidade) que a situação dos estoques de açúcar em 1945 será mais crítica que em 1944. Não se prevê que a escassez mundial de açúcar seja aliviada antes que as zonas produtoras do Pacífico sejam libertadas e que as zonas européias de beterraba tenham oportunidade de renovar seu equipamento e reiniciar sua produção".

A Administração da Alimentação de Guerra afirma, assim, que as restrições ao consumo do

açúcar nos Estados Unidos e em outros países importadores terão que continuar por algum tempo, talvez até mesmo um ano depois do fim da guerra contra o Japão".

FORMOSA

No seu número de janeiro dêste ano, "The International Sugar Journal" comenta:

"Para os nossos leitores, a declaração mais interessante feita no Cairo, durante a reunião do Conselho das Três Potências, foi a de que os aliados resolveram restituir à China a ilha Formosa, que lhe fôra tomada pelo Japão na guerra de 1894-96. Seria êsse um gesto de elementar justiça em relação à China, que nestes últimos dez anos tanto tem sofrido nas mãos do seu poderoso vizinho. Mas isso significa transferir uma das maiores indústrias açucareiras do mundo da posse de uma nação notória pela sua política isolacionista e pelo seu esfôrço implacável na adoção dos metodos de trabalho ocidentais para uma nação que promete situar-se no futuro no mesmo nível das chamadas grandes potências e que participará igualmente dos princípios da Carta do Atlântico. Conseqüentemente, pode-se prever uma importante modificação no mundo açucareiro".

Depois de dar alguns elementos sôbre a situação geográfica da ilha, da sua topografia e população, acrescenta aquela revista:

"A indústria açucareira de Formosa data de tempos mais recuados. Em 1622, a Companhia das Índias Orientais enviou para a Holanda um carregamento de açúcar de Formosa. Durante os últimos dias da ocupação chinesa a produção de açúcar da ilha era de 60 mil a 80 mil toneladas por ano, na sua maior parte de açúcar bruto, existindo cêrca de mil pequenas fábricas. Foi em 1900 que a primeira companhia açucareira japonêsa (Taiwan Seito Kaisha) iniciou as suas atividades, contando com o amparo financeiro do govêrno e inaugurou processos modernos de trabalho. Em 1911, funcionavam 29 grandes usinas e havia em construção outras nove. Essas fábricas contavam muitas máquinas de procedência inglêsa, americacana e alemã. Em 1929, onze companhias controlavam 48 usinas modernas. A cana de açúcar não é a principal cultura de Formosa, sendo precedida pela do arroz. Também as bananas são cultivadas em larga escala para o mercado japonês.

Durante o domínio dos chineses, a lavoura canavieira de Formosa era completamente formada de variedades do grupo "Saccharum sinenses". Com o advento dos nipônicos, os plantadores procuraram em Havaí canas melhores e por vários anos Rose Bamboo foi a variedade predominante, embora outras importações incluíssem B 247 e EK 28. Essas variedades foram afinal sèriamente atacadas pelo "sereh", de sorte que os agricultores de Formosa voltaram-se para as canas POJ. Entre as primeiras importações figuraram POJ 36 e 161. Últimamente as canas POJ 2725 e 2714 foram introduzidas e em 1929 ocupavam 70 por cento da área plantada. Nos anos mais recentes, POJ 2878 e 2883 adquiriram grande predominância na lavoura de Formosa.

A produção de açúcar, sob o domínio japonês, elevou-se de 30 mil toneladas métricas em 1902-03 a 500 mil toneladas em 1925-26 e finalmente, em 1937-38, excedendo a casa de um milhão de toneladas. Contudo, desde 1925, a área de plantio não cresceu, ficando nos limites aproximados de 100 mil acres, a maior produção resultando de melhores rendimentos e do aperfeiçoamento da técnica fabril. A estação do crescimento das culturas era de 12 a 14 meses, mas ùltimamente foi prolongada para 18 a 22 meses.

Logo que passaram a controlar a indústria açucareira de Formosa, os japonêses fundaram uma estação experimental em Daimokko, onde realizam amplos trabalhos de pesquisas. Infelizmente, êsses trabalhos são quase completamente ignorados pelos estudiosos de outros países, pois os japonêses se limitam a escrever na sua própria língua e só raramente fazem acompanhar os seus estudos de resumos em inglês ou francês. O exclusivismo dos japonêses se positiva ainda no fato de que ilustres especialistas que têm visitado Formosa não encontram facilidades para conhecer em detalhe a organização da indústria, como aconteceu ao Professor R. L. Pendleton, da Universidade das Filipinas, e ao Dr. Arthur Rosenfeld, que ali estiveram em 1928.

GRÃ-BRETANHA

Com referência à situação do açúcar na Grã-Bretanha, foi recentemente revelado que êsse país tem, com a sua própria produção de beterrabas de açúcar, asseguradas, até o outono do ano de 1945, tôdas as suas necessidades de açúcar. Dezoito grandes fábricas estão atualmente trabalhando febrilmente na transformação das beterrabas em açúcar. A produção total de açúcar, o ano passado, é estimada em mais de meio milhão de toneladas. Na Inglaterra e na Escócia, há mais ou menos 427.000 alqueires de terra plantados com beterrabas de açúcar, sendo que cada alqueire produz a quantidade de açúcar suficiente para 100 pessoas durante um ano. A percentagem do açúcar extraído em 1944, das beterrabas, entretanto, devido ao mau tempo havido, é levemente menor que a de 1943, mais ou menos 17% comparado com 18%. Nenhuma das beterrabas está sendo desperdiçada; de cada 2.000 toneladas das mesmas, produzem-se 275 toneladas de açúcar branco e de igual qualidade do açúcar de cana, e 140 toneladas de polpa que é aproveitada pelos agricultores como forragem para os seus animais. A operação completa, desde o transporte das beterrabas para as fábricas até o ensacamento do açúcar, leva apenas 5 horas. A questão dos operários tem sido um problema e bastante difícil devido à enorme falta dos mesmos, porém foi resolvida muito satisfatòriamente com o emprêgo e auxílio dos prisioneiros de guerra italianos.

HAITI

O período de moagem da safra de 1944, informa o "Weekly Statistical Sugar Trade Journal", terminou em agôsto com uma produção total de 63.879 toneladas curtas de açúcar bruto e 3.224.988 galões de melaços.

DA POLÍTICA AÇUCAREIRA NORTE-AMERICANA

Sôbre a política açucareira do govêrno norte-americano "Sugar" escreve, no seu número de outubro:

"A Junta de Produção de Guerra anunciou que serão abolidas pròximamente muitas das restrições impostas nos últimos três anos ao consumo pela população civil de vários materiais e produtos. Publicou-se uma longa relação de materiais e suprimentos — agora negados ao público ou em grande parte reservados para as fôrças armadas — a respeito dos quais se fazia a promessa de que 40 por cento dos mesmos serão entregues ao público, logo que seja vencida a resistência nazista. Já se elaboram planos para converter a indústria norte-americana às atividades pacíficas e a restauração do comércio e da indústria às condições normais surge como uma perspectiva de imediata realização antes que uma remota esperança. As notícias que nos chegam dos países libertados do jugo nazista são animadoras no que concerne a alimentos. Acreditava-se que seria preciso embarcar para êsses países milhares de toneladas de gêneros alimentícios; no entanto os aliados, ao ocupá-los, constataram que a escassez, com exceção de algumas áreas e de alguns produtos — entre os quais o açúcar — não era tão grande quanto se imaginava. O que se precisa nas zonas agrícolas dêsses países é de sementes para as próximas safras, instrumentos de trabalho e oportunidades para que os agricultores possam exercer suas tarefas sem perturbações. A obrigação de alimentar todo um continente por longo período não recairá evidentemente sôbre os ombros do povo americano, salvo em uma extenção relativamente limitada. Conseqüentemente, o racionamento dos gêneros alimentícios nos Estados-Unidos por ser atenuado assim que o permitam as necessidades militares.

Há, porém, uma exceção nessa encorajante perspectiva de redução ou remoção das restrições que têm sido impostas ao uso de alguns produtos, desde o comêço da guerra. Segundo estimativas não oficiais, porém aparentemente autênticas, o racionamento do açúcar deve continuar durante o ano de 1945 e possivelmente por mais tempo ainda. Nestas colunas e em outras publicações, muitas vêzes se tem dito que isso é o resultado de não se ter previsto a situação que certamente surgiria ao fim da guerra, embora tôda gente conhecesse as condições que levavam a ela, não faltando, por outro lado, indicações antecipadas do estado a que chegaría-

---

15.811 toneladas de açúcar refinado e semi-refinado foram reservadas para o consumo local, havendo, portanto, 48.068 toneladas de açúcar disponíveis para a exportação. Considera-se, diz aquêle jornal, a safra de 1944 com uma das melhores dos últimos anos.

PORTO RICO

Estima-se em 29 milhões de galões a produção de melaços finais em Pôrto Rico na safra de 1944. Êsse volume corresponde pràticamente ao que foi previsto no contrato celebrado, no outono de 1943, com a Defense Supplies Corporation para compra dos excessos do produto das safras de 1943 e 1944. Em agôsto último, apenas havia menos de 4 milhões de galões de melaços finais destinados a embarque para a área continental dos Estados-Unidos, sendo o restante reservado para consumo local.

URUGUAI

Sôbre a produção de cana de açúcar no Uruguai, o jornal "La Mañana", de Montevidéu, escreveu na sua edição de 24 de outubro de 1944 o seguinte:

"Em várias oportunidades temo-nos referido às tentativas realizadas com êxito em nosso país, visando estabelecer o cultivo da cana de açúcar, indústria que pode alcançar um grande desenvolvimento, em vista das vantagens de ordem econômica que oferece sua produção.

O departamento de Artigas, a zona escolhida para o plantio da cana, está chamado a receber os benefícios que representará a implantação de uma indústria de considerável importância como é a da produção de açúcar, desde que se obtenham custos que não exijam uma desproporcionada proteção do Estado.

Segundo notícias que nos chegam, uma lamentável demora na instalação da fábrica impediu que se fizesse na época oportuna a colheita da cana. Todavia, sempre se pôde fabricar um pouco de açúcar, que servirá ao menos para que se julgue a qualidade dêsse produto e também permitirá um juízo mais sólido sôbre as possibilidades de competência com o artigo estrangeiro".

mos. Não era possível esperar outro resultado da política — ou da falta de política — que provocou um acentuado declínio da produção nacional e conservou a indústria cubana em um estado de incerteza de safra em safra. O fracasso em manter a produção das áreas que por muitos anos abasteceram o mercado norte-americano não resultou de uma reviravolta recente e inesperada da guerra. O primeiro ato de agressão dos japonêses, juntamente com o ataque a Pearl Harbour, foi a ocupação das Filipinas, do que resultou uma perda para o mercado norte-americano de cêrca de 800 mil toneladas de açúcar que aquelas ilhas habitualmente forneciam. Ao mesmo tempo, a conquista das Índias Orientais eliminou os dois milhões de toneladas que Java regularmente fornecia para distribuição nos dois hemisférios. As causas que reduziram de mais de 30 por cento a produção de Pôrto-Rico já se faziam sentir antes da guerra e foram agravadas com a orientação política que se adotou. Na área continental dos Estados-Unidos, as autoridades encarregadas do contrôle do açúcar fizeram um esfôrço tardio para aumentar a produção, utilizando para êsse fim o expediente favorito da atual administração — o pagamento de subsídios aos plantadores. Êsse expediente está desacreditado mesmo entre aquêles a quem favorece, diante das suas experiências na última década. Constatou-se que é uma providência inadequada, pois o subsídio é fixado sem relação com a quantidade reclamada para estabelecer uma posição de competição efetiva entre as safras, às quais foi aplicado. Além disso, no caso do açúcar só muito tarde se conseguiu estabelecer a extensão do pagamento, de sorte que não foi possível alcançar as safras de 1943 e 1944.

Impondo um preço arbitràriamente fixado e mantido em um nível muito inferior ao de outras safras competidoras, os órgãos governamentais privaram o povo americano de milhões de toneladas de açúcar, que poderiam ser incluídas com proveito na sua dieta de guerra e pelas quais pagariam um pequeno preço adicional, necessário para equilibrar êsse alimento com outros produtos. Rigorosamente não se pode falar no momento de um mercado internacional do açúcar. Existem, contudo, transações entre produtores e consumidores em regiões onde os preços estão virtualmente sem contrôle e êsses preços são aproximadamente meio cêntimo por libra mais altos do que os vigentes para o açúcar americano e cubano nos mercados dos Estados-Unidos. Se o preço do nosso açúcar fôsse elevado na mesma proporção, isso representaria para o consumidor um aumento de alguns cêntimos por mês e não poderia encorajar a inflação, ao passo que, por outro lado, teria facilitado um mais adequado suprimento e deixado a indústria em muito melhor posição ao fim da situação de emêrgência. A recapitulação de erros passados não tem utilidade prática, a menos que sirva para evitar sua repetição no futuro. Um exame do curso recente dos negócios açucareiros mostra a urgente necessidade de se adotar um plano definido, capaz de aliviar a escassez de açúcar que se desenha, sem desmoralizar a indústria. Dentro dêsse programa cumpre encontrar os meios para manter a produção interna e para um acôrdo com os cubanos que lhes garanta liberdade de ação para dispor da parte da sua safra não necessária aos Estados-Unidos. E' óbvio que nenhuma indústria pode prosperar, se as condições em que trabalha se modificam de ano para ano, ao sabor de exigências políticas e teorias econômicas. E' essencial a certeza quanto a condições básicas. Foi essa certeza que assegurou no passado o progresso da indústria; os seus membros precisam agora de um programa fixo para saber como agir no futuro imediato".

EMBAIXADA "BARBOSA LIMA SOBRINHO"

Com o propósito de conhecer de perto as realizações da indústria açucareira no seu setor mais forte, que é o Estado de Pernambuco, constituiu-se, em Aracaju, uma embaixada de alunos do Curso Superior de Administração e Finanças da Escola Técnica de Comércio de Sergipe.

Os estudantes sergipanos, como homenagem ao Sr. Barbosa Lima Sobrinho, Presidente do Instituto do Açúcar e do Álcool, resolveram tomá-lo para patrono da caravana, que visitará preferentemente as grandes instalações da Distilaria Central Presidente Vargas, no Cabo, e algumas das grandes usinas de Pernambuco.

Já de passagem por Alagoas, em fins do ano passado, tiveram os estudantes a oportunidade de visitar o Entreposto do Álcool do I.A.A. e a Central Leão Utinga, onde foram recebidos por um dos diretores, que lhes ministrou todos os informes sôbre o funcionamento daquele importante centro açucareiro do Nordeste.

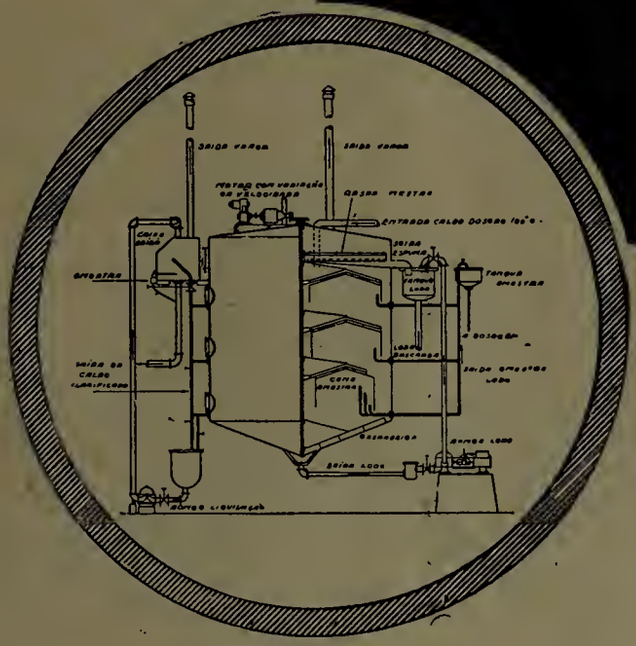
A Delegacia Regional do I.A.A., em Maceió, providenciou para que fôssem facilitadas aos jovens de Sergipe tôdas as visitas necessárias ao bom desempenho da sua missão de estudos.

PRODUÇÃO DE AÇÚCAR EM CUBA

ANO	AREA DE PLANTIO Milhares de acres	CANA PRODUZIDA Milhares de tons. curtas	CANA COLHIDA Milhares de tons. curtas	AÇÚCAR PRODUZIDO Milhares de tons. curtas	AÇÚCAR POR TON. DE CANA Libras
1919.	2.025	43.591	40.970	4.554	222
1920.	2.082	39.164	38.335	4.243	221
1921.	2.145	45.415	41.435	4.469	216
1922.	2.100	42.802	38.917	4.581	235
1923.	1.800	36.019	35.366	4.141	234
1924.	2.200	40.818	39.917	4.671	234
1925.	2.695	56.848	52.068	5.894	226
1926.	3.300	59.770	48.783	5.602	230
1927.	3.310	67.728	45.243	5.121	226
1928.	3.275	57.984	39.148	4.591	235
1929.	2.700	49.084	47.718	5.857	245
1930.	2.800	45.920	43.435	5.305	244
1931.	2.794	48.095	28.632	3.545	248
1932.	2.387	50.502	26.480	2.956	223
1933.	1.925	32.803	19.587	2.266	231
1934.	1.971	27.088	22.136	2.583	233
1935.	1.974	29.298	24.847	2.883	251
1936.	2.229	36.399	27.616	2.904	244
1937.	2.392	46.044	34.346	3.379	245
1938.	2.328	42.690	29.177	3.380	255
1939.	2.315	37.954	28.282	3.094	247
1940.	2.294	39.447	31.220	3.128	245
1941.	2.294	41.613	33.010	2.734	250
1942.	2.554	39.000	36.116	3.804	249
1943.	2.554	44.500	26.000	3.250	250

(Adaptado do Lamborn Sugar Market Report, 17-10-44.)

FUNDIÇÃO GUANABARA



ACESSORIOS HIDRAULICOS
CLARIFICADOR **RONALD**
DISTILARIAS DO ALCOOL
ESQUENTADORES RAPIDOS
FUNDIÇÃO DAS MOENDAS
FACAS PARA CORTADORES
FORNOS CONTINUOS ROTATIVOS
GUINDASTES PARA CANA
MOENDAS COMPLETAS
TRATAMENTO D'AGUA
TRIPLES EFEITOS
VACUOS CONDENSADORES BAROMETRO
DISTILARIA DE ALCOOL ANIDRO — usando desidratante nacional
TRATAMENTO DO VINHOTO — com grande produção de gás combustível e ótimo adubo

CONSULTAS - DESENHOS - PROJETOS - CONSTRUÇÕES

CIA. METALURGICA E CONSTRUTORA S. A.

RUA FRANCISCO EUGENIO, 371
Dep. Com. 48-9334 — Dep. Eng. 48-2120
End. Tel. "ARTE"

Rio de Janeiro

A CARTOGRAFIA DO AÇÚCAR E O SEU SIGNIFICADO HISTÓRICO

Jaime Cortesão

I

O primeiro fundamento dos Estados é a terra; o segundo, a produção. A terra afeiçôa os homens e as suas atividades produtoras. A produção dá forma exterior e nexo íntimo à sociedade. Cria a solidariedade dos interesses e a consciência de grupo, que podem, por sua vez, elevar-se a um conceito de vida própria.

Algures escrevemos: "No passado das nações coexistem sempre uma organização económica e uma concepção espiritual da vida, de tendências mais ou menos variaveis, e de cujas reações mútuas nascem os desenvolvimentos históricos. A política representa a síntese e busca o equilíbrio daquelas duas fôrças, sôbre as quais atua, por sua vez".

À luz dêstes princípios sustentamos há muito que o comércio marítimo a distância com base na agrícultura foi, desde o século XII, o gênero de vida específico dos portuguêses, o eixo em volta do qual a nação ganhou coesão social, densidade e independência política. Levado às últimas conseqüências, êsse gênero de vida enriqueceu-se e dilatou-se com a expansão em três Oceanos e quatro continentes; criou uma cultura própria; e culminou, com a sua expressão mais elevada, nos **Lusiadas.**

E' precisamente dum dos aspetos — o cartográfico — daquela cultura — a náutica — que nos vamos ocupar.

Eivada de um vício de origem, pois assentava num tráfico marítimo de base modesta, a agrícultura, a expansão marítima dos portuguêses, ao atingir os mais ricos empórios comerciais do mundo, os do Oriente, estava prèviamente condenada a uma catástrofe. Aliás, o comércio marítimo no Índico, organizado em monopólio tornou-se quase de exclusivo interêsse da corôa e seus apaniguados; subordinou à realeza a economia da nação; revalidou o poder da nobreza em detrimento das demais classes; e quebrou, finalmente, a livre disciplina e coesão nacional, ao deslaçar a comunidade dos interêsses.

Acrescentemos que o monopólio em si e na forma excepcionalmente opressora com que foi realizado, provocou, dum lado, o contrabando, a venalidade, a dissolução dos caracteres; do outro, os assaltos sistemáticos da pirataria estrangeira, com ruína progressiva da marinha mercante nacional.

Êstes fatos explicam, em grande parte, a perda da independência em 1580, tanto mais que muitos dos homens mais elevados, que aceitaram sem protesto o domínio de Castela, alimentavam a convicção ou a esperança de que a salvaguarda dos dominios portuguêses do Ultramar, só poderia fiar-se do poderío militar e naval dos espanhóis.

A nação empobrecera e degenerara. Perdera os seus instrumentos de produção e aceitava fàcilmente o domínio alheio. O império ultramarino, expressão da sua vitalidade e origem da sua grandeza, ameaçava ruir. Donde poderia vir a regeneração nacional? Que novas fôrças poderiam restituir os portuguêses à consciência duma missão histórica e à vontade de realizá-la?

De ha muito sustentamos, principalmente em **A geografia e a economia da Restauração**, a tese de que o Brasil, como Estado de economia açucareira, foi para Portugal, durante os sessenta anos do domínio filipino, a fonte de regeneração económica e moral, de riqueza e estímulo, que contribuiram como fator decisivo para a Restauração, em 1640, da sua independência política.

Entretanto, a política colonial de D. João III dava os seus frutos. A expansão portuguêsa, desde o segundo quartel do século XVI, reincarnava no Brasil em moldes tradicionais; e o sistema dissolvente do monopólio recebia uma correção e compensação salvadoras.

Forçado pela intrusão estrangeira e à míngua de fôrças próprias, D. João III viu-se obrigado, para salvar aquela parte vastíssima dos seus domínios, a dividi-la em donatarias neo-feudais, isto é, a delegar soberania em fidalgos e burgueses bastante ricos e ousados para arcar com os riscos dum investi-

Fig. n.º 1 — Carta do Atlas de Luis Teixeira, de c. 1574, da Biblioteca da Ajuda, de Lisboa, representando parte da capitania dos Ilheus. Aparece designado o Engenho de Lucas Giraldes.

Fig. n.º 2 — Carta de Luis Teixeira, de c. 1600, na Biblioteca Nacional de Florença, em que pela primeira vez aparece representado o mundo luso-afro-brasileiro.

mento de capitais e energia num mundo a desbravar. E como a base da economia e da riqueza da colonia foi, desde o princípio e durante duas centúrias, o cultivo da cana e o fabrico do açúcar, e o seu comércio livremente aberto a todos os portuguêses, êstes breve encontraram no Brasil campo vastíssimo à sua regeneração social e política, pois regressavam salutarmente ao gênero de vida próprio — o comércio marítimo à distância como base na agrícultura, e agora numa indústria que já contava um século de tradição.

A maneira do que sucedera nos arquipélagos atlânticos, Portugal desdobrava-se, ou melhor, multiplicava-se em novas províncias. Tendo lançado êle próprio o comércio do açúcar da Madeira em toda a Europa, cujo gôsto educara, incrementara por tal forma a sua produção no Brasil, que êsse produto acabou por bater as demais especiarias vindas do Oriente e substitui-las como "o mais importante artigo do tráfico marítimo internacional", conforme em 1648 lhe chamava Barlaeus.

Se ao comércio do açúcar juntarmos o do pau-Brasil, que até aí vinha igualmente do Oriente, logo seguidos das especiarias e drogas do vale amazónico, bem podemos concluir que Portugal formou no Brasil, durante o período filipino, um substituto do tráfico oriental. Mas, neste caso, com enormes vantagens. Fabricava-se não só o produto, mas criavam-se as fontes de produção. Construía-se desde os alicerces, em núcleos humanos, em portos marítimos, em modo específico da produção, um novo e imenso império comercial. E, enquanto os portos do Malabar estavam a seis meses de viagem de Lisboa, Pernambuco ficava a um mês e os demais portos brasileiros a pouco mais. Além disso, a orientação e natureza dos portos brasileiros permitia voltar no Brasil à velha cabotagem das caravelas, tão própria dos lusitanos.

Até ao fim da dinastia de Aviz, em 1580, o império português fôra quase exclusivamente Oriental e Índico; em 1640, com a derrocada daquele, tornara-se, pelo contrário, Ocidental e Atlântico. Deslocavam-se os polos do comércio. Portugal criara uma Índia portuguêsa. Uma Índia Atlântica e de ao pé da porta. Uma Índia açucareira, cujo produto ia substituir, com enorme benefício da Europa, nas exigências e volume do tráfico, as antigas especiarias orientais.

E como a economia dessa nova Índia assentava na indústria sacarina, e esta na mão-de-obra africana, o Brasil solicitava a fundação ou permanência duma série de estabelecimentos ao longo da costa da Guiné, desde o Senegal ao Gabão e daí até Benguela, incluindo os arquipélagos — escalas-e-estações — experimentais de Cabo-Verde e S. Tomé e Príncipe.

A formação dêsse Mundo Ocidental e Atlântico, foi, segundo cremos, a reação espontânea da nação contra o domínio filipino, que tão poderosamente concorreu para apressar a queda do Império português do Oriente; e o Brasil, a maior e mais original criação da grei, por que lhe saiu das entranhas, feito com sangue e sofrimento e à sua semelhança, e para substituir o mundo Oriental.

No ensaio referido — **A geografia e a economia da Restauração** — escrevemos mais: "Uma das conclusões, a nosso ver, de maior alcance, feitas por Roberto Simonsen, na sua **História Econômica do Brasil,** é a de que o valor das exportações do açúcar, durante os séculos XVI e XVII, foi de 300 milhões de libras, ao passo que o ciclo da mineração (ouro e diamantes) atingiu apenas 170 milhões. Cotejando no pormenor os números fornecidos por aquêle historiador, pode calcular-se, sem exagêro, em 100 milhões de libras esterlinas o valor da exportação do açúcar, durante o período filipino.

Sabido quanto o ciclo do ouro e dos diamantes influiu no ressurgimento pombalino, e antes disso, no esplendôr do reinado de D. João V, pode avaliar-se a importância enorme que o tráfico do açúcar terá assumido no rejuvenescimento da economia portuguêsa. E, se o ciclo da mineração produziu em menos tempo mais riqueza, a do açúcar, de base mais sólida, interessava, em compensação, muito mais do que ao Estado, a uma percentagem infinitamente maior da população do reino"'.

Com efeito, como naquele estudo mostramos, com o aumento da produção do açúcar, cresceu e multiplicou-se a marinha mercante; desenvolveram-se todos os portos do reino, alguns dos quais, como Viana do Castelo, Peniche e Portimão, nasceram ou atingiram proporções urbanas naquela época; os estaleiros voltaram à produção de outros tempos, que nalguns casos excederam; au-

mentou por toda a parte o volume e o gênero das trocas; e toda a população costeira de Portugal e do "hinterland" mais próximo se exaltou com esperanças novas.

Mas, durante a última década do domínio filipino, o govêrno de Madrid mostrou-se extremamente remisso em atender os clamores que lhe chegavam do Brasil e de Portugal. Pouco a pouco, algumas das melhores capitanias brasileiras caíram em poder dos holandeses. E, desta vez, não era a Índia do Oriente, mas a Índia viva, filha do sangue português, que sangrava e ameaçava cair para sempre. A iminência do desaparecimento dessa criação da grei, sua maior fonte de riqueza e poderio, não podia deixar de provocar a reação da consciência nacional, e maiormente nos núcleos mais interessados da população. E foi o que sucedeu.

Lisboa, Porto, Viana, Setúbal e os portos do Algarve distinguiram-se na insurreição de 1640.

Vamos hoje acrescentar novos dados em apoio destas afirmações e formular duas novas teses:

I° — A consciência dum Estado brasileiro e o pensamento da sua independência nasceram nos engenhos de açúcar.

II° — Das exigências e correlações da economia do açúcar nasceu, nos fins do século XVI, o mundo luso-afro-brasileiro, mundo atlântico de interpenetração económica e cultural, que se prolongou até ao primeiro quartel do século XIX. Com a independência do Brasil êsse nexo partiu-se. Mas tudo indica que êle venha a reatar-se na base dos interêsses e da cultura comum.

São essas três teses, tão intimamente ligadas entre si, que vamos alargar ou esboçar, e principalmente na base da documentação cartográfica. Aliás o assunto é tão vasto que, pelo que se refere às duas últimas, pouco mais podemos fazer do que traçar um programa de estudos e formular hipóteses de trabalho.

O Brasil, como vasta entidade económica, humana e política, nas suas relações com a África, começa a surgir no reinado de D. Sebastião.

Ao mesmo tempo que se lançavam os fundamentos de Angola, sob o govêrno de Paulo Dias de Novais, na base melhorada em que se haviam criado as capitanias do Brasil, o monarca olhava com particular atenção os seus domínios do Novo Mundo.

Cêrca de 1574, por ordem régia, um dos melhores cartógrafos portuguêses, Luis Teixeira, percorria demoradamente o litoral brasileiro para reformar a carta respetiva. Data de então o primeiro atlas do Brasil, do qual resta um resumo, com doze das suas cartas, anexas a um roteiro, num códice da Biblioteca da Ajuda, em Portugal. A essa obra chamamos **Roteiro-Atlas**, de Luis Teixeira, e estudamo-lo em livro recente — **Cabral e as origens do Brasil**

Posteriormente assinalamos, nas nossas lições de História da Cartografia do Brasil, que êle é — fato da maior importância na história da geografia dos países americanos — "o primeiro atlas hidrográfico de tôda uma vasta região da América e o primeiro que representa o fruto duma expedição ordenada oficialmente com fins científicos".

Ora êsse atlas não só inclui quase exclusivamente cartas de regiões açucareiras, mas nêle, pela primeira vez, também, aparecem assinalados os engenhos de açúcar, assim colletivamente, como na carta do Recife, ou isoladamente como na carta da capitania de Porto Seguro onde se assinala "o trapiche de Gonçalo Pires", ou, na dos Ilhéos, o "engenho de Lucas Giraldes".

Dissemos que o códice da Biblioteca da Ajuda representa apenas um resumo do Atlas de Luis Teixeira. Com efeito, conhece-se uma outra carta dêsse atlas que foi publicada com o **Roteiro de Navegação**, de Gaspar Ferreira Reimão, em 1640; e, comparando, por exemplo, a carta da capitania de Porto Seguro, com a descrição do litoral respetivo, no Roteiro anexo ao **Tratado Descritivo do Brasil**, de Gabriel Soares de Sousa, se conclui que os dois textos obedecem a um protótipo comum, intimamente relacionado com o trabalho do cartógrafo.

Lendo com atenção o **Roteiro geral** com que abre o **Tratado Descritivo**, vê-se que, ao lado do roteiro náutico, existe o roteiro do açúcar. Êle menciona, um por um, quantos engenhos existem ao longo da costa. E chega a descrever os mais notáveis no seu **Memorial e declaração das grandezas da Bahia**, igualmente parte integrante do **Tratado Descritivo.**

Senhor de engenho, é, na sua obra também, que alvorece pela primeira vez, a consciência da existência dum Estado brasileiro, que êle provàvelmente tentou delimitar a oeste.

Fig. n.º 3 — Carta dos Ilheus do Atlas, que acompanha o "Livro que dá razão do Estado do Brasil", do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro. Os engenhos estão assinalados por letras remissivas e nomeados na cartela.

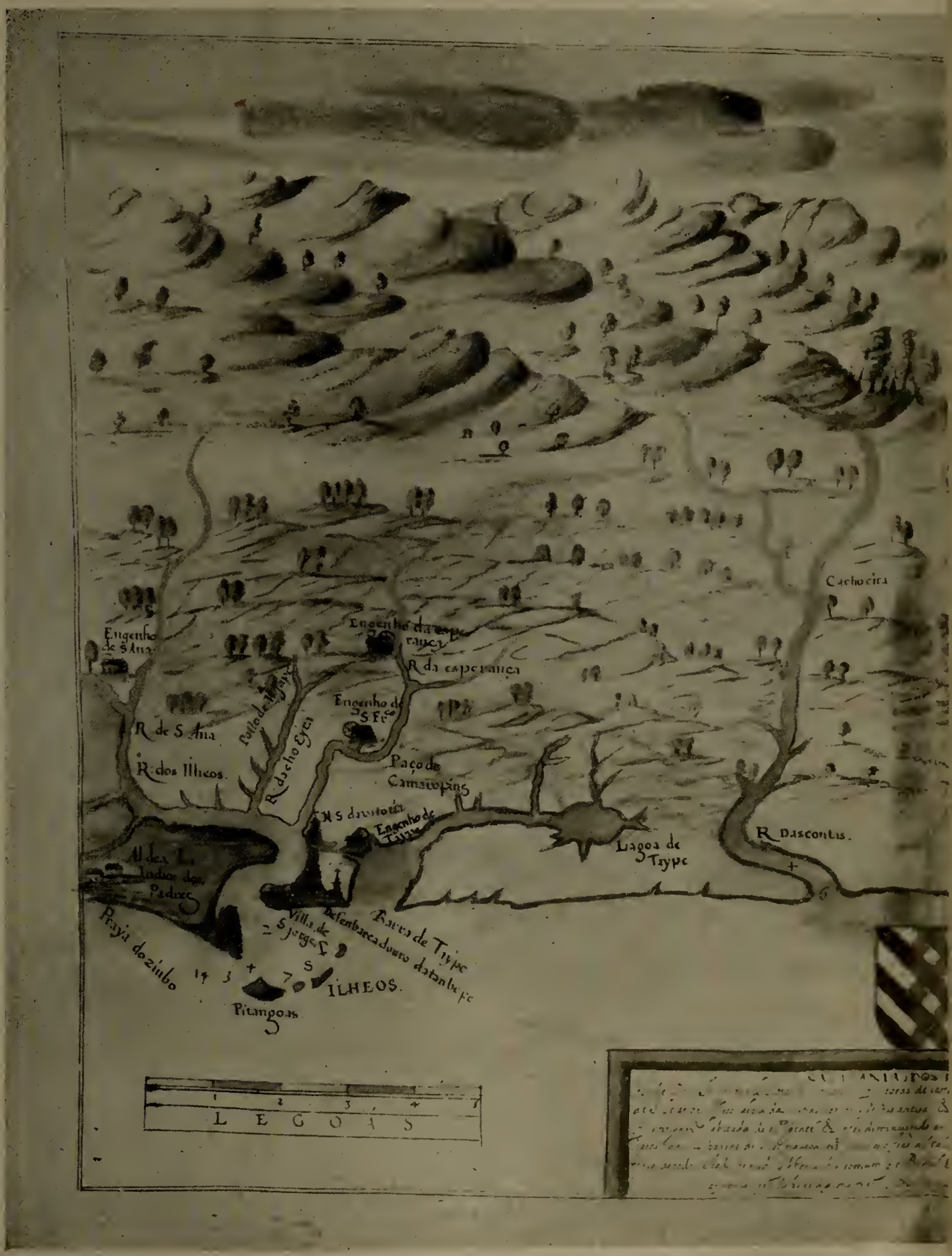


Fig. n.º 4 — Carta dos Ilheus do Atlas do Brasil, de João Teixeira Albernaz, de 1631, na Map

Fig. n.º 4 — Carta dos Ilheus do Atlas do Brasil, de João Teixeira Albernaz, de 1631, na Mapoteca do Itamarati. Os engenhos estão figurados por uma convenção cartografica, propria

No **proémio** do seu livro, escrito, ou melhor acabado de escrever em 1587, queixa-se de que o Brasil "está muito desamparado depois que El Rei D. João III passou desta vida para a eterna". E incita Felipe II a ter todo o cuidado "dêste **novo reino,** pois está capaz para se edificar nêle um **grande império,** o qual com pouca despesa dêstes reinos (de Portugal e Espanha) se fará tão soberano que seja **um dos Estados do mundo".** E mais adiante, na descrição da Bahia repete: "El Rei D. João III de Portugal... estava tão afeiçoado ao Estado do Brasil... que se vivera mais alguns anos edificara nêle **um dos mais notáveis reinos do mundo".**

Ao senhor de engenho, a quem a economia do açúcar ensinava as possibilidades imensas de riqueza e desenvolvimento do Brasil, acodem para assinalar-lhe a importância, estas designações proféticas: "novo reino", "grande império", "um dos mais notáveis reinos do mundo".

Pelo zêlo, amor e angustioso alarme com que fala do Brasil e dos perigos que o ameaçam, bem se lhe pode chamar um precidadão brasileiro.

Mas, entretanto, o zêlo de D. João III e podemos acrescentar de D. Sebastião, pelo Brasil, não foi imitado pelos monarcas castelhanos. Terminam as ordens reais que mandam aperfeiçoar a carta do Brasil. Não obstante, Luis Teixeira continua a produzir cartografia brasileira. Em 1592 escrevia a Abraão Ortélio, anunciando-lhe que tinha pronto para lhe enviar um atlas do Brasil em nove ou dez folhas.

Infelizmente êsse atlas perdeu-se, mas conhece-se, em compensação, uma carta sua, de cêrca de 1600, em que pela primeira vez figura o mundo luso-afro-brasileiro. Assinada pelo cartógrafo e marcada pelo emblema da Companhia de Jesus, que então, bem pode dizer-se, partilhava com D. Francisco de Souza do govêrno, nessa carta o Brasil figura como uma ilha, profundamente delimitada pelo Tocantins e o Paraguai, unidos pelo lago Dourado, que fôra provavelmente um dos objetivos da expedição de Gabriel Soares de Souza. Um enorme escudo das armas portuguêsas marca essa vasta unidade territorial, em frente da qual, do outro lado do Atlântico, se vêem a "Serra Liôa", a "Mina", "o Beni", o Congo, onde se alça uma enorme cruz e Angola com a indicação de Loanda — tudo igualmente assinalado pelas bandeiras e os escudos emblemáticos da soberania portuguêsa. Tão profusos são êsses emblemas que bem pode dizer-se estarmos em frente de uma carta de reivindicação nacionalista.

Mas o que avulta, a meio da carta, é a América do Sul e nela o Brasil. Uma imensa rosa dos ventos central marca êsse mundo atlântico. Aí figura, pela primeira vez, o "grande império do Brasil", de que falava Gabriel Soares, com todas as suas conexões africanas, determinadas pelas necessidades da mão de obra açúcareira.

Nessa carta sucessivamente aumentada, em grandeza e nomenclatura, do mundo luso-afro-brasileiro, existem vários exemplares sucessivamente assinados, até aos fins do século XVII, por João Teixeira e João Teixeira Albernaz, respetivamente filho e bisneto de Luis Teixeira. Elas correspondem às necessidades crescentes do tráfico inter-continental. Acentuam, com a sua frequência, a importância que êsse mundo económico e cultural vai assumindo ao longo daquele século. E provocadas pelas necessidades da produção sacarina bem podemos chamar ao seu conjunto de **cartografia do açúcar.**

E' nos começos do século XVII que os portuguêses começam a dar-se conta da importância do Brasil nascente, comparado com o Oriente em descalabro. A idéia do abandono da Índia, por extremamente ruinosa, assoma nas páginas do **Soldado prático,** de Diogo de Couto. Mas, em 1608, já é claramente exposta por Luis Mendes de Vasconcelos nos seus **Diálogos do Sitio de Lisboa.** Logo no comêço, um dos interlocutores afirma: "Pois o Brasil não é estéril de prata e ouro, e eu sei de pessoas que o tem visto e atentamente considerado, que lhe não faltam estas cousas, sendo a terra fertilíssima e de boníssimos ares; de modo que, se tratarmos dêle, como pedem as suas qualidades, podemos fazer nêle **um grande Reino** que a êste fôra utilíssimo, estando a distância que se poderão um a outro dar a mão nas necessidades que ocorrerem".

À idéia dum futuro "grande Reino", que vinha de Gabriel Soares, acrescenta-se agora a da contiguidade e unidade nacionais. Mas, logo adiante, outro dos interlocutores acrescenta: "E' (o Brasil) de tanto proveito e com tão pouca despesa, como todos vemos, e se verá muito mais, se nos soubermos aproveitar dêle como convêm; **é terra fertilíssima de açúcar** e outras cousas... E assim

destas terras recebemos o benefício, que a conquista da Índia nos nega".

A primazia do açúcar na economia do Brasil, e dêste em relação à Índia, surge, assim, pela primeira vez, no livro de Luis Mendes de Vasconcelos.

E' também no lustro, que vai desde 1608 a 1613, que aparece definitivamente formada, sob a espécie económica, náutica e cartográfica, uma cultura luso-afro-brasileira. Até 1608 os roteiros portuguêses haviam sido quase exclusivamente orientais ou melhor da "carreira da Índia". Naquele ano o cosmógrafo-mór, Manuel de Figueiredo, publicava na sua **Hidrografia e Exame de Pilotos** os **Roteiros de Portugal para o Brasil, Rio da Prata, Guiné, S. Tomé e Angola.**

Por êsse livro e, desde êsse mesmo ano, começaram a ser examinados os pilotos das diferentes carreiras. Foi recentemente publicado em "Pilotos das navegações portuguêsas dos séculos XVI e XVII", por Frazão de Vasconcelos, uma "Relação de alguns pilotos examinados pelo cosmógrafo-mór Manuel de Figueiredo" e por outros mestres e pilotos. O exame dessa relação, que vai desde 1608 a 1611, é extremamente elucidativo. Dos 64 pilotos examinados, 62 destinam-se às carreiras das Ilhas, Guiné, S. Tomé, Angola e Brasil, a que em cinco casos se junta o Rio da Prata. Desses 62 pilotos, 8 foram também examinados para as Índias (de Castela); e só 2, e exclusivamente, para a Índia (portuguêsa). Nada poderia melhor mostrar o pujante desenvolvimento do comércio marítimo de Portugal para o Brasil e a África, e o descalabro do tráfico com o Oriente.

Acrescentemos que os pilotos examinados são principalmente de Lisbôa e Peniche, e depois de Leça e Matosinhos, Mondego, Vila do Conde, Buarcos, Madeira, Cascais, Sesimbra, Atouguia, Porto e Aveiro. Na relação não se menciona um só pilôto de Viana ou dos portos do Algarve, que disputavam a Lisbôa e ao Porto a primazia no comércio com o Brasil. Se pudéssemos dispor da lista dos pilotos examinados, dêsses portos, certamente o número de 62 para o Brasil e a África quase duplicaria, e com maior desproporção para os da Índia.

Um dos examinadores, entre 1609 e 1611, dos pilotos do Brasil, foi Manuel Gonçalves, o **Regefeiro de Leça**, patrão da Bahia-de-Todos os Santos, que, desde 1597, servia na carreira do Brasil e nêle habitava.

Ora, com Manuel Gonçalves, voltamos à tradição cartográfica de Luis Teixeira. Em 1509, como sabemos por alguns documentos, um dos quais igualmente publicado na obra referida, êle foi chamado a Lisbôa, por ordem régia, "para dar notícias daquela costa" (do Brasil).

Não será temerário ligar as suas "notícias" com o desenvolvimento tomado pela cartografia brasileira no **"Livro que dá razão do Estado do Brasil"**, de 1613, acompanhado dum atlas de João Teixeira, sucessivamente ampliado em várias cópias.

Na parte do texto da "Razão do Estado", primeiro ensaio de estatística brasileira, não só a importância da produção açucareira aparece em plena evidência, mas desde já se apontam as suas relações de interdependência com a África, e, especialmente, Angola. Na parte cartográfica essa evidência não é menor. Pela primeira vez, como se vê na carta dos Ilhéus, os engenhos são indicados por letras remissivas e designados em cartela à parte.

Mas a primazia do Brasil açucareiro e dêsse mundo luso-afro-brasileiro, em relação à Índia portuguêsa, só aparece clara e eloquentemente afirmada, nos **Diálogos das grandezas do Brasil**, escrito poucos anos depois, em 1618. O seu autor, Ambrósio Fernandes Brandão, senhor de engenho e antigo recebedor dos dízimos do açúcar, vai mais longe. Como é sabido, chega a aventar a hipótese das vantagens de proclamar a independência do Brasil, ou de algumas das suas capitanias, "quando fossem todas de um senhor livre e isento na jurisdição e vassalagem".

À sombra e dentro do conhecimento perfeito da economia do açúcar, "nervo e principal substância da terra", nexo duma nova sociedade, Ambrosio Fernandes, verdadeiro precursor dum Tiradentes, eleva-se ao conceito duma nova entidade política, capaz da independência.

Da sua obra ressalta igualmente a importância do comércio entre o Brasil e Angola, que já então comia "farinha" do Rio de Janeiro, e com o Rio da Prata, onde Buenos Aires começava a ser uma formação luso-brasileira.

De súbito, e com os assaltos holandêses à Bahia e Pernambuco, coincide uma grande atividade na cartografia do Brasil. De 1627 e 1631 datam dois atlas do Brasil por João Teixeira Albernaz, o último dos quais hoje

engenhos.

ou série
de roda,
s de açú-
áfico. E
o atlas
verdade,
açuca-

o enge-
m S. Vi-
Adorno
o povoa-

uram os
ncisco de
s sempre
roda; e

e por ex-
genho da
", "Enge-
dos por
r metade

de Olin-
engenhos
inúsculos

dicação é
nto dum
ngenhos".
do Mara-
eira, tam-
enhos. A
ão desde

João Tei-
20 enge-
enso, "en-
rno", ora
ito", "do
mais edi-

do Atlas
também
figuram
"Eng.º",
diferente
Teixei-
por for-
por ve-

so destas
palmente

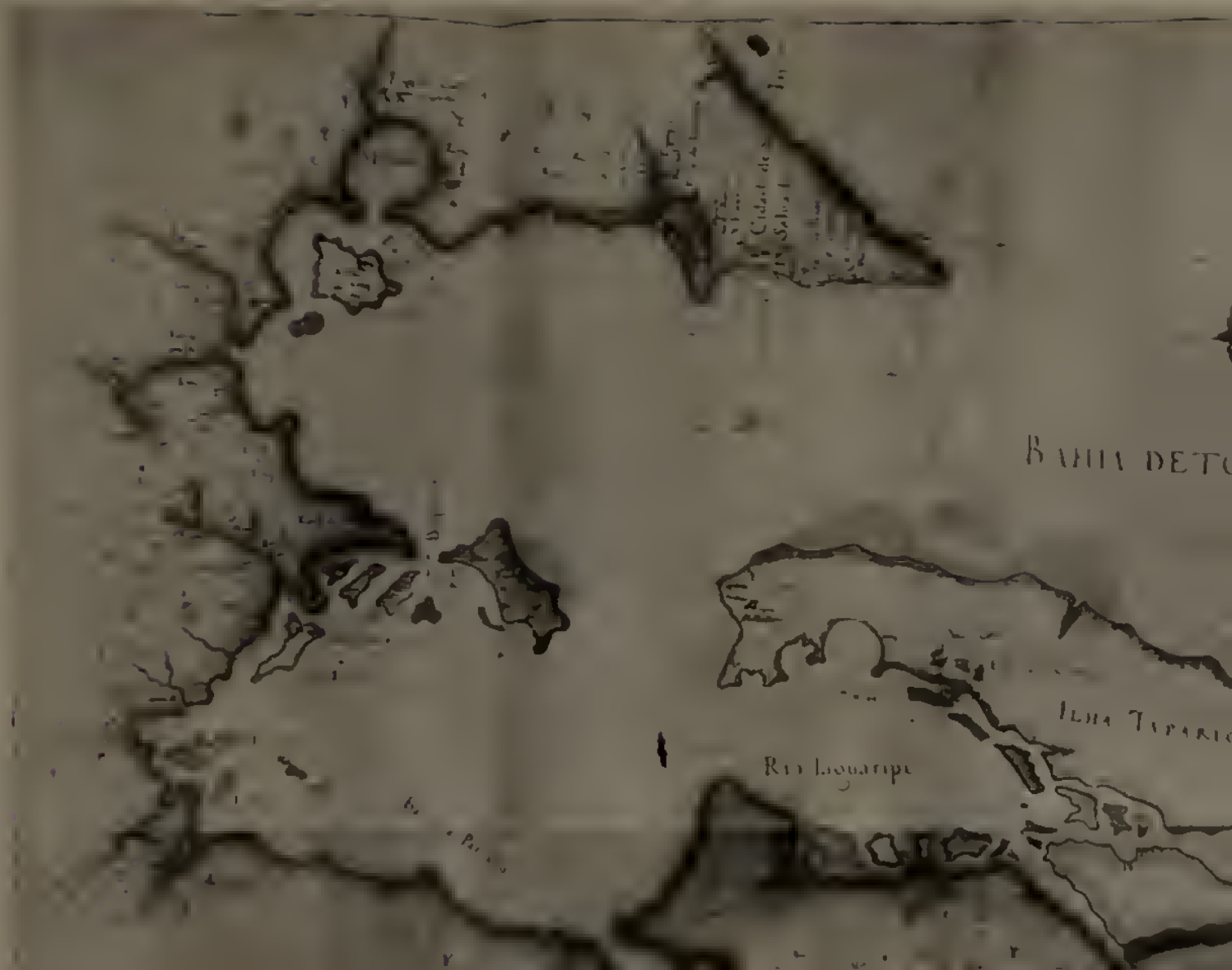

Ciudad de
Sabrat
BAHIA DETO
ILHA TIPARIC
Rio Iaguaripe

Fig. n.º 5 — Carta da Bahia, do Atlas de João Teixeira, de 1640, na Mapoteca do Itamarati. Contem a indicação de 20 engenhos.

se guarda na Mapotéca do Itamarati; e de cêrca 1630 um atlas do Estado do Maranhão, por seu avô João Teixeira, e que pertence à Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

De 1640, datam quatro atlas do Brasil, de João Teixeira, e de 1642 mais dois, um do avô e outro do neto.

O segundo dos atlas do Brasil, de João Teixeira Albernaz (1631) tem por título "Estado do Brasil", ao que se acrescenta "coligido das mais sertas noticias q. pode aiuntar D. Ieronimo de Ataide". Esta indicação não é sem interêsse histórico. D. Jerônimo de Ataíde era então donatário dos Ilhéos, em cuja carta figuram representados quatro engenhos. Numa das legendas dessa carta diz-se: "terra fertilissima de tão formosas canas de assucar q se achão oje plantadas de 30, 40, 50 annos; tem m.tas agoas para engenhos... Dos demais frutos da terra he abundante, e asi de gados, animaes, farinhas, Pao Brazil e zimbo..."

Em outra das legendas acrescenta-se: ...todos confessão ser esta a melhor e mais fertil terra de todo o estado, de modo q he proverbio comum que o Brasil he hû ovo e os Ilheos a gema. E se se meter cabedal nesta capitania será de grandissimo trato e importancia".

D. Jerônimo de Ataíde tinha, pois, a consciência do valor econômico da sua capitania, com fundamento na produção do açúcar, e estava interessado em atrair estranhos para poder desenvolvê-la. Ora o Atlas foi coligido em 1631, no ano seguinte ao da entrada dos holandêses em Pernambuco, e quando a invasão alastrava.

Assim compreende-se melhor que D. Jerônimo de Ataíde tenha sido um dos dois irmãos, armados cavaleiros por D. Felipa de Vilhena, na madrugada do 1.º de dezembro de 1640, e um dos 17 fidalgos que assaltaram o Paço real e assassinaram Miguel de Vasconcelos, assim como a sua nomeação posterior, já quando Conde de Atouguia, para governador do Brasil.

Com o atlas de 1631, a cartografia do açúcar atinge o seu carater específico. Mais novo, mais compreensivo de que seu avô, dos fenômenos contemporâneos, ou porventura, industriado por D. Jerônimo de Ataíde, êle dá maior importância à representação dos engenhos. Não só por vezes aparecem nomeados como engenhos, mas são figurados ainda que sumariamente, por um edifício ou série de edifícios, acompanhados duma grande roda, visível por metade. Assim os engenhos de açúcar adquirem seu símbolo cartográfico. E como se estendem ao longo de todo o atlas por muitas cartas, assinalam, em verdade, uma cartografia especificamente açucareira.

Por essa forma vêm assinalados o engenho do Leitão e o de Diogo Ayres, em S. Vicente, embora o dos Erasmos e o do Adorno sejam já representados apenas como povoações.

Na carta do Espírito Santo figuram os engenhos de Leonardo Froes, de Francisco de Aguiar e do Azevedo, representados sempre por um único edifício, munido de roda; e além dêstes um "Trapiche".

Numa das cartas dos Ilhéus lê-se por extenso: "Engenho de S.ta Ana, "Engenho da Esperança", "Engenho de S. Fr.co", "Engenho de Taype", sempre representados por um edifício com a roda visível por metade ou a três quartos.

Mas, na grande carta do Recife e de Olinda, com letras remissivas, os muitos engenhos são representados apenas por minúsculos edifícios e indicados sempre por **gg**.

Enfim, na carta da Paraíba, a indicação é mais sumária, pois apenas se lê junto dum curso de agua: "R. que vay p.a os engenhos".

Por sua vez, no atlas do Estado do Maranhão, de cêrca 1630, por João Teixeira, também aparecem figurados dois engenhos. A produção açucareira estendia-se então desde o Maranhão até Santos.

Nas cartas da Bahia do atlas João Teixeira, de 1640, figuram já cêrca de 20 engenhos, ora com a designação por extenso, "engenho do Ponte", "engenho do Adorno", ora simplesmente "do Aragão", "do Brito", "do Ulhôa" e representados por um ou mais edifícios.

Finalmente, na carta da Bahia, do Atlas de João Teixeira Albernaz, de 1666, também guardado na Mapotéca do Itamarati, figuram 34 engenhos, sempre designados "Eng.º", mas com uma nomenclatura muito diferente das cartas de 1640. Desta vez João Teixeira Albernaz representa os engenhos por formas diversas: um ou mais edifícios por vezes acompanhados de tôrres.

Supomos que o exame minucioso destas convenções cartográficas e principalmente

O AÇÚCAR NOS PRIMÓRDIOS DO BRASIL COLONIAL

Basilio de Magalhães

V

Mau grado o seu pouco caso com relação à grafia dos cognomes germânicos, assim como no tocante a certas asserções até agora não confirmadas por provas cabais, — são sobremaneira interessantes as informações dadas por Pedro Taques em sua "Nobiliarquia paulistana" (veja-se o capítulo concernente aos "Afonso-Gáias", principalmente o que se encontra às págs. 59/63 do vol. XXXIX da "Rev. do Inst. Hist. e Geogr. de São Paulo") sôbre os primeiros engenhos de açúcar levantados na capitania de São Vicente.

Para que o assunto fique bem esclarecido, vamos citar os nomes dos portuguêses, vindos na armada de Martim Afonso de Sousa, e que se estabeleceram em São Vicente, segundo o exposto por Pedro Taques, e na mesma ordem em que êste os relacionou :

Luís de Góis (casado com D. Catarina) e respectivo genro, Domingos Leitão (casado com D. Cecília de Góis), com os irmãos dêste, Baltasar Leitão e Jerônimo Leitão (depois capitão-mor de São Vicente), todos os três cavaleiros fidalgos; e com Luís de Góis vieram seus dois irmãos Pero de Góis e Gabriel de Góis (ambos fidalgos da casa real, notando-se que do primeiro dêles afirma Taques que "faleceu em São Paulo", o que não está positivamente averiguado; Rui Pinto (cavaleiro professo da Ordem de Cristo e casado com D. Ana Pires Missel, falecida em São Vicente), Antônio Pinto e Francisco Pinto (êstes dois fidalgos da casa real), com seu cunhado Nicolau de Azevedo (casado com D. Isabel Pinto e também fidalgo da casa real). A respeito dêstes Pintos, diz textualmente o operoso genealogista: "Eram filhos do fidalgo Francisco Pinto, que ainda no ano de 1550 existia em Lisboa, quando nesta côrte, por escritura celebrada na nota de tabelião, confirmou a venda das terras que sua nora D. Ana Pires Missel havia feito em São Vicente, pertencentes ao engenho de açúcar São Jorge (foi o primeiro engenho em todo o Brasil, ereto em São Vicente, logo que fundou esta vila o dito donatário Martim Afonso, com o dito Rui Pinto), aos alemães Erasmo Schecer e João Visnat, por cuja razão tomou o dito engenho o nome de São-Jorge-dos-Erasmos".

A espôsa de Luís Góis (da qual só mencionou Taques o nome de batismo) chamava-se D. Catarina de Andrade e Aguilar, como consta das "Memórias" de Frei Gaspar da Madre-de-Deus. A primeira capela que se ergueu no território da atual cidade de Santos, foi posta sob a invocação de Santa Catarina, porquê se deveu à generosa pecuniosidade dela e do marido, ambos de fervorosa fé cristã.

Vieram mais os seguintes fidalgos (note-

---

da evolução da nomenclatura dos engenhos seria de grande interêsse para o estudo da formação demográfica do Brasil.

Mas quais as razões que teriam provocado o súbito incremento da produção em atlas do Brasil, no período de 1627 a 1631, e depois entre 1640 e 1642 ?

No primeiro caso, segundo supomos, o grande alarme causado em Portugal com a tomada da Bahia, em 1624, pelos holandêses, a sua recuperação em 1625, e a tomada de Olinda em 1630; no segundo, a restauração da Independência portuguêsa, em dezembro de 1640.

Uns e outros são verdadeiros manifestos políticos, sob a forma cartográfica. Representam obra de propaganda, logo depois de 1642, largamente interrompido até 1666. O Brasil assumira o caráter duma razão suprema para a Independência de Portugal, mas que era necessário evidenciar por forma gráfica.

Em próximo artigo completaremos êste ensaio com o estudo da cartografia holandêsa, e, em especial, da formação do mundo luso-afro-brasileiro.

se que Pedro Taques, escrevendo uma "Nobiliarquia", timbrava em mencionar sempre a gente da nobreza lusitana): Jorge Ferreira (que casou com Joana Ramalho, filha de João Ramalho), Jorge Correia, Brás Cubas (com um filho bastardo, Pedro Cubas), Antônio Rodrigues de Almeida (que, voltando ao reino, de lá retornou ao Brasil em 1556, trazendo a mulher, D. Maria Castanho, e duas filhas), Antônio de Oliveira (casado com D. Genebra Leitão, irmã dos três Leitões acima referidos, e que foi capitão-mor de São Vicente), Simão Borges Cerqueira e Antônio Rodrigues de Alvarenga.

Fundada a vila de Santos por Brás Cubas, "à custa de sua fazenda", conforme assegura Pedro Taques, continua êste: "Nela se estabeleceram os três irmãos Luís, Pedro e Gabriel de Góis, sendo Luís de Góis e sua mulher D. Catarina os fundadores do segundo engenho de açúcar, com vocação Madre-de-Deus, no sítio a que no presente tempo se chama Nossa-Senhora-das-Neves". Consoante o genealogista, êsse engenho passou sucessivamente a pertencer ao genro e filha dos fundadores (Domingos Leitão e D. Cecília de Góis), a um tal Adelantado, a Diogo Rodrigues (que era casado com uma sobrinha de Jerônimo Leitão) e, por fim, a seus três filhos, Antônio, Custódio e Agostinho Leitão.

E, como o autor da "Nobiliarquia paulistana" estava a tratar da indústria canavieira surta nas terras litorâneas de São Paulo, acrescentou o seguinte: "Houve mais, no têrmo da vila de Santos, o engenho de São João, do qual foi fundador José Adorno, natural de Gênova, e o de Nossa-Senhora-da-Apresentação, de que foi fundador Manuel de Oliveira Gago, que deixou nobre geração de seus apelidos em Santos. Êstes engenhos eram moentes e correntes ainda em 1577, como se vê dos direitos que pagavam à Fazenda Real, e consta do livro do dito ano na Provedoria e Cartório da Fazenda". E, a seguir, para patentear o "grande auge de aumentos e utilidades" em que se encontrava a vila de Santos, conta que tinha esta "o comércio freqüentado em navios, que vinham a seu pôrto, e navegação para Portugal, sendo o principal o navio dos alemães Erasmos e Vinats".

Note-se que Pedro Taques, empregando o vocábulo "principal", deixou entrever que havia outros barcos a serviço da indústria açucareira daquela região, e êsses eram os pertencentes a José Adorno, a quem, como aos irmãos do mesmo, se refere ainda no capítulo dos "Afonso-Gáias" o ilustre genealogista. Com efeito, aludindo ao engenho "São João", informa que êste, em 1567, "tinha por seus lavradores partidistas a Antão Nunes, Jácome Lopes, Francisco Anes e Cristóvão Dinís", acrescentando que José Adorno "foi o que fundou na vila de Santos a capela de Nossa-Senhora-da-Graça, que por escritura fêz dela doação aos reverendos carmelitas da dita vila, com as terras e escravos do patrimônio da dita capela".

Cumpre agora ser esclarecido o caso do engenho da "Madre-de-Deus", que Francisco Martins dos Santos dá como fundado em 1532 por Pero de Góis, ao passo que Pedro Taques afirma haver sido levantado por Luís de Góis (sem menção da respectiva data).

Do que colheu com admirável probidade e paciência o primeiro dos citados escritores parece lícito concluir que foi realmente Pero de Góis o iniciador da indústria açucareira no Brasil. Mas, aceitando a donataria de São Tomé (Paraíba-do-Sul), foi buscar recursos em Portugal para a exploração da mesma, transferindo o mencionado engenho a Luís de Góis. Êste (como consta de um documento inserto às págs. 238/239 do vol. III da "História da colonização portuguêsa do Brasil") foi em 1537 à capitania do irmão, a quem levou colonos seus de São Vicente, e, mais tarde, ainda acompanhou Pero de Góis ao reino, em procura de novos auxílios para o desenvolvimento da indústria açucareira instalada na colônia denominada Vila-Nova-da-Rainha e em mais dois outros engenhos à beira-mar, voltando com o mesmo à capitania da Paraíba-do-Sul, onde ficou até à destruição da sobredita localidade pelos índios, por volta de 1546. Já estava Luís de Góis outra vez em São Vicente, quando, a 12 de maio de 1548, dali dirigiu a D. João III a impressionante carta, que muito deve ter concorrido para a criação do govêrno-geral do Brasil.

Na famosa carta acima referida (e que foi publicada integralmente por Pedro de Azevedo na "Revista de História", de Lisboa, vol. IV, págs. 68/69), declarou Luís de Góis haver "seis engenhos" em nosso país. Eram por certo os que existiam então na capitania de São Vicente.

Em 1553, transferiu o "Madre-de-Deus" a seu irmão Gabriel (de sociedade com seu filho Cipião), e foi ter à Bahia, onde pa-

rece que se envolveu nas lutas entre D. Álvaro da Costa e o bispo D. Pero Fernandes, o que levou o segundo governador-geral, D. Duarte da Costa, a obter do rei, em 1554, uma ordem para que Luís de Góis (em companhia de seu co-réu João Rodrigues Pessanha) seguisse, prêso em ferros, para Portugal.

O mais que dêle consta é que levou para além-mar a primeira planta de tabaco e que depois vestiu a roupeta de clérigo da Companhia de Jesus.

Êsses dois fatos acham-se testemunhados por Damião de Góis, em sua "Crônica de el-rei D. Manuel" (Lisboa, 1566/1567), na qual, referindo-se às ervas do Brasil, assim assevera a respeito do tabaco (liv. I, cap. 56, fl. 52) : "E' a que chamamos de fumo e eu chamaria erva-santa, a que dizem que êles (os índios) chamam betun... Esta erva trouxe primeiramente a Portugal Luís de Góis, que depois, sendo viúvo, se fêz na Índia dos da Companhia de nome Jesus".

Note-se que Thevet se jactanciou de haver sido quem primeiro levou para a Europa a solanácea que ia introduzir entre povos adiantados tantos vícios, quais os de mascar e cheirar tabaco (sob as formas de simples pó torrado ou de rapé), cachimbar e pitar cigarros ou charutos. Mas outro francês não menos famoso, como o seu contemporâneo João de Lery, contestou-lhe a gabolice.

Sabendo-se que Pero de Góis embarcou para as Índias em 1559, é lícito crer que o irmão o haja acompanhado e que, enviuvando lá, tenha terminado a existência objetiva como soldado da milícia de Santo Inácio de Loiola.

Conforme o que, num verdadeiro e minucioso inquérito, logrou apurar o autor da "História de Santos" (págs. 119/187 do vol. I), sôbre tudo quanto se relaciona com o início do povoamento do seu céspede natal, — os fundadores da hoje cidade de Santos (não falando em Martim Afonso de Sousa, pai da vila de São Vicente, da qual a outra não passou de filha), foram, em ordem cronológica, Pascoal Fernandes, Domingos Pires, Brás Cubas, Luís de Góis, José Adorno, Francisco Adorno e mestre Bartolomeu Fernandes.

Talvez fôsse acertado juntar a Luís de Góis o nome de seu irmão Pero de Góis, porquanto, — como é lícito inferir de alguns fatos relevantes, — os dois andaram quase sempre juntos e até associados em grande parte da atividade material que exerceram em nossas plagas.

Pascoal Fernandes merece particular destaque, pelo auxílio que prestou à defesa militar da capitania de São Vicente e pela contribuição agrícola para a indústria açucareira.

Com efeito, teve êle, — afirma-o o sobredito historiador, — "grande atuação no período mais grave das invasões tamoias, proporcionando com a sua coragem a reabilitação da marinha, a contar de 1565, e o reaproveitamento das terras do litoral". Foi o primeiro a cultivar a sesmaria que lhe havia concedido ali Martim Afonso de Sousa, e, se nela não levantou engenho, pelo menos se entregou ao plantio de canaviais, para o que contou com a cooperação de Domingos Pires, seu sócio, "também cavaleiro fidalgo, por ser irmão de Jorge Pires, cujo alvará de nobreza existia em São Paulo".

Consoante informa ainda Francisco Martins dos Santos (ob. e vol. cits., pág. 351), Pascoal Fernandes, o ativo sesmeiro e plantador da **saccharum officinarum**, foi honrado em 1560 com um pôsto de alta confiança e árdua responsabilidade, qual o de condestável, a fim de exercer o comando-em-chefe das duas fortalezas que se fronteavam na barra da Bertioga, erguidas ou reconstruídas poucos anos antes para a defesa de Santos e de São Vicente. Estavam as duas vilas em iminente perigo, porque os franceses, senhores da baía de Guanabara desde 1555, haviam açulado contra os portuguêses a indiada litorânea, fazendo surgir a Confederação-dos-Tamoios, que ensangüentou o sul do Brasil de 1562 a 1563, e quase destruiu a recém-fundada São-Paulo-de-Piratininga.

"Álcool Absoluto"

Dr. Anibal R. de Matos

Preço . . . . . **Cr$ 6,00**

Pelo Correio . . . . . **Cr$ 7,00**

À venda no Instituto do Açúcar e do Álcool

AZEREDO COUTINHO

Sérgio Buarque de Holanda

III

De que modo seria possível chegar à opulência e, no caso particular de Portugal, de que modo reconquistar a situação privilegiada que os erros dos antigos tinham pôsto a perder ? E' para responder a tais perguntas que nasce o **Ensaio Econômico.**

A situação invejável que, por sua diligência e tenacidade, tinham alcançado certos povos do norte da Europa, parecia indicar claramente o rumo a seguir. Um dos primeiros passos seria, sem dúvida, o aproveitamento racional das riquezas imensas das colônias, do Brasil especialmente. Abolidos os entraves ao desenvolvimento da lavoura, da indústria e do comércio — do comércio que "aumenta as comodidades dos homens, fazendo das coisas supérfluas, úteis e das úteis necessárias" —, estariam lançados os verdadeiros germes da opulência. Agricultura e indústria são fatores essenciais, e que devem marchar no mesmo compasso. Sem indústria, os frutos da terra não têm valor; sem agricultura, estancam-se as fontes da indústria e as do comércio, que podem sustentar milhões de braços na abundância.

Um grande comércio, por sua vez, quer uma grande navegação. Não admira, pois, se o empenho de ver restaurada em tôda a sua antiga e perdida pujança a marinha nacional, seja verdadeiramente obsessivo na obra de Coutinho. Das cento e vinte e seis páginas que abrange a parte primeira do **Ensaio,** tôda ela dedicada à exposição das vantagens que Portugal poderia retirar do Brasil, cêrca de oitenta, ou sejam quase dois terços, referem-se direta ou indiretamente a êsse problema.

Mas a construção de uma frota requer condições que não se improvisam. Entre outras, a existência de indivíduos aptos ao ofício da marinhagem. Para isso, nenhum meio parece ao autor tão indicado como o incremento das pescarias, que são o berço onde sempre se criaram os homens do mar. E a propósito desenvolve a idéia de se aproveitarem com êsse fim os índios brasileiros, encaminhando-os, pouco a pouco, a um trato mais civil e urbano.

O capítulo onde se defende semelhante idéia é, por muitos aspectos, dos mais característicos em tôda a obra. Característico sobretudo da maneira de pensar de Azeredo Coutinho, para quem os grupos humanos não se ajustam aparentemente a um padrão invariável e universalmente válido. Uma nítida compreensão das formas individuais e mudáveis já o predispõe a considerar as transformações históricas segundo métodos estabelecidos pelos biólogos. "E' necessário", diz, "aprender da Natureza, que não faz as suas obras por salto; ela produz maravilhas por um progresso infinito" (1).

Comparadas às de Coutinho, as idéias que propõem alguns dos seus contemporâneos, notadamente um José Bonifácio, para a civilização dos índios bravos, ostentam bem mais vivamente o sêlo do pensamento racionalista e mecanicista da era das luzes. Segundo tal ponto de vista, os índios brasileiros ainda são, como nos tempos do padre Manuel da Nóbrega, um papel branco onde tudo se pode escrever. Graças à unidade essencial da natureza humana, êles poderiam ser fàcilmente convertidos à condição de "civilizados" pela simples luz da razão natural.

Para o autor do **Ensaio Econômico,** o assunto oferece aspectos mais complexos. A pretensão de educar os selvagens, principiando por ensinar-lhes as ciências e artes dos civilizados, só pode conduzir a resultados negativos: "como nem os filhos, nem os pais percebem o fim e as utilidades para que os querem levar, nem têm ao redor de si objetos que lhes excitem a curiosidade e o desejo de saber, aumentam à sua moleza e inércia mais aquêle grau de fastio e de aborrecimento que naturalmente ataca um principiante, quando não é dirigido por uma mão hábil e prudente" (2).

O apêlo às faculdades racionais e à inteligência não basta para domesticar os índios e arrancá-los à rudeza primitiva em que vegetam. E muito menos a sujeição das suas ruins paixões e apetites a alguma lei exterior, despótica e brutal. O importante, pen-

(1) — **Ensaio** p. 44.
(2) — **ob. cit.** 45.

sa — é discernir nêles justamente aquelas obscuras fôrças instintivas, tão menosprezadas, verificar em que grau elas conduzem suas principais atividades, e utilizá-las depois para o seu bem e o da comunidade. "A arte de pôr em ação a máquina de cada indivíduo consiste em pesquisar qual é a sua paixão mais forte e dominante. Achada ela, pode-se dizer que está descoberto o segrêdo e a mola real do seu movimento. Aquêle que tiver a vista aguda e penetrante e um tato fino e delicado para distinguir as paixões dos homens, os poderá conduzir, sem dúvida, por cima das maiores dificuldades. O homem e ainda o bruto, levado por fôrça, está sempre em uma contínua luta e resistência; levado porém pelo caminho de sua paixão, êle segue voluntàriamente, e muitas vêzes corre mesmo adiante daquele que o conduz, sem jámais temer nem ainda os horrores da morte" (3).

Seria injusto, entretanto, pretender separar as idéias de Azeredo Coutinho do solo onde mais abundantemente se nutriram, o do pensamento jusnaturalista e racionalista do século XVIII. Em seu esfôrço para refutar Montesquieu e a opinião de que o habitante das zonas tórridas é fraco e pusilânime, sente-se bem claramente que êle paira no âmbito intelectual onde se gerou a famosa teoria climática. E pode-se bem imaginar que sua réplica seria menos acalorada se o sistema dos climas não parecesse, como diz, "injurioso aos povos dos países quentes e ainda mesmo às nações meridionais da Europa" (4) e não condenasse de antemão a tese de que o índio brasileiro é apto para a marinha e muito especialmente para a marinha de guerra.

Os argumentos a que recorre neste caso, são típicos de um pensador do Setecentos. Acredita, em realidade, que o Criador do Universo sujeitou os homens, em tôda parte, a uma lei comum, que os leva à perfeição e à felicidade. "O homem é sempre o mesmo, em tôda e qualquer parte do mundo; é naturalmente ambicioso, amigo da honra e da glória..." (5), exclama. Não é lícito acreditar que essa lei universal possa ser alterada ou restringida pela simples ação do meio físico. Seria absurdo supor que a Providência só soube "criar fibras próprias para os climas frios ou temperados, mas não para os da Zona Tórrida" (6).

Se aceitava melhor do que outros, e acatava, as variedades individuais que parecem um desmentido flagrante ao princípio da unidade da Natureza humana, independente de climas, raças, costumes ou leis, não se pode afirmar que sentisse nisso um motivo para duvidar do mesmo princípio. Todos os homens, em tôdas as latitudes, são amigos da honra, e, se diferem entre si, é ùnicamente no modo de interpretá-la: "a honra — diz — é um ente imaginário a que todos aspiram, mas nem todos o vêem pela mesma face; aquilo que a um se representa como honra, a outros se representa como vileza; é um ídolo, enfim, a que cada um prodigaliza incensos a seu modo" (7).

Êsse relativismo aparente decorre sobretudo de um respeito maior pelos fatos do que pelas teorias. Em várias passagens de sua obra manifesta-se o desdém que lhe inspiram sempre os puros teóricos, aquêles que, "do fundo dos seus gabinetes presumem dar leis ao mundo, sem muitas vêzes tratarem de perto os povos de que falam, nem conhecerem os seus costumes, nem as suas paixões..." (8). Os conceitos que exprime são, em geral, fruto da observação direta e da experiência, ou relacionam-se com aspirações precisas de uma classe social. Êle defende, a rigor, causas concretas, não idéias, nem abstrações. Graças a seus arrazoados, os lavradores e comerciantes de açúcar tinham podido respirar tranqüilos, na certeza de que não se taxaria preço para o gênero. A publicação do **Ensaio Econômico** assinala novos triunfos para o infatigável advogado, triunfos que seus próprios antagonistas lhe reconhecem: a abolição dos monopólios do sal e das pescarias de baleias (9).

As soluções que formula, e ainda nisto se distingue de muitos outros publicistas brasileiros de seu tempo, tinham em geral caráter prático, mesmo quando não fôssem imediatamente exequíveis. A título de curiosidade cabe notar que foi sua a primeira sugestão para se demolir o morro do Castelo, no Rio de Janeiro. "O grande morro do Castelo", diz,

(3) — **ob. cit.** p. 47.
(4) — **ob. cit.** p. 56.
(5) — **ob. cit.** p. 63.
(6) — **ob. cit.** p. 60.
(7) — **ob. cit.** p. 63.
(8) — **ob. cit.** p. 42.
(9) — Cf. José da Silva Lisboa, **História dos Principais Successos Políticos do Império do Brasil.** Parte I (Rio de Janeiro, 1826), p. 19.

"que serve de padrasto àquela cidade e que lhe impede quase tôda a viração do mar, tão necessária debaixo da Zona Tórrida, está sôbre o mar pela parte da praia de Santa Luzia, para onde pode ser lançado, fazendo-se encostar tôda a terra desmontada ao longo da mesma praia seguindo para a de Nossa Senhora da Glória, até, se fôsse possível, chegar à fortaleza de Vilagagnon; e sôbre todo o terreno que ficasse do dito monte juntamente com o novo atêrro, formado ao longo da praia, se poderia edificar uma cidade nova muito grande e com tôdas as proporções que se quisesse, dispondo as ruas de sorte que recebesse a viração da barra, dando-se ao terreno novamente formado tôda a altura necessária para o escoaamento das águas, e poderia ficar abaulado uma parte fronteira à praia de S. Domingos, e outra para a de Nossa Senhora da Glória" (10). O projeto, conquanto tenha tido poucos adversários intransigentes, só pôde ser realizado em nossos dias.

Acêrca das relações entre Portugal e suas colônias e entre Portugal e as nações estrangeiras, os pontos de vista do autor do **Ensaio Econômico**, que se acham condensados na segunda e na terceira partes do livro, logo perderam muito de sua significação, em virtude dos acontecimentos que culminariam com a indepêndencia do Brasil. A seu ver, a revisão da política colonial portuguêsa deveria fundar-se na necessidade de uma harmonia maior de interêsses econômicos entre a metrópole e as possessões ultramarinas. Harmonia que não significasse submissão total e exclusiva às exigências dos mercados europeus. As precauções exageradas contra a perspectiva dos produtores coloniais competirem com os do Reino teriam de cessar. "Que mal seria para a Metrópole — pergunta — que as Colônias, por exemplo, cultivassem tanto trigo que fizessem decair o comércio dos mouros e de alguns outros que nos vêm vender êste gênero e sacar o nosso dinheiro?" (11).

Cumpria adotar, nesse caso, uma atitude de cooperação amplamente liberal. Coutinho não hesita mesmo ante um pensamento audacioso, que constitui verdadeiramente a chave das suas reflexões sôbre a economía colonial: o pensamento de que quanto mais Portugal devesse às suas possessões, tanto mais se enriqueceria. "A metrópole — diz — ainda que em tal caso seja devedora às Colônias, necessàriamente há de ser em dôbro credora aos Estrangeiros; ela precisamente há de fazer para com uns e outros duplicados lucros; ganhará nas vendas, ganhará nos fretes e nos transportes para tôdas as partes, pela extensão da sua Marinha e do seu Comércio. Que importa, pois, que a mãe deva às suas filhas, quando ela é em dôbro credora aos estranhos? E, pelo contrário, a metrópole não pode ser credora às colônias sem ser devedora aos estrangeiros, pois que a ela não sobejam víveres, nem manufaturas, e sem supérfluo não há Comércio" (12).

Parecia-lhe justo que a tamanha liberalidade correspondessem alguns sacrifícios de parte das colônias, já que a unidade do império só poderia fundar-se efetivamente em um sábio equilíbrio dos interêsses recíprocos. Assim, tornava-se necessário que as colônias renunciassem a ter manufaturas próprias, principalmente de tecidos, limitando-se a ser fornecedoras de matérias primas para os fabricantes do Reino. Quando muito admitia que se abrisse exceção para os teares grosseiros de algodão, a fim de se vestirem os prêtos, porque, do contrário, se faria "muito cara a mão de obra dos agricultores" (13). Impunha-se, além disso, que só comerciassem diretamente com Portugal, e que fôssem excluídas quaisquer outras nações, ainda que pudessem proporcionar maiores vantagens.

A abertura dos portos, em conseqüência da vinda da família real, iria, entretanto, alterar sensìvelmente essas proposições. Em nota à segunda edição portuguêsa do **Ensaio**, publicada em 1816, Azeredo Coutinho já reconhece que, extinto o monopólio comercial da antiga metrópole e postos em pé de igualdade os interêsses da mãe pátria e os das colônias, criara-se uma situação nova, de conseqüências não previstas.

Aos que o censurassem pelas medidas restritivas que desejara ver estipuladas para as colônias — e não faltou, mais tarde, quem o fizesse (14) — poderia êle retrucar com o argumento de que em 1794, ao sair a primeira edição do seu livro, teria sido pràticamente impossível pensar em favorecer as colônias

(10) — **Ensaio Econômico**, p. 7.
(11) — **ob. cit.** p. 147.
(12) — **ob. cit.** p. 148.
(13) — **ob. cit.** p. 150.
(14) — João Francisco Lisboa, **Obras**, vol. III (São Luiz, 1865), p. 493.

sem compensação positiva para a mãe-pátria. E o Bispo não pertencia, certamente, à família dos utopistas ou dos heróis. Pleiteava medidas ou meias medidas liberais, sempre que fôssem viáveis e, aparentemente, de benefícios imediatos e seguros.

Se imaginou um sistema econômico favorável ao desenvolvimento das fábricas e manufaturas portuguêsas, não pretendeu jamais que êsse desenvolvimento, mesmo em Portugal, se fizesse de modo irrestrito. Achava, por exemplo, que as manufaturas de luxo deveriam ser apartadas, pois do contrário dariam resultados tão desastrosos como os das minas de ouro. "As manufaturas que só pedem braços sem muito engenho, nem muita arte, as ordinárias, que mais convêm ao Povo, que é o mais grande consumidor do Estado, são as que mais convêm a Portugal" (15).

Por outro lado, o comércio das colônias exclusivamente com a metrópole e em navios da metrópole, tornava-se inevitável se os portuguêses pretendessem ser novamente o que tinham sido nas épocas gloriosas: uma nação de navegadores. Para justificar o monopólio, bastava enumerar algumas das vantagens que advieram, indiscutivelmente, para a Grã-Bretanha, de uma resolução semelhante, o **Act of Navigation** de 1660. A tal resolução cabe atribuir, em grande parte, a preeminência comercial e marítima dos inglêses. Não foi o próprio Adam Smith quem exaltou a lei de Cromwell, tão em contraste com todo o seu sistema de liberdade natural, chamando-a "a mais sábia, talvez, das medidas econômicas adotadas pela Inglaterra" ?

Seria engano pensar que Coutinho chegou a semelhante conclusão por influência do autor da **Riqueza das Nações**. Há mesmo alguns motivos para a suspeita de que só bem mais tarde êle pôde entrar em contato com a obra de Smith. Esta foi traduzida pela primeira vez para o francês exatamente no ano de 1794, em que saiu a primeira edição do **Ensaio Econômico**. E, por estranho que pareça em escritor tão impregnado de admiração pela nação britânica, nada leva a crer que Azeredo Coutinho conhecesse a língua inglêsa. Entre as numerosas citações que figuram em seus livros, as de autores inglêses aparecem sempre em traduções francesas. E é na tradução francesa de Roucher, incompleta e extremamente deficiente na opinião dos entendidos, que Adam Smith vem citado no **Discurso sôbre o Estado Atual das Minas do Brasil**, cuja publicação é de 1804. (16).

E' essa, entre as obras de Coutinho, a primeira em que se faz sentir diretamente a influência do mestre da economia clássica. E a bem dizer, tal influência só servirá para reforçar pontos de vista já anteriormente expressos na **Memória sôbre o Preço do Açúcar** e no **Ensaio Econômico**. Em essência, o **Discurso** não passa de um desenvolvimento de opiniões contidas nessas duas obras. O que êle se procura é, mais uma vez, demonstrar as vantagens decisivas que oferece a lavoura, mòrmente a lavoura do açúcar, comparada à mineração, aconselhando-se, de passagem, a que só sejam exploradas as minas capazes de bom rendimento e, neste caso, segundo métodos verdadeiramente racionais e científicos, não com os processos empíricos usados no Brasil desde longínquas eras.

A quase nada se reduz o repertório de idéias que lhe fornece de primeira mão a obra de Smith. Como economista, Azeredo Coutinho está, em geral, mais perto dos fisiocratas e até dos mercantilistas, com os quais partilha, no fundo, a certeza de que uma nação só se pode enriquecer à custa das outras. Dos primeiros distingue-se em particular pela ênfase com que, ao par das propriedades fundiárias, que representam a riqueza verdadeiramente nacional, acentua a importância dos efeitos móveis — dinheiro, bilhetes, letras de câmbio e mercadorias de tôda a ordem — nos bens dos Estados. Êsses efeitos, nota êle, são universais, giram em tôda parte, pertencem ao mundo inteiro, e o povo que os possui em maior número, entra proporcionalmente com "um maior número

(15) — **Ensaio Econômico**, p. 157.

(16) — Só a publicação, pois o texto estava parcialmente redigido ou esboçado alguns anos antes. E' sem dúvida êsse esbôço o que existe com o mesmo título, sem data e sem nome de autor, entre os manuscritos da Biblioteca Municipal do Pôrto — Cod. 464 — (Veja-se **Catálogo dos Manuscritos Ultramarinos da Biblioteca Pública Municipal do Pôrto**, Lisboa. 1938, pp. 212 ss.). Não é impossível que tenha sido composto antes mesmo de publicar-se a **Memória sôbre o Preço do Açúcar**, pois a fls. 5 v.º do citado Ms., esta obra é referida com título diverso do que finalmente receberia. Talvez a leitura de Adam Smith tivesse movido o autor a refundir o escrito sobre as minas, acrescentando-lhe, além disso, as duas partes que não figuram no códice do Pôrto e que correspondem à segunda e à terceira do volume publicado em 1804.

de ações na grande companhia de comércio universal" (17).

No **Discurso,** e agora apoiando-se confusamente em Adam Smith, argumenta com o valor precário dos metais preciosos, dependente do arbítrio e estimação dos homens (18), mas apenas para tocar mais uma vez na velha tecla de que as riquezas suscitadas pelos descobrimentos das minas de ouro são puramente ilusórias e que — para usar suas mesmas palavras — uma "nação, quanto mais ouro cava, tanto mais cava a sua ruína" (19).

E' inútil, aliás, procurar grande originalidade nas idéias e teorias de nosso economista. Muitas delas, quando não provêm de sua experiência própria — e ainda neste caso trazem quase sempre o **nihil obstat** de algum autor prestigioso — são colhidas, às vêzes pilhadas, sem a menor cerimônia de escritores da época. As semelhanças existentes na apresentação e disposição da matéria, entre o **Ensaio Econômico** e as **Institutions Politiques** do Barão de Bielfeld, cujo influxo sôbre alguns de nossos publicistas de princípio do século passado mereceria uma análise, não são simples e fortuita coincidência. A tese, por exemplo, de que a escola natural dos homens do mar são as pescarias, é tomada diretamente de Bielfeld.

A palavra decalque é, em realidade, a que se aplica neste caso. Do terceiro capítulo do **Ensaio,** onde se expõe a necessidade de incrementar a pesca, os §§ 1.º e 2.º não passam de tradução rigorosa, sem aspas e sem indicação de fonte, do § 15.º do XVº capítulo das **Institutions** (tomo 1.º), como o 4.º e o 5.º são reprodução, palavra por palavra, do 16.º. Já no capítulo segundo do **Ensaio,** os §§ 3.º e 4.º são traduzidos literalmente, e nas mesmas condições, do 1.º e 2.º; o 5.º e o 6.º, do 3.º; o 7.º e o 8.º do 4.º § do citado capítulo da obra de Bielfeld (20).

Tudo isso é significativo e depõe, sem dúvida, contra a probidade intelectual do prelado economista. Mas seja como fôr, não basta para diminuir o valor de sua obra na medida em que é expressão do espírito de uma época ou ainda um elo necessário na evolução, entre nós, das idéias político-econômicas. E tais aspectos são, em última análise, os que podem interessar no presente estudo.

IV

Entre o **Ensaio Econômico** e o **Discurso** sôbre o estado das minas, situa-se cronològicamente o principal escrito dedicado por Azeredo Coutinho aos problemas que se relacionam com a escravidão: a **Análise sôbre a Justiça do Comércio de Resgate de Escravos da Costa da África.** Publicado primeiramente em francês, no ano de 1798, êsse escrito pretende ser a defesa e apologia de um instituto que a torrente revolucionária ameaçava subverter. O fim que claramente se propõe seu autor — e desta vez com mais vigor do que nunca — ainda é a perfeita imobilidade, a intangibilidade da lavoura latifundiária de tipo colonial, fundada antes de tudo no trabalho escravo. Como isso será impossível no meio de um mundo em renovação, volve-se lògicamente contra as fôrças desagregadoras e iconoclastas.

Por êsse motivo, a **Análise** constitui o mais completo repositório das idéias políticas do então Bispo de Elvas. Idéias de emergência, diga-se de passagem, ditadas mais pelo pavor e pelo rancor do que por uma serena compreensão dos acontecimentos da época. Publicando no ano decisivo de 1808 a edição portuguêsa do livro (21), dirige-se êle aos brasileiros para anunciar que seu objeto, fazendo a publicação, é desmascarar os insidiosos princípios da seita dos Filósofos, apartar do paraíso em que viviam seus "amigos, concidadãos e patrícios" o pomo da infernal serpente revolucionária, nascida em terras de França, que concitava os povos à desobediência.

A causa maior de todos os abomináveis erros que a seita malfazeja espalhara é o princípio dos pactos sociais. A êsse princípio, que erige os indivíduos em criadores, le-

(17) — **Ensaio Econômico,** p. 28.

(18) — **Discurso sôbre o Estado Atual das Minas do Brasil** (Lisboa, 1804), pp. 13 e s.

(19) — **Discurso...,** p. 15.

(20) — Ver **Institutions Politiques** par Monsieur le Baron de Bielfeld. Tome Premier (Haia, 1760), pp. 309 e 310; 317 a 319. Compare-se com o **Ensaio Econômico,** ed. cit. às pp. 23-27; 36-37 e 39-40.

(21) **Analyse sobre a Justiça do Commercio do Resgate dos Escravos da Costa da Africa,** novamente revista e acrescentada por seu autor, D. José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho. Lisboa, 1808. Nesse mesmo ano publicou também a **Concordancia das Leis de Portugal e das Bulas Pontificiais, das quaes humas permittem a Escravidão dos Pretos d'Africa, e outras prohibem a Escravidão dos Indios do Brasil.**

gisladores e soberanos de si mesmos, juízes sem apelação em causa própria, julgadores supremos de seus interêsses e das suas paixões (22), opõe os "direitos das Sociedades e, por conseqüência, daqueles que têm o direito de as governar" (23).

Em sua opinião, as leis que hão de reger os homens não podem ser deduzidas de pretensos convênios anteriores às sociedades organizadas; supõem ao contrário a existência prévia do corpo social. De acôrdo nisto com o espírito e a letra da doutrina de Grócio, êle acredita na sociabilidade primordial dos homens, fundada num instinto natural e invencível, "assim como muitos animais que, por mais que se trabalhe em separá-los, correm uns para os outros tôdas as vêzes que se acham em liberdade e se ajuntam por uma tendência natural, como qualquer corpo puxa para seu centro, sem que para isso seja necessário haver pactos e convenções tácitas e expressas, nem algumas cessões de direitos: tais são as ovelhas e todos os animais que vivem em rebanhos, e qualquer corpo largado da mão" (24).

Mas para que o rebanho humano se porte decentemente e guarde boa ordem entre seus membros, é necessária a existência de um legislador soberano e a quem todos prestam obediência. Acima dêsse legislador não há, não pode haver, nenhum poder terreno. Só em Deus existem fôrças capazes de mudar e destruir os Impérios como e quando lhe pareça oportuno para atingir seus fins insondáveis (25).

Acontece, porém, que os decretos divinos não são eternamente e nem em tôda parte os mesmos. Êles também mudam ao sabor de necessidades mudáveis, êles também cedem perante fatores contingentes, que a Natureza impôs. E aqui entra em cena, ainda uma vez, o princípio de relatividade que explica mais de uma opinião de Azeredo Coutinho e o coloca freqüentemente do lado dos céticos ou dos oportunistas.

Não existe, a seu ver, uma lei universal que possa justificar, em certos casos, a desobediência aos soberanos. A necessidade de existir, essa sim, é a lei suprema das nações (26), e essa lei é relativa a circunstâncias particulares de cada povo, a seus costumes, a suas idéias, a seu temperamento. Só aos soberanos legisladores pertence pesar prós e contras, aplicando o Direito Natural, "que lhes manda fazer o maior bem possível das suas nações relativamente ao estado em que cada uma delas se acha" (27). O soberano é comparado ao médico, que não aplica a todos os pacientes o mesmo remédio, nem em tôda ocasião e tempo.

Assim sendo, caberá reconhecer a escravidão como justa, ao menos como inevitável, onde quer que as condições locais e as circunstâncias a exigirem. "O trabalho oposto às inclemências do tempo é sempre obrigado pela fôrça, ou seja de um estranho, ou seja da fome; daqui vem que entre as nações em que há muitas terras devolutas e poucos habitantes relativamente, onde cada um pode ser proprietário de terras, se acha estabelecida com justiça a escravidão..." (28).

Sua ética é, conforme se vê, brutalmente utilitarista. Nas convicções que defende, tanto acêrca da escravatura ou do tráfico de escravos, como das associações entre os homens e a subordinação dêstes a uma fôrça soberana, é sempre um critério de utilidade imediata e rasteira que prevalece da primeira à última palavra. Deus acha-se estranhamente ausente de sua obra, salvo talvez onde sirva para justificar os apetites de alguns poderosos da terra. Em realidade, a ordem civil que apregoa êsse eclesiástico independe de qualquer fundamento sobrenatural, como independe de qualquer idéia moral. Não pode assentar-se na justiça, por exemplo, nem na bondade ou na simpatía — o **fellow feeling** de Adam Smith —, que são alicerces demasiado frágeis para uma sociedade humana.

A doença do humanitarismo, criação fraudulenta da "seita filosófica", não chegaria a contaminá-lo, como contaminou a tantos outros, mesmo entre contra-revolucionários. Êle não quer ser um paladino dos humildes ou um fabricante de idéais. O que deseja sinceramente, por vêzes ostensivamente, é a maior felicidade possível e a maior segurança para um pequeno número de eleitos, para a raça dos **beati possidentes**. Aos ricos gostaria de ver reservados todos os bens dêste

(22) — **Analyse**...., p 5.
(23) — **ob. cit.**, p. 10.
(24) — **ob. cit.** p. 6.
(25) — **ob. cit.** p. 103.
(26) — **ob. cit.**, p. XII
(27) — **ob. cit.**, p. XII
(28) — **ob. cit.** p. 26.

PESQUISAS SÔBRE HISTÓRIA DO AÇÚCAR NOS ESTADOS-UNIDOS

José Honório Rodrigues

III

A história econômica e a história do açúcar

A colheita de manuscritos relativos ao açúcar e o registro de notas extraídas da literatura histórica não seriam suficientes métodos de pesquisa mòrmente se a primeira não oferecesse, como mostramos, os resultados que se poderia esperar.

O açúcar não teve maior importância na história econômica dos Estados-Unidos. Os fundos gastos em pesquisas realizadas na Europa e o interêsse pela história econômica, centralizado especialmente em Harvard, poderiam, porém, ter drenado um bom material para seus arquivos e bibliotecas. Naturalmente, pesquisa dessa ordem deveria ser especialmente realizada em Portugal e, talvez, para o século XVI, ainda nos Países Baixos, onde se localizaram as primeiras refinarias e os primeiros centros de reexportação. Mas quisemos aproveitar a nossa visita aos arquivos e bibliotecas americanas indagando e buscando o que pudesse oferecer interêsse para a história brasileira. A história econômica, nos Estados Unidos, teve como iniciador o grande Professor inglês Ashley, que em 1892 inaugurava a primeira cátedra daquela disciplina na Universidade de Harvard. Era um bom princípio, tão bom que ainda hoje Harvard continua a ser não só o principal centro de estudos econômicos na América como um dos principais do mundo. Estimularam-se pesquisas, colheram-se dados, renovou-se a orientação primitiva, aparecendo a história comercial e a história dos negócios como disciplinas autônomas.

Desde 1906, editava-se a coleção **Harvard Economic Studies,** rico repositório de excelentes estudos econômicos, teóricos ou práticos.

Fundou-se desde 1928 um jornal destinado à publicação dos resultados dos inquéritos e dos ensaios dos professôres: **Journal of Economic and Business History,** e, mais tarde, em 1929, seguindo-se os novos desenvolvimentos da teoria, com o auxílio da Fundação Rockefeller, inaugurava-se o **International Scientific Committee on Price History.**

Êste "Comité" foi inicialmente constituído pelos Professôres A. F. Pribann, da Áustria, H. Hauser, da França, Dr. Moritz Elsas, da Alemanha, N. F. Posthumus, da Holanda, E. F. Gay, dos Estados-Unidos, tendo sido o memorando de sua organização redigido por Sir William Henry Beveridge, hoje largamente conhecido pelo seu projeto de seguro social. Estabeleceram-se fórmulas comuns e organizaram-se as instruções de trabalho. Estivemos na **Business School** com o Prof. Arthur H. Cole, um dos atuais dirigentes, que nos mostrou grande interêsse pelos estudos de história dos preços no Brasil, especialmente pela história dos preços do açúcar. Manifestou grande curiosidade pelos estudos e pesquisas do Instituto do Açúcar no Brasil.

O "Comité" está hoje com suas atividades pràticamente paralisadas, ou melhor, limita-

---

mundo e, além disso, a recompensa eterna, porque dêles é o Reino dos Céus. Só mesmo por essa concepção positiva da riqueza, a riqueza de entraves, êle pertence claramente ao século da burguesia e do capitalismo triunfantes.

Não faltaria quem visse nêle um espírito progressista e até um arauto de novas eras. Mas se é certo que pôde concorrer para libertar nossa vida econômica dos freios que a asfixiavam, no conjunto, sua obra permanece singularmente infecunda. Tôdas as opiniões e instituições com que se identificou profundamente, pertenciam ao passado, a um passado morto ou quase em agonia. Ao fim de sua vida — a 13 de maio de 1818 — ainda aceitava a nomeação para o Santo Ofício, e foi o último Inquisidor no Reino de Portugal.

das às pesquisas nos Estados Unidos. Cabe ao Prof. Cole a administração da doação financeira feita pela Fundação Rockefeller.

O Prof. Wagemann, mais conhecido no Brasil pelo seu trabalho traduzido em espanhol **Estrutura e Ritmo de la Economia Mundial** (Labor, 1937), foi dos primeiros a receber uma bôlsa para completar seus estudos sôbre os preços em grosso na Alemanha. A lista dos trabalhos executados com o auxílio do "Comité" é a seguinte:

BEVERIDGE, Sir William Henry, **Prices and wages in England from the twelfth to the nineteenth century.** Vol I. With the collaboration of L. Lippmann, F. J. Nicholas, M. E. Rayner, M. Wretts, Smith and others. London, Longmans, Green and Co., (1939).

— AUSTRIA. **Materialen zur Geschichte der Preise und Löhne in Österreich.** Band I, Viena, 1938.

FRANÇA. **Recherches et documents sur l'Histoire des Prix en France de 1500 à 1800.** Paris, 1936.

ALEMANHA. **Umriss einer Geschichte der Preise und Löhne in Deutschland.** Leiden, 1936. O estudo suplementar pelo Dr. Wagemann foi publicado em Berlim, em 1935. **Wholesale prices in Germany from 1792 to 1934.**

HOLANDA. O primeiro volume sôbre a história dos preços na Holanda estava para ser publicado quando arrebentou a guerra, segundo me informou o Prof. Cole.

ESTADOS UNIDOS. **Prices in colonial Pennsylvania,** Wharton School of Finance and Commerce, Industrial Research Study, XXVI, 1935. — **Wholesale Prices in Philadelphia 1784-1861, ibid.** Studies XXIX and XXX, 1936, 1937 (A Bezanson, R. D. Gay e M. Hussey, Philadelphia) — **Wholesale prices for 213 years, 1720-1932.** Cornell University Agricultural Experiment Station, Memoir 142, por G. F. Warren F. A. Pearson e H. M. Stoker. IIthaca, N. Y., 1932. — **Wholesale Commodity Prices in the United States, 170011861,** acompanhado de suplemento estatístico, por A. H. Cole, Harvard University Press, 1938.

ESPANHA. **American treasure and the price revolution in Spain, 1501-1650,** Harvard Economic Studies, 43, 1934 (E. Hamilton). — **Money, prices and wages in Valencia, Aragon and Navarre, 1351-1500.** Harvard Economic Studies, 51, 1936 (id.).

Em todos os países onde se realizaram estudos dessa natureza existia grande e inesperada abundância de material de primeira qualidade. A sedução e a promessa da história dos preços e salários estava na possibilidade de reconstituir o orçamento das famílias e, portanto, das diferentes classes sociais. Não é necessário ir até as conseqüências ulteriores da teoria marxista para aceitar a de que a evolução material age sôbre a história política, social, ética e intelectual. Com esta história dos preços tínhamos o Raio X da época que se desejava restaurar. E, além disso, a disputa que se trava há anos sôbre a formação do capitalismo moderno, entre os partidários de Marx e os dissidentes de Marx (Sombart e Weber), encontrava um esbôço de solução na história da revolução dos preços no século XVI. Era mais uma atração doutrinária a sugerir os estudos e as pesquisas. Com a história dos preços e salários documentava-se, também, a teoria da conjuntura ou das variações cíclicas, que encontrara de igual modo, no volume 2.º do **Capital,** de Marx, a sua explicação doutrinária.

Para o historiador, porém, a história dos preços não era senão um meio para conhecer o padrão de vida, o comportamento econômico das nações ou classes, segundo o tempo e lugar. Em face da história dos preços, como lembra Hauser, o historiador recebe uma lição de amargo ceticismo.

Dentre os trabalhos acima enumerados, o de Sir Beveridge se destaca pela documentação colhida durante vinte anos de beneditinos e incansáveis esforços. Definindo, de início, o que seja preço ou salário, construindo suas tabelas, comparando em têrmos de moeda contemporânea, explicando o método de colheita, a introdução se firma como modêlo de técnica de história econômica.

O material colhido nas escolas, departamentos navais, mosteiros, hospitais, refere-se, especialmente, ao açúcar vindo das colônias britânicas das Índias Ocidentais. Mas no Winchester College encontrou Beveridge preços de açúcar desde 1393 e é de crer-se, embora não haja referência a isso, que o açu-

car comprado no mesmo colégio de 1553 a 1624 tivesse sido importado de colônias portuguêsas, inclusive do Brasil. Tanto assim, que em 1587 o consumo caiu, afetado, sem dúvida, pelas reduções nas importações, devido às hostilidades navais. (1) As compras eram feitas em Salisbury, em 1582-83 e em Southampton ou Winchester desde 1584. O nível médio de consumo cresce de 95 libras em 1553-67 a 186 libras em 1624. De 1594 em diante, e especialmente depois de 1602, as despesas com a compra de açúcar se elevam anualmente. O preço subia de acôrdo com a chamada revolução do preço, iniciada em 1501 e culminando em 1600 (2), o que levara o próprio Erasmo (1644 ou 1467-1536) a protestar contra a especulação que fazia vender o açúcar mais caro do que quando o mesmo era raro. (3).

O material de Westminster (Escola e Abadia) data de 1688, época em que já florescia o comércio açucareiro de Jamaica e Barbados.

Beveridge não diz nunca a origem do açúcar comprado, naturalmente porque os dados não lhe fornecem tal informação. O fato de florescer o comércio açucareiro nas Índias Ocidentais britânicas impediu que se continuasse a importar açúcar brasileiro. Os próprios opúsculos que dos fins do século XVII ao XVIII se imprimiram na Inglaterra sôbre a questão açucareira, esclarecem-nos sôbre a importação anterior naquele país do açúcar de Portugal. (4) O lavrador de Barbados queixava-se, em 1734, de que a França tinha o comércio de açúcar na mão e obrigava a Inglaterra a fazer o que esta fazia antigamente com Portugal: comprar tôda sua produção a dinheiro. O fato é que havia superprodução na terceira década do século XVIII e os mercados se encontravam cheios daquele produto, lutando a Inglaterra contra a França para conquistá-los e dominá-los.

Os papéis examinados no Greenwich Hospital datam de 1712. Já os dados extraídos dos livros do Lord Steward's Department nos informam que em 1659 se importava açúcar não especificado, mas chamado **pó** ou de **Lisboa**, ou ainda açúcar mais fino de Lisboa. Em 1643, ocorre a importação desta mesma qualidade. Era o açúcar de mais baixo preço, e Beveridge o considera uma anomalia na classificação dos vários graus de açúcar refinado. Neste departamento, sòmente a partir de 1750 se compram açúcares refinados.

Na Carlton House encontrou Beveridge preços mais baixos para o açúcar **Lisboa** do que em St. James ou Windsor. Em Windsor os preços registrados para o açúcar comum se situavam entre os níveis do **Lisboa** e do refinado. Os açúcares importados para o Navy Vitualling estão registrados desde 1688, mas tudo leva a crer que êle fôsse importado de Barbados, já que em 1677 a produção ali era enorme (5) e em 1689 Littleton lançava o seu trabalho em defesa dos interêsses dos lavradores de Barbados. (6).

O segundo trabalho a se destacar pelo tratamento científico, pela fartura das fontes consultadas e por ter sido o primeiro a atingir um estágio relativamente adiantado, quando da primeira reunião do "Comité", foi o realizado por Earl Hamilton: **American treasure and the price revolution in Spain, 1501-1650.**. O autor, professor de economia da Duke University, já publicara, entre 1929 e 1932, vários trabalhos sôbre as relações entre a revolução do preço e a formação do capitalismo. Para o autor, a revolução do preço no século XVI acompanhara o aparecimento do capitalismo. (7). O influxo da prata e do ouro americanos não sòmente dera novo ímpeto ao comércio de especiarias como fêz surgir a revolução dos preços, fatores vitais na decadência das instituições medievais e nas origens do moderno capitalismo. O autor não se esqueceu de que a expansão do crédito mercantil e financeiro que acompanhou a formação do capitalismo, foi em certas regiões não afetadas pela descoberta da América, o ímpeto inicial para a Revolução do preço.

Hamilton dedicou-se especialmente à melhor região para o estudo em questão. Em uma série de monografias apresentava o problema e o discutia assim: 1) **American trea-**

(1) — W. H. Beveridge, ob. cit., p. 75-76.

(2) — Vide Hamilton, E. J., **American treasure and the price revolution...**, Harvard, 1934.

(3) — Hauser, Henri, **La modernité du XVI siècle**, Paris, Alcan, 1930, p. 95.

(4) — **The sugar trade with the Lucumbrances thereon laid open. By a Barbadoes Planter, London**, 1734.

(5) — Vide Lippmann, E. O. von, **Historia do açúcar**, 2.º vol., p. 115.

(6) — Littleton, E., **The groans ot the plantions**, London,, M. Clark, 1689, 2.ª ed. 1698.

(7) — Hamilton, E. J., **American treasure and the rise of capitalism (1500-1700)**, publicado em **Economica**, Nov. 1929, p. 338-357.

sure and Andalusian prices, 1503-1660, vol. 1, p. 1-35 do **Journal of Economic and Business History; 2) Imports of American gold and silver into Spain, 1503-1660**, vol. XLIII, p. 436-472 do **Quarterly Journal of Economics; 3) Monetary inflation in Castile, 1598-1660**, vol. II, p. 177-212 do **Economic History; 4) La monnaie en Castille, 1501-1650**, Mars et Mai, 1932, dos **Annales d'Histoire économique et sociale.**

O primeiro estudo que indicamos, realizado com o auxílio financeiro do "Comité", constitui a sua obra principal. Foi do material manuscrito, depositado especialmente no Archivo General de Indias, em Sevilha, que o autor pôde reconstituir as crises e variações cíclicas da economia espanhola, num período que tem para nós o maior interêsse, pois abrange o domínio espanhol no Brasil (1580-1640). Hamilton gastou, ajudado por sua espôsa, seis anos de pesquisas, não só no Archivo General de Indias, mas também nos Arquivos municipais, no Archivo General de Simancas, no Arquivo Histórico Nacional, na Biblioteca Pública e nas bibliotecas universitárias.

Não é um trabalho de interêsse particular para os estudiosos da história do açúcar, mas é obra indispensável para a melhor compreensão das condições econômicas e financeiras da Espanha, antes, durante e pouco depois de ter exercido seu domínio no Brasil.

Além disso, a revolução do preço, a carestia que suscitou, as violências de seu aparecimento primeiramente observado na Espanha, tudo isso afetou a vida econômica da Europa e não deixou de repercutir na nossa economia em formação.

O trabalho do Professor Hamilton encontrava sua melhor sugestão na obra de Moritz Julius Bonn, **Spaniens Niedergang während der Preisrevolution des 16. Jahrhundert**, publicado em 1896, em Stuttgart, e no ensaio de C. H. Haring, **American gold and silver production in the first half of the sixteenth century**, publicado no **Quartely Journal of Economics**, vol. XXIX, p. 433-379.

Ambos, porém, são inferiores à obra de verdadeira investigação realizada por E. Hamilton.

A carestia do açúcar atingiu seu ponto máximo por volta de 1583-1585, quando as Côrtes, alarmadas com a situação, atribuíram-lhe como principal fator as compras feitas para exportação para Gênova. (8).

Pelas tabelas estatísticas que acompanham a obra, não se sabe a origem do açúcar importado. Tudo faz crer, porém, que durante largo tempo êsse açúcar provinha das Canárias, e mais tarde de La Española e Pôrto Rico. (9).

Comparando-se as tabelas de 1501 a 1550 e as de 1551 a 1600, época em que culmina a alta, e que vai provocar a crise e a queda, que se inicia com a inflação, verifica-se a subida constante dos preços. Não há uma parada repentina, pois até 1637-38, aparecem aqui ou ali determinadas altas. O curioso é que a inflação foi feita para acudir as várias operações militares, entre as quais as do Brasil e Portugal. E' trabalho do maior interêsse para a história econômica, inclusive do Brasil.

Em 1936, Hamilton publicava **Money, prices and wages in Navarre, 1351-1500**, onde estuda os preços e salários, comentando o justo preço, ideal medieval e o aparecimento do capitalismo.

Como no trabalho anterior, mostra que as alterações monetárias atenuaram o declínio dos preços, obstruindo o progresso econômico e impondo um sério obstáculo ao moderno capitalismo.

Na coleção econômica de Harvard, outros trabalhos têm sido publicados, embora não tenham sido incentivados pelo "Comité".

O terceiro trabalho, que apresenta algum interêsse para a história econômica no Brasil, foi o publicado em 1936 por Henri Hauser, em Paris, sob o título **Recherches et documents sur l'histoire des prix en France, de 1500 a 1800.** Não há referências especiais, mas orientação metodológica e idéias gerais sôbre o problema.

Mais importante pelos resultados alcançados na investigação de assunto pouco conhecido é a obra de J. A. Goris, **Étude sur les colonies marchandes méridionales** (10). Salientando o papel desempenhado pelas co-

(8) — Hamilton, ob. cit. p. 286.

(9) — C. H. Haring, **El comércio y la navegación entre España y las Indias en la época de los Habsburgos**, Paris, Dusclée, de Brouwer, 1939, p. 12, 22, 143.

(10) — Goris, J. Albertus, **Étude sur les colonies marchandes méridionales (portugais, espagnols, italiens) à Anvers de 1488 a 1567**, Louvain, Libr. Universitaire, 1925.

lônias portuguêsas, (11) espanholas e italianas, o autor mostra como os portuguêses e espanhóis dotaram o comércio de Antuérpia de um código marítimo, enquanto os italianos ocupavam-se da organização e do mecanismo interno do tráfico. A obra é meticulosa e erudita e o autor não se limita aos aspectos puramente históricos, estudando vários problemas de moral e cultura, que surgiam nas colônias e nas relações desta com a cidade.

Lembra, por exemplo, que desde 1504 os Fugger, Welser e Hochschetter obtinham do Rei de Portugal autorização para participar do comércio das Índias com seus próprios navios, e que já em 1508 uma frota holandesa comerciava com açúcar das Canárias, vendendo-o a preços exorbitantes.

Entre 1540-1550, os holandeses ultrapassam a navegação dos portuguêses, espanhóis e flamengos. As pesquisas realizadas nos documentos portuguêses dos arquivos comunais de Antuérpia revelaram muita novidade, revolvendo muita afirmação descabida.

Durante o reino de D. Manuel (1495-1521), Antuérpia importava açúcar de S. Tomé (150,293 arrobas, 6.008 caixas em 7 ou 8 navios) (12). Encontra-se, em libras, o preço alcançado entre 1495-1526.

Entre 1552-53, no comércio livre, a importação de açúcar começa a atingir quantidades valiosas. Nesta época, foram importadas 16.961 caixas.

Goris mostra que desde a primeira metade do século XVI se importava em Antuérpia açúcar bruto, mas que em 1545 a primeira refinaria de açúcar foi instalada pelo italiano Jean Balbani, que dois anos depois se associou com um tal Deodati e instalou outra refinaria chamada **Suykerhuys**, ou seja **casa do açúcar.** (13).

Fornece-nos, ainda, em sua obra tabelas de importação, explicando os pesos e medidas empregados na medição do açúcar e estabelece o valor em dinheiro da arroba. Conta-nos o curioso caso de Pedro Fernandes, português e estudante da Universidade de Louvain, que se mantinha com o açúcar que de S. Tomé lhe enviava o pai.

Para um estudo da situação e características de Antuérpia, centro comercial de tanto interêsse para os primeiros anos de nossa existência, êste trabalho é modelar e de alta excelência. Êle não estuda sòmente a atividade comercial, mas as formas de compra e venda, o direito comercial, a contabilidade, as condições de transporte, duração, frete e taxas. Analisa o comércio dos soberanos, o monopólio, o comércio livre, os agentes comerciais, a moeda, juro, usura, depósito, caução, falência e, finalmente, faz magnífico estudo sôbre o conflito entre a moral medieval e o capitalismo nascente.

Não se esquece de pôr em relêvo o papel dos judeus, o do calvinismo, e a reação católica, mostrando também as idéias e os lideres sociais de um e outro lado.

Muitos outros trabalhos sôbre história do preço e dos salários têm sido publicados, mas grande parte dêles não se refere ao açúcar, ou pelo menos a problemas gerais ligados ao fabrico ou comércio dêste produto.

Trabalhos sôbre preços a partir da primeira guerra, que servirão a interêsses imediatos, podem vir a oferecer maior utilidade quando se historiar esta fase. (14).

Dos trabalhos orientados pelo Comité Internacional de História do Preço, assim como do trabalho de Goris, nos fica uma magnífica lição a seguir sem desânimo e sem esmorecimento. Vista a extensão do Brasil, a variedade de seus elementos geográficos, as características regionais e econômicas, várias dificuldades teriam de ser remediadas, caso se

---

(11) — O autor, discípulo de L. van der Essen, aceita a tese moderna de que o comércio hispano-flamengo foi monopolizado pelos mercadores da península ibérica, ao contrário da tese sustentada até então de que os flamengos eram os reais dirigentes daquele comércio. Êsse ponto de vista foi sustentado no livro de L. v. d. Essen, **Contribuition a l'Histoire du port d'Anvers et du commerce d'exportation des Pays Bas vers le Portugal a l'epoque de Charles Quint** (1553-1541), Anvers, Imprimerie E. Saelle, 1921.

(12) — Goris, ob cit., p. 239-244.

(13) — A. Thys, **La maison rue du Fagot, 28**. Récueil des Bulletins de la proprieté publiés par le Journal d'Escaut, Anvers, 1885, p. 72-73. Vide também, Donnet, **Notice historique et statistique sur le raffinage et les raffineurs de sucre** à Anvers, du XVe aux XIXe siècle, Anvers, 1892.

(14) — Vide Anderson, F., **Princes of sugar and related products**, Washington, Gov. Printing Office, 1919; e Ouvalitch, Radivi, **L'évolution des prix sur les grand marchés mondiaux depuis 1933**, Fontainebleau, Imprimerie de Cintre, 1938.

quisesse estudar em conjunto a história dos preços no Brasil.

Seria necessário não sòmente consultar os arquivos e bibliotecas da capital, mas os municipais e estaduais, os arquivos judiciários, eclesiásticos e hospitalares. E' uma tarefa imensa, que poderia absorver a vida inteira de um erudito, de vez que as pesquisas no estrangeiro exigiriam outro tanto de esfôrço e tenacidade.

No caso especial do açúcar, seria indispensável, no Brasil, o exame nos livros de engenhos, das escolas internas (século XIX), intendência do exército e marinha (século XIX), nos conventos e arcebispados, nos seminários.

No estrangeiro, qualquer pesquisa para a história do açúcar exigiria como primeira tarefa a consulta nos arquivos portuguêses e espanhóis. Não se poderia tão pouco deixar de lado os arquivos belgas e holandeses, pois foi na Holanda e na Bélgica que primeiro se refinou o nosso açúcar, e onde se localizaram os primeiros centros importantes de reexportação do nosso produto. E' certo que foi sòmente nos séculos XVI e XVII que teve o açúcar brasileiro expressão universal, com o que limitaríamos no tempo e espaço a pesquisa no estrangeiro.

Na verdade, a história dos preços só poderá ser reconstituída à medida que a própria história do açúcar fôr reexaminada.

A história dos preços de açúcar encontra sua boa e clássica tradição na obra de Antonil (1711) (15) e na **Memória sôbre o preço do açúcar**, do Bispo Azeredo Coutinho (16), publicada em 1791. Reata-se, assim, uma tradição do século XVIII.

(15) — **Cultura e opulência do Brasil**, ed. de Afonso d'E. Taunay, Companhia Melhoramentos, S. Paulo, s. d., p. 168-169.

(16) — 1.ª edição, 1791; 2.ª ed., 1816; 3.ª ed., 1828; 4.º ed., 1940, Brasil Açucareiro, Dez. de 1940.

ESTAÇÕES EXPERIMENTAIS DE CANA

O acôrdo recentemente firmado entre o Ministério da Agricultura, o govêrno fluminense, o Instituto do Açúcar e do Alcool e os agricultores e industriais de cana de açúcar do Estado do Rio, para o melhoramento dessa cultura — constitui a primeira tentativa nesse sentido do país dentro da conjugação de esforços do govêrno com os dos particulares diretamente interessados.

O Sr. Apolônio Sales, Ministro da Agricultura, empenhado nessa realização, reuniu, em 10 de janeiro, p., sob sua presidência, em seu gabinete, representantes dos usineiros fluminenses, do Sindicato da Indústria do Açúcar e do Instituto do Açúcar e do Alcool, estando ainda presentes o diretor geral e demais diretores do Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas e o diretor da Estação Experimental de Campos.

Salientando que a reunião visava a estabelecer as bases dos trabalhos que serão ativados ainda no corrente ano, S. Ex.ª sugeriu, como técnico especializado na cultura da cana, que os trabalhos deveriam revestir-se de cunho eminentemente prático, atacando-se, inicialmente, os experimentos relativos aos processos culturais, escolha de variedades e irrigação. Advertiu que, para maior eficiência, os trabalhos deveriam ser realizados não só na Estação Experimental de Campos, que ficaria como o centro orientador e irrigador, como ainda nas diversas propriedades particulares, sob orientação daquele centro de estudos.

Depois de longos entendimentos, ficou o Conselho Fiscal, organizado anteriormente pelo Ministério para tratar do assunto, e que estava representando na reunião, incumbido de elaborar sem demora um plano de experimentação para a cultura da cana no Estado do Rio, a fim de ser submetido à apreciação do Sr. Ministro da Agricultura.

"Problemas econômicos e sociais da lavoura canavieira"

Barbosa Lima Sobrinho

Preço. . . . . Cr$ 8,00
Pelo Correio. . . . . Cr$ 10,00

À venda nas Livrarias

O INTENDENTE CÂMARA, SENHOR DE ENGENHO

Luís Viana Filho

As funções de Intendente das Minas, e sobretudo a maneira verdadeiramente notável com que se desempenhou dêsse encargo, marcaram de tal modo a personalidade de Manuel Ferreira da Câmara Bittencourt e Sá que a posteridade, de certo modo, se esqueceu dos outros aspectos de sua existência. Para a História, êle ficaria como o Intendente Câmara. O próprio título de Senador pouco o acompanharia. E, com mais forte razão, o de Senhor de Engenho, no Recôncavo.

A verdade, no entanto, é que se fixando no Recôncavo baiano como Senhor do Engenho da Ponta, no Iguape, distrito de Cachoeira, Manuel Câmara trouxe para a indústria açucareira do seu tempo aquêle mesmo espírito de iniciativa, de progresso, de confiança nos avanços da ciência, e que foram típicos da sua atuação, desde que saiu, em 1788, da Universidade de Coimbra, onde ingressara cinco anos antes como colega de José Bonifácio. (1) E mais do que isso: os canaviais e o açúcar de tal modo enlearam a imaginação do filho de Bernardino Rodrigues Cardoso que, já no fim da vida, em 1833, era com pesar que lembrava o tempo passado nas Minas, longe do seu engenho, e do qual os serviços públicos o haviam mantido afastado durante dezessete anos, de 1807 a 1824 (2).

Mas, quanto à personalidade de Câmara como Senhor de Engenho da Ponta, a primeira questão, antes de entrarmos no exame da bibliografia que nos legou sôbre assuntos pertinentes à lavoura e à indústria do açúcar, é quanto à data em que se teria tornado proprietário daquele engenho do Iguape. Góis Calmon, seguindo as pegadas de Antônio Calmon, escreveu no prefácio às "Cartas Econômico-Políticas", do Des. Rodrigues de Brito, que teria sido no ano de 1806. (3) A data não parece exata. Muito antes disso, em setembro de 1802, já D. Rodrigo de Sousa Coutinho animava Manuel Câmara a prosseguir nas experiências que vinha realizando na Bahia para melhor aproveitamento das serpentinas para as distilações e do combustível. (4) Em que engenho se efetuavam tais experiências não sabemos ao certo. Contudo, é provável que se verificassem no próprio Engenho da Ponta, então de propriedade do desembargador João Ferreira de Bittencourt e Sá, tio de Manuel Câmara, e ao qual já aparece associado num documento de 1799. (5).

Quanto à época em que tivesse adquirido o Engenho da Ponta, acreditamos que haja sido por volta de 1804. De fato, nomeado em 7 de novembro de 1800 Intendente Geral das Minas na Capitania de Minas Gerais e Serro Frio, Manuel Câmara, a fim de tratar de interêsses particulares, solicitou permissão para ir à Bahia, onde, por causas várias, permaneceria desde o princípio de 1801 até 1807. Data dessa época o seu trato com assuntos açucareiros. E, quanto a haver sido em 1804 que se estabeleceu como Senhor de Engenho, dois documentos nos levam a essa conclusão. O primeiro dêles é uma espécie de autobiografia deixada pelo próprio Manuel Câmara, e na qual declara que, chegado à Bahia, esperara "dois para três anos" até que, "com os restos de sua fortuna" acabara por se "arranchar", para melhor desempenhar-se da incumbência que lhe fôra cometida pelas Instruções de 26 de novembro de 1800, relativamente à melhoria do fabrico do açúcar

1 — Estudantes brasileiros na Universidade de Coimbra (1772-1872), in Anais da Biblioteca Nacional, vol. LXII, pág. 176.

2 — Jornal da Sociedade de Agricultura, Comércio e Indústria da Província da Bahia, n.º de 1.º de junho de 1833.

3 — Góis Calmon, prefácio às "Cartas Econômico-políticas" do desembargador João Rodrigues de Brito, Bahia, 1924. — Antônio Calmon, biografia de Manuel Ferreira da Câmara Bittencourt e Sá, in Rev. do Instituto Geogr. e Hist. da Bahia, vol. 31, p. 171.

4 — Marcos Carneiro de Mendonça, "O Intendente Câmara", pág. 98. Rio, 1933.

5 — Inventário dos documentos relativos ao Brasil, por Eduardo de Castro e Almeida, in Anais da Bibl. Nacional, don. n.º 19433.

e diminuição nas despesas com o cumbustivel. (6) Ora, se aportara à Bahia no comêço de 1801, e esperara dois para três anos até se "arranchar" — para usarmos a mesma expressão de Câmara — é óbvio que por volta de 1804 deve ter adquirido o Engenho da Ponta. Hipótese, aliás, confirmada pela conhecida carta do desembargador Rodrigues de Brito, que, ao se referir aos melhoramentos introduzidos por Manuel Câmara na indústria açucareira (reforma das fornalhas, com maior aproveitamento do açúcar e economia de lenha; modificação dos tubos da roda d'água; e melhor aproveitamento dos mangues para as decoadas), afirma que o novo proprietário do Engenho da Ponta tinha, "em menos de três anos duplicado a renda do seu engenho". (7) A carta de Rodrigues de Brito traz a data de 28 de maio de 1807. Portanto, também nos autoriza a concluir que, em 1804, deve ser fixada a data em que o Intendente Câmara se fêz Senhor de Engenho na Bahia.

Infelizmente, porém, não teve muito tempo para continuar nas suas experiências. Reclamado pelo serviço de Intendente das Minas, um hiato de dezessete anos lhe interromperia as atividades ligadas à indústria açucareira. E, embora informe Sigaud (8) que houvesse cabido a Manuel Câmara, em atenção aos seus conhecimentos sôbre as ciências naturais, a cadeira de botânica no jardim botânico instalado na Bahia antes da Independência, o próprio Câmara diria que sòmente em 1824 pudera voltar à casa. (9) Ou melhor: ao seu Engenho da Ponta. O açúcar atraía-o. Chegaria até a apresentar sua renúncia à cadeira de Senador. E assim, inteiramente voltado para os assuntos ligados a seus labores e interêsses no Engenho da Ponta (e não Ponte, como às vêzes aparece), o Senador Câmara viveria os últimos anos de uma existência cheia de serviços ao país.

Sempre preocupado em introduzir novos melhoramentos, associar-se-ia a outros Senhores de Engenho para fundar, em 1832, na Vila de São Francisco, a "Sociedade de Agricultura, Comércio e Indústria da Província da Bahia", instituição destinada a incentivar o progresso da agricultura e da indústria, principalmente em relação ao açúcar, e que prestaria relevantes serviços. Reunia a fina flor do Recôncavo. Ali estavam, além do Senador Câmara, que seria eleito Presidente, Miguel Calmon du Pin e Almeida, futuro Marquês de Abrantes, o Barão de S. Francisco, Sousa Baiana, Araujo Bastos, o Barão do Rio de Contas, o Barão de Jaguaripe, Antônio Calmon du Pin e Almeida, José Maria Pina e Melo, Falcão Brandão, Alexandre Gomes Argolo Ferrão, futuro Barão de Cajaíba, e muitos outros.

A frente da nova sociedade, Manuel Ferreira da Câmara não descansaria. Os seus conhecimentos de botânica e de química, aos quais se aliavam larga experiência e espírito empreendedor, seriam totalmente dedicados ao aperfeiçoamento da vida dos engenhos. E, em 1833, o jornal publicado pela sociedade divulgava o trabalho de Manuel Câmara, intitulado "Da cultura do Arrow-root, e do fabrico da sua fécula". Era para êle um velho tema, pois, segundo refere Sigaud, a Câmara se devia a introdução, em 1823, da araruta na Bahia. (10) Mas, ainda no mesmo ano, editava novo ensaio: "Alguma coisa sôbre a história das novas variedades de cana trazidas ao Império, e do Açúcar feito com elas". Nesse trabalho, depois de tratar da cana creoula ou mirim, atribui a Manuel de Lima Pereira, proprietário do Engenho da Praia, a introdução, na Bahia, da cana caiena ou Otaeti. Fala também das canas Malabar, Imperial, e Batávia ou roxa. E, sôbre o assunto, narra alguns episódios relativos às tentativas que fêz para o plantio das novas qualidades de cana, e que malograram devido à sua viagem para Minas Gerais, em 1807. O mérito do ensáio, porém, está, sobretudo, no esfôrço que revela em favor do aperfeiçoamento da fabricação do açúcar, pois, acentua Câmara, "ninguém duvidará de algum desleixo que temos no fabrico do açúcar e que estamos muito longe dos que o fazem cientìficamente". E, depois de ressaltar que o produto de Havana gozava trinta e cinco e quarenta por cento mais sôbre o preço do açúcar da Bahia, êle, que fôra Intendente das Minas, mas se não deixara fascinar pelo ouro

6 — Bibl. Nacional, ms. C-75-7-48, **apud** Marcos de Mendonça, obr. cit. pág. 100.

7 — João Rodrigues de Brito, obr. cit. pág. 81.

8 — J. F. X. Sigaud, "Du climat et des Maladies du Brésil", pág. 491. Paris, 1844.

9 — Jornal da Sociedade de Agricultura, número cit.

10 — J. F. X. Sigaud, in Rev. do Inst. Hist. Brasileiro, n.º 16, pág. 515

e pelos diamantes, acrescentava tratar-se de "Uma sorte de indústria, que mais que o ouro e os diamantes, avulta no Brasil".

Nada, entretanto, escapava a uma inteligência aguda como a do Senador Câmara. Compreendia que o problema do açúcar envolvia muitos outros, e por isso não poderia ser solucionado isoladamente. E, assinalando a infatigável atividade do seu Presidente, ainda em 1833, a Sociedade de Agricultura publicava duas "Memórias" de autoria de Manuel Câmara. (11) Na primeira, abordando a questão da falta de trabalhadores, propunha o "melhoramento das raças dos animais que ajudam o homem na cultura da terra". E, reportando-se às criações de carneiros Merinós, que vira na Saxônia, nas propriedades do Conde d'Hisidle, sugeria a introdução dessa raça, bem como a das raças Tourina e Guernsey, para o aumento do leite, nos rebanhos. E, o que é extraordinário para a época, à assembléia da Sociedade de Agricultura propiciava Câmara algumas amostras de manteiga e queijo fabricados no Engenho da Ponta. A outra "Memória" versava sôbre o carrapato. Que ligação teria, pensarão alguns, o carrapato com o açúcar ? Êle, porém, bem sabia quanto haviam sofrido os engenhos, as suas boiadas, o transporte das canas, com a epizootia de carrapatos, que, mais ou menos por êsse tempo, devastava — é bem o têrmo — os rebanhos do Recôncavo.

Por último, no ano seguinte, era impressa a "Memória sôbre a possibilidade de plantarem os lavradores de cana todo, ou em grande parte do mantimento que precisam, sem quebra no produto da cana, e os meios de o conseguir", também de autoria do Senhor do Engenho da Ponta. Êle que, em 1807, ao responder ao inquérito feito pelo Senado da Câmara da Bahia, mostrara-se favorável à monocultura da cana, vivera o suficiente para compreender os inconvenientes dêsse sistema, que tão graves reflexos teve sôbre a economia e a vida social do Recôncavo. Passando o assunto em revista, alinha, como sendo os principais, os seguintes argumentos apresentados pelos partidários da monocultura da cana: 1) maior utilidade que tiravam da cana; 2) falta de braços, impedindo o desvio de homens da lavoura canavieira; 3) falta de terras próprias para o cultivo da mandioca; 4) prejuízos causados pelas formigas. E, um a um, mostraria a improcedência de tais argumentos. Não se furtaria até a dizer que, no ano anterior, vira vender-se, por menor preço do que o da Bahia, milho procedente da Sardenha e feijão vindo de Gênova.

E, propenso à idéia de que os Senhores de Engenho deviam produzir pelo menos parte dos mantimentos de que necessitava a escravatura, aconselhava, além da mandioca, o cultivo do inhame, fruta-pão, milho, arroz e banana, que lembrava, servia de sustento a quantos se ocupavam em S. Domingos na cultura da cana. "Parece, pois, escrevia Manuel Ferreira da Câmara na sua "Memória", que para caminharmos seguros e obrar com previdência, devemos nós, os lavradores de cana, plantar sempre alguma coisa que comer, para que não fiquemos, como temos estado, inteiramente na dependência dos que sòmente se empregam na cultura do pão." E acrescentava: "O certo é que nunca se vendeu o açúcar pelo preço que se compra hoje a farinha; e o líquido produto dêste, não tem chegado a ninguém para se sustentar, e aos escravos; vendo-se ainda os mais potentados Senhores de Engenho na necessidade de reduzir a ração que davam aos seus escravos, faltando-lhes inteiramente com ela os menos abastados, do que tem resultado não só moléstias, que êles não têm podido curar, como uma grande mortandade na escravatura; e tem isto acontecido ainda aos que costumam dar um ou mais dias aos escravos para ganharem o sustento para tôda a semana; o que equivale a dizer-lhes — vão roubar para sustentar a vida — e é isto tanto assim que os escravos dos meus vizinhos que assim procedem, têm chegado a roubar-me até as talhadas de inhame metidas na terra, e não há cacho de banana que lhes escape. Quando, pois, acabará tanto roubo, tanta injustiça, tanta desumanidade, e tanta imoralidade ? Quando todos plantarem mais ou menos que

---

11 — Memórias oferecidas à Sociedade de Agricultura, Comércio e Indústria da Província da Bahia, que as julgou merecedoras da honra da publicação, na sessão da assembléia Geral, no dia 31 de janeiro de 1833, mandando-as imprimir por Manuel Ferreira da Câmara Bittencourt e Sá, Do Conselho de S. M. o Imperador, Senador do Império, Dignatário da Imperial Ordem do Cruzeiro & — Presidente, e um dos instaladores da mesma Sociedade de Agricultura, e Proprietário do Engenho da Ponta, na Comarca da Cachoeira. Bahia, Na Typographia de V. R. Moreira, rua do Pondeló n.º 37, 1833.

OS FAZENDEIROS DE CAMPOS, NO SÉCULO PASSADO

Alberto Lamego

III

JOSE' MARTINS PINHEIRO
(Barão da Lagoa Dourada)

Como vimos no último artigo, em 1827 o único engenho movido a máquina era o que existia na grande **fazenda da Barra Sêca,** entre Campos e São João da Barra, de propriedade de Braz Carneiro Leão.

Também, não estavam em uso as bombas que poupavam o trabalho de muitos braços e só existia uma na fazenda de Antônio Dias Coelho Neto.

Decorridos, porém, 20 anos, modificou-se a estrutura social na terra goitacá, com o desenvolvimento da indústria açucareira, devido à adoção de máquinas em muitos engenhos.

Todavia, o açúcar continuou a ser purgado pelo processo primitivo por meio de fôrmas.

Em 1847, alguns fazendeiros mais adiantados e de mais recursos tentaram realizar a transformação industrial, sendo os primeiros o Barão de Santa Rita, Dr. José Ribeiro de Castro e Comendador Julião Batista Pereira de Almeida. O primeiro cedeu a sua **fazenda da Sapucaia** ao Dr. Feliciano Prates para experiência dos maquinismos que conseguira da Casa Cail & Cia., de Paris, e o último fêz aquisição da mesma aparelhagem. Abortou a tentativa, devido à falta de combustível para as caldeiras a vapor.

Eram os maquinismos: "3 defecadores, evaporadores a ar livre, com aquecimento a vapor por meio de serpentinas, filtração pelo carvão animal e cozimento no vácuo".

Mais tarde, tomou a frente daqueles desunidos fazendeiros o Comendador Cândido Francisco Viana, mandando vir da Europa uma turbina. Mas ao lingar-se a referida máquina, na **fazenda de Itaipabas,** partiu-se a corrente do guindaste e foi lançada por terra, em pedaços.

Foi nessa ocasião que o Dr. Caetano da Rocha Pacova montou a sua fundição no Fundão, em Guarus, e anunciou a experiência de aparelhos centrífugos para purgar o açúcar; assistiram diversos fazendeiros, que recusavam a aquisição de tais máquinas pela sua imperfeição.

Pouco depois, Carlos Dubois, fazendeiro e antigo caldeireiro, construiu uma turbina e com ela purgava o açúcar do seu engenho, mas não foi seguido por nenhum outro.

A exceção dêste, todos os mais usavam as fôrmas, e o único melhoramento eram as máquinas a vapor, para mover as moendas que os mais afortunados possuíam.

Essas máquinas eram de 6 a 8 cavalos, de baixa pressão, vertical ou a balancim, importada por Roberto Wallace, inglês que havia monopolizado êsse ramo de comércio.

Em 1856 o Major Luís José de Carvalho Cardoso encomendou da França, por intermédio do Dr. Angelo Marini, um dos médicos contratados pelo govêrno provincial para socorrer os campistas na epidemia de **cólera-morbo,** que então assolava na cidade, uma aparelhagem mais completa, para o fabrico do açúcar.

Chegou a maquinaria composta do seguinte: "máquina horizontal a alta pressão, de Flaud, de Paris, destinada a mover 4 cilindros do sistema Decostes para a pressão da cana; dois evaporadores a ar livre, aquecidos a vapor, por meio de serpentinas horizontais; duas turbinas de Décostes, com pe-

---

comer e se aumentar assim a massa das produções que servem à sustentação."

Verdadeiro libelo contra a monocultura da cana. Mas, um libelo em que, pela lucidez dos conceitos e a precisão das observações, podemos adivinhar a figura de um homem muito adiante do seu tempo, ou acreditar no rebate de um sociólogo dos nossos dias. Tal foi Manuel Ferreira da Câmara Bittencourt e Sá, Senhor do Engenho da Ponta, e cujo nome merece ser lembrado na história do açúcar no Recôncavo baiano.

neiras portáteis, movidas por um locomóvel vertical de Flaud e finalmente duas caldeiras verticais a fogo interior para alimentar a máquina de moer e as caldeiras evaporadoras e uma estufa para secar o açúcar".

As experiências foram feitas: o resultado das máquinas e das turbinas foi bom, mas as caldeiras não satisfizeram por escassez de vapor.

Foram essas turbinas as primeiras que substituíram o tendal e a fôrma. Diante do resultado das turbinas, alguns fazendeiros seguiram o exemplo do Major Carvalho.

Foi dessa época em diante que começou a febre dos melhoramemntos nos engenhos. As máquinas de baixa pressão cederam os seus lugares às da alta e as fábricas mais importantes adotavam o seguinte sistema: "máquina a vapor para o trabalho de moagem, defecação, evaporação e cozimento nas baterias do Padre Labat e purgação do açúcar pela turbinagem".

Em 1860, um grande melhoramento foi introduzido nas fábricas. Roberto Wallace montou na **fazenda do Cupim,** do Dr. Joaquim Manhães Barreto, uma caldeira multitubular, utilizando a chama do **banguê,** para produzir o vapor preciso para moagem, com grande economia do combustivel.

Êsse grande benefício foi aproveitado pelos fazendeiros, que substituíram as suas caldeiras de vapor e raro era o que não adotara a multitubular.

Do que ocorreu dessa data em diante, nos reservamos para dizer em outro artigo. Agora, apontemos mais outro grande fazendeiro de Campos no século XIX:

José Martins Pinheiro (Barão da Lagoa Dourada) — Era natural do Rio de Janeiro e gênito de José Martins Pinheiro e de Dona Maria José do Sacramento.

Em 7 de abril de 1820 esposou D. Maria Gregória de Miranda, filha do Sargento-mor Gregório Francisco de Miranda e D. Maria Francisca da Assunção.

Era irmã do Barão da Abadia e fôra casada em primeiras núpcias com Antônio Luis Sarmento de Figueiredo e faleceu em 14 de dezembro de 1871, deixando como único herdeiro de seus bens o seu marido.

Foi um dos homens mais progressistas da sua época; as suas decisões, como juiz de paz, vereador, presidente da Câmara e delegado de polícia, foram sempre acatadas e bem recebidas pelas partes interessadas.

Barão da Lagoa Dourada

Sempre à frente dos grandes movimentos de Campos, o seu nome se acha esculpido nas páginas da nossa história. Em 1847, quando foram vendidos os bens do Morgadio do Visconde de Asseca, Antônio Maria Correia de Sá e Benevides Velasco da Câmara, por autorização da Assembléia Geral Legislativa, em 16 de agôsto de 1834, e que abrangiam bens em Campos e São João da Barra, arrematou-os de sociedade com o Barão da Abadia e genros dêste, Dr. Joaquim Manhães Barreto e Domingos Pereira Pinto, que era casado com a Baronesa de São Vicente de Paula.

Êsse morgadio que fôra instituído pelo General Salvador Correia de Sá e Benevides, 26 de maio de 1667, em lugares diferentes abrangia cinco léguas de terras e nêle vinculou 50 currais e oito mil vacas parideiras. Constava, então, de fazendas, campos de criação, terras aforadas perpètuamente, e muito gado vacum, cavalar e muar, escravos e móveis.

Essa arrematação foi feita com o protesto dos héreos, herdeiros dos 7 capitães, com os quais teve renhidos pleitos, vencendo todos e tornando-se um dos mais ricos fazendeiros do município. Também quando foram vendidos os bens do Marquês de São João da Palma, que falecera em 6 de março de 1843, e que

era casado com D. Joana Bernardina do Nascimento Reis, campista, filha do Coronel Joaquim Vicente dos Reis, da tradicional **fazenda do Colégio**, arrematou quase todos os escravos, em número de 300, que foram distribuídos pelas suas fazendas.

Em 1847, quando D. Pedro II visitou Campos, pela primeira vez, a Câmara lhe entregou a chave da cidade — chave de ouro por êle oferecida e que ainda se conserva no cofre municipal.

Em 1864, achando-se quase terminado o seu palacete, ainda hoje o mais rico da cidade e onde se acha o Instituto de Educação de Campos, foi feito o ensaio da iluminação, com grande admiração dos assistentes.

O gás era produzido por um aparêlho a gasômetro, com óleo ou corpo gasoso e podia fornecer duzentas luzes.

Os lustres de grande esplendor forneceram a luz em todo o majestoso edifício.

Os mais custosos, ornados de centenas de pingentes de cristal, foram depois removidos para Petrópolis, a fim de ornar o palácio presidencial, quando essa cidade foi capital do Estado.

Por ocasião da guerra do Paraguai, angariou não só muitos voluntários, como concorreu com avultado donativo e, como recompensa, foi agraciado em 9 de janeiro de 1867 com o título de **Barão da Lagoa Dourada.**

Ainda em 28 de janeiro de 1875, fêz um contrato com a Câmara para construção de uma linha de bondes, ferrocarril por tração animal para transporte de passageiros e cargas.

A êsse tempo, não era muito próspera a sua situação financeira, como se evidencia, não só do anúncio que publicara no "Monitor Campista", para venda de seus bens, e do codicilo que reformara o seu testamento, como da carta que escrevera ao seu amigo Antônio Lopes Rangel, antes de suicidar-se, como veremos.

No anúncio que fizera, alegava ter 74 anos de idade, e não poder ser assíduo em suas fazendas e por isso resolvera vender todos os seus bens de raiz e escravos, inclusive as casas e terrenos que possuía na cidade.

Entre êsses bens se achavam uma grande fazenda à margem do rio Muriaé, com 918 braças de testada e meia légua de fundos, e mais 243 braças de testada por 1.000 de fundos; um sítio em frente à fazenda com 500 braças de testada e três léguas de fundos e unidas a êste mais 230 braças de testada e 2.250 de fundos; a **fazenda dos Coqueiros,** em Santo Amaro, com meia légua de testada e 1.640 de fundos, ambas munidas de máquinas a vapor e tôda aparelhagem moderna; outra em São Fidélis no **morro da Gambá,** que fazia fundos com a **serrinha Peito de Moça;** outra no Imburi, com ótimas matas, na **serra do Rio Prêto,** freguesia de São Benedito e no mesmo local as fazendas de **Santo Antônio** e **Santa Ana,** tôdas com mais de mil escravos.

No seu testamento deixara o seu palacete para ser convertido em próprio nacional, caso Campos fôsse capital da Província, mas êsse legado foi derrogado pelo codicilo que fizera depois, "porque reconhecia que o atual estado do seu casal não comportava êste desfalque, em prejuízo dos seus credores".

O Barão suicidou-se, atirando-se da ponte do rio Paraíba em 29 de julho de 1876.

Tirou o chapéo, onde colocou dois cartões de visita e depois o sobretudo, e precipitou-se ao rio.

O Comendador José Cardoso Moreira, grande fazendeiro, que morava perto, procurou socorrê-lo por uma canoa que se achava nas proximidades, mas sem resultado.

Depois de retirado do rio, foi recolhido à casa do finado Luís António Tavares, onde compareceram o Dr. Lourenço Batista (Barão de Miracema) e outros médicos que não conseguiram chamá-lo à vida.

Entre as cartas que deixou, se achava a dirigida ao seu amigo Antônio Lopes Rangel, que já publicamos em trabalho anterior, (vide "Brasil Açucareiro", número de janeiro do ano passado), e na qual expôs as razões de seu ato de desespêro.

Depois da morte do Barão, os descendentes dos sete capitães — os héreos, assim chamados, tentaram se apossar dos Campos da Boa Vista na noite de 28 de setembro de 1877 e ali levantaram uma casa. Era inventariante do espólio Jerônimo Joaquim de Faria, que requereu as medidas judiciais contra aquêles.

Fretou um trem para a estação de Mineiros e para lá seguiu acompanhado do advogado Dr. José Antônio de Carvalho Junior, do juiz municipal Dr. Francisco Nunes Seabra Perestrelo, do escrivão do crime José Francisco Correia, de 4 oficiais de justiça, de 4 praças de polícia e 120 homens armados.

HISTÓRIA DO AÇÚCAR NA PARAÍBA

Ademar Vidal

V

À parte a sua existência patriarcal, cheia de fortes tintas feudais, o engenho de açúcar concorria grandemente para o erário com impostos que eram arrecadados como fonte segura de subsistência para a marcha administrativa da capitania, integrada que se encontrava na ordem de não sòmente se manter a si mesmo, mas sobretudo enviar enorme porção de suas rendas para o reino de Portugal. Essas remessas eram feitas com regularidade. Tôda vez que havia alguma embarcação a sair com aquêle destino por certo que levava a "mala do tesouro". E com ela seguia ainda grande número de mercadorias. Era o pau-brasil, era a pimenta, era a canela.

Iam também essências de almécega e de frutas silvestres. Leite de mangabeira e óleo de batiputá figuravam, às vêzes, nos manifestos marítimos. O algodão seguia com idêntico destino.

Era o açúcar que sempre predominava em volume. E os seus produtos, isto é: aguardente e rapadura, garrafas de mel de engenho e de álcool. O govêrno colonial dera ordens para que os impostos fôssem arrecadados com antecipação e com êsse fim baixou decreto ou autorização por intermédio das cartas régias. Estas é que traziam para cá a orientação administrativa, nada ficando por interferir (até os anonimatos andavam em moda e eram desaconselhados e punidos — imaginem, já naquele tempo!), enquanto as recomendações não se faziam debaixo de ameaça no caso de não serem observadas estritamente. A energia nunca deixou de fazer-se sentir. No entanto, o contrabando e as contravenções de tôda natureza se verificavam constantemente sem que o govêrno pudesse evitar. Sonegavam tanto impôsto que a medida mais aconselhada era a de contratar a arrecadação antecipadamente com particulares. Havia até arrematação pública: quem desse mais, quem oferecesse maiores vantagens, levaria o bôlo, arrastaria o título de contratador ou arrecadador de impostos. E êstes recaíam singularmente sôbre o açúcar, dando, por esta forma, a entender, que os outros produtos agrícolas e industriais não se achavam em igual perigo de fugir aos seus deveres para com as exigências fiscais. O açúcar se mostrava bem doce para os seus fabricantes e um tanto azêdo para os interêsses lusitanos. Porém o Reino tinha as suas experiências: preferia perder alguma coisa contanto que não fôsse tudo. Também êle tinha obrigações financeiras com a capitania, precisava atender a umas tantas solicitações imperiosas de organização e funcionamento da máquina administrativa, sendo que para tal fim se fazia imprescindível gastar um pouco dos cofres públicos, despender algum dinheiro proveniente de impôsto colonial. Êste cobria e até excedia as despesas.

Por volta de 1600 a Paraíba tinha um orçamento de 2:255$070 e o açúcar já rendia "à S. Magestade ao dizimo de seis para sete mil arrobas". Dez anos após a renda orçamentária subia mais um pouco, ia quase ao duplo. Também a capitania "contava mais de setecentos moradores brancos; oito aldeias a cargo dos beneditinos e franciscanos, dez engenhos que enviavam por ano uns vinte e dois barcos de açúcar a Pernambuco e rendia ao dízimo uns quatro contos". Os holandeses estavam agora mandando e obtendo to-

---

Eram tais os boatos que corriam que acompanhou a diligência um médico e ambulância, para os curativos dos que fôssem feridos na luta que se esperava travar.

Diante da fôrça policial, os héreos se retiraram e a casa foi desmanchada.

O Barão possuía, além das fazendas acima mencionadas, os famosos **Campos da Boa Vista**, onde pasciam milhares de cabeças de gado que pertenciam ao General Pinheiro Machado, quando foi assassinado e outros criadores anexos: **São Luis, Antunes Valério, Cêrco do Vermelho, Campo Novo, Cotia, Cruzes** e **Mulaco.**

dos os lucros. Faziam-no debaixo de notáveis esforços para que a sua autoridade fôsse respeitada. Inùtilmente, porém. Aqui e ali se fazia sentir a reação. Uma espécie de resistência passiva entrou a figurar com uma fôrça que não podia ser combatida com eficiência. O jeito que o invasor encontrou foi o de deixar correr tudo à vontade no que dizia respeito ao trabalho muito desorganizado com os confiscos e injustiças praticadas em grosso. Os engenhos não pararam de funcionar, senão alguns. E aquêles que se encontravam de fogo morto, ainda assim plantavam o seu pequeno partido na esperança de melhores dias. Era só para manter o facho aceso.

Os outros, os que fabricavam açúcar, êstes iam pagando os impostos com regularidade — e na sua totalidade figuravam por perto da capital, pois que se achavam sob a proteção militar do flamengo. A fiscalização a que estavam submetidos não permitia nenhum desvio de renda. Era no duro. A confiscação fêz com que grande número de engenhos caísse em mãos de judeus ligados econômicamente aos interêsses da Companhias das Índias. De modo que êles não procuravam dar prejuízo. Pelo menos não demonstravam tamanho propósito assim abertamente. Nesse tempo é quando aparece Calabar conduzindo troços de holandeses para assaltar os engenhos insubmissos. Engenhos que ficavam distantes do centro. A capitania produzia açúcar em abundância, ao ponto do Príncipe de Orange, em data de 13 de janeiro de 1635, na "cidade de Frederica lavrar certidão de excepcionaes concessões aos senhores de engenhos, lavradores e mais moradores da Parahyba". Queria agradar e agradecer ao mesmo tempo. Em vão. O próprio diretor Ippo Eysens foi massacrado no engenho S. Antonio. Nessa época os dízimos foram arrematados por 54.000 florins, critério êste que os holandeses acharam prudente seguir, pois que encerrava bom-senso, experiência e matreirice em driblar as manobras dos sonegadores.

A luta contra a ocupação não cessava e cada dia ia tomando aspecto tenebroso para os soldados mercenários que tinham vindo da Europa. Capitão como André Vidal logo apareceu para levar por diante a peleja sem tréguas e sòmente largou as armas quando viu o invasor reembarcar nas praias da Paraíba. Regressava aos Países-Baixos depois de uma luta infrutífera com o elemento indígena tão renitente na defesa como audacioso no ataque sem esmorecimento. Aquilo lhe deixara a impressão de um inferno impossível de ser tolerado — e a mais inteligente solução ainda fôra o abandono por completo. Regressava levando gêneros comerciais no valor de 2.600.000 florins. E o açúcar avultava na carga das caravelas.

Logo que a terra foi abandonada pelo estrangeiro, a capitania entrou a experimentar outros influxos administrativos, sendo tomadas medidas que pareciam urgentes, uma vez que a situação da lavoura não era das melhores devido a desorganização nas fazendas e engenhos. Muitos foram largados pelos seus "donos" que se aproveitaram do confisco holandês. Depois de tantos anos não se sentiram bastantemente seguros nas suas "posições improvisadas de camponezes" e tiveram de deixar tudo nas mãos dos antigos proprietários ou herdeiros. Houve uma grande confusão em virtude dêsse fato. Confusão agravada pela ausência de braços. Não obstante o açúcar prosseguiu a sua marcha ascendente, fazendo com que o erário lusitano arranjasse alguns cobres originários de sua produção e, a fim de evitar os abusos que se vinham constatando, uma Carta Régia, datada de março de 1665, "determinava que os açucares fossem em direitura ao Reino e não a Pernambuco como era costume fazer-se". O dízimo não bastava, era indispensável o produto. Fazia-se uma colheita completa, debaixo de uma fiscalização atenta, sendo de notar que, dez anos após, outra Carta Régia secundava a ordem anterior de que mandava fôssem os "açucares enviados para a cidade de Felipéa, onde aqueles generos podiam ser carregados a bordo das caravelas, sem serem sujeitos ao monopolio dos mercadores de Pernambuco".

A vizinha capitania absorvia quase tudo e era preciso barrar a ganância. A Paraíba nada sofria com isso, queria era vender os seus produtos, encontrar meios de vendê-los bem, mas Portugal achava que o sistema lhe trazia prejuízo. Daí proibindo a saída do açúcar paraíbano: o consumo deveria ser interno e a exportação deveria restringir-se ao envio de partidas para Lisboa. E exercia feroz fiscalização. Até mesmo na pesagem. Havia gente sabida e sem escrúpulos que andava viciando as balanças. Então é quando chega a Carta Régia de 7 de novembro de

1675 dirigida a Manuel Pereira de Lacerda. "Eu El Rey vos envio muito saudar. Havendo visto o que me representaram os oficiaes da Camara e moradores dessa Capitania, sobre o muito que convinha a meu serviço e ao comercio dessa praça, mudar-se a balança do peso dos açucares do Paço do Tibiry aonde hoje estava, tres legoas distante da cidade, para o Paço do Varadouro, no porto dela, para que com menos opressão e mais verdade se possam carregar nos navios que he uma das causas porque se não frequenta aquele porto e que senão divirtuão os açucares daquela capitania para a de Pernambuco e poderem vir todos em direitura ao Reyno. Me parece dizervos que a balança do peso dos açucares se mude do sitio donde está para o Varadouro ao pé da dita cidade, aonde é estylo estarem todo os pesos e em que meus vassalos vejam o que compram e vendem sem receberem dano nem se continuarem as queixas de que se tem noticia. E que os açucares dessa capitania se não divirtuão para Pernambuco e possam vir todos os que se fabricarem em direitura a este Reyno, nos navios que sahirem desse porto, que se hão de incorporar com o comboio de Pernambuco naquela mesma altura, ou na da ilha Terceira, aonde a frota vem demandar, salvo não havendo navios no dito porto, que hajam de tomar carga." (XVI).

Precisamente dez anos após, em 1885, vem uma Carta Régia, com data de 23 de novembro, ordenando o contrário do que se vinha seguindo: "não havendo navio no porto se podia remeter os açucares da capitania para o Recife". E assim se fazia só pelo fato de não se ter condução fácil para a Europa. Os veleiros andavam escasseando e quando saíam era em bando numeroso, havendo razões para tanto, pois que os portuguêses lutavam contra os piratas do Atlântico que se refugiavam nas costas da África, por isso mesmo sendo indispensável a organização de comboios guarnecidos fortemente. Ainda assim as perdas se faziam sentir vez por outra.

A falta de transporte e também a sonegação infatigável eram motivos para que o govêrno português se mostrasse inquieto. Não podia estar descansado. Os prejuízos se avolumavam. Daí a Ordem Régia de 15 de dezembro de 1687, mandando que "desta data em deante as Camaras não possam pôr preço aos açucares e se vendam livremente, segundo o avença das partes e que se declare nas caixas as qualidades dos mesmos, em um F se for fino, redondo com um R e o baixo com um B, e que havendo falsificação seja logo o senhor de engenho degradado por tempo de dois anos para uma das capitanias daquele Estado e quarenta mil reis em dinheiro e o fechamento do engenho, concorrendo nas penas em dobro na reincidencia". Nesse tempo já havia notícia de sêca tremenda no sertão dos Cariris e Piranhas. Porém o govêrno colonial apenas tinha notícia — e jamais se moveu no sentido de tomar qualquer providência. Esta restringia-se quase que exclusivamente ao açúcar. O açúcar predominava em tudo, era a fonte segura de dinheiro para os cofres públicos e, portanto, para êle se dirigiam tôdas as vistas atenciosas. E cuidadosa. A Carta Régia que se segue revela bem essa preocupação governamental, trazendo a data de 13 de dezembro de 1691 e dirigida a Manuel Nunes Leitão. "Por cartas do Provedor da Fazenda, Ouvidor Geral desta comarca e do Dezembargador Syndicante Belchior Ramires de Carvalho, escritas em agosto deste ano me foi presente o grande dano que resultou para o aumento dos moradores dela, e da Fazenda Real a falta de embarcações nesse porto pera dela embarcarem os açucares que se fabricam ou se poderem navegar a tempo conveniente para o Recife por serem hoje muitos os que se obram nessa Capitania e em huma só embarcação que a ela vay cada ano se não poderem carregar, ficando muitos envelhecidos na terra e com pouca valia pela dificuldade de saca. E pareceume ordenarvos (como por esta o faço) mandeis publicar que todo os que quizerem navegar os seus efeitos no tempo que lhes parecer para a capitania de Pernambuco o possam fazer livremente sem embargos de qualquer ordem em contrario e aos oficiaes da Camara e Ouvidor Geral ordeno o mesmo".

Como se vê, as precauções eram tomadas no que dizia respeito a embarque, também no que se relacionava à conservação do açúcar. E enquanto a colônia procurava se aprumar, a cana redobrava na produção industrial: os partidos se tornavam sempre cada vez maiores, mais extensos e mais compactos, tomando tôda a várzea do Paraíba. Os en-

(XVI) — E' o documento mais antigo existente no Arquivo Público do Estado da Paraíba.

genhos aumentavam dia a dia no seu número porque o negócio de açúcar era bom e deixava muito lucro. Uma caixa de açúcar, a datar de 15 de dezembro de 1695, passou a ter pêso fixo, não exceder de trinta e cinco arrobas. O govêrno deu um sinal de interessar-se com a vida do campo à margem da cana: outra Carta Régia vinha com ordens de que nos lugares onde "cortarem madeira, sejam plantadas novas mudas, para que não venham os engenhos sofrer a falta de lenha". Mas o interêsse referido não saía da mesma órbita de interêsses restritos ao açúcar, pois os engenhos não podiam nem deviam experimentar qualquer prejuízo, não podiam nem deviam parar a moàgem e, prevendo a possibilidade de crise à falta de combustível (aliás não seria possível essa hipótese quando as matas chegavam às portas das casas-grandes, eram compactas e abundantes), o govêrno se apressava a chamar a atenção dos "menos prevenidos e incautos". Era o cúmulo do cuidado numa terra que se destacava pela paisagem verde de suas florestas. Chega a ser curioso o estudo sôbre a documentação existente e que se relaciona com a vida da cana caiana. Tôda essa documentação gira em tôrno de preços, cautelas na conservação, maneiras de conduzir os produtos sem estragá-los, enfim uma série enorme de conselhos previdentes. E atingia ao ponto de não fazer câmbio para a mercadoria que não se achasse na alfândega. Antes de lá chegar o açúcar nada valia: não podia ser vendido à falta de preço.

Em 17 de janeiro de 1697 uma Carta Régia mandava que fôsse "estabelecido o preço do açucar quinze dias depois da chegada dos navios, por dois peritos, nomeados pelos homens de negocios e lavradores, dando-se-lhes juramento na forma da lei". Providência determinada não só por interêsses fiscais como também para afastar qualquer possibilidade de "empurrar-se açúcar estragado". Não era pròpriamente "estragado" e sim tudo indicava a conveniência de uma verificação pericial por causa do produto nem sempre corresponder a verdade: queriam deixar passar açúcar de terceira por primeira. Para evitar a malandragem dos sabidos é que o poder público entrava por tais caminhos. O fato é que o açúcar continuava em progresso. A renda recolhida aos cofres aumentava, arrecadando a capitania, no ano de 1706, a importância de 27:931$943 num orçamento que acusava um saldo de 6:740$864. Nesse tempo os senhores de engenhos se mostravam já aprumados e com uns ares de independência. Quando o fisco queria entrar forte nos seus negócios, permitindo a lei sua defesa, êles lançavam mão de meios para rebater as incursões ferozes da fiscalização, gastando muito dinheiro em sustentar êsses luxos de oposição aos interêsses administrativos da colônia. Há um episódio digno de referência. Uma Carta Régia de 26 de maio de 1709 pedia informações sôbre um provisionado na capitania, de nome Manuel Martins, que advogava com certas asperezas — e até desrespeitando as autoridades. Era um padre paraibano. O açúcar sustentava a quem "se fez tão escandaloso com o seu estilo de satirisar nos arrasoados". Foram tantas e tamanhas as suas artimanhas que, em certo caso, o Ouvidor Geral precisou "suspende-lo da advocacia e condenallo para as despezas da Relação".

Talvez houvesse sido o primeiro profissional de uma enorme classe agora preponderante ao ponto de ter a sua Ordem.

E no ano de 1715 as crônicas falam numa "monstra seca" assolando a região sertaneja e partes do curimatau. Mas era uma zona de gado que "não dava muito" — coisa vasqueira. O que dava de verdade era o açúcar. E também o algodão, pois êste prometia ser fonte segura de rendas. Os anos que se seguiram foram de sêca tremenda, atingindo ao litoral e fazendo com que a lavoura de cana sofresse um bocado. Alguns engenhos viram o seu movimento paralisado e outros grandemente diminuídos. Não era sòmente a falta de braços, era ainda o sol que estava queimando tudo, não deixando que a terra produzisse, estorricada que se encontrava, sem pasto, sem água e as árvores desfolhadas. O panorama se apresentava cinzento. As chuvas teriam de chegar logo sob pena de mais agravar a situação de penúria. Entanto havia engenho que desconhecia os horrores da sêca por causa de açudes e canavial ocupando os baixios sempre úmidos. A várzea nunca se achava de todo ressequida. Os canaviais mudavam a tonalidade nas côres entre verde e amarela. A variação não há dúvida que ostentava riqueza. Mas isso só se dava porque a água estava ausente. Não fôsse assim e a paisagem estaria de uma côr sòmente. Tudo estaria verde escuro. E apesar dos pezares, nesses tempos duros, El Rei

recomendava certas medidas na fiscalização, carregando ordens sôbre a necessidade de observar o "pêso do açúcar", não deixar que o mesmo fôsse "roubado". E de fato: na safra, a fiscalização redobrou na vigilância. Foi até uma safra regular. Os preços compensaram a depressão constatada no volume da produção industrial.

A sêca nos anos seguintes não desapareceu. As chuvas não caíam senão ralas e passageiras, não dando para nada, não chegando para ser aparada, fazer-se depósito e molhar a terra em ponto criador. O rio Paraiba esqueceu-se de descer. Porém, os engenhos, na sua maioria, não deixavam de moer, fazer seu açúcar, a sua aguardente, a sua rapadura. Até que em 1720 veio o inverno na violência indescritível das primeiras águas. Foi um inverno longo e prejudicial, causando muitas inundações, trazendo prejuízos aos proprietários e desânimo na população, cujos bens ficaram bastante prejudicados. A Carta Régia de 24 de setembro daquele ano diz: "Dom João por graça de Deos Rey de Portugal & Faço saber a vós Francisco Pedro de Mendonça Gurjão, Capitão mór da capitania da Parahyba que havendo visto a conta que me destes em carta de vinte e dois de junho do ano passado, da extraordinaria chuva que houve nessa capitania sendo tão inopinada e violenta que destruhiu engenhos, matou gados de varias pessoas, e levou a maior parte das casas, caixas e canas, experimentando por este motivo esses moradores huma perda tão consideravel que se acham reduzidos a maior miseria por cuja causa se faziam dignos de que eu pela minha real piedade lhes conceda o privilegio que eu fui servido permitir aos moradores da Bahia e Pernambuco para que se lhes não arrematem as fabricas dos seus partidos e engenhos, e vendo tão bem o que nesta parte vos expuzeram os ditos moradores no papel que me remetestes; Houve por bem por resolução de vinte e seis do presente mez e ano em consulta do meu conselho ultramarino de conceder-lhe a graça que pedem por tempo de seis anos, o que mandareis declarar a Camara para que se mande tirar a este Reinado a Provisão desta graça". A extensão dos prejuízos foi tamanha que se fazia concessão pelo espaço de seis anos. Uma crise ampla e que tomou quase tôda a capitania permaneceu durante anos: ora era o excesso de sol, ora de água, daí talvez nascendo o dito popular: ou é oito, ou é oitenta.

Jamais a terra e o povo paraibano haviam experimentado um transe mais doloroso porque prolongado e arrasador sob o ponto de vista material. Os prejuízos pareciam totais. Ninguém podia levantar a cabeça com facilidade. Um ou outro banguê é que conseguia achar-se de pé. E assim mesmo Deus sabe como. Tôda a primeira metade do século estava correndo debaixo de um guante tirânico de imprevistos climatéricos. Existe uma Carta Régia datada de 20 de março de 1744 "declarando que João da Silva Chaves arrematou o contrato do subsidio dos açucares desta capitania, por tres anos, que hão de ter principio quando chegarem estas ordens ao conhecimento do Capitão-mór, por preço cada um dos ditos anos, de quatrocentos e oitenta mil reis". O govêrno fazia as suas "concessões" ditadas pela "piedade", mas não se esquecia, como medida de precaução, de vender antecipadamente os impostos que ainda iam ser arrecadados. Na dúvida de que êstes não fôssem gordos, era bem melhor antecipar-se, vendendo-os em hasta pública, pois já nessa época prevalecia o "seguro morreu de velho". Em meio do sofrimento geral se conseguia livrar para o érario alguns cobres destinados a manter a máquina administrativa.

A população da capitania elevava-se então, a 52.000 habitantes, "fora os índios", cujo número era ignorado. Índios espalhados por todos os recantos, algumas tribos já meio pacificadas, outras inacessíveis a qualquer entendimento com o branco, não querendo história com essa gente. Havia motivo para tanto. O colonizador fazia suas "entradas" a ferro e a fogo, cometendo os maiores absurdos, exercendo mesmo uma crueldade que não se abatia, antes gostava de aumentar sempre o seu poder, com isto talvez querendo afastar contacto com o indígena para melhor destruí-lo. As lutas não tinham têrmo. Os tapuias eram pegados como bichos. Os tipos sãos iam trabalhar como escravos, as crianças eram espalhadas e os doentes, velhos e incapazes já se sabia o destino: passados pelas armas. Nada de piedade. Os capitães que se distinguiram todos êles se mostram com êsse estigma de maldade. Como que sentiam prazer de esmagar o índio. E o combate não conheceu trégua. Foi continuado e impiedoso.

Os franciscanos e beneditinos procuravam interceder no litoral em favor das tribos em guerra. Metiam-se no seu meio como soldados de Cristo numa resolução firme de conseguir a paz e a ordem. Não foram raros os sucessos obtidos. Entanto estavam êstes muito longe de conseguir um resultado compensador. Os Oliveira Ledo eram terríveis na sua "entrada" destruidora e ao mesmo tempo construtora. Se êles odiavam tanto o indígena, por outro lado fundavam os seus currais e fazendas. Gente forte que sem dúvida alguma concorreu grandemente para a nossa civilização.

Franciscanos e beneditinos tiveram de enfrentar um drama sangrento. Principalmente o franciscano conseguiu realizar o seu nobre sacerdócio com uma conseqüência positiva para os interêsses da coletividade. Ensinou o que pôde ao tabajara e potiguara, amansou-os, tornou-os cristãos, espalhando capelas e rezando missas, entregando-se a um sacrifício destemido. O jesuíta gostava mais da cidade, gostava mais de ficar nos seus conventos e poucos eram aquêles que se abalavam a sair, procurando meter-se com o nosso ameríndio com o fim deliberado de conquistá-lo para as suas hostes. E' interessante observar que o jesuíta possuía grandes bens, era uma Companhia abastada, estendendo-se por longas faixas de terra, possuindo engenhos, gados e escravaria negra, além de boas construções de pedra e cal, verdadeiros redutos contra a possibilidade de ataques inimigos. Os seus conventos ofereciam absoluta segurança. No entanto há uma particularidade digna de ser mencionada: o jesuíta pouco saía, fugindo à vida do campo. Costumava ficar mais em suas igrejas do que andar por fora. E a parte econômico-financeira era dirigida com aprumo e senso administrativo, não registrando a história qualquer fato que venha em desabono de suas qualidades de mando, previsão e energia.

Quando o govêrno precisava de um religioso que fôsse capaz de conseguir uma ovelha, mas uma ovelha de valor, dessas que podem modificar uma situação, não ia buscar um franciscano nem um beneditino, queria era que o jesuíta se encarregasse do serviço de catequização. Confiava mais nos seus processos de convencer o adversário. E' vultoso o número de índios feitos chefes que se deixaram conquistar pelas seduções do filiado aos ensinamentos de Santo Inácio. Mostrava-se mais político e mesmo mais jeitoso, mais hábil e diplomata, enfrentando uma tarefa com determinação de alcançar o objetivo e, servido por qualidades tão primaciais, certamente que tôdas as dificuldades eram removidas sem maiores obstáculos. O jesuíta preponderou na vida paraibana. Teve a sua participação decisiva na sociedade que se estava formando. Conseguiu reunir um acêrvo grandioso no sentido material e respeitável na parte consagrada à ação principalmente política. Ao se dar o seu afastamento da capitania, sendo-lhe confiscados os bens, então é que se pôde verificar a extensão de sua riqueza acumulada, a organização de seus negócios e o rumo seguro que dava à administração religiosa. Na arrecadação figuravam fazendas, engenhos, gado, escravos, casas e sobrados, sítios e cobrança de foros, sendo ainda encontrada em cofre a importância de 4:689$560. A Ordem de S. Bento não conseguira jamais uma arrecadação que transpusesse a três contos de réis. Todavia talvez possuísse mais do que a Companhia de Jesus. A questão tôda era apenas de direção administrativa. Demais, os beneditinos como os franciscanos, gostavam de viver por fora e no meio dos índios pregando os princípios de sua religião.

Estamos em 1774. Então a capitania já dispunha de outros meios de vida mais largos. A população de brancos e negros subia a um total mais ou menos elevado: 59.687 almas. E contava com a ajuda de cêrca de 900 fazendas de gado, 72 engenhos e engenhocas, além de 11.383 fogos, 22 igrejas, 5 conventos e 37 capelas. A arrematação de impostos chegava ao limite de 45:755$788 para subir dois anos depois a 62:684$611. Enquanto isto o orçamento tinha suas sobras na importância de perto de 13:000$000 que eram guardados na casa dos "contos" — Provedoria da Paraíba, que após passou a chamar-se Delegacia Fiscal. O ano é assaltado pela sêca que se prolonga até 1779 quando o recenseamento acusa uma população de 52.468 pessoas, ou melhor, sem ser incluído o elemento bugre. Êste não era relacionado porque as tribos se mudavam bastante: nunca ficavam muito tempo no mesmo lugar. Viviam saindo, viajando e sem se fixarem definitivamente neste ou naquele lugar, parecendo que adquiriram êsse hábito de nômade em virtude das perseguições do branco incansável, pertinaz e sem piedade. Queria era submeter o selví-

cola, dêle fazendo escravo ao serviço de seus interêsses. Não bastava o negro, era preciso também o índio. Aquêle ficava, sentia-se prêso à fazenda e à terra, ao senhor e à saudade da pátria africana, porém o tapuia não ia fàcilmente nas águas do seu mano de côr, reagia forte e ordinàriamente ganhava os paus. Metia-se pelas matas — e adeus para sempre. A reação jamais deixou de ser feita como se fôra um hábito adquirido por obrigação deliberada. Mas era que o caeté gostava da liberdade, estava na sua casa, conhecia a selva, vivera à sôlta e à lei da natureza, porque se entregaria então às correntes da escravização involuntária ? De modo que podia considerar-se elemento étnico sem possibilidade de fixação e por isso mesmo isento de um cálculo certo, quanto ao seu todo.

Por outro lado, o negro, embora comprado a dinheiro, correspondia melhor às necessidades em comparação com o bugre, agarrado e pôsto a ferros, insubmisso, fugindo na primeira oportunidade. Sobretudo a sua desconfiança se orientava fàcilmente para o crime. Devido aos sofrimentos impostos pelo branco colonizador, impiedoso e malvado, ficara-lhe o costume de viver calado, desconfiado e pronto para um afastamento decidido, não querendo mesmo conversar. O índio macho portava-se dêste modo hostil. Todavia a mulher se entregava ao primeiro chamado, deixando-se levar com relativa facilidade, sensível às seduções, gostando mais da convivência nova em relação à que ficara na aldeia cheia de sobressaltos e perigos, lutas que parecia jamais terminariam. A índia era muito feminina, era prolífera e tão quente quanto às negras, pois esta é a opinião dos entendidos que viajaram na época e que escreveram as suas impressões, sendo que um dêles (teria sido Koster ou Tolenare ?) chegou a ser "incomodado" na sua rêde em que procurava dormir o sono da noite. A "procura" se fazia enèrgicamente e intensamente sem que houvesse nenhuma disposição de "oferta".

Foi grande, foi enorme a contribuição do tabajara, do potiguara, do cariri ou melhor dos tapuias e caetés — um povo que se diluiu com facilidade, misturando-se com o sangue do branco e do negro, realizando assim um "melting pot" originalíssimo. Desapareceu, restando agora apenas alguns sinais somáticos bem raros relativamente aos do negro, sinais africanos indeléveis, pois quando não se apresenta nos cabelos, no nariz e na conformação facial, apresenta-se nos lábios grossos ou negros, nos pêlos encaracolados da mão, no pé chato e até — são os entendidos que asseguram — no mau perfume que rescende de seu corpo quando sujo. Porque o branco, mesmo sem tomar banho, embora tenha suores fedorentos, revela um "cheiro" que nunca poderia ser confundido com o chamado bodum. Cada qual tem o seu caráter até na transpiração física. O índio teria fatalmente de ceder terreno, ante as incursões sistemáticas do nosso bandeirante. Aquela tribo, que não se retirou para o planalto ou para as imediações amazônicas, teve de agüentar o embate desigual, uma vez que se utilizava de armas primitivas, quando o inimigo empunhava já o bacamarte, dando tiros de pólvora, fazendo arrasos completos. Se houve resistência (e não se pode negar que se verificou em vários pontos da capitania com um heroísmo e uma bravura inaudita essa resistência para ficar pegado à gleba e dela não se afastar senão depois de derramar sangue), foi ùnicamente devido aos sentimentos amorosos que o índio manifestou, talvez por maneira inconsciente, à paisagem e ao meio de seus antepassados destemidos. A sua colaboração no movimento civilizador não pode ser desdenhada sem ferir a verdade nos seus desígnios de justiça. Foi uma colaboração relevante que reclama um estudo demorado de erudição e interpretação ajustada.

Mas o governador da capitania, Fernando de Castilho, se achava no poder desde vários anos, continuando pelo de 1799, quando teve ensejo de escrever um relatório para a metrópole, narrando o estado em que se encontrava a região, dêste modo fazendo um serviço de informações minuciosas e interessantes. Pela sua leitura se conclui muito fato de relêvo que teria influído notàvelmente na formação social da Paraíba. E' de notar que o açúcar não está nem poderia achar-se ausente dêsse documento de valor histórico. (XVI) A capital vivia no ciclo de vida de engenho, experimentando a sua influência, sentindo as suas imposições e criando um "meio" ou melhor: alimentando uma sociedade que ostentava todos os requisitos do regime patriarcal. "Tem athé a distancia de doze leguas trinta e dois engenhos de fazer açu-

(XVI) — "Datas e Notas para a História da Paraíba", cit.

car, dos quaes se poderia exportar mesmo no seu estado atual hum excessivo valor pela fertilidade do terreno a não estarem tão destituidos de posses os Senhores e Lavradores deles; e tem muita capacidade a proporção para muitos mais e outras diferentes culturas". Referia-se à várzea sempre opulenta e a oferecer vantagens compensadoras à lavoura da cana. De lá procedia uma fôrça social constante e benéfica aos interêsses da Paraíba: concorria ordinàriamente com mais de 50% de impostos.

A economia se assentava nestes fundamentos seguros e, por assim dizer — quase permanentes, resistindo a todos os imprevistos. O governador Castilho informa que "os engenhos estão desfabricados da sua força principal que são os escravos", querendo significar com isso que o trabalho estava sofrendo uma depressão sensível, porém, não sensível a tal ponto que deixasse de fornecer lucros, estabilidade (sim — estabilidade, porque, não obstante as crises continuadas, jamais a cana sofreu tanto e atravessasse penúria suficiente para abalar as finanças da capitania) e confiança na firmeza de uma lavoura de compensações certas. Porque os lucros auferidos se mostravam numa relatividade considerável. Na realidade, a carência de braço servil muito prejudicava, trazia sérios inconvenientes, mas o fato é que o senhor de engenho e o erário apenas perdiam o ensejo de ganhar mais. "Para que estes males funestissimos se remedeem, cumpre que acuda a Mão Benefica e Poderosa de V. Magestade e convidando por alguns de tantos meios que tem a Real Grandeza e Poder, negociantes ricos que se estabeleçam aqui e possam fazer creditos mais dilatados aos agricultores desta capitania e que mandem vir escravos, efeitos e instrumentos que vendam a mais comodos preços e isto sem privilegios exclusivos, salvo o da prioridade dos seus creditos para que os lavradores fraudulentos e de má fé os não privem dos seus lucros legitimos". Aí já se reclamava mais assistência. A cana poderia ser olhada com melhores olhos. O crédito precisava ser pôsto em prática com o fim de realizar milagres de reprodução na colheita e por conseguinte nas finanças particulares e públicas. Indispensável um financiamento para atender às imposições naturais do progresso.

O senhor de engenho nem o govêrno se contentavam com os lucros do açúcar sustentado solitàriamente pela vontade realizadora do proprietário; fazia-se mister a colaboração financeira dos créditos para animar ainda mais a plantação da cana e a produção do açúcar. Afinal veio a política de oferecimento de crédito defendida por Fernando Castilho e com ela outras iniciativas. Entre as providências tomadas figura a fundação governamental de uma "Sociedade Agrícola" com o intuito de socorrer a pobreza. Não havia jeito de alimentar a riqueza sem provocar a pobreza e, portanto, se impunha um gesto de viva atenção pela sorte dos desprotegidos, daqueles desdenhados pela fortuna e que merecem apoio dos poderes públicos. Alguns contos de réis entraram a figurar como fundos da nascente sociedade de assistência que se dedicou ao plantio da mandioca para fazer farinha como base de alimentação paraibana. A primeira colheita que se fêz foi de mais de 4.000 alqueires. O "pão do país" entrou a ser fornecido gratuitamente à população necessitada, pois nesse ano de 1803 não houve inverno, manifestando-se sêca e fome. Vendia-se farinha no litoral a 4$000 o alqueire e a 12$000 no sertão.

As crônicas do tempo registram que a plantação da cana diminuía, enquanto que o algodão ia ocupando maiores espaços. A Inglaterra reclamava o ouro branco a bom preço — e daí a disposição existente entre os lavradores. Mas o açúcar, se cedeu um pedaço no volume de produção, por outro lado não baixou o valor, antes viu aumentado de cotação na praça nacional, isto porque os tipos fabricados foram mais finos do que os chamados "brutos". Henry Koster ocupou-se do movimento mercantil da Paraíba quando teve oportunidade de viajá-la. Assim é que achou o "comércio pequeno, embora os navios de cento e cinqüenta toneladas possam passar a barra e penetrar no rio. Chegando à bacia, defronte da cidade baixa, o menor cordame sustenta-os e ficam abrigados de qualquer perigo. Existe uma Alfândega irregular que raras vêzes se abre. A Paraíba está afastada da estrada do sertão ao Recife. Os sertanejos do interior vão mais espontaneamente ao Recife do que à Paraíba por terem certeza de achar melhor preço ali para os seus produtos. (XVII) Embora

(XVII) — "Revista do Instituto Histórico e Arqueológico de Pernambuco".

O AÇÚCAR ATRAVÉS DO PERIÓDICO "O AUXILIADOR DA INDÚSTRIA NACIONAL"

Jerônimo de Viveiros

V

Esboçamos nos dois últimos artigos o quadro dos esforços despendidos pela "Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional", no sentido de melhorar os processos de fabricação de nosso açúcar, de maneira a torná-lo capaz de enfrentar a concorrência inglêsa, nos mercados estrangeiros, com que a ameaçavam as projetadas instalações nas Índias Orientais.

Mas tudo foi em vão. Faltou à prestimosa sociedade a colaboração dos órgãos dirigentes do país. A Regência, não obstante a benemerência dos seus homens, não teve a compreensão exata do problema. A iniciativa particular era ainda medrosa e fraca para arrostar, só, sem amparo oficial, questão de tão graves conseqüências financeiras, como essa da remodelação de uma indústria.

Então, como sói acontecer nas épocas de crises, a classe de senhores de engenhos apegou-se a uma idéia, irrisória é verdade, mas na qual ela via a sua salvação: **o inglês não era bom lavrador de canas.** Êste conceito, naturalmente contestado quando o expuseram, acabou tomando forma de verdade matemática. E, para que não mais restassem dúvidas, o "Auxiliador" abriu as suas colunas para o artigo abaixo, no qual, sob o pseudônimo de **P**, um lavrador apreciava os trabalhos de dois engenhos inglêses, existentes nos municípios de Itu e Campinas.

"FABRICAÇÃO DO AÇÚCAR

Os inglêses nos arredores de Itu e de Campinas — Defeitos dos processos empregados — Indicação de alguns melhoramentos.

A extração do açúcar contido na cana repousa sôbre uma série de operações, que se podem reduzir a três principais: 1.º moagem, 2.º depuração e concentração, 3.º cristalização e terragem.

Nós vamos examinar sucessivamente estas diversas operações, tais como as vimos nos engenhos inglêses de Itu e Campinas.

1.º — Da cilindragem — As canas, depois de terem sido cortadas, são transportadas ao engenho, para ali serem submetidas à ação de dois cilindros de eixo vertical, feitos de madeira, um dos quais é movido por uma máquina tirada por bois. O suco, que corre, é recebido num reservatório retangular, que o distribui em diversas fôrmas, as quais são depois transportadas para o lugar, onde a concentração se opera.

2.º — Depuração e concentração — Estas duas operações executam-se simultâneamente. Enche-se de suco uma grande caldeira de cobre, posta sôbre um forno, cuja construção assemelha-se a um dos fornos de cozer pão. Logo que o líquido entra em ebulição, um negro derrama-lhe em cima, de quando em quando, uma diminuta quantidade de lixívia com cinza. Depois de cada adição, êle deita fora a água, que vem à superfície, e continua a ajuntar nova lixívia, até que não haja mais escuma. Terminada esta operação, aumenta-se o fogo, e quando o xarope chega ao ponto de concentração conveniente, deitam-no então nos cristalizadores.

3.º — Cristalização e terragem — Os cristalizadores aqui são longos vasos cilíndricos, de uma peça inteiriça, contendo um orifício, praticado na parte inferior de uma das extremidades, para onde se lhes dá ligeira inclinação. Quando todos os cristalizadores estão assim dispostos, fecham-se os orifícios, e despeja-se nêles o caldo, que, no fim de algumas

---

fôsse um viajante apressado, sem poder colhêr impressões senão ligeiras, o inglês registrou um fato que ainda hoje se nota: procura-se Recife porque os preços de aquisição sempre se apresentam mais compensadores e conseguintemente de venda.

horas, não tarda em cristalizar-se em uma massa sólida.

A terragem executa-se da maneira seguinte: tira-se o tôrno, que fecha o orifício interior do cristalizador, a fim de deixar correr o mais que fôr possível o melaço, e cobre-se a parte superior do açúcar de uma mistura de água e de bosta diluída, com a consistência do caldo claro de carne cozida. A água contida nesta mistura infiltra-se gradualmente através dos cristais do açúcar, e leva diante de si todo o melaço, que não tinha podido escoar-se. Esta infiltração continua durante muitos dias, e quando o açúcar acha-se suficientemente sêco, retira-se dos cristalizadores para entregá-lo ao comércio.

Melhoramentos que convém fazer — Consideremos cada uma destas operações, a fim de que possamos indicar os defeitos que apresentam, porque entre elas uma só não há, que não possa ser vantajosamente modificada.

Vimos que a máquina, que serve para espremer o suco de cana era inteiramente de madeira, sem excetuar os próprios cilindros. Como estas peças são excessivamente pesadas e tôscas, resulta uma perda considerável de fôrça pelo atrito que ocasionam. Por outro lado, as canas ao passar por entre os cilindros fazem aí bem depressa regos, e a moagem torna-se incompleta, o que causa uma primeira perda de açúcar. Enfim, resulta do modo por que esta máquina é posta em movimento, que os bois devem dar uma volta inteira, para que o cilindro execute uma revolução, o que produz uma lentidão deplorável no trabalho, daí resultando um coméço de fermentação no suco e conseqüentemente a transformação do açúcar em álcool. A substituição de máquinas mais perfeitas aos engenhos atuais, o emprêgo de endentação de rodagem e cilindros de ferro são as primeiras reformas a fazer-se.

O processo da depuração por meio de uma lixívia de cinza é o mais defeituoso que se pode imaginar, tanto porque a operação assim feita é incompleta, como porque altera a qualidade do açúcar. Com efeito, o carbonato de potassa, que forma a base desta lixívia, não pode separar nem a albumina vegetal, nem a mucilagem, que êle torna pelo contrário mais insolúvel. Demais disso, combinando-se com o ácido acético, que contém o suco da cana, forma um sal deliqüescente, cuja ação contínua sôbre a umidade do ar opõe-se à dessecação do açúcar. Enfim, como é difícil não ultrapassar o ponto de saturação do ácido acético, e de não pôr um excesso de potassa, sobretudo sendo esta operação feita por negros, daí vem que a parte da potassa não saturada age sôbre o açúcar e transforma em matéria incristalizável.

A substituição da cal à potassa, nenhum dêstes inconvenientes apresenta, e como ela se encontra em abundância, seu emprêgo não ofereceria dificuldade alguma.

O grau de calor, em que se opera a concentração do xarope, é um ponto da mais alta importância; dela é que depende em grande parte a quantidade de açúcar, pois que a porção do melaço que se forma é tanto maior quanto mais elevada é a temperatura. Ora, nos engenhos mencionados esta operação faz-se a fogo nu, em aparelhos onde o grau de calor não tem outros reguladores além do capricho dos negros, que ora fazem um fogo capaz de abrasar o fundo da caldeira, ora o deixam quase apagar-se.

Chegamos agora ao processo da terragem.

Em todos os países, que se ocupam da cultura da cana, a terragem executa-se por meio de uma mistura de argila areenta que se deita na parte superior das fôrmas ou cristalizadores, até que produza uma camada de espessura de uma polegada. A água contida entre as partículas argilosas infiltra-se através do açúcar, e leva diante de si todo o líquido colorido que ali se achava. Êste sai pela parte inferior do cone, e quando a argila chega a secar-se, o açúcar fica inteiramente extreme do melaço. Os inglêses acharam êste processo demasiadamente simples ou talvez viram na argila alguma coisa de impuro, que pudesse alterar o açúcar. Êles o abandonaram, e trataram de escolher outra substância menos esquálida e mais conveniente à depuração. Qual foi a substância que adotaram? Foi a **bosta de vaca**, isto é, uma substância, que sendo fortemente colorida, não podia por isso só clarificar o açúcar. Em duas palavras, semelhante processo não tem outro resultado senão o de substituir ao melaço, que estava interposto entre os cristais do açúcar, tôdas as fezes, que a água pode extrair da bosta, o que, longe de melhorar o sabor e o perfume do produto, o piora ainda mais. Em nossa opinião, melhor fôra conservar o açúcar tal qual se acha nas fôrmas do que empregar semelhante meio".

Com êste errôneo conceito os senhores de engenho foram alimentando a esperança de

que jamais sofreriam a concorrência do açúcar inglês das Índias Orientais, até que tiveram a atenção desviada do que era simples ameaça para a realidade de um grande mal.

Pela primeira vez, aparecia nos canaviais de Campos e Santa Catarina uma lagarta, que os devorava. O mal prometia alastrar-se. O Presidente de Santa Catarina pediu providências ao Ministro do Império, e êste, como de costume, apelou para a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, que solucionou o caso pela maneira exposta no ofício seguinte:

"Cumprindo o aviso do antecessor de V. Ex.ª, com data de 30 de dezembro do ano próximo passado, acompanhado da representação que fêz o Presidente da Província de Santa Catarina sôbre uma espécie de lagarta, que, criando-se ou introduzindo-se no âmago da cana vulgarmente chamada — caiena —, tem destruído grande parte das respectivas plantações: respondo a V. Ex.ª, que desde o ano de 1838 a Sociedade Auxiliadora tem procurado investigar as causas dêste mal, que, começando a conhecer-se no distrito de Campos, se tem propagado aos canaviais desta Província. Com êste fim, em sessão de 19 de agôsto daquele ano, por indicação do seu membro o Dr. Francisco Viana, estabeleceu um prêmio de 150$000, para ser conferido à pessoa que apresentasse a melhor memória acêrca da moléstia que ataca a cana e dos meios de obstar aos seus estragos. E porque o tempo se passava sem aparecer a memória assim pedida, alcançou a sociedade do Govêrno Imperial, que viesse, como com efeito vieram, do Pará, nas barcas que fazem a navegação dali para esta província, porções de plantas de cana — caiena —, que a sociedade fêz distribuir pelos lavradores, por julgar, aconselhada de alguns mais experimentados, que era êste o melhor meio de remediar os estragos, causados pela peste. Cessou depois esta remessa, sem que ainda se pudesse renovar a plantação nas principais fazendas, mas dando a certeza de que tem aproveitado a providência que se havia tomado.

Parece, portanto, à Sociedade Auxiliadora, que se o Govêrno Imperial ordenasse a continuação da remessa de cana daquela espécie, da província do Pará para esta e a de Santa Catarina, como já se fêz, se poderia evitar os estragos causados pela peste, renovando-se os canaviais com nova planta, ainda não degenerada".

E foi o que se fêz para salvar a indústria açucareira do sul do país.

A SAFRA AÇUCAREIRA FLUMINENSE

O Sr. Presidente da República, recebeu do presidente do Sindicato da Indústria do Açúcar o seguinte telegrama:

"Campos, R J — O Sindicato da Indústria do Açúcar do Estado do Rio de Janeiro, órgão de representação dos usineiros fluminenses, tem a grata satisfação de trazer ao conhecimento do govêrno de V. Ex.ª que seus trabalhos estatísticos até 31 de dezembro, revelam haver a produção alcançado a cifra de 3.021.824 sacos de açúcar e ..... 18.461.336 litros de álcool, excedendo a safra de 1943 em 720.820 sacos de açúcar e 1.067.574 litros de álcool. Durante o mesmo exercício, de acôrdo com o contrato firmado com os govêrnos federal e estadual e o Instituto do Açúcar e do Álcool, foi dada pelos associados dêste Sindicato a valiosa contribuição de cem mil cruzeiros para ampliação das atividades da Estação Experimental de Campos, departamento do Ministério da Agricultura. Não podia ser mais expressiva do que esta a demonstração da eficiente e patriótica operosidade de todos aquêles que estão vinculados à produção açucareira fluminense no momento em que a nossa pátria reclama o máximo de nosso esfôrço de guerra em pról da vitória da causa da humanidade. Respeitosas saudações. — Julião Nogueira, Presidente."

E. G. Fontes & Co.

Exportadores de Café, Açúcar, Manganês
e outros produtos nacionais

Importadores de tecidos e mercadorias em geral

Av. Nilo Peçanha, 12 - 9.° andar

TELEFONES: 22 - 5535 / 22 - 5849 / 22 - 8058 / 42 - 3302

CAIXA POSTAL 3

Telegramas AFONTES-RIO

Rio de Janeiro

GEOGRAFIA DAS RELAÇÕES PARCIAIS

Affonso Varzea

Primeiro a prestar tamanha conta ao sucessor, ao deixar a governança da Capitania do Rio de Janeiro, em 1779, apresentou o Marquês do Lavradio extenso relatório a D. Luís de Vasconcellos e Sousa.

Tendo assumido o vice-reinado em 1769 procurou, consistentemente, Luís de Almeida Portugal Soares d'Eça Alarcão Mello Silva Mascarenhas bem enfronhar-se nas coisas do Brasil meridional, de maneira a fazer minuciosamente o vice-rei seguinte "comprehender o que he de mais importante n'esta Capitania", no momento mesmo do Vasconcellos assumir pôsto de tanto vulto econômico-político no Atlântico Sul.

Era uma administração de fronteira em estado de guerra, dado que o comércio pela violência campeava pelo oceano sobretudo à conta da flibusta internacional, enquanto que os espanhóis do Prata — os Castelhanos, chama-lhes o Marquês — andavam com as mesnadas sôltas pelo norte do atual território do Uruguai. Daí o denso recheio militar do Relatório, avaliando insistentemente homens e coisas pelo lado da capacidade e da organização para a luta armada.

A Várzea do Retiro fotografada da subida ao Pico de Gerecinó, destacando-se, ali onde outrora emplumavam-se canedos, a mancha branca de recente construção federal. Ao fim do setecentismo o mar de canas alimentava duas fábricas, o Engenho do Retiro, construção atualmente aproveitada para hospital operário das tecelagens do Bangú, e o Engenho do Cabral, à margem direita do Sarapui, em frente da confluência do Piauí, o regato que atualmente chamamos Sardinhas. O ponto mais alto, ao fundo, é a Pedra Branca, com 1.024 metros, culminância da terra carioca no momento sombreada por teto de Cumulus Mamatus, ca racteristico de ano da série úmida no microclima carioca. Foto mandada fazer especialmente para a GEOGRAFIA DO DISTRITO FEDERAL, do professor Affonso Varzea, pela Secretaria Geral de Educação e Cultura. Figurou no Stand da Prefeitura do Distrito Federal à Exposição do Décimo Congresso Brasileiro de Geografia

"CLIMA CHINÊS"

Naturalmente não faltam na primeira parte, caracterizadamente de redação do vice-rei, as afirmações no campo econômico, repetindo-se alusões ao açúcar: 1) quando trata dos "muito ferteis e de grandissima produção" Campos dos Goytacazes; 2) quando enumera resultados de sua pressão sôbre os lavradores, consignando "grande augmento" de farinha e legumes, "assim naquelles generos, como no assucar".

Igualmente repontam cuidados geográficos, viva atenção pelo Espaço e pelo Habitante, não fôssem os vice-reis, olhando pelo Brasil meridional, autênticos Fronteiros do Atlântico-sul, para repetir gíria administrativa do império português ao tempo do esplendor quinhentista em que a Índia fulgia por melhor jóia da coroa.

A costa, de Cabo Frio para ocidente, é contada de acôrdo com a natural engrenagem entre os fatos de geografia física e humana, destacando as Barras, a da Tijuca, a de Guaratiba; especificando desembarcadouros e ancoradouros — nas ilhas das Palmas, nas Tijucas, nas da barra do Rio de Janeiro; frisando a importância da escala na ilha Grande, e no pôrto de Parati, face às ligações com o planalto paulista e a ilha de Santa Catarina; criticando a escassez das frotas, pois vivia, como nós atualmente, uma época de circulação marítima em comboios, dada a pirataria que campeava infrene nos oceanos, principalmente à conta de privatistas, e não por via de Estado, qual se viu nas duas guerras mundiais dêste século; referindo-se ao elemento climático em relação à "jornada das Minas, e a de todos os mais sertões", e a detalhes da produção, pois "como este paiz tem muita semelhança com o da Asia, onde produz muito o bicho da seda" mandou buscar elementos materiais e "uma instrução" sôbre sericicultura.

Vale a pena constatar que, influído naturalmente pela roupagem vegetal e pela sensível separação entre uma quadra chuvosa (passagem de ano) e outra mal regada (meio de ano), o Marquês vislumbrou semelhança com o clima tropical de monção da Ásia de sueste, parecença que, século e meio depois, Emmanuel de Martonne consagraria, na sua tentativa de classificação climática mundial, metendo nosso meridião no padrão sub-tropical chinês Cl — como se climas fôssem rigidamente tipos e não ritmos, cambianças, oscilações realmente dentro do critério dinâmico que se acorda com o jôgo das massas de ar descobertas pelos Bjerknes, e com as transgressões oceânicas cartografadas por Le Danois, coisa muito diferente do ponto de vista estático, rígido, da compartimentagem em que ficou Köppen, aliás sempre insatisfeito dela.

Os três cilindros de ferro do Engenho do Marquinhos, nome atual do tradicional Engenho do Bangú, na Fazenda dos Sete Riachos, movidos pelo manso e fiel Zaino, estando a meter as POJ 214 na pressão o Sr. Cirilo Ribeiro da Silva, administrador do aguardenteiro, descendente de velha gente canavieira carioca. No último plano notam-se amostras do sólido vigamento de ipê da fábrica muito próspera no século passado, enquanto no primeiro plano destaca-se a banheira que recebe a garapa, mais a tubulação por meio da qual o caldo é bombeado às dornas, nas fases iniciais da preparação da Guanduana, pinga que vai ficando famosa na zona. Além da porta, por trás do Cirilo e do Zaino, as aranhas continuam a tecer rendas em roda da antiga instalação a vapor do alto curso do Guandú do Sena, componente da bacia do Guandú Mirim que deve parcialmente o nome a Sene, senhor de engenho setecentista. A foto é uma gentileza da Secretaria Geral de Educação e Cultura, que a mandou especialmente fazer para a GEOGRAFIA DO DISTRITO FEDERAL, do prof. Affonso Varzea

CARTÓGRAFOS E GEÓGRAFOS

Incutindo impressão de funcionário colonial zeloso, o Marquês de Lavradio dá sempre idéia de muito empenhado em servir as melhores informações a D. Luís de Vasconcellos, e então, quando tratando do espaço da Capitania do Rio de Janeiro, mete decidida esporada nos cartógrafos: "Estas distâncias são reguladas por differentes mappas, que

se tem tirado; mas os geographos que tem sido encarregados d'esta diligencia, constame que sempre se governaram mais por informações que por exames pessoaes; e d'aqui vem a differença com que elles fallam, e o de não poder dar toda a fé a estes mappas".

Censura-os judiciosamente o Vice-rei por menos trabalho de campo e mais rotina de gabinete, o que está dentro da crítica da geografia moderna, cabendo a esta altura reparar que pelo Rio de Janeiro haviam laborado notáveis cartógrafos da época: o jesuíta Capacci e Diogo Soares, os primeiros a usar da longitude observada na mapografia brasileira, tendo Capacci legado formoso contôrno da Guanabara; André Vaz Figueyra, que lançou em 1750 a carta da seção mais povoada da costa guanabarina do Distrito Federal; Vieira Leão, famoso pela carta a côres de tôda a capitania, a primeira versão datada de 1767; Francisco João Rocio que, com a mesma amplitude, assinou belo trabalho em 1777.

No julgamento do Lavradio todos êsses desenhos, geralmente tidos por primores de nossa cultura geográfica setecentista, incorrem na desvalia de mais arabesco de gabinete que exatidão de levantamento local.

Para o fim do Relatório queixa-se o Marquês da falta de geógrafos com que enfrentar as realidades da demarcação da fronteira meridional estabelecida duas vêzes, em combinações internacionais separadas por menos de trintênio, os tratados de 1750 e 1777: "Primeiramente falta os instrumentos todos necessarios para trabalharem e servirem de governo aos geographos, que forem áquella diligencia. Depois necessitam estes mesmos geographos, e em numero e capacidade para serem divididos nas differentes partidas, e sobre divididos para outras mais pequenas, que deviam sahir. E' preciso resolver muitas duvidas, que se offerecem sobre as cartas pela grande diversidade dellas". E mais adiante: "Depois falta-me o numero de Engenheiros capazes para a mesma diligencia", entrando então o elogio de Francisco João Rocio, que lhe "parece acertadissimo" como "principal Engenheiro da demarcação".

NA PENÍNSULA ORIENTAL

Nessa crise colonial de cartógrafos e geógrafos quem melhor fixa a geografia dos engenhos da Capitania do Rio de Janeiro são as "Relações Parciais", aquêles mapas estatísticos — "mapas pedidos aos Mestres de Campo" — nos quais os coronéis, administradores dos dez distritos alinhados dos Campos dos Goitacazes ao Golfão da Ilha Grande, detalham a vida econômica das freguesias.

Como recôncavo do Rio de Janeiro — "recôncavo desta capital" — entende o Vice-rei o distrito que tem por costa o extremo nordeste da Guanabara, possuindo por eixos de desemboque da circulação de pequenas embarcações os baixos cursos do Guapi e do Macacu, destacando por maior movimento de barcos o Pôrto das Caixas, hoje modestíssima estação da Leopoldina Railway na linha de Friburgo.

Nesse 3º distrito governado por Alexandre Alves Duarte e Azevedo, "muito honrado, verdadeiro, respeitavel, não oppressor", e de "informações exactas", funcionavam 20 engenhos, produzindo açúcar branco, mascavado e "agoas ardentes", o mais velho dêles datando de 1629, fábrica de João de Macedo Portugal, localizado na freguesia de Nossa Senhora do Destêrro de Tambi.

Ao sul da administração de Duarte e Azevedo vinha a de George de Lemos Parady, "mais frouxo, informações que necessitam de cautela e cuidado", senhor da margem leste guanabarina, pois seu distrito de São Gonçalo dominava toda a zona de Niterói, desde o baixo Guaxindiba até o costão atlântico da lagoa de Itaipu. Laboravam aí 28 engenhos, três dêles exclusivamente aguardenteiros, e ainda tinha personalidade a "Aldea de Indios com a invocação de S. Lourenço", a velha fundação de patrocínio luso, entregue aos temiminós de Arariboia, para proteção ao desembocadouro ocidental da antiquíssima via de circulação tamoia que, utilizando rios e lagoas, ia dos fundos da Guanabara a Cabo Frio, evitando o trânsito pelo litoral oceânico batido em cheio pelos fortes e frios ventos do quadrante sul, molas de resssacas intoleráveis para as pirogas ameríndias.

Dos senhoríos de Duarte e Azevedo e Parady até a barra da Saquarema e a foz do rio de São João — fronteira marítima tão viva no quinhentismo, ao tempo das aventuras dos "brasileiros" franceses no Atlântico meridional — governava Miguel Antônio Ferreira, "honrado, verdadeiro, não violento, cumpridor de deveres", mas, ao fazer-

lhe a enumeração de virtudes administrativas, aproveita o vice-rei para generalizar sôbre os mestres de campo: "para estes homens se não perderem é preciso mostrar-lhes de vez em quando com benevolencia alguma coisa de severidade, porque de outro modo abusam, e são os povos os que vem a padecer".

Na península frusta, projetada da Guanabara ao baixo curso do rio São João, melhor desenhada pelos primeiros cartógrafos do século Dezesseis, antes que êles bem se apercebessem da tôsca península do Distrito Federal, esboçada entre águas guanabarenses e aquelas de Sepetiba, fumegavam 56 engenhos, trinta e dois no Distrito de Maricá (compreendendo um par de aguardenteiros) e vinte e quatro no Distrito de Cabo Frio (abarcando uma dezena de cachaceiros), não contados aquêles do "recôncavo" e de São Gonçalo.

PAQUETA' COM INHOMERIM

Nestas terras onde sobreviviam malocas ameríndias a ocupação do solo era bem menos densa, taxando o Coronel Miguel os grandes baldios de Certoens: "Muitos certoens por cultivar", sendo que, em Cabo Frio, "os moradores não se largão para o Centro do Certão das terras", enquanto do norte da fronteira do rio São João, fronteiro com os Campos dos Goitacazes, cheios de rixas e de aventureiros, adverte que "todos os Certoens desta mesma parte do Norte estão livres, sem donos, e sem culturas".

A densidade era bem maior no resto do recôncavo da Guanabara, a oeste da jurisdição de Duarte e Azevedo, distrito de Inhomerim onde o Coronel chamava-se Bartholomeu José Vahia, "inteligente, honrado", porém militarmente menos atento: "terço menos adeantado". Ao maior povoamento correspondia menor atividade canavieira, orientando-se o trabalho principalmente para criação de gado e cultura de mandioca, milho, arroz, feijão e bananas. Os engenhos não passavam de meia dúzia, em compensação ganhava Surui fama como centro farinheiro.

Na Freguesia da Piedade de Inhomerim, a de maior atividade açucareira no distrito (três engenhos), o aguardenteiro de "Jozê da Sa.. Pera", um dos três que cessaram atividade, "não moe porque o gado da visinhança lhe come as Canas". O pôrto é Estrêla, com movimento de farinha, milho, feijão e arroz, enquanto o pôrto de Mauá corresponde á Freguesia de Nossa Senhora da Guia de Pacopaíba, que não tem engenhos, mas já exporta bananas, a fruta que vai dominando o litoral carioca-fluminense-paulista, neste momento.

Á Freguesia de Nossa Senhora da Piedade e de Magé pertencem dois engenhos e a ilha de Paquetá, naturalmente já muito procurada como sítio exclusivamente residencial, de vez que possui 28 barcos distribuídos por 18 proprietários, entre êstes várias senhoras.

NO LESTE CARIOCA

As terras atualmente sob jurisdição do Distrito Federal eram, na sua aba oriental, ribeirinha da Guanabara, Distrito de Irajá, circunscrição chegando às portas da cidade, residência do Vice-rei. O mestre de campo irajaoara chamava-se Fernando Dias Paes Leme, "honrado, verdadeiro, moço, robusto", qualifica o Marquês, mas resmunga: "quasi tão inhabil como seu pai o Mestre de campo Pedro Dias Paes Leme".

Nesse "distrito 3º de Irajá" a Freguesia do Engenho Velho (São Francisco Xavier) contém as mais velhas fábricas de fundação jesuítica, a mais velha de todas paralisada: "Tão somente se deminuio o Eng.º Velho por ordem da Magestade, pelo confisco que fez aos Padres Jezuitas de q' se venderão as terras, averão 18 anos".

O Brasil do Lavradio era o Brasil pombalino de desposse de riquíssimo senhor de engenhos da quadra colonial, a Companhia de Jesus, verificando-se que o Engenho Velho, nas terras ora cortadas pela rua São Francisco Vavier, parou por volta de 1761, a modo que à data da relação parcial na freguesia "não há Eng.ºs de asucar mais q' o Eng.º Novo de Mage".

Esta especificação parece contrariar o apontamemnto de monsenhor Mac Dowell, guardião de documentos da Matriz do Engenho Velho, de que o Engenho Novo, fundado na alta bacia do rio Jacaré, do outro lado do divisor de protognais constituído pela Serra do Engenho Novo, era fábrica de anil.

Na Freguesia de Inhaúma, jurisdicionando tôda a costa carioca do delta do rio Farinha — o Faria de hoje — até em frente à ilha do Governador, fumegavam quatro en-

genhos, produzindo caixas de branco e mascavado e pipas de aguardente, enquanto a Freguesia de Irajá, com desaguadouro para a baía pelos rios Irajá, Meriti e Sarapuí, ostenta uma constelação de treze fábricas, senhoreando a vertente guanabarina até o centro das atuais terras cariocas, até os divisores de águas correndo para a baía de Sepetiba.

Vale a pena acentuar que monumento cartográfico que escapou à critica do Marquês do Lavradio, por isso mesmo que data de 1798, posterior de 19 anos ao Relatório do Vice-rei, consigna para tôda a aba oriental do Distrito Federal também 18 fábricas, incluindo aquela do senhor de engenho que deu nome à formosa lagoa engastada ao pé do Corcovado, separando da Gávea o Leblon e Ipanema.

NOVA LUSITANIA

Êsse primor, cujo original esplende num relicário da chefia de gabinete do Estado-Maior do Exército, como viemos a saber por gentil comunicação do Coronel Paulo Figueiredo, durante recente curso de História da Cartografia e Geografia das Fronteiras, no Itamarati — ficou célebre como Nova Lusitânia, obra prima de Antônio Pires da Silva Pontes Leme, "Capitão de Fragata Astronomo e Geografo de Sua Magestade nas Demarcações de Limites", tendo tido por desenhistas José Joaquim Freire e Manuel Tavares da Fonseca, e "observações astronomicas conferidas com o Dr. Francisco Antônio Ciera".

"Dedicado ao Principe do Brasil D. João", mostra o soberbo retrato mapográfico do país, na cartela "Rio de Janeiro", além do engenho de Rodrigo de Freitas, meia dúzia dêles na bacia do rio Farinha, o Engenho Novo à direita do Jacaré. Na alta bacia do Irajá está o Engenho de Braz de Pina, entre o baixo Irajá e o baixo Meriti vendo-se uma fábrica anônima, enquanto pela riba do rio lindeiro sobem cinco engenhos, o de João Velho situado na confluência com o Pavuna. Na margem carioca dêste sobressaem duas fábricas e outro par no rio do Retiro, nome que então tinha o alto Sarapui.

Não se pode deixar de reconhecer que, quase vintênio depois do Relatório, um grande cartógrafo confirma, para rincões que iriam ficar sob jurisdição carioca, a geografia canavieira das Relações Parciais, honrando bela tradição de cultura e de cavalheirismo do exército o dístico que, no alto do relicário do Palácio da Guerra, mandou colocar aquêle distinto oficial, especialista com paixão pela cultura geral, chefe do gabinete do Estado-Maior: "Em 21 de abril de 1944, 131° aniversário do nascimento de Antônio Pires da Silva Pontes Leme, resolveu o Exmo. Sr. General de Divisão Mauricio José Cardoso, chefe do Estado-Maior, como preito do Exército, que ficasse em exposição permanente êste monumento da Cartografia Nacional, síntese de todos os esforços feitos até o século XVIII, no sentido de que o Brasil ficasse às gerações futuras sempre grande e unido".

LIVROS EDITADOS PELO I.A.A.

A Seção de Publicidade do Instituto do Açúcar e do Álcool está preparando uma edição da "Memória sôbre o preço do açúcar", de Azeredo Coutinho. O trabalho do velho economista brasileiro, cuja 1.ª edição é de 1791, foi publicado pelo "Brasil Açucareiro", número de dezembro de 1940. Saindo agora em livro, ilustrado, que marcará a sua 4.ª edição, será precedido por um estudo sôbre a personalidade e a obra de Azeredo Coutinho, pelo historiador e crítico Sérgio Buarque de Holanda, colaborador de "Brasil Açucareiro".

A Seção de Publicidade do I.A.A. editará em seguida, entre outros, os seguintes livros: "História do açúcar na Paraíba" e "Importância do açúcar na economia nacional", do escritor Dr. Ademar Vidal, nosso colaborador; "Folklore do açúcar", do professor Joaquim Ribeiro, filólogo, também nosso colaborador.

"A defesa da produção açucareira"

(2.ª edição)

Leonardo Truda

Preço. . . . . Cr$ 12,00
Pelo Correio. . . . . Cr$ 14,00

FOLKLORE DO AÇÚCAR

Joaquim Ribeiro

Vida estética — O romanceiro — O romance local e o romance tradicional — O romance do "Cabeleira" — Análise do romance de "Florisbela": versão e variantes; os elementos greco-romanos; os elementos ibéricos; os elementos locais da zona canavieira.

XV

O romanceiro da zona canavieira, naturalmente, obedece aos moldes do romanceiro tradicional.

A temática é sempre épica, isto é, narrativa. A disposição métrica é análoga. A rima intercalada conserva mais ou menos a mesma constância. Observa-se também a tendência para a forma dialogada.

Nos romances locais o tema é **regional** e, portanto, fixa a paisagem não só **natural** como **cultural** do ambiente.

Já nos romances tradicionais apenas pudemos vislumbrar, como minúcias accessórias, o influxo do meio.

Podemos exemplificar essa diversidade com duas peças folklóricas da zona canavieira do Nordeste: o romance do Cabeleira e o romance de Florisbela.

Aquêle gravita em tôrno de um famoso cangaceiro nordestino, o Cabeleira. O tema é regional e o paisagismo local surge com nitidez.

Estoutro, ao contrário, é um romance velho, tradicional, europeu, de raízes mergulhadas na Antiguidade greco-romana. Sòmente em algumas "variantes", adaptadas ao meio, encontramos vestígios do paisagismo local.

Analisemos, pois, os textos populares a fim de frisar, com a documentação irretorquível, essa diversidade bem saliente.

Colheu Sílvio Romero em Pernambuco êstes fragmentos do romance do Cabeleira:

— "Fecha a porta, gente,
Cabeleira aí vem,
Matando mulheres
Meninos também.
Corram, minha gente,
Cabeleira aí vem,
Êle não vem só,
Vem seu pai também".
— "Meu pai me pediu
Por sua bênção
Que eu não fôsse mole,
Fôsse valentão.
Lá na minha terra
Lá em Santo Antão,
Encontrei um homem
Feito um guaribão
Pus-lhe o bacamarte,
Foi **pa pi**, no chão".
Minha mãe me deu
Contas para rezar.
Quem tiver seus filhos
Saiba-os ensinar
Veja o Cabeleira
Que vai a enforcar.
.....
.....

— "Meu pai me chamou:
— "Zé Gomes, vem cá,
Como tens passado
No **canavial ?"**
— "Mortinho de fome,
Sequinho de sêde,
Só me sustentava
Em **caninhas verdes"**.
— "Vem cá, José Gomes,
Anda-me contar
Como te prenderam
No **canavial ?"**
— "Eu me vi cercado
de cabos, tenentes,
Cada **pé de cana**
Era um pé de gente".

(Cantos populares, 2.ª ed., pág. 65/66).

O **cangaço** e o **canavial** indiciam o ambiente social e o meio físico, cenário onde se desenrola a narrativa versificada.

Já nos romances tradicionais, de herança européia, ibérica, na maioria das versões e variantes, que correm na zona canavieira do Nordeste, falta o colorido paisagista da re-

gião. E, às vêzes, só em uma ou outra variante poderemos apreciar alguma minúcia atestando a adaptação à côr regional.

Basta analisar, por exemplo, o romance de Florisbela.

E' uma peça folklórica muito popular no Nordeste. Diversos folkloristas colheram versões completas ou fragmentárias, bem transformadas do ponto de vista linguístico e temático, mas ainda sem o colorido do meio agrícola. E sòmente uma versão apenas revela êsse elo adaptativo.

a) **Versão do Ceará :**

— "Mouro, se fôres às guerras,
Trazei-me uma cativa,
Que não seja das mais nobres,
Nem também da vilania ;
Seja das escolhidas
Que em Castelhana havia".
Saiu o conde Flores
Fazer essa romaria :
A condessa, como nobre,
Foi em sua companhia.
Mataram o Conde Flores,
Cativaram Lixandria,
E trouxeram de presente
A' raínha da Turquia.
— "Vem cá, vem cá, minha moura,
Aqui está vossa cativa ;
Já vou entregar as chaves
As chaves da minha cozinha".
— "Entregai, entregai, senhora,
Que a desgraça foi só minha ;
Ainda ontem ser senhora,
Hoje escrava de cozinha".
Ao cabo de nove meses
Tiveram os filhos num dia :
A moura teve um filho,
A cativa uma filhinha.
Levantou-se a moura
Com três dias de parida,
Foi à cama da escrava :
— "Como estais, escrava minha ?
— "Como hei de estar, senhora ?
Sempre na vossa cozinha.
Foi olhando para a criança,
Foi achando muito linda :
— "Se estivesse em tua terra
Que nome tu botarias ?"
— "Botaria Florisbela
Como uma mana que tinha
Que os mouros carregaram
Sendo ela pequenina"
— "Se tu a visses hoje
Tu a conhecerias ?"
— "Pelo **sinal** que tinha
Só assim a conhecia;
que tinha um **lírio roxo**
que todo o peito cobria !"
— "Pelo sinal que me dais
Bem parece mana minha".
— "Vem cá, vem cá, minha moura,
Que te diz tua cativa ?"
— "Eu já estou bem agastada
E já me vou anojar,
Tu mandaste lá buscar,
O teu cunhado matar"
— "Se eu matei meu cunhado,
Outro melhor te hei de dar.
Farei tua irmã senhora
Da minha monarquia !"
— "Eu não quero ser senhora
Da tua monarquia,
Quero ir para a minha terra
Onde contente assistia".
— "Aprontai, aprontai a nau,
Mais depressa em demasia,
Para levar Lixandria
Ela e sua filhinha".
— "Adeus, adeus, Florisbela !
Vai-te embora Lixandria.
E dai lá muitas lembranças
À nossa parentaria ;
Que eu fico como moura
Entre tanta mouraria.

(Apud Sílvio Romero).

b) **Versão do Recife** (incompleta) :

— "Se fôra na minha terra,
Filha, te batizaria :
O nome que eu te botava
Rosa flor de Alexandria,
Que assim se chamava
Uma irmã que eu tinha
Que os mouros carregaram
Desde bem pequeninha".
— "Se tu visses essa irmã
Tu a conhecerieis ?
Que sinal me dava dela ?"
— "Um **sinal de carne tinha,**
Em cima do peito trazia,
Que ela assim se chamava
Rosa flor de Alexandria.

(Apud Celso Magalhães).

c) **Versão do Recife** (1820) :

Partira o Conde de Flores
Para uma romaria,
Levando consigo a condessa
Para melhor companhia
.....
Mataram o Conde de Flores
Fizeram a condessa cativa
E a levaram de presente
À raínha da Turquia.
.....
— "E se fôsse ela menina
Que nome tu lhe porias ?"
— "O nome de Belas-flores,
De uma irmã que tinha,
Que os mouros a furtaram
Sendo ela pequenina
Colhendo flores de tarde
Num jardim que meu pai tinha ;
E por **sinal, uma lentilha,**
Num peito seu se via".
— "Pelo sinal que me dais
Tu és minha irmã ;
Escrava minha foras ontem
E hoje és senhora minha".
.....

(Apud Pereira da Costa).

d) **Versão de Pajeú de Flores :**

Saíra o Conde de Flores
Para uma romaria
E a condessa como nobre
Vai em sua companhia
.....
Mataram o Conde de Flores
Cativaram Alexandria.
.....
— "Se tua filha nascesse
Na terra em que tu vivias
Que nome tu procuravas,
Que nome tu lhe darias ?"
— "O nome de Florisbela
De uma irmã que tinha
Que os mouros a roubaram
Sem pena da coitadinha".
— "Vendo tu a ela agora
Ainda a conhecerias ?"
— "Muito bem, minha senhora,
Sem os panos das turquias
Tinha seus cabelos prêtos
Que muito bem lhe diziam,
Tinha três sinais no rosto
Que muito bem lhe pareciam
Tinha ela um **lírio branco**
Que o peito lhe cobria
E só por êste **sinal**
Eu logo a conheceria.
.....

(Apud Pereira da Costa).

e) **Versão de Mamanguape** (Paraíba) :

Vai o conde mais a espôsa
Viagem de mais um dia ;
Na peleja morre o conde
pela espada da Turquia
E a condessa foi levada
Com mui grande cortesia
pro palácio da rainha
das terras da mouraria.
A raínha estava grávida
E a cativa grávida ia
Ambas mandadas por Deus
pariram no mesmo dia.
Pergunta a rainha moura :
— "Que nome tu botarias
se a tua filha nascesse
na terra em que tu vivias ?"
— "O nome de Florisbela
era o que eu escolheria
por ser o de minha mana
que o mouro roubou num dia."
— "Vendo tu ela agora
Ainda a conhecerias ?"
— "Só por um **sinal que tinha**
que todo o peito cobria :
três folhas de pé de cana,
que na sua pele havia
quando era pequenina,
eu logo a conheceria."
— "Pelo sinal que me dais
vossa irmã inda seria
se trazida nunca fôra
para o reino da Turquia".

(Apud Rodrigues Carvalho).

Temos, aí, as principais versões do folklore Nordestino.

Êste romance, sem dúvida, é tradicional e recebemo-lo de além-mar. Teófilo Braga registra as versões portuguêsas. E já Garrett, por sua vez, o registrara dando a origem dêste romance ao século XII.

A verdade, porém, é que o "leit-motiv" dêsse romance é muito mais antigo e se encontra na mitologia greco-romana.

E' de mister, portanto, discriminar os elementos greco-romanos, os elementos ibéricos e os elementos adaptativos na América.

O eminente folklorista argentino Ismael Moya no seu "Romancero" (vol. I) aponta a origem greco-romana:

"Los antecedentes de este motivo se remontan al mito de Progne y Filomena y el rey Tereo." (Obra citada, pág. 399).

E' certo que essa temática inicial se corrompeu de tal modo que sòmente através da análise comparada das versões pode ser identificada.

"En España se han recogido variantes en Catalunha, Andalucía, Asturias y Castilla. En Portugal son tambien numerosas. Muchas de elas pasaron a nuestra America en sus rasgos esenciales." (Idem, pág. 400).

Nas versões nordestinas, os elos greco-romanos estão profundamente diluídos e sòmente, graças às variantes européias, é possível estabelecer-se uma conexão entre o nosso romance e o mito, registrado por Ovídio nas Metamorfoses.

Há vários elementos que persistem em nossas versões: o tema de duas irmãs separadas; o tema da culpa do marido de uma delas (falta o tema de adultério, o qual é substituído pelo assassínio do cunhado); o tema do filho (no mito apenas uma das irmãs dá à luz); nas versões brasileiras, as duas dão à luz.

Êsses elos greco-romanos ainda podem ser apreciados através de certas aproximações vocabulares: **Florisbela** em algumas versões e **Filomena** no mito greco-romano; **Tereu** e **Turquia**; etc.

Concorreu para a transformação do mito antigo o colorido do ambiente histórico da península ibérica.

Assim é que se projetou no referido romance o influxo temático da luta entre **cristãos** e **mouros.**

Nas versões brasileiras, essa influência é absorvente.

A separação entre as duas irmãs é explicada pelo rapto de uma delas pelos mouros. O encontro se dá, mais tarde, quando o marido mouro mata, sem o saber, o cunhado e traz a cunhada como cativa para a mouraria.

O mito greco-romano quase que não é percebido nessas versões. E' um elo apagado e distante.

O elo ibérico, porém, é forte e predominante.

Essas versões nordestinas são conhecidas na zona canavieira. Entretanto, apenas a versão paraibana oferece indício de adaptação ao meio.

Trata-se apenas de uma minúcia, mas de real importância para êste estudo.

O sinal do peito da irmã raptada pelos mouros oferece diversas "variantes".

lírio roxo (Ceará)
sinal de carne (Recife)
lentilha (Recife)
lírio branco (Pajeú de Flores)
três folhas de pé de cana (Mamanguape).

Vê-se que a versão paraibana revela, com maior nitidez, a côr local.

E' a adaptação inevitável.

Apesar do romanceiro tradicional apresentar forte tendência para a **arcaicidade** de suas formas, de sua linguagem e de suas imagens, o influxo da paisagem local tem uma atuação também vigorosa e inexorável. O homem do povo não pode fugir a sua colaboração nos velhos romances, e quase sempre as suas inovações e interpretações visam atender, justamente, à necessidade de dar à composição um colorido mais real, mais convincente, ou melhor, mais local.

E' um fato geral, que se observa, aliás, em tôdas as camadas populares.

Na zona canavieira, os romances tradicionais não poderiam fugir a essa contingência pitoresca.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS — Sílvio Romero. Cantos populares do Brasil; Pereira da Costa, Folklore pernambucano; Rodrigues Carvalho, Xácaras (in Terra Nativa, I, n.º 1) Garrett, Romanceiro; Teófilo Braga, Romanceiro geral; Ismael Moya, Romancero (2 vols. edição da Universidade de Buenos Aires); Leite Vasconcelos, Romanceiro português (edição Biblioteca do Povo); Ovídio, Metamorfoses.

AGUARDENTISMO E FOLCLORE

Vasconcelos Tôrres

A questão do aguardentismo, no Brasil, tem sido largamente discutida, quer sob o prisma científico, quer sob o ponto de vista da moral. Afirma-se por aí que o brasileiro bebe em demasia e que a **garrafa de pinga** é a sua companheira inseparável. Nem sempre essas afirmações são dignas de nossa atenção, de vez que se apoiam em fatos presumidos. Na verdade, em algumas regiões brasileiras o consumo de aguardente não é pequeno; noutras, porém, a percentagem dos abstêmios é bastante expressiva. Hoje, uma garrafa de **cachaça** está valendo muito mais que um quilo de feijão e o trabalhador, evidentemente, não deixará de adquirir gêneros em troca de um trago que não lhe custa pouco. Seu salário baixo mal chega para satisfazer as despesas normais e qualquer desvio na renda lhe acarretará um **deficit** maior. Dessa maneira, a aguardente não é consumida como dantes, quando, a qualquer pretexto, era ingerida em larga escala. Todavia, apesar dos motivos decorrentes da crise atual, o consumidor viciado não se deixa vencer pelos obstáculos e arranja um meio para atender aos reclamos de seu vício.

O Nordeste é uma das regiões brasileiras onde o consumo de aguardente é elevado e seu uso gerou ditos e expressões curiosas. Em Sergipe, por exemplo, existe um rico folclore sôbre a **cachaça,** estudado hàbilmente pelo Sr. José Calasans que, realizando uma interessante pesquisa, teve a ajudá-lo os próprios consumidores.

Os versos dos bebedores exprimem, antes de mais nada, o ambiente social em que vivem os cantadores, na maioria das vêzes homens que afogam as suas máguas na bebida, desajustados de todo gênero, que acreditam nos miraculosos poderes da **branquinha.**

Nas nossas viagens pelo interior sergipano, não raro, visitamos as bodegas perdidas nas curvas das estradas. Podia faltar tudo, mas o litro de cachaça lá estava na prateleira poeirenta. O campônio chegava e olhava para o bodegueiro; êste, num movimento rápido, alcançava a bebida e, silenciosamente, servia ao freguês de todo dia. Os olhos do consumidor faiscavam e, freqüentemente, o bodegueiro associava-se ao prazer do cliente. Havia como que uma felicidade no gesto, quase violento, de despejar o conteúdo do cálice na garganta. Depois, o homem se retirava e o seu trabalho árduo iria ser suavisado pelo contentamento eufórico proporcionado pelo álcool.

O Sr. Calasans, falando sôbre o ritual dos cachaceiros, diz que "a cerimônia mais comum e mais simples é a que se pratica nas bodegas, ponto de reunião dos bebedores. O interessante ritual compreende, quase sempre, três fases: oferecimento, agradecimento e pedidos, e louvações. O oferecimento é feito pelo **pagão, cristo** ou **sofredor,** isto é, a pessoa que paga as despesas". Percorrendo os recantos de Aracaju, o ilustre pesquisador teve ensejo de presenciar **oferecimentos** em versos, alguns improvisados, outros já conhecidos, como os da autoria de João Martins de Ataíde, etc.

Releva salientar que, de quando em quando, aparece o nome do Brasil. No final de uma quadra, por exemplo, lê-se: "sou cidadão brasileiro, falo em favor do Brasil", ou então: "sou cidadão brasileiro e brigo a favor do Brasil". De outras feitas, os temas variam, ora exaltando as qualidades da bebida, ora salientando que o beber é humano, etc.

Tratando da genealogia da cachaça, escreve o Prof. Calasans: "a genealogia da cachaça constitui um tema predileto dos louvadores. Explicar as origens da **purinha** é uma preocupação constante dos nossos vates populares. A filiação da cachaça representa, sem dúvida alguma, o tema mais rico do folclore poético da pinga. As variantes recolhidas são inúmeras, em todos os pontos do Estado. Assim como os portuguêses, nas louvações ao vinho-verde, não esquecem o papel primordial da uva, os cantores anônimos de nossa terra não olvidam a cana de açúcar". No Brasil, acentua o autor, antes da cachaça existe a cana e também o canavial, sendo a cachaça filha daquela e neta desta.

No trabalho do Sr. Calasans a cada passo reponta um documentário útil, evidenciando a vocação do escritor e o percuciente coletor de reações provocadas pela ação da bebida. Uma quadra catalogada pelo autor exprime

A CIGARRINHA DOS CANAVIAIS EM SERGIPE

Adrião Caminha Filho

Há cêrca de três anos que os canaviais de Sergipe vêm sendo assolados pela praga da cigarrinha (**Tomaspis liturata Lep. et Serv.** var. **ruforivulata Stal.**), observando-se prejuízos gradativos e consideráveis na lavoura e na indústria e que no corrente ano atingem, aproximadamente, a 35%, ou seja uma diferença, na produção total de açúcar, de 350.000 sacos.

Designado pelo Sr. Ministro da Agricultura para estudar o problema em colaboração com o Govêrno do Estado e com o Instituto do Açúcar e do Álcool, cheguei a Sergipe em 14 de outubro último. (1).

Havia um plano organizado pela Comissão Estadual presidida pelo Dr. Paulo Parísio, que a convite do Govêrno do Estado esteve estudando a praga. Bem elaborado o referido plano e ao qual dei o melhor de minha atenção não quis, entretanto, agir imediatamente sem primeiro percorrer as zonas atingidas pela praga. Em 15 dias visitei em companhia do agrônomo Arlindo Beiró Uchoa 30 usinas e 15 propriedades fornecedoras de cana, chegando a conclusões um tanto diferentes, se bem que visando os mesmos ângulos já firmados no plano citado.

Preliminarmente, o que se pretendia fazer era a indenização dos canaviais atingidos, obrigando, porém, a uma rotação das áreas respectivas. A solução do problema dessa maneira seria, a nosso ver, conveniente, se se tratasse de um surto epidêmico da praga. A nossa observação demonstrou ao contrário e de modo categórico que a praga é endêmica em Sergipe e tôdas as zonas se acham infestadas. Apenas aquela do Vaza-Barris é a que menor infestação apresenta,

(1) — Êste artigo consta do plano de assistência à lavoura canavieira do Estado de Sergipe em face do ataque da cigarrinha dos canaviais "**Tomaspis liturata Lep. et Serv. var. ruforivulata Stal**", apresentado pelo Dr. Caminha Filho.

---

perfeitamente o espírito de um autêntico bebedor. E' a seguinte:

Se o beber alegra a gente,
O fumarnos dá prazer.
Quem não bebe, quem não fuma,
Que alegria pode ter?

O bom **caneador** é aquêle que não pára no primeiro trago. Assim,

O beber não é tão bom
Quanto é o repetir;
A graça de quem tá bêbo
E' tombar e não cair.

Por fim, o Sr. Calasans estuda a relação entre a cachaça e a morte. Recolheu o seguinte verso, cantado pelos ganhadores da porta da igreja de S. Salvador:

Cachaça é cuma morte,
Nunca escói a qualidade,
Matando pobres e ricos
E home de autoridade.

Ou então:

Quando eu morrer, minha gente,
Quero que um favor me faça:
Botem dentro do caixão
Vinte litros de cachaça.

A investigação procedida é daquelas que deveriam ser imitadas. O folclore da aguardente nos demais Estados é também apreciável, porém, até o momento, ninguém se deu ao trabalho de recolher as cantigas que falam da cachaça. Por isso mesmo o trabalho do Sr. Calasans ainda aparece com o mérito de ter sido o primeiro realizado entre nós. O autor de "Aspectos folclóricos da cachaça" não esgotou o assunto e prometeu divulgar oportunamente o restante do material que tão pacientemente reuniu. O trabalho publicado, entretanto, por si só, já representa uma contribuição notável aos estudos brasileiros.

principalmente as lavouras das usinas Belém e Escurial.

Não sòmente as nossas observações pessoais, mas também as informações fidedignas de numerosos usineiros e plantadores, de que a praga já era conhecida há 19 anos e que pequenos surtos sempre foram observados, confirmaram integralmente nossa opinião de estarmos, evidentemente, presentes a uma forma endêmica. A violência do ataque no ano em curso, e que tanta celeuma trouxe aos interessados, é devida sem dúvida, ao inverno rigoroso e anormal aqui ocorrido e, principalmente, aos canaviais da grande safra de 1943 que ficaram para a moagem de 1944. Êstes canaviais constituíram verdadeiros viveiros da cigarrinha e o inseto, encontrando condições de meio ambiente extremamente favoráveis a seu desenvolvimento e proliferação, irradiou-se fàcilmente por tôdas as zonas canavieiras do Estado, alcançando até o Estado da Bahia, onde já se observam, também, focos da praga. Por outro lado, os canaviais abandonados, as soqueiras velhas existentes nos pastos, fatos comuníssimos em Sergipe, os métodos rotineiros de cultura, são outros fatores a serem considerados como responsáveis pelos surtos verificados neste último triênio e tão violento êste ano.

A praga é, efetivamente, séria e os seus estragos são importantes, de vez que não são sòmente os danos observados na lavoura que aparecem em tôda a plenitude, mas também os prejuízos na indústria, pois que as canas atacadas se apresentam paupérrimas em açúcar cristalizável, ou seja em sacarose, que constitui o fator básico e econômico da fabricação. São, assim, dois prejuízos que se oferecem e agravam a situação: o da lavoura atingida e o da fabricação do açúcar. Muitos canaviais existem cujas despesas de corte e transporte não são compensadas na fábrica.

A situação de Sergipe apresenta-se, agora, idêntica àquela de Trinidad, onde uma cigarrinha semelhante, a **Tomaspis saccharina Distant.**, é ali endêmica. Muito se tem feito naquela região açucareira para a debelação da praga, sem resultados concretos. Na forma endêmica é difícil, senão impossível, debelar completamente e as medidas têm de ser pràticadas no sentido de diminuir a intensidade do ataque de ano para ano.

Não vai nisso definir para Sergipe uma situação alarmante ou ainda considerá-la calamitosa. Estamos diante de uma situação de fato e não podemos ficar de braços cruzados, nem tão pouco enveredar pelo desânimo, quando existem os meios para diminuir e até mesmo evitar os surtos anuais, e que podem ser praticados. A lavoura canavieira e a indústria açucareira constituem a viga-mestra econômica do Estado e temos assim de mantê-las no seu nível normal de produção sem o que os prejuízos seriam de fato incalculáveis e desastrosos.

E' preciso convir, mais, que vamos lutar contra uma praga e não contra uma moléstia da cana de açúcar, caso em que mais difícil seria o combate. Se colocarmos em paralelo certas moléstias da cana de açúcar existentes em outros países e até mesmo no Brasil e as pragas que lhe são comuns, verificaremos que o combate destas se apresenta relativamente fácil com relação ao daquelas.

Infelizmente, no caso da cigarrinha, ou melhor, da lavoura canavieira, os processos de combate às pragas por meio de fungicidas e parasiticidas não podem ser empregados conveniente e eficazmente, por se tratar de uma cultura anual e em massa, abrangendo áreas consideráveis. No caso vertente, temos de agir com os métodos de eliminação de focos e, sendo posível, por meio de parasitas do inseto, devendo ainda ser observada e estudada, como já é usual no caso da broca da cana, a conhecida **Diatrea saccharalis Fab.** Esta última hipótese, assim considerada porque quase se pode afirmar que até hoje não foi encontrado um parasita da cigarrinha, parece um tanto difícil de se concretizar e em Trinidad, apesar dos maiores estudos e observações realizados com a **Tomaspis saccharina Distant.**, notadamente os de Williams, a maior autoridade no assunto, nada de definitivo foi encontrado até hoje. O estado larval da praga, em que as larvas ficam completamente envolvidas pela espuma que constantemente expelem pelo ânus, dificulta consideràvelmente a ação de parasitas e, em se tratando do inseto adulto, é muito difícil também pela sua agilidade e pela sua constituição. A referência ao ataque de um fungo é interessante, mas temos de convir que para o combate do inseto alado se apresenta bastante precária.

Presentemente, no caso típico de Sergipe, os processos a serem usados são os de eliminação de focos, exclusivamente, na forma indicada no plano já aprovado pelo Ministério

da Agricultura, pelo Govêrno do Estado e pelo Instituto do Açúcar e do Álcool, como se observará mais adiante.

O que se torna indispensável, para os resultados desejados, é a colaboração integral dos usineiros e dos plantadores, os diretamente interessados na aplicação dos processos indicados nos itens respectivos.

Os poderes federal e estadual, e o órgão responsável pelo destino da indústria açucareira nacional, que é o Instituto do Açúcar e do Álcool, têm o maior interêsse na solução do problema, interêsse já sobejamente demonstrado nas iniciativas e nas medidas tomadas, mas a colaboração individual é mais que prestimosa, é necessária para a obtenção de resultados convincentes para o fim que se tem em mira.

Aquilatando dos prejuízos sofridos pelos plantadores e pelos usineiros, o Instituto do Açúcar e do Álcool propôs-se a auxiliar pecuniàriamente a lavoura e a indústria, destinando uma verba especial para essa finalidade.

No plano inicial, a despesa prevista e concedida pelo Instituto seria, apenas, para indenizar os canaviais atacados pela praga. Esta hipótese ou êste sistema, logo de ínicio se nos afigurou inexequível, uma vez que a praga se apresenta em forma francamente endêmica. Todos os canaviais estão infestados ou possuem focos. Não poderíamos estimar as indenizações a realizar e nem mesmo saberíamos por onde começá-las. Por outro lado, a rotação de cultura preconizada por um ano, não resolveria o problema, porque os focos continuariam a existir em outros canaviais que não fôssem erradicados. Pensar na eliminação total de tôda a lavoura seria um absurdo e teríamos então de indenizar uma lavoura que fornece matéria prima para uma produção limite de cêrca de 800.000 sacos de açúcar. Mais ainda, existiria a computar um prejuízo incalculável para os interessados e para o Estado, acentuando os gastos com o operariado. A situação social-econômica seria tremenda se acrescentarmos mais que, com a providência em aprêço, ficaríamos com um ano a mais sem safra. De outra parte, nem tôdas as usinas, aliás a maioria delas, dispõem de terras para praticar a rotação aconselhada. O sistema apresentava ainda o perigo de se criar uma nova indústria no Estado, a indústria das indenizações de lavoura. E, finalizando, quem nos diria que com providências tão radicais se eliminasse completamente a praga, quando a mesma já se acha disseminada nos canaviais da Bahia?

Tínhamos, assim, de encontrar uma solução mais objetiva, que, evitando prejuízos totais, pudesse ao mesmo tempo eliminar gradativamente não só os prejuízos causados pela praga, como também a própria praga.

Nesta ordem de idéias acobertadas pela experiência em casos semelhantes e consoante nossas observações e estudos locais, opinamos por um plano que não constitui novidade e já foi praticado em outras zonas canavieiras do País, igualmente atingidas pela cigarrinha.

Ao invés das indenizações dos canaviais atacados, estabelecemos um regime fundamentalmente objetivo, de bonificações por área devidamente tratada, em que as despesas realizadas são cobertas pela bonificação de 150 cruzeiros por tarefa. O plantio não será interrompido, pois que, 20 ou 30 dias depois do terreno limpo das soqueiras, devidamente revolvido e preparado para a cultura, o plantio pode ser feito sem qualquer temor, isto é, a lavoura inicial, a cana de planta se vai desenvolver isenta de praga, o que, entretanto, não significará que, posteriormente, venha a ser infestada, devido à proximidade de um foco em atividade. Êste é o trabalho a ser realizado, com esfôrço e constância, durante o primeiro ano de execução do plano, diminuindo consideràvelmente os surtos da praga e a violência dos ataques. Depois, o trabalho será mais fácil e os cuidados posteriores, na mesma seqüência de métodos e de ação, determinarão a quase completa exterminação da cigarrinha e até mesmo alguns anos em que não teremos manifestações visíveis da praga.

No plano já citado, certas medidas, no tocante às lavouras abandonadas, às soqueiras velhas disseminadas nas pastagens, à eliminação das ressocas nas zonas atacadas e das socas de cana de planta atacada, serão obrigatórias e quando não praticadas serão então compulsórias.

E' óbvio que a bonificação estipulada não cobrirá os prejuízos e as despesas dos interessados. Ela constitui, apenas, um auxílio, e auxílio bastante elevado. Há a estimar, para os usineiros e para os plantadores, os ônus de sua incúria no caso presente. Já eram bem conhecidos os meios de combate

à praga, que foram divulgados muito antes dos surtos de 1943 e 1944, mas nenhum dêles tomou qualquer iniciativa ou providência e, de braços cruzados, ficaram a assistir ao desenvolvimento da praga e à queima dos canaviais, à espera de que a mesma não progredisse nos seus efeitos e viesse, finalmente, a desaparecer, sem qualquer atividade contra a mesma. Ficaram, digamos razoàvelmente, à espera de um milagre que não podia acontecer, como de fato não ocorreu.

Talvez sejamos francos demais no nosso modo de dizer as coisas e os fatos, mas estamos falando dentro das realidades evidentes, com absoluta sinceridade, com plena isenção de ânimo e, o que é mais, falando a verdade.

Ao lado dessa incúria a que aludimos, é forçoso colocar o descaso que é dado, de um modo geral, à lavoura da cana de açúcar em Sergipe.

E' bem verdade que os terrenos canavieiros do Estado, na quase totalidade, apresentam sérias dificuldades para serem convenientemente trabalhados e preparados para a cultura, dada a sua natureza e o seu tipo clássico de massapê. No entanto, não obstante isso, outros fatores aparecem que demonstram definitivamente o que acabamos de afirmar.

De um modo geral, o plantio da cana de açúcar é feito pelos sistemas ali denominados de "estouro" e de "furão", processos lamentáveis e que não podem permitir uma lavoura em condições de produzir econômicamente. Poucas são as culturas trabalhadas racionalmente. Não há cuidado com as sementes (estacas ou rebolos) para o plantio, nem tão pouco com os canaviais que vão fornecer êste material. Tiram a cana para plantio de soqueiras velhas, sem qualquer potencialidade vegetativa, de canaviais idosos, quando é preconizado canaviais de cana de planta de 10 a 12 meses de idade. No corrente ano houve usineiros e plantadores que fizeram suas plantações novas com material de canaviais atacados pela cigarrinha. Que se pode esperar de uma cultura nestas condições? Encontramos material para plantio, em pleno sol, já emurchecido. Também há, ali, a mania de tirar as pontas de gomo que protege o anel radicular e a gema que vai brotar. Cortam rente aos nós para que não fique a **maromba** ou **caju**, têrmos locais que são dados a essas partes, ficando a zona rizógena sem qualquer proteção e às mais das vêzes é a mesma atingida pelo corte do facão, até a própria gema, como tivemos oportunidade de verificar em inúmeras ocasiões.

O plantio de "estouro", rasgando o terreno em bruto, sem qualquer preparo mecânico, e o processo de "furão", são francamente deploráveis. Furam o precário sulco com um pau ponteagudo e, no orifício, introduzem a estaca de cana nas condições já mencionadas, ficando cêrca da metade do lado de fora. A gema desta extremidade brota às expensas do sistema radicular do nó que ficou enterrado. Como resultado, temos uma touceira precária e uma soca pràticamente improdutiva.

Nos terrenos acidentados observamos que, com raríssimas exceções, a aradura é feita no sentido do declive, favorecendo a lavagem da camada agricultável do solo, a mais rica em matéria orgânica, arrastada pelas enxurradas e, finalmente, causando a erosão que já é fàcilmente observada em grande parte dos terrenos canavieiros do Estado.

Cultura precária, plantio superficial, semente péssima, é o correntio em Sergipe e é surpreendente que assim mesmo a cana ainda cresça e produza para manter a indústria. Que terrenos maravilhosos os de Sergipe e que produção não oferecerão quando respeitadas as suas condições e bem mobilizados para a cultura!

O braço operário está escasso e é pouco produtivo. O trabalhador moureja apenas três dias da semana e moureja mal. A própria enxada êle a leva ao ferreiro para que êste lhe dê uma inclinação favorecendo um menor esfôrço braçal na limpa dos canaviais, mesmo porque o têrmo "capinar" não é adequado ao que se faz, pois que êle apenas "raspa" a superfície do solo ou, mais pitorescamente dizendo, êle "faz a barba" do terreno. Daí a infestação dos terrenos cultivados com plantas adventícias e ervas daninhas, notadamente o capim angola, que constitui verdadeira praga. Daí, também, o número excessivo de limpas que atingem às vêzes, 12 por ano agrícola, encarecendo sobremodo o custo da tonelada-tarefa de cana.

A praga da cigarrinha, perante uma cultura dêsse modo praticada, encontra meio-ambiente propício, proliferando abundantemente.

Mais ainda, com relação a êsse ângulo da questão, há a considerar o estado geral dos canaviais.

A lavoura canavieira sergipana está constituída, em sua quase totalidade, das variedades de cana de açúcar P.O.J. 2878 e Coimbatores 290. Esta última é menos preferida por decantar mal o caldo na usina. As fábricas que não estão providas de aparelhagem "Dorr", regra geral, não a cultivam. Entretanto, com relação ao ataque da cigarrinha a Co. 290 é a variedade que melhor reage aos danos e que reverdece mais prontamente. A P.O.J. 2878, que é a cana ideal para a fábrica, porque mantém a curva de freqüência, a riqueza sacarina mais ou menos normal durante tôda a safra, já não apresenta a sua característica potencialidade vegetativa. Em algumas zonas manifesta visível degenerescência e suas socas são evidentemente fracas. Com relação ao ataque da cigarrinha, é fàcilmente aniqüilada e não reage posteriormente na vegetação, o que demonstra o seu poder vegetativo diminuído, graças, exclusivamente, aos métodos de plantio e ao pouco cuidado na escolha dos canaviais destinados ao fornecimento de estacas para as plantações. Temos de importar material novo de ambas as variedades, com elevado potencial vegetativo, para renovar as culturas locais.

Algumas usinas e felizmente são poucas, cultivam ainda a **demerara**, a **sem pêlo**, a **bois rouge** e outras variedades antigas, degeneradas e receptíveis ao mosaico, o que não mais se justifica na atualidade açucareira nacional. Observamos plantios novos de **demerara**, completamente atacadas as canas de mosaico. Notamos, também, nessas culturas muitos casos de bacteriose, o que nos impele a prever, futuramente, prejuízos causados por outras moléstias que, forçosamente, se desenvolverão e se irradiarão, caso persistam os sistemas rotineiros e a irresponsabilidade, que se verifica. Há mesmo uma usina que obriga seus fornecedores a plantar exclusivamente a **demerara**.

Eis aí, em síntese, o panorama da lavoura canavieira de Sergipe, em tôda a sua plenitude e em tôda a realidade. E, sem dúvida, foi essa a situação deplorável que, com muita propriedade, determinou a elaboração do plano inicial a que aludimos, tomando-se como problema principal o caso da cigarrinha, mas visando particularmente a renovação da cultura, mediante processos racionais de cultura e a prática da adubação.

No plano atual, esta renovação está prevista com a instalação do Campo Experimental e de multiplicação de canas para plantio em Quissamã.

Concordamos, integralmente, em que há necessidade premente de se estabelecerem medidas de racionalização da lavoura e de melhoria nos processos industriais locais, a fim de que a lavoura e a indústria se possam colocar em paridade com suas congêneres dos demais Estados açucareiros do País e assim competirem, vantajosamente, no comércio aberto nacional do produto. Dessa racionalização, da renovação da lavoura dependem, também, as soluções de outro problema não menos importante, o problema do operário, ou seja, o problema social, que se encontra ainda embrionário e pedindo soluções adequadas. Há uma interdependência entre ambos os fatores para manter a própria economia do Estado.

O plano apresentado sob minha orientação e inteira responsabilidade é o seguinte:

1) Eliminação obrigatória de todos os canaviais abandonados. Tôdas as soqueiras existentes nos pastos deverão ser também eliminadas.

2) Os canaviais não aproveitados na moagem não poderão ficar para a safra posterior. Deverão ser cortados e queimados para o aproveitamento das socas.

3) Tôdas as ressocas nas zonas atacadas deverão ser destruídas, bem como as socas de plantas atingidas pela praga, tornando-se obrigatório o arrancamento das cepas e sua incineração, dada a existência do mal de raiz.

4) No início do inverno deverá ser feito o despalhe dos canaviais apenas na parte inferior, na região do coleto, próximo ao solo.

5) E' recomendado estabelecer a prática de separação dos canaviais em quadras ao invés da cultura maciça, como é atualmente feito. Os aceiros serão, no mínimo de três metros.

6) Os terrenos respectivos deverão ser revolvidos e permanecerão, no mínimo, vinte dias expostos à soalheira antes de se efetuar o plantio.

7) O Instituto do Açúcar e do Álcool bonificará, indistintamente, ao usineiro e plan-

E' IMPORTANTE ENVIAR CANA FRESCA AO ENGENHO

William E. Cross

Ao efetuar a colheita da cana é necessário levar em conta dois pontos principais: 1 — A necessidade predominante de conservar as socas em boas condições, a fim de que continuem produzindo boas colheitas nos anos futuros; 2 — A conveniência de colhêr a cana e entregá-la ao engenho ou usina em uma forma que resulte no mais alto rendimento.

A fim de evitar qualquer deterioração das socas, a cana que tem de continuar produzindo nos anos futuros deve ser cortada o mais tarde possível no inverno, salvo em zonas especiais muito expostas a fortes geadas. Ùnicamente a cana que se pretende renovar pode ser cortada mais cedo, pois neste caso não é necessário cuidar das socas, estando as mesmas destinadas a ser aradas. Não se deve esquecer que o corte cedo prejudica bastante as socas.

Ao cortar a cana é necessário fazê-lo à flor da terra, pois se os cotos são deixados muito compridos, êstes facultam a propagação de pragas e moléstias criptogâmicas, com grande prejuízo para a cana nos anos seguintes.

Uma vez cortada devidamente a cana, deve-se evitar que as socas sejam danificadas, evitando a passagem sôbre as mesmas de caminhões ou outro veículo pesado; deve-se, também, evitar àmontoar sôbre as socas pilhas de cana ou de qualquer outro material, pois é notável a maneira como as socas sofrem por causa dêstes maus tratos, que resultam em muitas falhas para os anos seguintes.

Para que a colheita da cana dê o máximo rendimento no engenho ou usina, é necessário aplicar na colheita a mesma inteligência e competência necessária nas outras operações da indústria.

Em primeiro lugar, é importante não irrigar a cana durante as quatro ou até mesmo seis semanas antes da colheita, pois um fator importante na maturação da cana é a relativa secura do solo, e se êste se mantém úmido, devido às irrigações tardias, o suco da cana terá demasiada água e pouco açúcar.

Em segundo lugar, é necessário despontar a cana devidamente. Ao analisar a cana, internódio por internódio, chama a atenção o fato de que o conteúdo de açúcar dos internódios incompleta-

---

tador que tiver eliminado as ressocas e as socas de cana-planta atingidas pela praga, de acôrdo com o que dispõe o item três, até dezembro de 1945. A bonificação será de cento e cinqüenta cruzeiros (Cr$150,00), por tarefa, numa área calculada de vinte mil tarefas. A fiscalização e a medição serão feitas pelo técnico designado pelo Instituto, assistido pela Delegacia Regional, em colaboração com a Comissão designada pelo Govêrno do Estado.

8) Deverá ser providenciado, com a máxima urgência, uma equipe de vinte conjuntos motorizados (trator, arado e grade), afora os existentes nas usinas do Estado, para atender ao trabalho de revolvimento dos terrenos mediante o sistema de aluguel, compreendendo o fornecimento do conjunto, do combustível e do motorista.

9) Deverá ser providenciado um estoque de óleo combustível, de quarenta mil quilos para atender as exigências do item anterior e para revenda aos usineiros e plantadores que disponham de tratores para mobilização de seus terrenos.

10) Será instalado um campo experimenthal e de multiplicação de canas na Estação Experimental de Quissamã. Êste estabelecimento será custeado pelo Ministério da Agricultura, pelo Estado de Sergipe e pelo Instituto do Açúcar e do Álcool.

11) Caberá ao Campo Experimental a assistência técnica à lavoura canavieira do Estado, bem como a renovação dos processos agrícolas usados. Sob sua orientação e assistência imediatas, poderão ser feitos campos de multiplicação e de competição de variedades nas usinas que assim desejarem, correndo as respectivas despesas por conta dos interessados.

12) O presente plano será submetido à aprovação do Sr. Interventor Federal que o encaminhará ao Sr. Ministro da Agricultura e ao Sr. Presidente do Instituto do Açúcar e do Álcool, a fim de ser devidamente estudado.

mente maduros, que são aquêles da parte superior da cana, é muito baixo, de sorte que se a cana é moída mal despontada, o suco daqueles internódios não só deixa de produzir açúcar, como também tem um efeito grandemente prejudicial sôbre o resto do suco, corrompendo-o da mesma maneira como se se pusesse um balde de tinta nos clarificadores. Conhecemos engenhos e usinas que têm sofrido grandes perdas devido ao costume de moer cana mal despontada. E isto se aplica não sòmente para a cana produzida na usina como para aquela adquirida de empreiteiros. Não nos esqueçamos de que, ao despontar a cana, é necessário fazê-lo bem abaixo, para retirar todos os internódios imaturos e prejudiciais.

Da mesma maneira, as raízes adventícias que se encontram freqüentemente na parte inferior da haste devem ser separadas com cuidado, assim como o internódio mais baixo, caso tenha muitas raízes, pois nestas condições o seu conteúdo de açúcar será muito baixo.

SO' SE DEVE ENVIAR CANA FRESCA À USINA

Temos também que mencionar aqui a necessidade de mandar ao engenho ùnicamente a cana fresca, recém-cortada. Geralmente esta necessidade é reconhecida nas usinas, pois é sabido que a cana cortada fica sujeita à "inversão", ou seja, à perda definitiva da parte do açúcar que contém. Há produtores de cana que alegam venderem êles a cana por tonelada e não pelo seu rendimento individual, não lhes importando, portanto, se ela chega à usina fresca ou não. Estas pessoas ignoram ou olvidam duas coisas: primeiro, que a cana estacionada perde também pêso, de tal modo que uma quantidade de cana fresca que pesava mil quilos, por exemplo, não pesará mais de 950 ou ainda 900 quilos, caso fique arrancada por algum tempo antes de ser entregue à usina. Conhecemos o caso, que se passou há alguns anos, de um produtor de cana que colheu 5.000 toneladas, as quais a 10 pesos por tonelada valeriam 50.000 pesos argentinos. Entretanto, por falta de perícia na organização da colheita, deixou a cana estacionar depois de cortada e antes de entregar à usina, com o resultado de que o pêso total das entregas foi de 4.500 toneladas, que alcançaram apenas 45.000 pesos, sendo o seu custo de produção de 42.000 pesos. Desta maneira, o lavrador perdeu mais de metade do lucro líquido de sua lavoura, pois ganhou ùnicamente 3.000 pesos, quando poderia ter ganho 8.000.

A segunda coisa que se não deve olvidar é que a cana estacionada é cana que perdeu uma boa parte do açúcar que continha quando foi cortada. Isto quer dizer que a moagem de cana estacionada produz baixos rendimentos. Está claro que isto interessa bastante aos usineiros e aos produtores de cana, que vendem a sua produção baseada no rendimento, pois se êles entregam cana estacionada, a perda de açúcar que esta sofre afeta diretamente o seu lucro. Parece difícil de entender, mas interessa também aos produtores de cana que vendem a sua cana por tonelada, pois o preço é pago na base do rendimento geral da usina. Se a usina recebe cana estacionada de um produtor, é provável, também, que receba de muitos outros, o que redundará em um menor rendimento geral da usina, com os conseqüentes baixos preços para a cana.

No caso que citamos, o produtor que entregou apenas 4.500 toneladas de cana em lugar das 5.000 toneladas que pesaria se entregasse a cana fresca, perdeu 5.000 pesos devido à quebra no pêso. E sofreu também esta outra perda por causa do menor rendimento, — pois a usina ao receber esta cana teve um rendimento de apenas 70% em lugar de 75% que teria se tivesse trabalhado com cana fresca, — isto é, o preço da cana que foi de 10 pesos por tonelada na base de cana estacionada, teria sido de 10,70 pesos se tivesse sido moída fresca. Essa diferença representa uma outra perda de 3.500 pesos para o produtor da cana.

Muito temos insistido neste ponto, por considerá-lo de grande importância para as usinas e para os produtores de cana.

CORTE-SE A CANA MADURA

O fruticultor só colhe as frutas maduras, efetuando a colheita em forma escalonada, segundo a maturação. O produtor de cana tem que proceder da mesma maneira, pois nas primeiras semanas de colheita os diferentes talhões de cana se apresentam em diferentes estados de maturação, devendo-se escolher para cortar em primeiro lugar aquêles com cana mais madura. Assim, deve-se sempre iniciar a colheita da cana soca (preferindo a de vários anos), pospondo a colheita da cana planta até meados da safra pelo menos. Quando se possui canas de diferentes variedades, é melhor cortar primeiro as de maturação precoce.

Entretanto, estas considerações não são suficientes para formar a base da colheita racional da cana, pois há muita variação entre os talhões da mesma variedade, devendo-se fazer todo o possível para evitar o corte da cana que não esteja madura, pois uma cana madura de muita sacarose e boa pureza não melhorará notàvelmente quando se deixa várias semanas sem colhêr, enquanto que uma cana que ao princípio da safra tem pouca sacarose e baixa pureza melhorará muito se deixada em pé algumas semanas a mais.

A ANALISE QUIMICA DETERMINA O GRAU DE MATURAÇÃO

Vemos, pois, que a única base racional para determinar a ordem em que se devem colhêr os diferentes talhões, é o conhecimento do grau de maturação da cana de cada um, o que pode ser determinado, ùnicamente, por meio da análise química. Com efeito, para poder efetuar a colheita em forma racional, deve-se estudar cuidadosamente o progresso da maturação da cana durante algumas semaans antes da colheita. Com êste fim a plantação deve ser dividida em seções, segundo as variedades de cana, condições do solo, situação, etc. Em alguns casos, uma seção se comporá de um grupo de talhões adjacentes de

cana da mesma variedade e idade, em terreno uniforme, enquanto que, em outros casos, quando o terreno não é uniforme ou quando se trata de canas de diferentes variedades ou idades, cada talhão terá que ser estudado em separado. Muito bem; — cada semana ou cada quinze dias deve-se efetuar a análise de uma boa amostra de cana de cada uma destas seções, anotando em livro especial os dados e datas das análises correspondentes.

Desta forma, à medida que passam as semanas, chega-se a possuir várias análises de cada seção, podendo-se então notar o progresso da maturação nos diferentes casos pelo aumento gradual da polarização e da pureza, e quando chegar o momento de principiar a colheita, saber-se-á exatamente quais são os talhões de cana mais madura e mais convenientes para cortar. Seguindo-se êste sistema durante as primeiras semanas da colheita, poder-se-á colhêr sempre a cana mais conveniente em maturação e rendimento.

No caso das geadas fortes durante o inverno, o valor dêste sistema de colheita da cana, segundo o seu estado de maturação, é maior, pois as análises demonstram qual é a cana que não foi prejudicada e que continua amadurecendo, e qual é a prejudicada, além de indicar dentro dos talhões quais as que se estão mantendo sem deteriorar-se e quais as que se estão pondo a perder rápidamente, tornando-se o lavrador habilitado a colhêr a sua cana de modo tal que sofra o mínimo de perdas.

O sistema que recomendamos é completamente exequível, pois todos os engenhos e usinas possuem laboratórios e pessoal técnico e os produtores de cana, que não os têm, poderão remeter as suas amostras à estação experimental mais próxima, onde a análise será feita gratuitamente.

RETIRADA DAS AMOSTRAS PARA EXAME

Temos que fazer uma advertência importante a respeito da forma de tomar as amostras, pois está claro que todo o êxito dêste sistema depende da obtenção de amostras as mais representativas possíveis dos respectivos talhões. Não se deve, pois, confiar a tomada de amostras a qualquer operário. Ao contrário, o próprio plantador ou o seu administrador, deve indicar quais são as plantas que devem ser tomadas para amostra.

Antes de retirar a amostra, é necessário inspecionar todo o talhão, levando-se em conta, especialmente, qualquer variação com respeito ao desenvolvimento da cana nas diferentes partes da mesma. Feito isto, deve-se cortar de cada uma destas partes umas cinco, seis ou mais canas para formar uma amostra representativa para tôda a cana daquele talhão. As amostras devem ser analisadas em todos os casos dentro de umas vinte e quatro horas, a fim de evitar qualquer êrro que possa ser produzido pela inversão.

Ao praticar o sistema de seguir a maturacão da cana nas distintas seções todos os anos, durante dois ou três anos, chegar-se-á a acumular dados valiosos sôbre as diferentes partes da fazenda, o que habilitará o plantador a praticar a colheita racional da cana com mais segurança ao princípio e que também dará indicações valiosas — sôbre as condições naturais das várias partes da sua fazenda com relação à qualidade da cana que pode ser nela produzida.

("A Fazenda", outubro de 1944.)

O ABASTECIMENTO AÇUCAREIRO EM SÃO PAULO

A Comissão de Abastecimento do Estado de São Paulo enviou recentemente ao Interventor Fernando Costa um relatório sôbre as providências tomadas para promover o barateamento da vida e a normalização dos abastecimentos de gêneros alimentícios, durante o mês de dezembro do ano findo.

O trabalho em questão, que é longo e acompanhado de tabelas e gráficos estatísticos, ocupa-se principalmente do arroz, açúcar, milho, farinha de trigo, bacalhau, banana, frutas e verduras e óleos de caroço de algodão.

Na parte referente ao açúcar, diz aquêle documento que o comércio e distribuição do açúcar se processou normalmente dentro do plano de escoamento da safra de 1944. Do norte do país, chegaram a Santos durante dezembro cêrca de 310.000 sacos de açúcar, o que cobre as necesidades da capital bandeirante até janeiro corrente, além de ter permitido o aumento de 750 gramas de açúcar "per capita" na distribuição da segunda quinzena de dezembro último, em São Paulo e Santo André, isto é, o duplo da quota habitual do racionamento.

"Tecnologia da fabricação do açúcar de cana"

Dr. Baeta Neves

PREÇO. . . . . Cr$ 50,00

PELO CORREIO. . . . . Cr$ 51,00

No Instituto do Açúcar e do Álcool

UMA QUESTÃO DE PSICOLOGIA

O valor de um acre de cana depende de dois fatores: a tonelagem de cana e o volume de açúcar recuperável. Êste último, por sua vez, depende da quantidade de caldo extraida e da riqueza dêste. O agricultor, desde que a safra deixa suas mãos, se preocupa muito com a tonelagem; a preocupação maior dos técnicos das usinas está na quantidade e na qualidade do caldo. A quantidade e a qualidade do caldo, todavia, são fatores influenciados pelas condições em que a cana é cultivada; algumas delas estão sob contrôle do agricultor, outras, porém, como as de tempo, independem dêle. O agricultor e a fábrica nada mais são do que sócios de um mesmo negócio e o interêsse de ambos está em garantir o máximo de tonelagem, com caldo abundante e rico. O problema prático consiste, pois, em assegurar ao agricultor, por certos meios, uma parte razoável dos benefícios derivados da abundância e da riqueza do caldo de cana que êle fornece. Neste nosso mundo materialista, sòmente êsse estímulo pode convencê-lo a adotar os métodos culturais capazes de conduzir ao fim desejado. Apresentado nesses têrmos, o problema parece de extrema simplicidade. No entanto, quando se consideram os meios, a simplicidade aparente desaparece. Não é fácil determinar, com segurança, a qualidade média do caldo numa entrega de muitas toneladas de cana ou mesmo qual a extração. A colheita de amostras de cana está sujeita a incertezas e a de amostras de caldo envolve processos de uma certa complexidade e uma série de análises especiais, que excedem a rotina das usinas.

Em vista da importância do problema do pagamento em função da qualidade da cana, fizeram-se várias tentativas para encontrar um método suficientemente exato para determinar a qualidade de cana. Essas tentativas eram verdadeiros compromissos entre a exatidão e a simplicidade. Um dos mais recentes nos veio de Mauritius e a êle já tivemos ensejo de nos referir. Como os anteriores, visa fornecer uma rigorosa base de pagamento ao agricultor, segundo o valor real da cana por êle entregue. Nesse método predomina o aspecto técnico e a pergunta a que se procurou responder foi a seguinte: como obter uma suficiente exatidão sem sobrecarregar demasiado a fábrica? Não é essa uma pergunta destituida de importância, sobretudo quando existe um grande número de agricultores que fornecem cana, como acontece em Mauritius, onde há 17.000.

A exatidão pode não ser o aspecto dominante; há outro aspecto a considerar — o aspecto psicológico. Pagar a cana de acôrdo com sua qualidade constitui um estímulo para que os fonrecedores cultivem boas variedades. Conseqüentemente, muito mais importante do que a exatidão do processo, é que êste satisfaça ao fornecedor. Os agricultores, via de regra, não são muito familiares como as análises químicas e a rotina das usinas e poucos seriam capazes de interpretar a fórmula adotada em Mauritius. Nessas condições, não seria de surpreender surgisse no espírito do fornecedor a suspeita de que a usina estaria levando a parte de leão; e da suspeita ao descontentamento o caminho não é longo. O perigo do descontentamento é maior nos países em que a área das fábricas é limitada, de sorte que o fornecedor não pode escolher a usina para vender suas canas. O mesmo acontece com os plantadores de beterraba, onde — como ocorre na Inglaterra — a esfera das fábricas é delimitada. Daí verificar-se êste fato estranho — de um mesmo campo de beterraba saem carregamentos para diferentes fábricas e por êles os agricultores recebem pagamentos diversos. Muitos agricultores contratam entregar suas canas a determinada fábrica, porque em sua opinião nela o pagamento, e portanto as análises, lhe são favoráveis. A suspeita resultante do pagamento, numa base que lhe é incompreensível, tende a aumentar nos casos em que o agricultor é um indivíduo desprovido de educação. E a suspeita não é positivamente o alicerce mais conveniente para a consecução do objetivo, visado no pagamento pela qualidade e muito menos favorece o espírito de cooperação entre os membros da indústria açucareira, que é, na verdade, um corpo único.

A importância do aspecto psicológico na questão do pagamento de canas nos apareceu numa visão mais clara, através de um caso de que tivemos pessoalmente conhecimento. Tratava-se de avaliar as plantas de uma propriedade compulsòriamente adquirida pelo govêrno. A avaliação processou-se na ausência do proprietário e êste, não se conformando,

exigiu outra. A segunda avaliação atingiu apenas dois terços da primeira. Essa experiência parece justificar as dúvidas acima levantadas quanto ao fato de ser o pagamento, mediante a real análise do conteúdo de açúcar das canas entregues, o melhor método para chegar-se ao fim em vista. Pergunta-se se os efeitos psicológicos da suspeita não anulam as vantagens da exatidão. Talvez mereça consideração algum outro método de avaliação da qualidade que o fornecedor esteja em condições de controlar e talvez seja êsse método a melhor base. Se por um lado teríamos de sacrificar o rigorismo técnico e científico, por outro eliminava-se a suspeita, o que seria um elemento de valor inestimável a acrescentar ao que se poupou no trabalho analítico.

Não é aqui o lugar de discutir em detalhe o método de avaliação de qualidade capaz de atender aos aspectos psicológicos, bastando indicar a direção em que êle pode ser encontrado. A quantidade de caldo que se pode extrair é uma questão que está na dependência da variedade cultivada; a qualidade do caldo já é um problema de maior complexidade, pois depende da cana, das condições em que se desenvolve a safra e também dos cuidados culturais que esta recebe. Não seria possível organizar uma tabela de pagamento, baseada na variedade e na época de colheita, estimulando-se dêsse modo o plantador a colhêr sua cana no melhor estágio de amadurecimento? Nos países onde se fizesse uma estação de plantio mais prolongada, ou mais de uma, seriam feitos descontos de conformidade com a idade e a safra. Do mesmo modo, seria preciso encontrar um fator de correção para o caso de socas. Entre as práticas culturais que podem afetar a qualidade do caldo está a de aplicações tardias de nitrogênio. E' pouco provável que essa prática seja adotada em larga escala; em todo caso uma ameaça de dedução não só daria a proteção adequada às fábricas como agiria no sentido de estimular processos culturais mais adiantados.

Não podemos afirmar se é possível formular uma tabela de pagamento aos plantadores de cana com os elementos que acima apresentamos. O que podemos sugerir é que a conveniência de ser adotado um método capaz de atender a êsses aspectos psicológicos é de tal modo manifesta que vale a pena tentar; e com os elementos de que atualmente dispõem, as fábricas bem podem fazê-lo. O critério dêsse método deveria ser, com uma exceção, o seguinte: o custo das canas não deve ser mais elevado do que os atuais. E a exceção é esta: a hipótese de um lucro decorrente da redução dos trabalhos de análise contra o qual se pudesse alegar um aumento de despesas na parte agrícola. Êsses lucros podem ser fàcilmente avaliados; a vantagem de natureza psicológica sòmente pode ser avaliada de modo geral. Algum excesso nos custos correntes podem assim ser justificados.

Resta uma coisa que pode influir na qualidade do caldo — as condições de tempo. Sôbre o tempo o agricultor não exerce contrôle e não é justo que êle deva suportar sòzinho — como aconteceria num regime de pagamento por análises — todos os prejuízos. Ainda uma vez, os meios atuais de que dispõem as fábricas podem determinar as variações de estação, em ordem a que um fator de correção possa atenuá-los.

(Traduzido de "The International Sugar Journal").

Léxico Açucareiro
Inglês-Português

Por TEODORO CABRAL, autor do "Dicionário Comercial Inglês-Português".

O "Léxico Açucareiro" compreende têrmos técnicos inglêses, usualmente empregados na lavoura da cana e na indústria do açúcar com seus equivalentes em português. Volume em formato portátil, ilustrado, com 170 páginas.

Preço do exemplar cart.... Cr$ 12,00
Pelo Correio. . ..... Cr$ 14,00

—:—

A' VENDA NA SEÇÃO DE PUBLICIDADE DO INSTITUTO DO AÇUCAR E DO ALCOOL

PRAÇA 15 DE NOVEMBRO, 42
(9.º pav.)

Caixa Postal 420 R I O

O PRESIDENTE DO INSTITUTO DO AÇÚCAR E DO ÁLCOOL VISITA AS OFICINAS DA "OCEAN" LTDA.

O Dr. Barbosa Lima Sobrinho, Presidente do I.A.A., acompanhado do Dr. Artur de Moura, vice-Presidente da Federação da Indústria do Rio de Janeiro, do Dr. Brenno Pinheiro, do I.A.A. e do Dr. Inácio Nogueira, visitou as oficinas da empresa OCEAN Ltda, a convite de seu sócio-Gerente, o ilustre engenheiro René Couzinet, Professor na Escola Técnica do Exército e antigo Diretor da Fábrica Nacional de Aviões e Hidro-aviões de Lagoa Santa.

O Presidente e a sua comitiva examinaram demoradamente os detalhes da fabricação da distilaria encomendada pela Cia. Química Rhodia Brasileira e que vai ser montada em Campinas, com capacidade de produção de 15.000 litros por dia. Depois do Sr. Couzinet ter dado as explicações técnicas relativas à fabricação da mesma, o Dr. José Viriato Sabóia de Medeiros, sócio e Consultor Jurídico da firma, homenageou numa breve alocução o Dr. Barbosa Lima Sobrinho e os demais visitantes, ressaltando o valor dos recursos técnicos da OCEAN Ltda., inteiramente dedicados ao esfôrço de guerra e ao desenvolvimento industrial do Brasil.

O Dr. Barbosa Lima Sobrinho, Presidente do I.A.A. e o engenheiro René Couzinet, sócio-gerente de Ocean Ltda.

O Presidente do I.A.A., agradeceu, mostrando as perspectivas imensas no Brasil da produção do álcool.

A empresa OCEAN Ltda. com sede à Avenida Graça Aranha número 333, salas 303/308, nesta capital, está executando principalmente um programa de construção de distilarias, o qual se encontra em pleno desenvolvimento, graças à competência excepcional dos seus quadros técnicos.

O Dr. Barbosa Lima Sobrinho, Presidente do I.A.A., respondendo à alocução do Dr. José Sabóia de Medeiros, sócio e Consultor Jurídico da Emprêsa "Ocean" Ltda., Dr. Brenno Pinheiro, do I.A.A., Dr. Artur de Moura, vice-presidente da Associação da Indústria do Rio de Janeiro, Dr. J. Inácio Nogueira, engenheiro René Couzinet e seus colaboradores, Srs. Fleury e Perhirin

PRODUÇÃO, IMPORTAÇÃO, EXPORTAÇÃO, CONSUMO E ESTOQUES DE AÇÚCAR

1942/43 — 1944/45

POSIÇÃO EM 30 DE NOVEMBRO

Unidade: saco de 60 quilos

PERIODO	Estoque inicial	Produção	Importação	Exportação	Transformado em álcool	Consumo	Estoque final
TODOS OS TIPOS (USINAS E ENGENHOS)							
Novembro de 1944	4.135.288	2.750.038	—	—	—	2.069.367	4.815.959
Novembro de 1943	3.899.825	3.150.020	—	897	—	2.512.896	4.536.052
Novembro de 1942	3.579.735	3.001.582	—	1.677	—	2.183.993	4.395.647
JUNHO/NOVEMBRO							
1944/45	3.682.451	12.219.305	—	98.588	—	10.987.209	4.815.959
1943/44	3.651.464	13.105.736	—	4.738	38.554	12.177.856	4.536.052
1942/43	2.538.324	13.448.206	—	92.437	37.669	11.460.777	4.395.647
TIPOS DE USINA							
Novembro de 1944	3.971.696	2.038.538	—	—	—	1.356.918	4.653.316
Novembro de 1943	3.740.909	2.173.820	—	897	—	1.563.269	4.350.563
Novembro de 1942	3.494.800	2.109.682	—	1.677	—	1.283.793	4.319.012
JUNHO/NOVEMBRO							
1944/45	3.391.814	8.933.605	—	98.588	—	7.573.515	4.653.316
1943/44	3.408.514	9.044.736	—	4.738	38.554	8.059.395	4.350.563
1942/43	2.381.046	9.222.206	—	92.437	37.669	7.154.134	4.319.012

PRODUÇÃO DE AÇÚCAR E ÁLCOOL

SAFRA DE 1944/45

POSIÇÃO EM 30 DE NOVEMBRO, DE 1944

UNIDADES FEDERADAS	PRODUÇÃO DE AÇUCAR (sacos 60 kg)				ÁLCOOL de todos os tipos (Litros)
	Limite	Estimada	De Usinas	De Usinas e Engenhos	
Acre	6.589	10.000	—	5.600	—
Amazonas	4.740	5.000	—	2.700	—
Pará	26.459	75.000	944	57.944	3.652
Maranhão	34.095	110.000	—	45.000	—
Piauí	3.901	67.000	—	30.000	—
Ceará	28.085	517.000	3.400	233.400	27.000
R. G. do Norte	132.393	160.000	27.910	71.910	—
Paraíba	336.776	750.000	269.106	403.106	599.680
Pernambuco	6.660.120	5.850.000	1.360.644	1.504.644	4.275.194
Alagoas	2.388.998	1.880.000	445.942	534.942	1.836.691
Sergipe	1.009.482	985.000	38.664	46.564	97.111
Bahia	998.365	1.370.000	301.369	411.369	416.794
Minas Gerais	1.001.484	2.328.000	451.661	1.861.661	4.126.204
Espírito Santo	76.669	175.000	42.933	123.933	197.830
Rio de Janeiro	2.740.505	2.540.000	2.928.326	3.034.326	16.253.503
Distrito Federal	—	—	—	—	—
São Paulo	2.883.382	3.610.000	3.003.750	3.353.750	36.553.525
Paraná	13.002	30.000	19.070	34.170	207.982
Santa Catarina	422.572	410.000	21.082	286.082	159.673
R. G. do Sul	14.010	80.000	—	58.000	—
Goiás	132.418	130.000	—	96.000	—
Mato Grosso	40.163	37.000	18.804	24.204	93.402
BRASIL	18.954.208	21.119.000	8.933.605	12.219.305	64.848.241

ESTOQUE DE AÇÚCAR

DISCRIMINAÇÃO POR TIPO E LOCALIDADE — 1944

POSIÇÃO EM 30 DE NOVEMBRO

Unidade: saco de 60 quilos

UNIDADES FEDERADAS	Granfina	Cristal	Demerara	Somenos	Mascavo	Bruto	TOTAL	RESUMO POR LOCALIDADE — PRAÇA — Capitais	PRAÇA — Interior	Nas Usinas	Nas Dist. do I.A.A.
Rio G. do Norte	—	13.950	—	—	—	3.994	17.944	11.574	—	6.370	—
Paraíba	—	82.076	—	—	—	4.040	86.116	19.431	15.503	51.182	—
Pernambuco	75.319	1.012.080	2.902	2.252	249	80.491	1.173.293	986.809	52.822	133.662	—
Alagoas	12.300	245.917	95.218	—	205	21.666	375.306	368.474	—	6.832	—
Sergipe	—	171.4[illegible]3	2.651	—	9.421	—	183.485	100.176	56.927	26.382	—
Bahia	—	84.597	—	—	—	—	84.597	58.328	—	26.269	—
Minas Gerais	—	200.148	8.440	—	4.218	1.804	214.610	61.949	—	152.661	—
Rio de Janeiro	—	1.263.130	125.426	—	—	—	1.388.556	3.223	—	1.385.333	—
D. Federal	—	42.508	866	—	—	6.712	50.086	50.086	—	—	—
São Paulo	—	1.009.705	120.553	40.270	—	43.936	1 214.464	61.737	75.688	1.077.039	—
Demais Unidades federadas	—	27.502	—	—	—	—	27.502	—	—	27.502	—
BRASIL	87.619	4.153.026	356.056	42.522	14.093	162.643	4.815.959	1.721.787	200.940	2.893.232	—

ESTOQUE DE AÇÚCAR

1942 - 1944

POSIÇÃO EM 30 DE NOVEMBRO

Unidade: saco de 60 quilos

UNIDADES FEDERADAS	TODOS OS TIPOS — 1942	TODOS OS TIPOS — 1943	TODOS OS TIPOS — 1944	TIPOS DE USINA — 1942	TIPOS DE USINA — 1943	TIPOS DE USINA — 1944
Rio Grande do Norte	5.837	11.404	17.944	5.837	10.328	13.950
Paraíba	90.691	153.275	86.116	89.325	149.416	82.076
Pernambuco	1.489.485	1.676.511	1.173.293	1.431.816	1.559.328	1.092.802
Alagoas	317.530	493.130	375.306	317.530	454.823	353.640
Sergipe	108.496	266.411	4.183.485	108.496	266.411	183.485
Bahia	78.024	60.591	84.597	77.924	60.448	84.597
Minas Gerais	176.116	97.116	214.610	176.116	97.116	212.806
Rio de Janeiro	851.889	775.408	1.388.556	851.889	775.408	1.388.556
D. Federal	4.883	11.228	50.086	1.926	9.000	43.374
São Paulo	1.235.795	972.542	1.214.464	1.221.252	949.849	1.170.528
Demais Unidades federadas	36.901	18.436	27.502	36.901	18.436	27.502
BRASIL	4.395.647	4.536.052	4.815.959	4.319.012	4.350.563	4.653.316

COTAÇÃO DE AÇÚCAR

(POR SACO DE 60 QUILOS)

1942 - 1944

NOVEMBRO

Valor em Cruzeiros

1. TIPOS DE USINA

PRAÇAS	CRISTAL									DEMERARA								
	MAXIMA			MINIMA			MEDIA			MAXIMA			MINIMA			MEDIA		
	1942	1943	1944	1942	1943	1944	1942	1943	1944	1942	1943	1944	1942	1943	1944	1942	1943	1944
João Pessoa	73,0	88,0	101,0	68,0	82,0	101,0	70,3	84,7	101,0	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Recife	65,0	82,0	95,0	65,0	82,0	95,0	65,0	82,0	95,0	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Maceió	64,0	79,0	92,0	64,0	79,0	92,0	64,0	79,0	92,0	53,0	69,0	88,0	53,0	69,0	88,0	53,0	69,0	88,0
Aracaju	62,0	76,0	94,7	60,0	75,0	94,7	61,0	75,5	94,7	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Salvador	68,6	75,0	100,5	65,0	75,0	100,5	67,8	75,0	100,5	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Belo Horizonte	91,0	110,0	129,0	91,0	110,0	129,0	91,0	110,0	129,0	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Campos	84,0	89,0	100,0	75,0	88,0	100,0	81,4	88,5	100,0	—	—	—	—	—	—	—	—	—
D. Federal	70,0	70,0	115,0	67,0	67,0	115,0	68,5	68,5	115,0	60,0	60,0	111,0	58,0	58,0	111,0	59,0	59,0	111,0
São Paulo	91,0	N/	120,0	89,0	N/	120,0	90,1	N/	120,0	—	—	116,0	—	—	116,0	—	—	116,0

2. TIPO DE ENGENHO

PRAÇAS	BRUTO								
	MAXIMA			MINIMA			MEDIA		
	1942	1943	1944	1942	1943	1944	1942	1943	1944
João Pesso	56,0	69,0	84,0	55,0	69,0	84,0	55,4	69,0	84,0
Recife	56,0	79,0	82,0	48,0	69,0	77,0	52,0	78,6	78,9
Maceió	61,5	—	—	51,3	—	—	56,4	—	—
Aracaju	39,5	39,5	78,6	39,5	39,5	78,6	39,5	39,5	78,6
Salvador	50,0	50,0	92,3	50,0	50,0	70,5	50,0	50,0	85,0
B. Horizonte	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Campos	—	—	—	—	—	—	—	—	—
D. Federal	54,0	54,0	108,2	52,0	52,0	108,2	53,0	53,0	108,2
São Paulo	N/	N/	110,2	N/	N/	110,2	N/	N/	110,2

ANTONIO GUIA DE CERQUEIRA
Chefe da Seção de Estatística

BIBLIOGRAFIA

Mantendo o Instituto do Açúcar e do Álcool uma Biblioteca, anexa a esta Revista, para consulta dos seus funcionários e de quaisquer interessados, acolheremos com prazer os livros gentilmente enviados. Embora especializada em assuntos concernentes à indústria do açúcar e do álcool, desde a produção agrícola até os processos técnicos, essa Biblioteca contém ainda obras sôbre economia geral, legislação do país, etc. O recebimento de todos os trabalhos que lhe forem remetidos será registrado nesta seção

MOTOR FUEL FROM MOLASSES, — Por William L. Owen.

Em vários números de "Brasil Açucareiro" estampamos alguns artigos do Dr. William L. Owen sôbre o seu processo de polimerização de melaços para a consecução de um combustível, com características de uma gasolina sintética.

O assunto despertou interêsse não só entre técnicos brasileiros como sobretudo entre industriais do açúcar, dadas as perspectivas econômicas desdobradas pela "jeanite", nome dado pelo Dr. Owen ao novo sub-produto da cana de açúcar.

O Dr. Owen, que já residiu no Brasil e mantem um dos mais autorizados escritórios de consulta técnica, sôbre açúcar e álcool, nos Estados Unidos, num dos seus artigos tocou nas possibilidades brasileiras quanto à exploração da "jeanite", esclarecendo precisamente que nossas disponibilidades em melaços, naquele momento, não justificavam a fundação de uma indústria de sub-produtos, como o da gasolina à base de melaços, com custo unitário de produção assás elevado. O assunto mereceu, aliás, ampla e fundamentada crítica por parte do Dr. Moacir Soares Pereira, da Comissão Executiva do I. A.A., pelas próprias colunas de "Brasil Açucareiro", salientando esclarecidamente as possibilidades brasileiras do processo no tocante ao fabrico da acetona.

O livro, condensando os artigos do Dr. Owen, num total de onze, foi editado por "Sugar", conhecida publicação especializada norte-americana, e realiza uma síntese do problema, ainda em ordem do dia, o que o destaca como uma contribuição ao desenvolvimento do estudo de mais outro campo de aplicação do açúcar, um produto de milhares de metamorfoses.

BRITISH LIFE & THOUGT.

Da sua coleção de propaganda dos métodos e concepções de vida inglêses, remeteu-nos o Conselho Britânico três opúsculos, intitulados: "British Trade Unions", por John Price, "The co-operative movement in Britain", por E. Topham e J. R. Hough, e "British Social Services", por A. D. K. Owen. Trata-se de resumos bem feitos sôbre aquêles setores da atividade britânica e que muito ajudam a compreender a psicologia de um dos aglomerados humanos mais discutidos hoje em dia, como o é o "Commonwealth" Britânico.

PUBLICAÇÕES DA COLONIA DE ANGOLA

Recebemos da Repartição de Estatística Geral, Serviços de Economia de Angola, uma série de publicações sôbre as várias atividades comerciais, econômicas e culturais daquele setor do domínio lusitano em terras africanas.

Os quadros estatísticos estão bem distribuídos, revelando boa orientação e atualização de métodos, constituindo-se os impressos aludidos seguro roteiro de informações para as pessoas interessadas pela vida portuguêsa.

DIVERSOS

BRASIL: — Agronomia, n. 2; Boletim Trimestral do Serviço de Biometria Médica, ns. 1 e 2; Boletim da Associação Comercial do Rio de Janeiro, n. 439; Boletim do Conselho Federal de Comércio Exterior, n. 10; Boletim Geográfico, n. 8; Boletim Agronômico, ns. 88 e 93; Boletim do Ministério das Relações Exteriores, n. 7; Boletim Semanal da Associação Comercial de São Paulo, ns. 82 a 84; Boletim Agrícola, ns. 6-7; Boletim Shell, n. 24; Boletim da Associação Comercial do Amazonas, n. 38; Boletim da Superintendência dos Serviços do Café, n. 212; Boletim do Ministério da Agricultura, ns. 2 a 10 de 1943; Boletim Técnico da Secretaria de Viação e Obras Públicas, vol. XI; Boletim Estatístico, n. 7; Boletim da Câmara de Reajustamento Econômico, n. 49; Boletim Estatístico do Banco do Brasil, n. 21; Coop, n.º 34; Cooperação, ns. 27 e 28; Ciência Política, vol. IX, fascículo III e vol. X. fascículo II; O Campo, n. de setembro de 1944; Chile, n. 2; Digesto Econômico, n. 1; Economia, n. 66; Formação, n. 76; Hora Médica, n. 7; Imposto de Consumo, n. 67; Mundo Automobilístico n. 11; Nação Armada, n. 60; O Observador Econômico e Financeiro, n. 106; Revista da Associação Comercial do Maranhão, ns. 230 e 231; Revista Comercial de Minas Gerais, n. 74; Revista Brasileira de Geografia, n. 1; Revista do Instituto Histórico de Minas Gerais, ns. 49 a 52 ;Revista do D. N. C., n. 136; Revista da Produção, n. 5; Revista de Química Industrial, ns. 149 e 150; Revista Bancária Brasileira, n. 143; Revista Brasileira de Estatística, ns. 17 e 18; Revitsa Brasileira de Química, n. 106; Revista I. B. M., n. 8; A Rodovia, n. 58; Riquezas de Nossa Terra, ns. 11 a 16; Revista Duperial do Brasil, n. 20; Revista do D.A.C., n. 10; Revista do I.R.B., n. 28; Revista do Serviço Público, n. 3; Revista de Agricultura, ns. 9 a 12; Vitória, ns. 573 a 577; Visão Brasileira, n. 76; Vitrine, n. 28.

ESTRANGEIRO: — Ácido Ascórbico (Vitamina C) en tomates, pimientos, morrones y ajies por Arnoldo Gorostiaga; The Australian Sugar Journal, n. 5; Boletin de la Estación Exeperimental Agrícola de Tucuman, ns. 47 e 48; Boletim Trimestral de Estatística, Colônia de Angola, ns. de 1942 e 1943; Boletin Mensual del Escritório Comercial do Brasil, Buenos Aires, n. 10; Boletin Informativo del Escritório Comercial do Brasil, Bogotá, ns 1 a 3; Boletin Mensual de Estadística del Ministério de Agricultura de la Nación, Argentina, n. 567; Banco de la Nación Argentina, Inauguración de su nuevo edifício; Boletim del Consórcio de Centros Agrícolas de Manabi, n. 39; Censo Geral da População, 1940, Colônia de Angola; El Cañero, n. 11; Cuba Económica y Financiera, n. 222; Camara de Comercio Argentino-Brasileña, n. 349; Estación Expèrimental Agrícola de Tucuman, Publicación Miscelanea, n. 4 e Circulares ns. 128 e 129; Estatistica do Comércio Exterior e da Navegação, 1942, Colônia de Angola; Fortnightly Review, ns. 207 a 290; Guia de Importadores de Indústrias Americanas, ns. 9 e 10; The International Sugar Journal, ns. 549 a 551; La Industria Azucarera, n. 612; Lamborn Sugar-Market Report, ns. 41 a 44; Noticioso, ns. 212 a 215; Notícias de México, n. 101; Planificación Económica, ns. 19 e 20; Producción, n. 9; Revista de Estadística, ns. 8 e 9; Revista Industrial, n. 10; Revista del Banco de la Nación Argentina, n. 2; Report on Research Work, British West Indies Sugar Association, Barbados, 1943; Revista Interamericana, n. 2; El Rotariano Argentino, n. 212; Sugar, n. 11; Weekly Statistical Sugar Trade Journal, ns. 41 a 43.

INSETOS QUE ACOMPANHAM O CARVÃO DA CANA

Muitas pessoas acreditam e outras afirmam que o carvão da cana de açúcar é causado por insetos.

A razão dessa crença e dessa afirmativa se baseia em que certos insetos são encontrados freqüentemente nos brotos das canas atacadas pelo carvão. Na realidade, êstes não são os causadores da moléstia, que é, como se sabe, causada pelo fungo **Ustilago seltaminea**, o qual se desenvolve naquelas partes da planta.

Entre os vários insetos que têm sido encontrados em associação com esta moléstia, destaca-se um pequeno coleóptero ou besouro escuro, de aspecto reluzente e um tanto menor do que a cabeça de um fósforo. Pertence êste inseto ao gênero **Phalacrus**, da família **Phalacridae**, um grupo pequeno de coleópteros ainda pouco estudados. Os insetos adultos desta família são em geral encontrados nas flores, onde se alimentam do pólen. Suas larvas são fitófagas e passam o estado larval no interior da haste de certas plantas. O pequeno besouro negro, comum em Tucumán, procura as plantas com carvão para alimentar-se dos esporos do fungo e deposita os ovos nas hastes atacadas, dando assim origem às pequenas larvas brancas ali encontradas.

Outro besouro que é encontrado com menos freqüência nos brotos atacados pelo carvão é o **Brackytarsus zeae** da família **Anthribidae**. E' de côr cinzenta, com algumas manchinhas marrons; seu tamanho é de mais ou menos dois milímetros de comprimento por 3/4 de milímetro de largura; sua cabeça termina em uma tromba curta, um tanto semelhante à dos gorgulhos. Muitas das espécies desta família se alimentam de fungos, razão pela qual a citada espécie é encontrada nos brotos atacados pelo carvão.

Uma terceira espécie, denominada **Anthicus albifasciatus**, da familia dos **Anthicidae**, assemelha-se muito a uma pequena formiga. E' de côr negra, com manchas cinzentas sôbre os élitros onde se unem com o tórax. Mede três milímetros de comprimento. A biologia das espécies desta família é quase desconhecida, mas devido a seus costumes e aos lugares que os adultos freqüentam, é de se supor que ao menos algumas das espécies se alimentam de fungos.

Além dêstes três insetos, encontram-se, de vez em quando, alguns indivíduos representativos de outras especies de besouros, vespas e outros insetos, mas a presença dêstes nos brotos de cana atacados pelo carvão e acidental. Alguns sao predadores que buscam suas vítimas, enquanto que outros são atraídos pelo carvão por varias razoes, ou ali vão ter por acaso.

Em resumo, há duas classes de insetos que se encontram nos brotos da cana de açúcar quando atacados pelo carvão: uma delas procura os brotos atacados para alimentar-se dos esporos do carvao e a outra e de presença puramente casual.

Os insetos que se encontram nos brotos atacados pelo carvao e que se alimentam do mesmo, são em parte benéficos, pois que assim destroem uma certa quantidade de esporos. Entretanto, é provável que êsse efeito benefico seja prejudicado quando se considera que ao voar de uma planta para outra levam, aderidos a seu corpo, os esporos do fungo, que são assim disseminados. Entretanto, o perigo que êsses esporos assim disseminados representam é muito pequeno comparado com o grande número de esporos espalhados pelo vento, quando não se tomam as medidas necessárias para coletar e destruir os brotos atacados pelo carvão. — Kenneth J. Hayward, da Estação Experimental de Agricultura de Tucuman.

("A Fazenda" — setembro, 1944 — Pg. 428).

INSTITUTO DO AÇÚCAR E DO ÁLCOOL

BALANCETE EM 30 DE NOVEMBRO DE 1944

A T I V O

	Cr$	Cr$
Ativo Fixo		
Biblioteca do Instituto	123.274,00	
Imóveis ("Edifício Taquara")	4.711.679,90	
Laboratórios — Recife — Aparelhos e Utensilios	95.916,10	
Móveis e Utensílios	2.540.478,40	
Títulos e Ações	10.811.140,00	18.282.488,40
Empréstimos		
Caixa de Empréstimos a Funcionários	197.312,80	
Empréstimos a Banguezeiros e Fornecedores de Cana	6.879.871,40	
Empréstimos Diversos	7.691.630,40	
Empréstimos a Produtores de Açúcar	12.357,80	
Empréstimos a Refinarias	16.323.563,40	
Financiamento a Distilarias Particulares	24.017.256,61	
Financiamento a Fornecedores de Cana	15.860.700,00	
Financiamento a Plantadores de Cana	2.500.000,00	73.482.692,41
Despesas		
Diversos	11.972.214,90	
Defesa do Açúcar	22.471.840,95	34.444.055,85
Contas de Resultado		
Compras de Açúcar C/Retrovenda	21.187.380,00	
Compras de Açúcar C/Reversão	2.500.000,00	
Livros e Boletins Estatísticos	1.792.427,00	
Revista "Brasil Açucareiro"	205.092,90	
Vendas de açúcar	2.029.654,30	27.714.554,20
Devedores Diversos		
Contas a classificar — Saldos Devedores	7.602.085,10	
Contas Correntes — Saldos Devedores	20.678.977,80	
Fundos para propaganda	169.781,53	
Letras a Receber	74.919,00	28.525.763,43
Caixas e Bancos		
Caixa — Sede do Instituto	54.025,50	
Fundos no Banco do Brasil	114.587.603,30	
Delegacias Regionais C/Suprimentos	37.873.911,30	152.515.540,10
CONTAS DE COMPENSAÇÃO E CAUÇÃO		121.892.780,40
DISTILARIAS CENTRAIS — Soma do Ativo		111.310.900,71
SEÇÃO DO ALCOOL-MOTOR — Soma do Ativo		32.169.937,87
		600.338.713,37

PASSIVO

Fundos Acumulados		
Arrecadações de Taxas de Defesa	203.887.437,16	
Arrecadações Diversas	19.521.328,50	
Taxa S/Aguardente	1.111.230,70	
Taxa S/Alcool	34.702.777,00	
Taxa S/Fornecimento de Cana	5.016.679,90	264.239.453,26
Reservas		
Juros	1.411.059,00	
Juros Suspensos	698.629,60	
Reserva para Depreciações	821.838,00	2.931.526,60
Contas de Resultado		
Anuário Açucareiro	64,90	
Livros e Boletins Estatísticos — Recebimentos Diversos	46.658,30	
Multas	115.696,70	
Rendas do "Edificio Taquara"	1.311.430,10	
Revista "Brasil Açucareiro" — Recebimentos Diversos	54.585,40	1.528.835,40
Obrigações:		
Banco do Brasil c/Financiamento	21.178.380,00	
Contas a Classificar — Saldos Credores	3.803.943,90	
Contas Correntes — Saldos Credores	34.068.697,30	
Depósitos Diversos	9.425.370,22	
Instituto de Técnologia C/Subvenção	58.389,47	
Ordens de Pagamento	29.142.271,10	97.686.051,99
CONTAS DE COMPENSAÇÃO E CAUÇÃO		121.892.780,40
DISTILARIAS CENTRAIS — Soma do Passivo		11.345.875,45
SEÇÃO DO ALCOOL-MOTOR — Soma do Passivo		25.576.769,11
Patrimônio		
Saldos Registrados		75.137.421,16
		600.338.713,37

Rio, 30-11-1944.

LUCIDIO LEITE
Contador

A defesa da produção açucareira

(2ª edição)

PELO

DR. LEONARDO TRUDA

PREÇO. . . . . Cr$ 12,00
PELO CORREIO. . . . . Cr$ 13,00

À VENDA NO INSTITUTO DO AÇÚCAR E DO ÁLCOOL

INSTITUTO DO AÇÚCAR E DO ÁLCOOL

ORÇAMENTO PARA 1944 — POSIÇÃO EM 30 DE NOVEMBRO DE 1944

Nos. VERBAS	Duodécimo	Saldo anterior	Quota mensal	Despesas Mês: Novemb.	Total Despesas	Média mensal	Crédito anual	Saldo do créd. anual
PESSOAL :	Cr$	Cr$	Cr$	Cr$	Cr$	Cr$	Cr$	Cr$
1 Comissão Executiva.	31.900,00	34.480,10	67.380,10	23.200,00	306.719,90	27.883,62	382.800,00	76.080,10
2 Sede do Instituto.	273.150,04	139.431,40	412.581,44	266.771,60	2.858.840,60	259.894,60	3.277.800,50	418.959,90
3 Fiscalização Tributária.	161.250,00	405.550,60	566.800,60	98.841,10	1.305.790,50	118.708,22	1.935.000,00	629.209,50
4 Delegacias Regionais.	150.338,33	502.543,70	652.682,03	117.305,70	1.118.145,30	101.649,57	1.804.060,00	685.914,70
5 Verba para Substituição.	10.000,00	99.070,00	109.070,00	—,—	930,00	84,54	120.000,00	119.070,00
6 Despesas de Viagem.	103.875,00	269.350,30	373.225,30	74.775,50	844.175,20	76.743,20	1.246.500,00	402.324,80
7 Diárias.	99.626,00	341.779,00	441.405,00	61.380,50	715.861,50	65.078,31	1.195.512,00	479.650,50
8 Gratificações :								
Pro-Labore.	102.583,33	482.871,10	585.454,43	—,—	542.962,20	49.360,20	1.231.000,00	688.037,80
Diversas	58.183,33	125.955,90	184.139,23	44.380,00	500.257,40	45.477,94	698.200,00	197.942,60
Salário Família.	19.310,00	23.310,00	4.000,00	21.500,00	218.600,00	21.860,00	212.410,00	6.190,00
MATERIAL :								
1 Material de Consumo.	47.500,00	84.022,70	36.522,70	60.058,10	619.080,80	56.280,07	570.000,00	49.080,80
2 Material Permanente.	34.166,66	38.649,10	72.815,76	23.331,90	326.349,40	29.668,12	410.000,00	83.650,60
3 Diversas despesas.	185.758,33	212.295,30	26.536,97	97.673,50	2.167.552,10	197.050,19	2.229.100,00	61.547,90
	1.277.641,02	2.121.053,20	3.398.694,22	889.217,90	11.525.264,90	1.049.738,58	15.312.382,50	3.787.117,60

Rio, 13/11/944

LUCIDIO LEITE, Contador.

ANUÁRIO AÇUCAREIRO

PUBLICAÇÃO DO INSTITUTO DO AÇUCAR E DO ALCOOL
REGISTRADA NO D. I. P.

DE 1935 A 1941

PREÇO DO EXEMPLAR

Brochura	Cr$ 10,00
Pelo Correio	Cr$ 20,10
Encadernado	Cr$ 30,00
Pelo Correio	Cr$ 33,00

À venda nas Delegacias Regionais do Instituto do Açúcar e da Álcool nos Estados de Alagoas, Bahia, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Rio de Janeiro (Campos), São Paulo, Sergipe e na sede :

Secção de Publicidade

PRAÇA 15 DE NOVEMBRO, 42 - (9.º pav.)

Tel. 23-6252 — Caixa Postal 420

DISTRITO FEDERAL

BANCO DO BRASIL

O maior estabelecimento de crédito do País

Agências e sub-agências em tôdas as capitais e principais cidades do Brasil, Correspondentes nas demais e em todos os países do mundo.

Condições para as contas de depósitos:

COM JUROS (sem limite) . . . . . 2% a. a. (retiradas livres)

POPULARES (limite de Cr$ 10.000,00) . 4% a. a. (" ")

LIMITADOS (limite de Cr$ 50.000,00) . 3% a. a. (" ")

PRAZO FIXO — de 6 meses. . . . . 4% a. a.

— de 12 meses. . . . . 5% a. a.

Prazo fixo com renda mensal:

— de 6 meses. . . . . 3,½% a. a.
— de 12 meses. . . . . 4,½% a. a.

NOTA — Nesta conta, o depositante retira a renda, **mensalmente**, por meio de cheques.

DE AVISO — Para retiradas (de quaisquer quantias) mediante aviso prévio :

— de 30 dias. . . . . 3,½% a. a.
— de 60 dias. . . . . 4% a. a.
— de 90 dias. . . . . 4,½% a. a.

——————::——————

Letras a prêmio - (sujeitas a sêlo proporcional)

— de 6 meses. . . . . 4% a. a.

— de 12 meses. . . . . 5% a. a.

——————::——————

DIREÇÃO GERAL E AGÊNCIA CENTRAL :

66 - RUA 1.º DE MARÇO - 66

RIO DE JANEIRO

AGÊNCIAS METROPOLITANAS:

GLÓRIA - Pça. Duque de Caxias (Edf. Rosa)
BANDEIRA - Rua do Matoso, 12
MADUREIRA - R. Carvalho de Sousa, 299
MEYER - Av. Amaro Cavalcanti, 27

TIRADENTES — Rua Visconde do Rio Branco, 52

CAMPO GRANDE — Rua Campo Grande, 100

Companhia Usinas Nacionais

AÇÚCAR
"PÉROLA"

Saco azul
Cinta encarnada
Pacotes de 1 e 5
quilos

FÁBRICAS:

RIO DE JANEIRO
SÃO PAULO
SANTOS
TAUBATÉ
JUIZ DE FORA
BELO HORIZONTE
NITEROI
CAXIAS - EST. DO RIO
ENTRE RIOS "

SEDE:

RUA PEDRO ALVES, 319
TELEGRAMAS "USINAS"
TELEFONE 43-4830
RIO DE JANEIRO

Esta Revista foi composta e impressa nas of. de Industrias Graficas J. Lucena S/A — Rua Mayrink Veiga, 22 — Rio de Janeiro

BRASIL AÇUCAREIRO

ANO XIII — VOL. XXV FEVEREIRO — 1945 N.º 2